



Etyelle Pinheiro de Araújo

**Cada luto, uma luta: narrativas e resistência
de mães contra a violência policial**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Liliana Cabral Bastos

Coorientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Agosto 2021



Etyelle Pinheiro de Araújo

**Cada luto, uma luta: narrativas e resistência
de mães contra a violência policial**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Liliana Cabral Bastos

Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Liana de Andrade Biar

Coorientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Maria Claudia Pereira Coelho

UERJ

Prof. Daniel do Nascimento e Silva

UFSC

Profa. Glenda Cristina Valim de Melo

UNIRIO

Prof. Alejandro de la Fuente

HARVARD

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Etyelle Pinheiro de Araújo

Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia em 2008. Pós-graduada em Educação e Contemporaneidade pelo CEFET-RJ em 2014. Mestre em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio em 2016. Realizou doutorado sanduíche na *Boston University* e na *Harvard University* entre os anos de 2018 e 2020.

Ficha Catalográfica

Araújo, Etyelle Pinheiro de

Cada luto, uma luta : narrativas e resistência de mães contra a violência policial / Etyelle Pinheiro de Araújo ; orientadora: Liliana Cabral Bastos ; coorientadora: Liana de Andrade Biar. – 2021.

258 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2021.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Análise de narrativa. 3. Luto. 4. Resistência. 5. Violência policial. 6. Movimentos sociais. I. Bastos, Liliana Cabral. II. Biar, Liana de Andrade. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 400

*Para todas as mães guerreiras que lutam incessantemente por justiça, especialmente,
para Dona Júlia, Vera, Janáina e Flora – mães que guerrearam até o fim (in
memoriam).*

Para meus queridos avós, Astrogildo e Mariza (in memoriam).

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos familiares e apoiadores que integram a Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência. Às mães, meu muito obrigada pelo acolhimento, por me ensinar os significados da luta e me permitir lutar ao lado de vocês.

Às minhas queridas orientadoras Liliana Cabral Bastos e Liana de Andrade Biar, as minhas Lilis, pela parceria, pela confiança depositada em mim desde o princípio dessa empreitada, pelas preciosas sugestões e por embarcar nas minhas ideias para o desenvolvimento deste projeto. “Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte”, porque tive essas duas mentes brilhantes, pessoas de uma generosidade ímpar ao meu lado.

Ao CNPQ e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. Ao CAPES/PSDE pela concessão da bolsa que me permitiu desenvolver parte da pesquisa no departamento de Sociologia da *Boston University (BU)*. Vale dizer que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Às professoras da Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, especialmente, à Maria das Graças Pereira Dias, pelos ensinamentos e preciosas colaborações no desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários da PUC-Rio e da Secretaria de Letras, especialmente, à Chiquinha e à Di, pela disponibilidade, eficiência e enorme paciência.

Aos integrantes do grupo de pesquisa NAVIS, especialmente, à Naomi Orton, que mais do que amiga, parceira de pesquisa, quase uma “co-coorientadora”, é família. Muito obrigada por trilhar comigo os caminhos e descaminhos da pesquisa acadêmica.

À professora Susan Eckstein que, tão gentilmente, me acolheu como aluna e me abriu portas para aprofundar minha pesquisa em diversos departamentos da *BU*.

Ao professor Alejandro de la Fuente, que me recebeu na Universidade de Harvard e me apresentou uma nova comunidade, o *Afro-Latin American Research Institute – ALARI* – local onde cresci e amadureci, não apenas como pesquisadora, mas também como cidadã da América Latina.

Aos alunos e professores que participaram do Seminário Mark Claster Mamolen de Teses na Área de Estudos Afro-Latino-Americanos do *ALARI*, foi um evento de intensa troca de experiências. Agradeço, especialmente, aos colegas Guilherme, Rogério e Marcelo por comentários tão produtivos.

Aos queridos amigos que fiz nesse período de intercâmbio, Clarissa, Eduardo (o Possuído), Bernardo e Murilo, vocês abrilhantaram ainda mais a cidade de Boston.

À Luisa Lemos, outro presente que Boston me deu.

Aos amados de Harvard, Eduarda, Jean Wyllys, Sidney Chalhoub e João Copertino obrigada pela disposição em tocar projetos maravilhosos ao meu lado, pelos comentários preciosos e, sobretudo, pela amizade. Meu agradecimento especial ao Felipe, um querido, que ao compartilhar seus preciosos *insights*, colaborou imensamente com este trabalho. Desenvolver uma pesquisa de doutorado já representa em si um enorme desafio, a pandemia da Covid19 elevou a tensão. A companhia virtual de vocês (junto aos queridos Ebinho, Rejane, Ana Borges e Ana Paula) aliviou as dificuldades do confinamento.

Aos professores Bruno Carvalho e Beatriz Jaguaribe, pela oportunidade de trabalhar como *Teacher Assistant* com vocês.

Ao querido Daniel Kveller, outro presente desse rico período de intercâmbio. Agradeço não só pelas ideias compartilhadas, mas também pela agradável companhia nas festas e datas comemorativas.

Aos colegas do PPGEL, especialmente, Flávia Huber e Alexandre Florêncio, por caminhar ao meu lado e me incentivar na jornada acadêmica.

À querida amiga Juliana Bastos, por ser tão presente (de diversas formas) e vibrar comigo a cada vitória.

À minha família, especialmente, à minha mãe pelo incentivo e ao meu irmão Italo, por todo suporte emocional (e logístico), sem o qual eu não teria chegado tão longe.

Por último, mas não menos importante, meu muito obrigada ao Fábio Peixoto, companheiro que escolhi para a vida. Obrigada por acreditar em mim, mais do que eu mesma e me impulsionar a sonhar alto.

Resumo

Araújo, Etyelle Pinheiro de; Bastos, Liliana Cabral (orientadora); Biar, Liana de Andrade (coorientadora). **Cada luto, uma luta: narrativas e resistência de mães contra a violência policial**. Rio de Janeiro, 2021. 258p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é o estado que conta com o maior número de mortos em incursões policiais nas favelas – geralmente, incursões relacionadas ao “combate às drogas”. Por exemplo, em 2019, 1.808 mortes (sendo a população negra, 70% das vítimas) foram classificadas como homicídio decorrente de intervenção policial, classificação que caracteriza a ação do policial como legítima defesa e significa uma série de diligências que, geralmente, resultam no arquivamento do Inquérito Policial sem uma investigação mais profunda ou na absolvição dos oficiais envolvidos. Nesse cenário emerge o movimento de luta das mães de vítimas desse tipo de violência – mulheres que se engajam em movimentos sociais para lutar por justiça, para esclarecer as circunstâncias da morte dos filhos e exigir a punição dos envolvidos. O presente trabalho tem como objetivo investigar como se dá a transformação do *luto em luta*, isto é, examinar como as mães articulam sofrimento pessoal e ativismo político ao se engajarem em movimentos sociais, mais especificamente, na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. As narrativas enunciadas por elas nos protestos públicos se configuram como objeto privilegiado de análise. Trata-se de uma análise qualitativa-interpretativista, empreendida em perspectiva micro, conduzida pelos estudos que consideram o discurso narrativo como forma de construção da vida social e instrumento dos movimentos sociais para reivindicar suas demandas. A análise foi organizada segundo quatro esferas, partícipes do engajamento dos familiares na Rede, são elas: as narrativas, a resistência, a maternidade e o gerenciamento das emoções. A primeira análise focaliza a “estrutura” das histórias, chamadas aqui de narrativas de engajamento. Emprega elementos da teoria laboviana, em interface com os estudos que contemplam os aspectos socioculturais e interacionais que fundamentam a prática discursiva. A segunda trata dos mecanismos discursivos mobilizados pelos familiares na elaboração de emoções como a dor de perder um filho; se debruça sobre os sistemas de coerência acionados junto ao contexto macrossocial nas narrativas, isto é, sobre o modo como as relações de sequencialidade e causalidade construídas nessas histórias relacionam-se a outros discursos culturalmente consagrados. A terceira observa como a categoria “mãe” é acionada nas narrativas. A quarta e última análise se detém nos eventos catalizadores que impulsionam o engajamento e o ativismo sustentado dos familiares na Rede, investigando como o chamado choque moral é construído nas histórias. Em suma, o trabalho analítico sugere a existência de um padrão que organiza as narrativas de engajamento e identifica dois mecanismos discursivos entrelaçados: *i)* a dupla transição entre uma *personalização x coletivização* da dor de perder um filho e da experiência com a violência policial – de modo que o sofrimento individual de uma mãe se transforma no sofrimento do grupo e a caracterização do policial responsável pela morte se transforma em denúncias à atuação da corporação como um todo; *ii)* a racionalização dos eventos que levaram à morte do filho por meio de sistemas de

coerência que operam com versões simplificadas do racismo e da teoria da Necropolítica. Nesse sentido, as narrativas se caracterizam como práticas de resistência e denúncias ao racismo que permeia diversas instituições do Estado; e práticas de reexistência na medida em que as mães, ao praticarem o luto público, humanizam as vítimas da violência policial e reenquadram as mortes nas favelas não como casos isolados de má conduta de policiais, mas sim como parte de uma lógica de atuação do Estado.

Palavras-chave

Análise de Narrativa; Luto; Resistência; Violência Policial; Movimentos Sociais.

Abstract

Araújo, Etyelle Pinheiro de; Bastos, Liliana Cabral (advisor); Biar, Liana de Andrade (co-advisor). **From private mourning to collective struggle: narratives and mothers' resistance to police violence.** Rio de Janeiro, 2021. 258p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro is the state with the highest number of homicides due to police brutality – often as a result of incursions related to the “war on drugs”. In 2019, for instance, 1.808 deaths were classified as homicide due to police intervention, a classification given when a police officer kills in self-defense. It also gives rise to a series of procedures which primarily result in the archiving of the cases without a proper investigation, or the police officers being absolved of murder, or any other crime for that matter. Such injustice leads the victims’ mothers to unite – engaging in social movements to fight for justice, seek clarification of the circumstances in which their children died, as well as to demand punishment of those involved. This study aims to investigate how grief is converted into political struggle as these mothers engage in social movements, more specifically in the *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*. Narratives enunciated by these mothers in public protests organized by the *Rede* are considered the privileged loci for analysis. Based on a micro-perspective, this analysis is guided by a qualitative-interpretative approach, and draws on studies which consider narrative discourse a way of constructing social life as well as a political tool used by social movements to demand justice. The macro-social context in which the deaths of Black people are placed also informs the analytical process which is organized around four spheres that are part of the mothers’ engagement in social movements: the narratives told at the protests, political resistance, the concept of maternity and the management of emotions. The first analysis describes the structure of the stories – referred to here as narratives of engagement –by employing elements from Labovian theory in tandem with theories which accentuate the interactional and sociocultural values underpinning narrative practice. The second analysis observes the discursive resources brought to bear on the narratives of the victims’ relatives in their process of managing emotions as pain. The analysis focuses on their systems of coherence, i.e., whether sequential ordering and causality relations constructed in these stories relate to culturally established discourses. The third analysis aims to understand how the categorization of “mother” is elaborated in the stories. The fourth and final analysis is focused on catalysing events that drive the engagement and sustained activism of these relatives in the *Rede*, investigating how moral shock is constructed in these narratives. In sum, the analytical work suggests the existence of a recurrent pattern that organizes narratives of engagement. Two discursive mechanisms interact with each other in the narratives: *i*) a double transition between personal experience with police brutality and the collective experience of those who have lost their children – this means that individual pain becomes collective pain, and the specific characterization of one police officer is transformed into grievances with respect to the corporation as a whole; *ii*) the rationalization of events leading to the death of their children by using coherence systems that operate with simplified versions of racism

and the theory of Necropolitics. In a sense, these narratives of engagement are characterized as practices of resistance and work to denounce the racism that permeates several State's institutions. As well as practices of re-existence. By means of publicly mourning their children, these mothers humanize the victims of police brutality reframing these deaths not as isolated cases of police misconduct, but as part of a system.

Keywords

Narrative Analyses; Grief; Resistance; Police Violence; Social Movements.

SUMÁRIO

Introdução	18
2. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência policial no contexto dos movimentos sociais contemporâneos	25
2.1 Nossos mortos têm mães – a atuação dos familiares de vítimas da violência policial	25
2.2 Movimentos sociais em discussão	29
2.3 O Estado da Arte.....	32
3. Pressupostos Metodológicos	39
3.1 O posicionamento epistemológico	39
3.2 A relação militante x pesquisadora – limitações e possibilidades.....	42
3.3 Relevância social da pesquisa	46
3.4 Breve descrição etnográfica e o percurso da pesquisa	47
3.5 O posicionamento político e as questões éticas de pesquisa: discussão sobre o uso dos nomes reais dos participantes	51
3.6 Caminhos e descaminhos da pesquisa – o recorte analítico e os procedimentos para a análise	56
3.7 Os participantes da pesquisa e os procedimentos para a análise.....	59
4. A centralidade das narrativas na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência	65
4.1.1 O modelo laboviano – algumas considerações.....	68
4.1.2 O poder organizador da narrativa – a era pós-Labov	73
4.1.3 Histórias de vida: a construção da coerência.....	76
4.1.4 Os estudos narrativos contemporâneos.....	84
4.2. Narrativas de sofrimento e o gerenciamento das emoções	85
4.3 Narrativas de resistência e práticas de reexistência	87
4.4 Encaminhamentos e procedimentos para a análise	89

4.5	Narrando a luta por justiça – as narrativas de engajamento	92
4.5.1	Ana Paula – uma luta que é coletiva	92
4.5.2	Janaina – Enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça	96
4.5.3	Fatinha – A luta por justiça como uma luta contra o estigma.....	99
4.5.4	Fátima Pinho – o Estado que destrói vidas	104
4.5.5	Zé Luis – O “auto de resistência” – denúncias e engajamento	107
4.5.6	Encaminhamentos.....	112
5.	O contexto histórico – as relações raciais no Brasil	115
5.1	O que é raça – breves considerações.....	117
5.2	O debate teórico sobre o Racismo.....	120
5.3	As relações raciais no Brasil	126
5.4	A perversidade do racismo – como construir uma identidade negra? ...	133
6.	Os efeitos do Racismo.....	138
6.1	Auto de Resistência – “licença para matar”?	138
6.2	O lugar favela	152
6.3	A violência contra os negros: faces de um racismo estrutural	158
6.4	A materialização do racismo nas narrativas dos familiares engajados na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.....	162
6.5	Encaminhamentos.....	181
7.	O poder militante da maternidade	184
7.1	Maternidade e interseccionalidade.....	190
7.2	Maternidade em luta.....	192
7.3.	Encaminhamentos.....	195
8.	Narrativas e emoções	197
8.1	Os estudos das emoções – alguns entendimentos.....	198
8.2	As emoções e o engajamento em movimentos sociais	204
8.3	Narrando o sofrimento.....	212

8.4 Encaminhamentos.....	228
9. Do luto à luta – reflexões finais	231
A (des)banalização do luto e ações de (re)existência.....	239
10. Referências bibliográficas.....	245

Lista de quadros e figuras

Quadro 1 – Caracterização dos dados.

Quadro 2 - Morte por intervenção de agente do Estado.

Quadro 3 - Estrutura das narrativas de engajamento.

Figura 1 - Efeito retroalimentar da narrativa de Fátima Pinho.

Abreviaturas e siglas

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

BPCHq – Batalhão de Policiamento de Choque

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

DP – Delegacia de Polícia

FNB – Frente Negra Brasileira

GAT – Grupamentos de Ação Tática

ISP – Instituto de Segurança Pública

JIFE – Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes

MP – Ministério Público

ONG – Organização Não-Governamental

PROAP – Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro

REDE – Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

STF – Superior Tribunal Federal

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

Convenções de transcrição*

Símbolos	Especificação
(.)	Micropausa de menos de dois décimos de segundo
(1.5)	Pausa em décimos de segundo
(.....)	Segmento de fala incompreensível
EXATAMENTE	Fala mais alta

*Convenções baseadas nos estudos de Sacks, Schlegoff & Jefferson (1974).

*O problema não é meu, nem seu
é nosso, não sabia?!
punhos cortando o ar
mostram não somos minoria
Hoje o Quilombo vem dizer
Favela vem dizer
A Rua vem dizer
que é NÓS por NÓS*

Mano Teko

Introdução

“e a gente está aqui hoje porque a gente quer resposta (.) é o mínimo (.) é o mínimo (.) é o mínimo que podem nos dar como resposta (.) cada familiar aqui queria os nossos filhos, só queríamos o direito de estar com nossos filhos, e isso está sendo negado”.

Ana Paula, Abril de 2017

O fragmento com que abro esta introdução é parte do discurso de Ana Paula, integrante da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (doravante, Rede). Ela perdeu seu filho, Johnatha, em 2014, em uma operação policial na favela de Manguinhos. Após a morte dele, Ana Paula se engajou na Rede e em outros movimentos para lutar por justiça. Esse discurso foi gravado durante uma manifestação em frente ao Ministério Público do Rio de Janeiro. O intuito da manifestação era cobrar maior agilidade do órgão nas investigações de casos de violência policial nas favelas do Rio de Janeiro.

Mães protestando em praça pública contra ações do governo não constituem, necessariamente, eventos extraordinários na história – *Las Madres de Mayo* são, possivelmente, o movimento mais célebre de que temos registro. Tampouco é tratado como extraordinário pela sociedade em geral, o alto número de jovens negros mortos durante operações policiais nas favelas – a cada ano que passa os números aumentam, por exemplo em 2019, foram 1.814 mortes no estado do Rio de Janeiro. O que torna singular a ação de mulheres como Ana Paula é como fazem uso de repertórios como a narrativa para lutar por justiça. No ato coletivo de narrar elas sublinham a recorrência de violações dos Direitos Humanos por parte dos policiais, a recorrência da falta de investigação apropriada, o que traz à tona a lógica de atuação do sistema como um todo. Para além dos efeitos discursivos que a manifestação dessas mulheres produz, o próprio engajamento delas com ativismo sustentado é outro evento extraordinário. A forma como narram, como contam as suas histórias como se fossem a dos seus pares e a forma como produzem explicações de ordem macrossocial para suas dores pessoais são mais

um ponto a ser destacado. Ana Paula fala em nome do grupo, demanda do Estado, o mesmo responsável pela morte de seu filho, uma resposta para o seu caso – o mínimo que eles poderiam prover diante da ausência de Johnatha

Como lutar por justiça depois de viver uma dor tão profunda? Com se colocar de pé e exigir dos próprios responsáveis pela morte a reparação? Ou: haveria alguma outra opção senão lutar?

Essas indagações me acompanham desde a primeira vez em que eu vi Ana Paula e outras mães narrando ao microfone em locais públicos do Rio de Janeiro. Eu fiquei em choque, hipnotizada pela força dessas mulheres e profundamente tocada por suas histórias. Um tempo depois, procurei saber mais sobre quem eram essas manifestantes e me engajei na Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência como apoiadora. O ativismo e fascínio pela luta dessas mulheres me levaram ao desenvolvimento da presente pesquisa, que tem como objetivo maior buscar compreender como indivíduos se engajam em movimentos sociais para lutar por justiça após vivenciarem um trauma como a morte de um filho. Isso envolve o estudo de como se dá, de um ponto de vista discursivo, a transformação do luto, da dor de perder um ente querido em revolta, em ação política.

Para dar conta desse empreendimento, a pesquisa se organiza em torno de quatro esferas: narrativas – a centralidade das histórias que os familiares contam como forma de reivindicar justiça; resistência – o papel dessas histórias na produção de resistência ao racismo e às políticas de segurança pública direcionadas a alegada “guerra às drogas”; maternidade – como a categoria “mãe” caracteriza-se enquanto instrumento de ação política; gerenciamento das emoções – a função dessas narrativas na transformação da dor em ação política.

Elegemos como ponto de partida e objeto privilegiado de análise as narrativas de familiares que compõem a Rede de Familiares e Movimentos contra a Violência. Fazemos isso baseadas na premissa segundo a qual narrar é uma forma de produzir sentido sobre o mundo e no entendimento da análise de narrativa como maneira de providenciar conhecimento sobre o que acontece na vida social (Bastos, 2005; Bastos e Biar, 2015). No caso de nossa pesquisa, as narrativas podem indicar os processos pelos quais esses familiares transformam o luto em ação política. Para além de modos

de organização da experiência humana (Bruner, 1997), a narrativa ainda se traduz como um poderoso instrumento utilizado pelos movimentos sociais para lutar por justiça (De Fina, 2020; Araújo, Biar e Bastos, 2020). Nesse sentido, a Rede funciona como um importante instrumento de mediação entre as mães de vítimas da violência e o Estado.

Outra esfera de nosso estudo trata da resistência. Resistir, mais do que não ceder ou não sucumbir, significa colocar obstáculos que impeçam a manutenção da ação a qual se resiste. No caso da luta das mães, foco desta pesquisa, compreendemos que a presença delas nas ruas e a insistência junto ao judiciário, caracterizam-se como formas de resistência à manutenção das práticas racistas que geram as mortes da população negra nas favelas – resistência que trataremos como práticas de reexistência e de esperança (Souza, 2009; Silva e Lee, 2020). O cenário mais amplo onde as práticas de resistência dessas mães se inserem trata do país que conta com uma das polícias mais letais da América Latina – o Estado do Rio de Janeiro soma o maior número de homicídios decorrentes de intervenção policial do Brasil, isto é, quando a morte de um indivíduo é alegada como defesa legítima do policial (ou fruto do cumprimento do seu dever). Em função da história do desenvolvimento das relações raciais brasileiras, é possível relacionarmos esse cenário com o código postal onde a maioria dessas mortes se dão e com a cor da pele de suas vítimas. Observar o contexto no qual as mães atuam põe em destaque o trabalho político que a manutenção do ativismo dessas mulheres exerce na esfera pública, de produzir denúncias e demandar mudanças significativas no campo das leis brasileiras e do sistema judiciário.

Engajar-se em movimentos sociais envolve mais do que trabalho político, no sentido de identificar-se com uma causa social e buscar meios para fazê-la possível. Envolve trabalho emocional – especialmente quando se trata de emoções como o luto, consideradas delicadas. Envolve, portanto, o gerenciamento das emoções. O contexto histórico e as emoções são questões que fazem parte da investigação de como as mães participantes da Rede transformam o luto em luta. Sendo um movimento composto, majoritariamente por mães, a maternidade é um elemento que participa ativamente da luta.

A partir do objetivo mais geral de nosso estudo, elencamos três perguntas que nortearam a análise dos dados gerados por meio de gravação das manifestações públicas organizadas pela Rede:

1) como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?

2) como emoções e sofrimento são organizados nas narrativas desses familiares?

2) que mecanismos discursivos são utilizados nessa articulação?

Tendo em vista a articulação entre as quatro esferas que permeiam nosso estudo, os seguintes objetivos mais delimitados foram propostos:

- Compreender como questões de ordem macrosocial, como o racismo e as políticas de segurança pública são tornadas relevantes na transformação da dor em revolta.
- Analisar que papel o pertencimento à favela exerce nas narrativas.
- Observar como os familiares constroem laços de solidariedade em seus discursos.
- Entender os significados do ativismo sustentado, isto é, da permanência na luta por justiça após o arquivamento do caso, isto é, do Inquérito Policial.

Para dar conta dos objetivos fixados, a tese segue o percurso textual detalhado abaixo:

O capítulo 2, de contextualização, apresenta de forma mais específica como se dá a atuação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e a insere no debate sobre os movimentos sociais. Depois segue com a apresentação do “estado da arte” acerca da atuação política de mães de vítimas da violência do Estado, com trabalhos de áreas como a Antropologia, a Sociologia e as Relações Internacionais. São estudos imprescindíveis para a compreensão da luta das mães manifestantes enquanto capital político para desafiar a noção de soberania do Estado (Araújo, 2007; Santiago, 2016).

O capítulo 3 trata dos pressupostos metodológicos e dos procedimentos adotados para a geração de dados e análise. Insere a presente pesquisa como parte dos

estudos de base qualitativa interpretativista com observação participante. Apresenta como estou inserida no contexto da pesquisa – como ativista e pesquisadora branca, de classe média e moradora de área central da cidade –, produzindo reflexões sobre a distância entre a minha vivência e as vivências das participantes da Rede e sobre a importância desse entendimento para o desenvolvimento deste estudo. O capítulo traz ainda três importantes decisões metodológicas que influenciam o curso da pesquisa: a questão ética, a delimitação dos objetivos e a escolha dos dados.

Com o propósito de dar destaque às quatro esferas e objetivos específicos da pesquisa, os capítulos seguintes seguem um padrão diferente daquele adotado em muitos dos trabalhos da área de Linguística Aplicada. Optamos por organizar a tese de modo a, em lugar de apresentar os capítulos teóricos e depois a análise dos fragmentos narrativos, apresentar capítulos a um só tempo teórico e analíticos em torno de cada tema em questão. Acreditamos que esse tipo de organização põe em destaque as quatro esferas abordadas – de modo que cada capítulo debate um tópico em termos de sua teoria e “materializa” a questão com a análise dos fragmentos narrativos.

Começamos com o capítulo 4 que trata da centralidade das narrativas da Rede. Localizamos em que tipo de análise discursiva nosso estudo se insere – a análise de narrativa – compreendida como forma de organização da experiência humana (Bruner, 1997). Apresentamos os elementos labovianos como importante entrada para a identificação do que é uma narrativa, ressaltando que tais elementos serão utilizados em interface com os estudos que contemplam os aspectos da narrativa referentes aos valores socioculturais e interacionais que fundamentam a prática discursiva – também abordados no capítulo (Riessman, 1993; Linde, 1993; Bruner, 1997; Moita Lopes, 2001; Bastos e Biar, 2015). Para a análise, destacamos categorias presentes nos estudos de Linde (1993) e Bruner (1997) que abordam a coerência na narrativa, isto é, como causalidades são atribuídas a fim de produzir explicações para os eventos narrados – no caso de nossa pesquisa, compreendemos essas causalidades como racionalizações (Thompson, 1995) para os eventos que circundam a morte dos jovens nas favelas. A análise que finaliza este capítulo apresenta de que elementos são constituídas as narrativas da Rede, que chamamos de **narrativas de engajamento**. Os capítulos

seguintes dão conta de como esses elementos são mobilizados nos mecanismos discursivos que participam da organização das emoções nas narrativas.

O contexto histórico que envolve morte de jovens nas favelas e a luta de suas mães foi dividido entre os capítulos 5 e 6. O capítulo 5 trata do contexto macrossocial mais amplo. Compreende que a história das relações raciais no Brasil tem influência direta na forma como a sociedade em geral é contemporaneamente estruturada, mais especificamente, como o Judiciário e as políticas de segurança pública são organizadas. Este capítulo é teórico e constrói uma base histórica para a discussão do capítulo seguinte, de modo que dá “zoom” no desenvolvimento das relações raciais, debatendo o conceito de raça e de racismo, bem como a possibilidade de resistência e construção de uma identidade negra. A história dessas relações no Brasil posicionou, ou melhor, tentou posicionar, o negro no lugar da subordinação – seja por meio da escravidão, seja por meio da pobreza, ou ainda, da criminalização. A luta das mães aqui focalizadas se insere no centro dos embates discursivos sobre esse lugar – elas produzem resistência em relação a esse lugar da subordinação, da criminalização.

Já o capítulo 6 aborda o contexto mais imediato que participa das mortes nas favelas, que se traduz nas seguintes consequências do racismo: a tipificação “auto de resistência” e os trâmites jurídicos subsequentes. Nesse capítulo, focamos no estado do Rio de Janeiro e na escalada da letalidade policial, fruto do tipo de política de enfrentamento adotada no “combate às drogas”. Também apresentamos reflexões sobre o lugar favela, sua importância no cenário dessa “guerra” e no contexto de luta das mães. Encerramos a seção com a análise dos fragmentos narrativos que acionam o contexto macrossocial de racismo, Necropolítica, preconceito e políticas de segurança pública como causalidades que atribuem certa coerência racionalizada para explicar as mortes nas favelas.

Sendo a Rede um movimento formado majoritariamente por mães, reservamos o capítulo 7 para tratar da maternidade negra enquanto instrumento de luta política. Apresentamos brevemente o significado da maternidade negra e suas diferenças em relação à maternidade branca; e como a luta das mães engajadas na Rede é interseccional, atravessada por questões de raça, classe e gênero. A análise que finaliza o capítulo investiga como o “ser mãe” é utilizado pelas participantes do movimento

como categoria de pertença na qual o luto e a luta são compartilhados como instrumentos de ação política.

Por fim, o capítulo 8 trata do gerenciamento das emoções. Apresentamos a área de Antropologia das Emoções e como os estudos das emoções têm sido acionados para **a investigação** dos movimentos sociais. A noção de choque moral – evento que suscita indignação capaz de catalisar emoções e levar indivíduos a participarem de mobilizações e movimentos – (Jasper, 1997) é a categoria que elegemos, junto à análise de narrativa para o estudo de como os familiares de vítimas da violência policial se engajam em movimentos como a Rede. Encerramos o capítulo analisando os fragmentos narrativos, buscando compreender como o choque moral é construído nas histórias que esses familiares contam e como por meio de suas performances narrativas eles gerenciam suas emoções.

O capítulo 9 finaliza a tese e, além das considerações finais sobre a análise, apresenta reflexões sobre os efeitos discursivos que a luta das mulheres participantes da Rede produz. Para além de resistência contra o racismo estrutural e denúncias contra a lógica de atuação do sistema como um todo, a narrativa dessas mulheres produz reexistência (Souza, 2009), na medida em que se impõem à frequente banalização da morte de jovens negros nas favelas. Ao reenquadrar essas mortes como parte de um sistema, essas mulheres tiram seus filhos da esfera dos números, das estatísticas e atribuem um rosto a esses números, às consequências do racismo – elas humanizam essas vítimas, o que intensifica a denúncia que fazem.

*“A gente sabe que a gente está ativa, está militando, está resistindo o tempo todo.”
Marielle Franco.*

2. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência policial no contexto dos movimentos sociais contemporâneos

No Brasil, temos algumas mobilizações e movimentos sociais de décadas anteriores à fundação da Rede. O presente capítulo trata do contexto histórico de formação e atuação da Rede, depois segue com uma reflexão que insere a Rede nos estudos sobre movimentos sociais e finaliza apresentando o Estado da Arte – importantes trabalhos que estudam a atuação de mães de vítimas da violência policial sob três perspectivas: da Antropologia, das Ciências Sociais e das Relações Internacionais.

2.1 Nossos mortos têm mães – a atuação dos familiares de vítimas da violência policial

Ao longo dos anos 1990, várias mobilizações contra a violência policial nas favelas aconteceram na cidade do Rio de Janeiro. Em julho de 1990, onze jovens moradores de Acari (uma favela localizada na Zona Norte do Rio) desapareceram de um sítio, na cidade de Magé (interior do Estado). Uma testemunha contou que eles foram levados por homens que se identificaram como policiais militares. Os corpos desses jovens nunca foram encontrados, apesar disso, o episódio ficou conhecido como Chacina de Acari¹. As mães dos desaparecidos se uniram na luta por respostas e por justiça e acabaram formando um grupo que ficou conhecido como Mães de Acari. Em 1993, uma delas foi assassinada após sofrer uma série de ameaças². Esse é um dos

¹ Maiores informações: <https://www.anf.org.br/26-de-julho-os-26-anos-da-chacina-de-acari/>

² Ver: <https://www.geledes.org.br/25-anos-da-chacina-de-acari-expoe-crise-aguda-do-sistema-de-justica-criminal-no-brasil/>

primeiros movimentos organizados por mães de vítimas da violência policial na cidade do Rio de Janeiro, no período pós-ditadura militar³. Apesar de o caso ter sido arquivado, essas mães ainda cobram uma resposta das autoridades.

Outras mobilizações ocorreram ao longo dos anos 1990 e 2000, com a participação de grupos de várias comunidades. Em 23 de julho de 1993, policiais militares atiraram contra cerca de 70 pessoas que estavam dormindo nas proximidades da Igreja da Candelária, localizada no Centro do Rio de Janeiro. Oito jovens foram assassinados nessa ocasião, que ficou conhecida como Chacina da Candelária⁴. Os familiares das vítimas e militantes que lutam contra a violência do Estado formaram o grupo “*Candelária Nunca Mais!*”⁵, movimento de resistência que realiza atividades em frente à igreja todo dia 23 de julho para homenagear as vítimas e denunciar os abusos cometidos por policiais.

Em abril de 2003, o Rio de Janeiro vivenciou outro episódio de uso excessivo da força por policiais, a Chacina do Borel – na qual quatro pessoas foram mortas e duas ficaram feridas após uma operação policial no Morro do Borel, localizado na Zona Norte da cidade. Familiares das vítimas desta chacina, moradores da comunidade e outros ativistas fundaram o movimento “*Posso me identificar?*”. O nome do grupo faz alusão à caracterização das vítimas da violência nessa chacina e em outros momentos: eram trabalhadores que, segundo a versão dos policiais, foram confundidos com criminosos. No entanto, nem tiveram a chance de se identificar quando foram abordados pelos policiais e acabaram mortos.

Ainda no ano de 2004, algumas divergências internas no movimento se desdobraram na criação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência – movimento cuja atuação é protagonizada pelos familiares das vítimas da violência do Estado. Farias (2020) apresenta a composição da Rede a partir de uma entrevista

³ Ao longo da ditadura militar formaram-se outras mobilizações e movimentos sociais compostos por ativistas e familiares de desaparecidos ou mortos da ditadura – como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil e Movimento Feminino pela Anistia.

⁴ Quatro policiais do 5º Batalhão da Polícia Militar foram acusados e condenados pelo crime e um ex-PM morreu antes de ser julgado. No entanto, três dos condenados saíram antes de completar 20 anos de pena, graças a indultos judiciais, e um deles está foragido. Maiores informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=pC6bIhGQWc8>

⁵ Página do movimento:

<https://www.facebook.com/candelarianuncamais/?eid=ARD45Kn2Onz5SZNTqp-blkf-Lm3FcuPebz0JsmDzPqodYVcTRBTzQhcxKGQxDP-1YIaiNz2CAgE4-Ear>

realizada com um dos integrantes do movimento, que afirma que existem três grupos distintos no movimento:

um formado por pessoas que não necessariamente moram em favelas, mas que participam de movimentos sociais urbanos e atuam contra a violação dos Direitos Humanos⁶; outro composto por moradores de favelas que participam de atividades políticas dentro e fora das favelas; e um terceiro – ‘o mais forte’ – formado pelos familiares das vítimas de violência policial em favelas (2020, p. 29).

Este terceiro grupo “mais forte” é composto, majoritariamente, pelas mães das vítimas – mulheres negras, moradoras de favelas. Portanto, o estudo do engajamento dessas mulheres em movimentos sociais precisa levar em consideração que a experiência da mulher negra com a maternidade é diferente das demais mulheres (hooks, 1984)⁷. Além do Borel, a Rede reúne moradores de outras comunidades como Acari, Caju, Maré, Coroa, Rocinha, Pedreira, Manguinhos, dentre outras favelas. É importante dizer que participação desses indivíduos nas manifestações e atividades promovidas pela Rede é fluida. Sustentar o ativismo em um movimento social não é uma tarefa fácil, principalmente quando o engajamento envolve situações de dor e sofrimento (ver discussão em cf.8.1).

O movimento é dividido nas seguintes comissões de trabalho: Comunicação e Informação; Apoio Jurídico às Comunidades; Apoio às Vítimas e Sobreviventes; Infraestrutura e Finanças⁸. Periodicamente, os membros participantes se reúnem para discutir questões referentes às denúncias de violência policial nas comunidades e planejar ações para mobilização nas ruas e outros eventos com o intuito de pressionar o Estado e difundir a agenda do movimento pela sociedade. Nos últimos anos a Rede vem prestando apoio jurídico e emocional para os familiares (com auxílio de entidades como a Anistia Internacional e a Justiça Global), além de promover manifestações para

⁶ Minha participação na Rede se encaixa nesse grupo – o capítulo 3 (cf. 3.2) trata da minha atuação como pesquisadora e ativista.

⁷ Ver capítulo 7 – O poder militante da maternidade.

⁸ Essas informações foram extraídas do site do movimento, que no momento da escrita dessa tese se encontra fora do ar: <https://redecontraviolencia.org/>

denunciar os casos de violência policial e cobrar maior eficiência e responsabilidade das autoridades na apuração desses casos⁹.

Outro movimento que atua junto à Rede e merece ser mencionado, é o Mães de Maio – composto por familiares de vítimas da violência policial no estado de São Paulo. Foi criado após os Crimes de Maio¹⁰, ocorridos em 2006 na Grande São Paulo e Baixada Santista, quando cerca de 500 pessoas foram assassinadas e outras tantas desapareceram. Há indícios de que esses crimes tenham sido praticados por grupos de extermínio ligados ao Estado (Camarante, 2016). O movimento Mães de Maio foi oficializado no Fórum Social Mundial de 2009 e foi crescendo ao longo dos anos. Atualmente, faz parte de uma rede nacional que inclui familiares e amigos de vítimas da violência do Estado e familiares de presidiários. Esse movimento promove articulação com familiares na Bahia, em Minas Gerais, no Ceará e no Rio de Janeiro – recentemente, tem promovido ações junto a familiares da Colômbia e do México. A Rede, junto a esse movimento, atua como um canal para a articulação entre os diversos movimentos de familiares de vítimas da violência do Estado pelo país. Trata-se de uma articulação que exerce importante papel na construção da solidariedade mútua entre as mães e na manutenção do ativismo.

No contexto do aumento de homicídio decorrente de oposição à intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro, a Rede tem se configurado como um importante agente de luta para pressionar canais jurídicos como o Ministério Público e a Chefia de Delegacia Civil, com o intuito de “fazer andar” os Inquéritos Policiais de homicídio decorrente de intervenção policial – os outrora chamados de “autos de resistência” – e denunciar os policiais envolvidos nos crimes que vitimaram os filhos das mães engajadas no movimento. Essa atuação da Rede pode ser concebida como uma forma

⁹ Com a pandemia da COVID19, além da manutenção das denúncias de abuso da força policial nas favelas, a atuação do movimento se estendeu para a ajuda aos familiares por meio da distribuição de cestas básicas e medicamentos.

¹⁰ Os Crimes de Maio ocorreram após a decisão da SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) de transferir 765 presos para a penitenciária de segurança máxima de Presidente Venceslau, pois escutas telefônicas revelaram que organizações criminosas estariam planejando rebeliões para o Dia das Mães, que aconteceria no dia 14 de 2006. No dia 12, após a transferência de Marcos Willians Herba Camacho, o Marcola, motins foram realizados em 74 penitenciárias do Estado. Delegacias, carros e bases da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil Metropolitana foram atacados por integrantes da facção criminosa. Em resposta, muitos civis que não tinham envolvimento algum com as facções criminosas foram atacados nas periferias da capital e no litoral. Fonte: <http://ponte.org/crimes-de-maio-completam-9-anos-564-pessoas-morreram/>.

de desafiar as noções de soberania do Estado, uma vez que traz a público as acusações do envolvimento de agentes da lei em crimes, bem como as falhas do Estado na punição dos responsáveis pelas mortes de pessoas inocentes sob a etiqueta de ação em “legítima defesa” (Santiago, 2016).

Dentre as importantes ações da Rede, destacamos as participações nas inúmeras audiências de casos de “auto de resistência” e a criação da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado do Rio de Janeiro¹¹, lei que entrou em vigor em 12 de maio de 2016 e que tem como objetivo homenagear as vítimas da violência policial no Estado.

Tendo em vista a importância da atuação da Rede enquanto um movimento social, a próxima subseção apresenta um breve debate teórico sobre a definição e atuação dos movimentos sociais no século XX e localiza nosso objeto de estudo a partir desse debate.

2.2 Movimentos sociais em discussão

Os movimentos sociais não surgem num vácuo social, tampouco emergem de forma controlada ou orientada por instituições. Diversos teóricos das Ciências Sociais vêm se debruçando sobre os movimentos sociais enquanto um fenômeno social para explicar em quais circunstâncias se formam e quais características gerais podem ser atribuídas a eles. Alguns estudos buscam diferenciar movimentos sociais de outros fenômenos, tais como “mobilizações” e “revoluções” porque a partir dessa diferenciação, é possível analisar os processos que envolvem os movimentos e quais mudanças são desencadeadas por eles na sociedade (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009).

Até o início do século XX, o conceito de movimento social contemplava a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos – são os chamados movimentos

¹¹ A semana que corresponde aos dias 12 a 19 de maio foi escolhida para representar a Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado do Rio de Janeiro em razão da mesma estar próxima à comemoração do Dia das Mães, bem como para tentar unificar a luta dos familiares de vítimas da violência do Rio de Janeiro e de São Paulo (estado que, de forma pioneira, instituiu em 2014, a “Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado de São Paulo”). Projeto de Lei na íntegra: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/5784d63d6e274fa483257fb10065b656?OpenDocument>

clássicos, caracterizados por lutas de classes, por exemplo, organização da classe operária exigindo direitos. Movimentos desse tipo foram analisados por diferentes correntes de viés, majoritariamente, marxista. Da segunda metade do século XX em diante, novos movimentos foram se organizando a partir de outras pautas de luta, como pobreza, discriminações, questões raciais e de gênero. O estudo desses fenômenos deu origem a diversas correntes¹².

Dessas correntes, citaremos a italiana, mais especificamente os estudos de Alberto Melucci (2001), para quem um movimento social resulta de processos sociais heterogêneos; não é uma resposta a uma crise, mas a expressão de um conflito. De forma geral, o autor caracteriza o movimento social como uma ação coletiva que comporta solidariedade e manifesta um conflito; busca ainda, a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema para o qual a ação coletiva é destinada. Em outras palavras, um movimento social luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos, propondo objetivos não negociáveis e, muitas vezes, questionando a legitimidade do poder político. A solidariedade, o conflito e a busca por ruptura dos limites de compatibilidade são as condições utilizadas por Melucci para identificar um movimento social enquanto categoria de análise. Vale ressaltar que a solidariedade se traduz em um importante elemento no processo de formação de um movimento social, pois possibilita a construção de identidades coletivas. A partir do momento em que o indivíduo se solidariza com a dor do outro, com os problemas dos outros, há uma empatia capaz de levá-lo a olhar de forma mais ampla para a sociedade, a olhar para o outro; esta é, pois, a principal característica do ator social (Calhoun, 1994). É assim que se torna possível a passagem de uma identidade individual para uma coletiva.

No Brasil, de acordo com Maria da Glória Gohn (1997), os estudos sobre os movimentos sociais durante os anos 1960 e 1970 seguiam as correntes de viés marxista. Já na década de 1980, a teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos toma novos contornos com o surgimento de novas lutas por moradia e pelo acesso à terra e

¹² Não cabe no escopo de nosso trabalho debater essas correntes, mas sim, localizar a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência dentro desse debate. Por esse motivo, optamos por incluir os debates mais relevantes para esse fim, que mesclam elementos da corrente francesa, italiana, do paradigma norte-americano e latino-americano. Para conhecer esse debate de forma mais profunda, ver Gohn (1997).

por sua posse; e de novas organizações como associação de moradores e movimentos dos moradores de favelas. Gohn ressalta que a partir dessa década, “as contradições das sociedades deixarão o lugar central das investigações para a procura dos elementos que conferem identidade aos movimentos”, com influências teóricas de Melucci, Foucault, Touraine, dentre outros (1997, p. 279). Nos anos 1990 e 2000, com a globalização e a informatização da sociedade, os movimentos sociais no Brasil e na América Latina se tornaram mais complexos e diversificados, o que levou à revisão de teorizações da segunda metade do século XX.

Os estudos de Scherer-Warren (1999; 2006) observam a diversidade identitária dos indivíduos, a transversalidade das demandas por direitos dos diferentes grupos sociais e as formas de ativismo e participação política em redes. Isso porque para a autora, os movimentos sociais, inseridos no contexto de uma sociedade em rede (Castells, 2005), foram percebendo cada vez mais “a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (Scherer-Warren, 2006, p. 113). O ganho desse tipo de organização – de redes de movimentos sociais – seria a possibilidade de transpor fronteiras territoriais, gerando, assim, articulações regionais, nacionais e transnacionais. Além da possibilidade de gerar uma transposição temporal, isto é, a manutenção de uma luta por direitos humanos que atravessa diversas gerações históricas e suas respectivas plataformas.

Em termos teóricos, a Rede de Comunidades e Movimentos pode ser compreendida enquanto uma articulação em rede entre as mães de vítimas da violência policial e ativistas originários de diversos movimentos sociais, que conta com uma estratégia de ação coletiva, solidária e cooperativa tal qual os movimentos em redes estudados por Scherer-Warren (1999). Em termos de sua atuação, as mães de vítimas da violência policial se valem do apoio de diversos ativistas para a manutenção de um ativismo coletivo que se sustenta ao longo de anos. Por exemplo, familiares que já tiveram seus casos arquivados permanecem na luta em solidariedade aos outros. A partir disso, compreendemos que o engajamento na Rede faz com que esses indivíduos se tornem sujeitos coletivos e políticos, que lutam por transformações sociais (Touraine, 2007) – suas lutas individuais, a resolução do caso de seus filhos, se tornam

coletivas, expressas na resolução de todos os casos e em mudanças no sistema para que não haja mais vítimas.

Desse modo, em nossa visão, a Rede pode ser classificada como um movimento social nos termos de Melucci (2001): trata-se de uma ação coletiva construída por diversos ativistas, que comporta solidariedade dentre as mães e manifesta um conflito; que busca a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema, que se materializa na luta dos participantes contra as políticas de segurança pública que acabam por produzir vítimas diárias.

Passaremos agora a uma breve explanação dos estudos sobre a articulação política de mães de vítimas da violência do Estado no Brasil, explicando de que forma tais estudos fornecem importantes reflexões para a argumentação desenvolvida na presente pesquisa.

2.3 O Estado da Arte

Há alguns trabalhos sobre a luta por justiça das mães que perderam seus filhos em decorrência da ação policial na literatura brasileira. A maior parte dos trabalhos se concentra na área da Antropologia Social e Ciências Sociais; há alguns trabalhos também no campo das Relações Internacionais. Apresentaremos agora uma breve revisão de literatura sobre a mobilização de mães na luta por justiça, mais especificamente, sobre a atuação da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência¹³.

A maioria dos trabalhos recentemente produzidos sobre a luta das mães faz referência aos trabalhos das antropólogas Rita Freire (2002) sobre o Caso de Acari, de Adriana Vianna (2011; 2014) junto a militantes e familiares de pessoas mortas em contextos de violência institucional e de Paula Lacerda (2012; 2014) sobre a dor das mães dos meninos “emasculados” em Altamira, no Pará. São trabalhos que mobilizam diferentes esferas do engajamento na luta por justiça após um episódio de violência

¹³ O capítulo 7 retomará importantes trabalhos que debatem a centralidade da maternidade negra para a atuação política das mães engajadas.

institucional. O debate teórico metodológico proposto por cada uma dessas pesquisas traz à tona a relevância de estudos como o que a presente pesquisa propõe.

“Assim, vou falar de mães. Mas não vou falar de qualquer mãe. Essas mães têm classe, têm raça, e tiveram suas vidas marcadas por um acontecimento violento. Esse acontecimento fez com que se unissem” (2002, p. 71). É assim que Freire aborda o objeto de sua pesquisa – sua ênfase está na imagem da mãe e das suas dores e da forma como as mães das vítimas (desaparecidas) da Chacina de Acari mobilizaram essa imagem como um agente eficaz para a luta por justiça e a busca por solidariedade. Vianna e Farias (2011) observam o protagonismo simbólico acionado pela categoria “mãe” enquanto um elemento de autoridade moral nos atos políticos para a construção da violência e da ilegitimidade da morte de jovens nas favelas. As autoras propõem um debate em torno das relações entre gênero e violência, mais especificamente, a relação entre gênero (a luta das mães) e Estado (o autor da violência). Já Lacerda (2014) analisa o engajamento das mães dos meninos vítimas de “emasculação” em Altamira a partir de dois entendimentos: a importância da “superação” do estado emocional para tornar possível o ato de lutar; e como o “falar sobre o caso” representa não apenas um ato político, mas também, uma cura individual. Todas essas considerações se fazem presentes em algum grau e, até, mais profundamente desenvolvidos, nos trabalhos que se seguem sobre a luta das mães por justiça.

Sobre a Chacina de Acari, além do trabalho de Freire (2002), destaco a dissertação de mestrado do sociólogo Fábio Araújo (2007), na qual o autor argumenta que é a partir da vivência do luto que as mães de Acari elaboram práticas reivindicativas de justiça – o que envolve a denúncia pública. Em outras palavras, a dor é transformada em capital político na medida que as mães elaboram a denúncia da violência e do desaparecimento de seus filhos em manifestações públicas. Nesse processo, a maternidade é mobilizada como um recurso legitimador da ação dessas mulheres, que falam de um lugar de criminalizado e criminalizável: a favela.

Em julho de 2000, teve início a campanha “Basta! Eu quero paz”, organizada pela ONG Viva Rio, com o apoio de outras organizações não-governamentais. A campanha propagou-se por outras cidades do país e tinha como objetivos protestar contra a violência. Em capítulo intitulado “As mães em movimento”, Márcia Pereira

Leite (2004) analisa a participação das mães de vítimas da violência no “Mural da Dor”, atividade que abriu a campanha. Ela observa o papel que as mães foram chamadas para desempenhar pelo Viva Rio na atividade e enfoca nas estratégias de inserção ou afastamento mobilizadas por esse grupo no Mural. Na visão da autora, a categoria “mães de vítimas de violência” constituía atores indispensáveis em função da dimensão simbólica que essa categoria carrega. Dimensão expressa na ideia de que os laços primordiais mais estreitos se dão na relação mãe-filho. Sendo assim, “a perda e a dor seriam, mais intensamente experimentadas pelas mães que, em decorrência, seriam os personagens mais legítimos para denunciar violações de direitos, exigir reparações, cobrar deveres morais e clamar por justiça” (2004, p. 155). No processo de construção social e política dessa categoria “mãe de vítima de violência”, o sentimento de perda transforma-se no capital simbólico que dá suporte e credibilidade às mães como atores sociais. A luta de mulheres (mães ou viúvas) traz os sentimentos como argumentos para a ação política. Trata-se de uma atuação que tem como símbolo mais expressivo e legítimo as imagens de dor, indignação e inconformismo, persistência e dignidade. Destacamos a importância desse trabalho, ao localizar a forma como a categoria mãe vem sendo acionada enquanto uma forma de legitimação da ação política no Brasil (tal qual se viu no movimento das *Madres de La Plaza de Mayo*¹⁴).

Em outros trabalhos, a cientista social Juliana Farias vem desenvolvendo pesquisa com/sobre a Rede ao longo dos últimos 15 anos. Em sua dissertação (2007), a autora acompanhou o movimento “*Posso me identificar?*”. Ela examinou como se dá o processo de atualização das estratégias de visibilidade (ou de sobrevivência) utilizadas pelo movimento para denunciar a violação dos direitos humanos, exigir justiça, reivindicar o direito à cidade e, também, para legitimar a luta de moradores de favelas contra a violência policial que os atinge. Ela ainda debate as interseções entre os favelados e as pessoas do asfalto. Já em sua tese (2014), que recentemente se tornou livro (2020), a socióloga reflete acerca das atualizações dos mecanismos de controle sobre os moradores das favelas. A partir das formulações de Foucault (2008b) sobre governabilidade e de Veena Das e Deborah Poole (2004) sobre as margens do Estado, a autora desenha uma etnografia do Estado, empreendendo uma análise que destaca as

¹⁴ A luta dessas mulheres argentinas e a importância desse movimento social é mencionada na nota 129.

ângulações da gestão governamental das favelas a partir das execuções sumárias dos moradores desses territórios e da forma como a “investigação” desses casos são conduzidos. Para tanto, o registro do “auto de resistência” se configura como um importante elemento para a compreensão das engrenagens dessa gestão, que ela chama de “governo de mortes”.

O desenvolvimento da pesquisa de Farias se deu a partir do seguinte caminho: “uma favela, um beco, uma casa, uma mãe, a foto de um filho, um laudo cadavérico” (2020, p. 26). Esse caminho é descrito por meio de uma etnografia na qual a autora acompanhou as movimentações de integrantes da Rede no longo caminho das esferas judiciárias, abordando o “auto de resistência” sob a ótica daqueles que tiveram a morte de seus entes queridos assim justificada pelas vias institucionais. A tese é dividida em duas partes. Na primeira, Farias explora declarações públicas e reuniões oficiais, cujo assunto central eram as mortes de moradores de favelas ocorridas durante incursões policiais. Na segunda parte, ela explora as relações “estado-margens” nas quais os indivíduos entram efetivamente em contato com as práticas de governamentalidade que, de forma pouco visível, participam da engrenagem de gestão das mortes dos moradores das favelas. A partir desse trabalho, podemos observar como as estruturas do Estado funcionam de forma a colaborar com a manutenção das mortes nas favelas – funcionam, portanto, sob as bases da Necropolítica (Mbembe, 2018) – como veremos no capítulo 6 (cf. 6.3).

Como temos sublinhado, a área da Antropologia das Emoções é uma importante fonte teórica para o entendimento do papel das emoções no engajamento em movimentos sociais, por isso, destacamos o artigo intitulado “Quando as emoções dão forma às reivindicações” (2011), escrito pela antropóloga Jussara Freire. Em análise sobre as emoções e afetos expressos por integrantes de movimentos de mães de vítimas da violência policial na Baixada Fluminense, a autora discute as emoções enquanto um repertório fundamental de gramáticas políticas, acionado pelas mães para acessar o espaço público, isto é, para acessar a solidariedade do grupo e de uma audiência mais ampla. A emoção é analisada em seu potencial de conferir o lugar da fala; Freire busca compreender como a dor, o sofrimento e a lamentação podem traduzir um último recurso para a tomada de voz dessas mulheres nas manifestações nas vias públicas. Ela

também enfatiza como a luta por justiça se configura como um “trabalho cognitivo de limpeza moral” – as mães lutam para limpar o nome de seus filhos, que, no momento da morte, foram classificados como criminosos em função daquilo que consta no Registro de Ocorrência: “homicídio decorrente de intervenção de agente do Estado”. Em sua análise, o engajamento político é despertado a partir de dois elementos: a dor e a morte. As discussões realizadas pela autora se relacionam intimamente com o debate proposto em nossa tese, de modo que a análise dos mecanismos discursivos que são elaborados pelas mães no processo de transformação do luto em luta envolve o papel desempenhado pelas emoções enquanto gramáticas políticas.

Ainda sobre trabalhos localizados na área supracitada, em pesquisa etnográfica envolvendo a atuação de mães engajadas na Rede de Comunidades e Movimentos, a atuação de uma ONG chamada Criola e a atuação de mulheres negras vizinhas do bairro onde nasceu e cresceu na Baixada Fluminense, a socióloga Luciane Rocha (2014) argumenta em favor da maternidade negra como forma de recriação da sociabilidade negra na Diáspora Africana. Para tanto, ela apresenta uma imagem da maternidade negra enquanto ação criativa de resistência, de nutrição e recuperação de vidas negras para postular uma alternativa às práticas genocidas que constituem a Diáspora. Em termos teóricos, a autora mobiliza os paradigmas da interseccionalidade (hooks, 1984; Collins, 2002; Crenshaw, 1991) junto à Antropologia das Emoções, compreendendo a emoção como um estímulo catalítico para o surgimento de projetos políticos radicais. Com base nos dispositivos que ela chama de *maternidade ultrajada*, *luto ultrajado* e *luta ultrajada*, a análise enfoca as estratégias individuais e coletivas (como as manifestações) elaboradas pelas mães na busca por justiça. Ela entende que tais estratégias funcionam como tentativas de “*des-matar*” jovens negros, isto é, a incessante luta por justiça (mesmo quando os casos já foram arquivados) são atos de coragem praticados por mães, cujo filho já foi condenado à morte. Esta luta é, pois, uma forma de garantir que sua maternidade continue. Por meio desta pesquisa, é possível compreender como o campo da Antropologia das Emoções em interface com outros debates do saber produzem importantes entendimentos.

Encerro a apresentação do estado da arte com os trabalhos de dois pesquisadores que também foram meus companheiros de luta ao lado das mães durante

parte do desenvolvimento da presente pesquisa – a socióloga Maria Eduarda Ota e o analista internacional Vinícius Santiago. A partir de uma etnografia multissituada sobre a atuação política de mães engajadas de vítimas da violência policial no Rio de Janeiro entre os anos de 2014 e 2018, Ota (2018) investiga como se dá a transformação de uma identidade, comumente, atribuída a essas mães por diversas esferas da sociedade, a de “fábricas de marginais”, para a de “mães guerreiras” (por elas reivindicadas). Para tanto, a autora dividiu sua análise em três partes: a primeira deu conta da relação dessas mães com o Estado (representado pela polícia, pelo sistema socioeducativo e pelo sistema judiciário), tendo como base a teoria do Estado nas margens de Das e Poole (2004) e da ascensão do Estado penal de Wacquant (2015); a segunda observou como as mães se organizam em torno da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e, assim, constroem uma identidade coletiva; a última parte propôs a noção de **etos de mãe guerreira** para discutir como essas mulheres se identificam como guerreiras que lutam por justiça, um processo que também envolve a luta contra o racismo estrutural.

Santiago (2016; 2020) parte do entendimento de que a luta das mães para que o Estado seja responsabilizado pelas mortes de seus filhos as inscreve em um movimento que mobiliza a maternidade como símbolo central para o engajamento político. Dessa forma, os corpos maternos se tornam os protagonistas contra a violência do Estado. Sua dissertação (2017), compreende a luta das mães como forma de desafiar a soberania do Estado. Sua tese (2020) aprofunda este debate, sublinhando a relação entre gênero e soberania. Ele argumenta que por um lado, o movimento das mães expõe uma das estruturas do Estado-nação, a ideia de que a soberania desta instituição repousa sobre uma economia sacrificial que depende da morte de determinados indivíduos. Por outro lado, a própria luta também insere essas mulheres em um outro tipo de lógica sacrificial: a luta por justiça.

Os trabalhos citados enriquecem a literatura crescente sobre a luta das mães que perderam seus filhos com base em diversas correntes teórico-epistemológicas e focam em diversas esferas da questão da violência policial de base racializada e das intersecções que atravessam a luta dessas mães. Para além da academia, são trabalhos que aumentam a visibilidade dos casos de violência policial e da luta dessas mulheres.

Entretanto, nota-se uma lacuna nessas análises – elas não observam o discurso desses grupos a partir de um arcabouço teórico-epistemológico discursivo. É justamente nessa lacuna que nossa pesquisa se insere.

Dentro das correntes existentes na linha de Análise do Discurso que buscam gerar entendimentos sobre aquilo que acontece na sociedade, a nossa pesquisa prioriza o discurso dos atores sociais para compreender como a violência e o racismo estrutural são construídos e retroalimentados nas mais diversas práticas discursivas e como a ação dessas mulheres constrói resistência contra esses elementos. Conforme já dissemos, elegemos a Análise de Narrativa a ferramenta teórico-metodológica para investigar como familiares de vítimas da violência do Estado (especialmente, as mães) se engajam em movimentos sociais e, assim, contribuir com os estudos sobre a atuação dessas mulheres. Passaremos agora para o capítulo que apresenta o percurso metodológico adotado para o desenvolvido desta pesquisa.

“Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio. Para os que entram nos mesmos rios, correm outras e novas águas.” Heráclito de Éfeso

3. Pressupostos Metodológicos

O presente trabalho está alinhado à metodologia qualitativa interpretativista de pesquisa, com observação participante. Neste capítulo, apresentaremos esse tipo de metodologia, discorrendo sobre os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Isso envolve a explicação sobre o posicionamento epistemológico e a relação *pesquisador x objeto de pesquisa*; a apresentação da relevância social da pesquisa e da descrição etnográfica; o debate sobre o posicionamento ético; e a apresentação dos procedimentos adotados para a análise e dos participantes da pesquisa. As subseções deste capítulo seguem a ordem acima detalhada.

3.1 O posicionamento epistemológico

Localizar uma pesquisa como alinhada à metodologia qualitativa interpretativista significa posicioná-la no campo dos estudos que procuram respostas para questionamentos que problematizam o *como* a experiência social foi criada e significada. Isso difere de pesquisas que enfatizam a mensuração do objeto estudado em termos quantitativos observando, por exemplo, a intensidade, a frequência e a quantidade de um determinado fenômeno em estudo. A metodologia qualitativa busca estudar as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006).

Uma pesquisa assim envolve a coleta de uma variedade de materiais empíricos, como estudo de caso, experiência pessoal, história de vida, entrevistas, dentre outros

que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. A pesquisa de base etnográfica, por exemplo, se configura como uma importante ferramenta para a geração desses materiais. Diversos pesquisadores das Humanidades utilizam variadas práticas interpretativas interligadas, na tentativa de tornar mais compreensível os mundos das experiências que investigam. “Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo” (*Ibid*, p. 17). Portanto, nessa ótica, toda pesquisa é interpretativa.

Partindo desse tipo de metodologia, buscaremos entendimentos a respeito de como as formas de organização da sociedade se relacionam com as atividades dos indivíduos no processo de fazer escolhas e conduzir a ação social em conjunto. Para tanto, nos baseamos na ideia de que uma das principais tarefas de um pesquisador é tentar compreender o significado das ações humanas e o que as pessoas estão fazendo ao se utilizarem da linguagem (entendida dentro do escopo da Linguística Aplicada). Trata-se, pois, de um estudo que se debruça, não sobre a linguagem em si, mas sobre os problemas práticos nos quais a linguagem está implicada no contexto do movimento social Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

Biar, Orton e Bastos (2021) sugerem que os estudos da Análise de Narrativa desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa *NAVIS – Narrativa e Interação Social*¹⁵ – privilegiam o microssocial como o ponto de partida de seus trabalhos. Isso porque o grupo, com suas diversas pesquisas, investiga os encontros sociais, sejam eles grandes ou pequenos, sustentados por práticas de linguagem – verbais ou não-verbais –, nas quais as pessoas (re)produzem a vida social. Como integrante do *NAVIS*, esta pesquisa também elege o microssocial o ponto de partida para a compreensão de como se dá o engajamento dos familiares de vítimas da violência policial em movimentos sociais como a Rede. No entanto, eleger o micro e enfatizar a agência dos participantes desse movimento, não significa desprezar as estruturas e molduras regulatórias mais amplas da sociedade.

A partir da distinção que faz entre a “ordem social” e a “ordem interacional”, Goffman (1983) compreende que a relação *micro x macro* envolve diferenças

¹⁵ Grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, do departamento de Letras da PUC-Rio: <http://navis.letras.puc-rio.br/>

estruturais (como questões de classe, raça e gênero, dentre outros) que participam da ordem microssocial. Embora estas sejam questões determinantes que regulem as relações sociais, os arranjos interacionais em que elas se manifestam podem trabalhar na direção de afrouxar tais determinações, subvertê-las, ou até reforçá-las. Em outras palavras, isso significa dizer que o peso das questões de ordem macroestruturais pode ser definido na ordem dos encontros sociais (Biar, Orton e Bastos, 2021). Nisso reside a possibilidade de mudança – que, não depende exclusivamente da agência de um indivíduo isolado, mas de ações conjuntas de muitos indivíduos; depende, dentre outras questões, de quem são esses indivíduos e das oportunidades políticas postas em dado contexto socio-histórico (Tarrow, 2009).

Levando em consideração que o “micro” *contêm* o “macro” e vice-versa, (Goffman, 1983), o estudo do engajamento de mães de vítimas da violência em movimentos sociais também envolve o estudo das questões macrossociais que fazem parte desse processo, tais como o racismo estrutural, as políticas de segurança pública que geram mortes nas favelas e os procedimentos jurídicos adotados para a investigação de mortes desse tipo (que, inclusive, retroalimentam esse cenário). Uma pesquisa como a nossa também proporciona uma compreensão do racismo e dessas outras questões em suas dimensões empíricas, isto é, por meio da descrição de situações concretas – mães negras reivindicando justiça por seus filhos negros mortos nas operações policiais nas favelas – a pesquisa atribui um rosto às consequências do racismo.

Como parte de uma perspectiva interpretativista, este projeto se desenvolve com a observação participante, tendo em vista que a minha atuação no contexto em estudo entrelaça o *eu militante* com o *eu pesquisadora*. Participo das reuniões e das manifestações promovidas pelo movimento e busco entender os significados que envolvem o engajamento dos familiares na luta por justiça. Compreendo que a minha atuação exerce influência no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que o pesquisador faz parte de sua pesquisa de alguma forma. Ademais, apenas a sua simples presença no ambiente já afeta o comportamento dos outros. Isso constitui o que Labov (1972) chamou de “paradoxo do observador”. Por esse motivo, o pesquisador precisa reconhecer a si próprio como um participante do campo e aprofundar sua compreensão

no processo de investigação (Denzin; Lincoln, 2006). É preciso, portanto, observar que o saber produzido nesse tipo de estudo será necessariamente permeado pela subjetividade do pesquisador. Como parte da atividade de pesquisa, exerço influência sobre o campo e sou por ele influenciada. Torno-me, assim, parte da investigação do estudo, o que desestabiliza as noções de neutralidade¹⁶ numa pesquisa.

Dessa forma, me posiciono como pesquisadora militante e me alinho à possibilidade de fazer pesquisa e fazer política conjuntamente. Se queremos compreender aquilo que acontece na vida social por meio de uma pesquisa aplicada no campo da linguagem, essa postura colabora com os entendimentos das mudanças sociais contemporâneas (Moita Lopes, 2009).

3.2 A relação militante x pesquisadora – limitações e possibilidades

A minha entrada na Rede é anterior ao início desta pesquisa. Conforme relatei na introdução, a primeira vez que vi uma mãe falando ao microfone foi em um evento, mais especificamente, foi em junho de 2015, quando o Coletivo Projetação¹⁷ foi convidado para participar de uma ação no Circo Voador¹⁸. Na ocasião, projetamos um curta chamado *Cada luto, uma luta*. Era sobre a história de Ana Paula, mãe de Johnatha¹⁹. O evento ainda contou com a participação de outras mães do Rio de Janeiro e algumas mães dos jovens desaparecidos em Ayotzinapa em 2014²⁰. Ao final do filme,

¹⁶ Questão já muito discutida nos estudos em Ciências Humanas. Uma vez que o pesquisador escolhe algum determinado caso para estudo, ele delimita esse objeto, de maneira que manter a distância desse objeto para se alcançar resultados genuínos, neutros ou livres de subjetividade torna-se uma questão inviável. Nos alinhamos à ideia de que o pesquisador, inevitavelmente, faz parte de sua pesquisa.

¹⁷ Coletivo de mídia alternativa do qual faço parte. É um coletivo que se formou durante as manifestações de 2013; investe na ocupação de espaços públicos como forma de expressão política, projetando imagens durante manifestações na cidade – são imagens que tratam das demandas dos mais diversos grupos minoritários; além de projetar filmes em praças públicas, seguidos de debates. Para saber mais, ver a página: https://www.facebook.com/plataformaprojetacao/about/?ref=page_internal

¹⁸ Mais informações sobre o evento: <https://anovademocracia.com.br/no-158/6115-rj-grande-evento-lanca-livro-cade-o-amarildo>

¹⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qDyyoYgYsaY&ab_channel=VitoVideomaker

²⁰ Em setembro de 2014, 43 estudantes de uma escola rural da região de Iguala, no México, desapareceram após terem sido detidos pela guarda municipal da região. As investigações apontam versões contraditórias sobre o que aconteceu. A versão oficial, divulgada em janeiro de 2015, confirma a morte dos estudantes e sugere o fim das investigações. Segundo ela, os normalistas teriam sido detidos a mando do prefeito de Iguala, José Luis Abarca, para evitar que fossem protestar num evento no qual sua esposa divulgaria os resultados do Sistema Municipal para Desenvolvimento Integral da Família.

elas pegaram o microfone e contaram suas histórias. Eu fiquei hipnotizada pelas palavras dessas mães. Ao mesmo tempo que eu estava chocada com os relatos de violência, eu estava encantada com a força daquelas mulheres.

Em dezembro do mesmo ano, durante um evento chamado *Mais amor, menos capital*²¹, tive contato com outra mãe, Deize Carvalho, mãe de Andreu, que foi morto por agentes do DEGASE²² em 2008. O evento contou com uma mesa de debates com ativistas e representantes de movimentos sociais. Deize era uma das integrantes da mesa e, durante o seu momento ao microfone, ela falou sobre a sua história, sobre a sua luta e apresentou sua autobiografia intitulada “*Vencendo as adversidades*”. Comprei o livro. Na contracapa tinha uma foto das cartas que Andreu enviara para sua mãe em uma de suas passagens pelo Sistema Socioeducativo. Ao ver aquilo, me lembro de ter decidido que eu não leria o livro, pois achava que não aguentaria ter mais detalhes sobre aquela história. Mas eu estava marcada. Estava inquieta. Não sei precisar quando exatamente, mas em 2016, li o livro.

Ao longo do ano de 2016, fiz contato com Ana Paula pelo *Facebook* para conhecer um pouco mais sobre a luta das mães de vítimas da violência policial. Comecei a participar de alguns protestos e consegui assistir a duas audiências no Tribunal de Justiça. Nesse primeiro momento, fui me engajando em algumas atividades de maneira tímida, sempre me apresentando como participante do Coletivo Projetação. Conforme fui me fazendo presente nas atividades e oferecendo suporte com equipamentos do Coletivo, como caixa de som e microfone, fui me tornando um pouco mais conhecida. A partir de agosto daquele ano, decidi que faria um projeto de pesquisa sobre a luta das mães. Em setembro, fiz contato com a Deize e marcamos uma reunião. Foi a primeira entrevista semi-estruturada que fiz. Foi um momento em que aprendi muito, não apenas sobre a história dela, mas também sobre os trâmites legais que envolvem os casos de “auto de resistência” e a atuação da Rede de Comunidades e

Mais notícias sobre o caso: <https://brasil.elpais.com/noticias/matanza-estudiantes-normalistas-igualda/?rel=arch>

²¹ Neste evento, diversos ativistas e coletivos de mídia alternativa se juntaram e organizaram uma Ceia de Natal na Cinelândia (Centro do Rio de Janeiro) para pessoas em situação de rua. Página do evento: <https://www.facebook.com/maisamormenoscapital>

²² O DEGASE é o Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. É a instituição responsável por promover medidas socioeducativas para menores em conflito com a lei.

Movimentos contra a Violência. Ela foi, oficialmente, a primeira participante da minha pesquisa, que ainda estava em fase de elaboração do projeto.

Em 2017, já aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, me engajei ativamente na Rede. Comecei a participar das reuniões de elaboração das atividades e dos protestos como apoiadora, fornecendo equipamentos de som e ajudando na execução de qualquer atividade que me fosse requisitada. A partir desse momento, a minha atuação se dividiu em duas esferas que, na minha visão, se complementam: pesquisadora e apoiadora/militante do movimento. Como tal, entendo que esta relação *pesquisadora x objeto de pesquisa* atravessa contornos mais complexos do que as discussões acerca da neutralidade e da imparcialidade em uma pesquisa. Além disso, é preciso pontuar que sou uma pesquisadora militante branca, moradora de uma área central da cidade, atuando em um movimento social composto, majoritariamente, por mulheres negras, moradoras de favelas do Rio de Janeiro. Essa distância entre vivências e experiências de vida precisa ser considerada no ato de fazer pesquisa e na compreensão dos resultados desta.

A realidade vivenciada pelos familiares de vítimas da violência policial é uma situação distante das minhas vivências pessoais, poderia, inclusive, ser classificada como o “exótico”²³ a ser observado. No entanto, a minha militância e o meu engajamento na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência me aproximam dessa realidade, de modo a torná-la um pouco mais “familiar” do que o que ela é para os demais moradores da cidade do Rio de Janeiro (por exemplo). De todo modo, a realidade, seja ela familiar ou exótica, é sempre filtrada por determinado ponto de vista do observador. Ela é sempre percebida de maneira diferenciada, sob lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da etnicidade (Denzin; Lincoln, 2006; Velho, 2008 [1981]). Sendo assim, o estudo da sociedade precisa ser percebido enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa (Velho, 2008 [1981]), pois não há uma verdade única e absoluta para a interpretação dos dados coletados em uma pesquisa, “não existem observações objetivas, apenas observações

²³ A trajetória antropológica de uma pesquisa de “transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico” foi discutida em Da Matta (1974). O autor Gilberto Velho (2008 [1981]) debate dimensões mais profundas daquilo que pode ser considerado familiar.

que se situam socialmente nos mundos do observador e do observado – e entre esses mundos” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 33).

Apesar de estar engajada na Rede, reconheço o olhar situado desta pesquisa e suas limitações, dado o lugar social de onde venho e as minhas vivências (pesquisadora branca, moradora de área central da cidade, considerada de classe média). Desse modo, posso ser considerada por alguns, uma *insider*, porque participo do movimento social, mas também, uma *outsider*, uma vez que nunca experienciei a violência policial como um morador da favela a sofre. Compreendo que esta relação com o objeto (*in/out*) também traz ganhos para a pesquisa no que diz respeito, tanto às escolhas metodológicas, quanto à interpretação dos dados.

Com base no lugar social de onde falo, há de se considerar ainda o debate sobre o *lugar de fala*. A filósofa Djamila Ribeiro (2019) pontua que não há uma epistemologia determinada sobre o termo *lugar de fala*; ela compreende, então, que é a partir da teoria do *ponto de vista feminista*²⁴ (Collins, 1990) que é possível debater o lugar de fala. Para Ribeiro, pensar sobre esse termo é refutar a historiografia tradicional e romper com a hierarquização de saberes, fruto da hierarquia social; é romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado. Isso “não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo” (2019, p. 64), tem a ver com o direito a existência digna, a ter voz, a acessar certos espaços e produzir epistemologias próprias. Sobre isso, Rosane Borges (2017)²⁵ entende que saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos a hierarquia, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo. Ribeiro ainda ressalta, que é preciso ter cuidado para não confundir representatividade com lugar de fala, por exemplo, uma pesquisadora branca como eu, não representa a luta de mulheres negras, mães de vítimas da violência policial; eu falo sobre elas, mas de um lugar bem específico e, inclusive, com vivências distantes desse grupo. “Falar a partir de lugares é também

²⁴ O *ponto de vista feminista* traz à tona a matriz de dominação sob uma perspectiva interseccional, isto é, considera não apenas o gênero, mas também a raça e a classe para pensar sobre as desigualdades na qual a mesma pessoa pode se encontrar, dependendo de suas características. Nesta teoria, a constituição do sujeito que produz conhecimento, também é colocada nessas bases interseccionais; é nesse ponto que Collins (2002) aborda o ponto de vista das mulheres negras.

²⁵ Ver entrevista completa na qual Rosane Borges explica sua visão sobre o lugar de fala: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-c-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%ABlico>

romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica nem se quer se pensem” (2019, p. 83). Todavia, nesse processo, é fundamental que os indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado consigam perceber as hierarquias produzidas a partir desse lugar, como são, de certa forma, beneficiados por elas e como isso impacta diretamente a constituição de grupos subalternizados.

É, pois, reconhecendo tal situação, o meu lugar de privilégio, e com base nos pressupostos éticos e teórico-metodológicos nos quais a presente pesquisa se alinha, que busco lançar entendimentos sobre o engajamento das mães de vítimas da violência policial em movimentos sociais; propondo uma discussão que conecte esta violência com o racismo estrutural presente na sociedade brasileira e, sobretudo, a ampliação da visibilidade da luta dessas mulheres. Isso tem íntima relação com a relevância da pesquisa, apresentada na subseção a seguir.

3.3 Relevância social da pesquisa

A luta de movimentos como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência ecoa nas ruas e nos tribunais. Um estudo sobre o engajamento dessas mães em movimentos sociais possibilita maior visibilidade de uma causa tão urgente, que é a morte de jovens e a impunidade dos policiais acusados de cometerem esses crimes em ações preventivas ou de patrulhamento. Tal questão reforça a relação que a presente pesquisa tem com a sociedade: manter o debate em torno do papel e da atuação das forças de segurança do Estado, bem como o papel deste na fiscalização dessas forças.

Priorizar as narrativas das mães de vítimas da violência policial também é uma forma de observar como o racismo se faz presente nas políticas de segurança pública e nas estruturas do Judiciário; priorizar essas narrativas também é dar nome aos números, é humanizar as estatísticas que tratam da brutalidade policial; é, portanto, resistir às práticas que produzem mortes e exigir mudanças estruturais em diversas esferas do poder.

Nesse sentido, este trabalho não objetiva “dar voz” a essas mulheres, tampouco ocupar o lugar de fala que a elas pertence. Elas falam por si próprias, embora, na

maioria das vezes, não sejam ouvidas pela sociedade (Spivack, 2010). Mesmo assim, elas falam e este ato de falar não está apenas restrito a emitir palavras, mas a poder existir (Ribeiro, 2019). Dessa forma, quando essas mulheres tomam o microfone, elas existem e resistem à condição marginalizada e marginalizante que vivem (Araújo, 2007). Suas experiências pessoais nos dão base para compreendermos as condições sociais que constituem a vida e a luta por justiça dos familiares de vítimas da violência do Estado. Visando o entendimento dessas condições, descreveremos a seguir a etnografia realizada no desenvolvimento da presente pesquisa.

3.4 Breve descrição etnográfica e o percurso da pesquisa

A etnografia clássica sempre esteve ligada aos estudos de outras culturas numa base antropológica. Pelo método da imersão, o pesquisador realizava o trabalho de campo com uma observação ampliada, registrando tudo o que ocorria e ainda realizava entrevistas. Tudo isso para gerar entendimentos sobre a cultura em estudo (Frankhan, 2015). Todavia, o uso da etnografia não está limitado a pesquisas que envolvam imersão em culturas diferentes. O pesquisador pode fazer uma etnografia do contexto em que vive a partir do estranhamento daquilo que lhe é familiar para compreender os “outros” e como eles se comportam (Velho, 2008 [1981]). Isso requer suspender nossas interpretações dadas por certas para observar que outros significados emergiriam naquilo que vemos. Para tanto, a etnografia envolve o mergulho no campo (seja entre seus iguais ou num grupo diferente), a observação, as anotações e as entrevistas. Uma análise dessa prática visa comunicar como um determinado grupo parece se organizar e com que significados eles parecem operar. Trata-se de descortinar novas formas de interpretar o objeto em estudo (Frankhan, 2015).

Segundo aponta Garcez e Schulz (2015), o uso da etnografia tem sido uma escolha metodológica frequente na área da Linguística Aplicada, graças ao trabalho de campo guiado por questões específicas de pesquisa sobre o uso da linguagem. Os autores defendem que a análise de dados discursivos em articulação com o trabalho de campo de natureza etnográfica “potencializa o entendimento adequado de situações situadas” (2015, p.1), isto é, possibilita a ampliação da análise do discurso.

A etnografia da presente pesquisa se iniciou em 2016, quando, efetivamente, decidi pesquisar o engajamento das mães de vítimas da violência policial em movimentos sociais. Ela consiste na observação e notas de campo dos protestos, eventos (tais como, encontros das mães e mobilizações culturais) promovidos pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, bem como observação das audiências públicas para julgamento dos policiais acusados de matar os filhos de integrantes ou não deste movimento social²⁶.

Conforme relatei, no ano de 2016, fui informada sobre quatro audiências públicas de casos de familiares engajados na Rede e compareci a duas delas. Elas, geralmente, são antecedidas por protestos em frente ao Tribunal de Justiça, localizado no Centro da cidade. É comum que os integrantes do movimento vistam camisas estampadas com o(s) rosto(s) da(s) vítima(s) que a audiência daquele dia trata ou camisas com o rosto de seus filhos. Araújo (2007) compreende que essas camisas, ao mesmo tempo que mostram o laço da maternidade, demarcam a socialização da imagem na manifestação e o pertencimento familiar, isto é, trata-se de uma demarcação individual sobre quem é a mãe dessa vítima. Para Santiago (2020), as camisas usadas pelas mães compõem a denúncia contra a violência do Estado, ressignificada no corpo materno.

Além das manifestações nas audiências, a etnografia da presente pesquisa também conta com os eventos promovidos pela Rede no Rio de Janeiro, juntamente com outros movimentos como o Mães de Maio, Mães de Manguinhos. Eventos como o II Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado²⁷ e o Julho Negro²⁸. Ambas as atividades visaram homenagear as vítimas de violência e

²⁶ Importa dizer que os integrantes da Rede se mobilizam para apoiar não apenas os seus pares engajados de alguma forma no movimento, mas qualquer familiar de vítimas da violência do Estado.

²⁷ Nos dias 16 e 17 de maio de 2017, o II Encontro ocorreu em memória dos assassinatos de Johnatha de Oliveira (em Manguinhos), dos Crimes de Maio (em São Paulo), dentre diversos outros casos que ocorrem diariamente no Brasil. Contou com a participação de mães de São Paulo, Mogi das Cruzes, Santos, Belo Horizonte e Fortaleza. Página do evento: [https://www.facebook.com/events/818465484970370/?acontext=%7B%22action_history%22%3A%22\[%7B%5C%22surface%5C%22%3A%5C%22page%5C%22%2C%5C%22mechanism%5C%22%3A%5C%22page_upcoming_events_card%5C%22%2C%5C%22extra_data%5C%22%3A\[%7D\]%22%2C%22has_source%22%3Atrue%7D](https://www.facebook.com/events/818465484970370/?acontext=%7B%22action_history%22%3A%22[%7B%5C%22surface%5C%22%3A%5C%22page%5C%22%2C%5C%22mechanism%5C%22%3A%5C%22page_upcoming_events_card%5C%22%2C%5C%22extra_data%5C%22%3A[%7D]%22%2C%22has_source%22%3Atrue%7D)

²⁸ O Julho Negro é um evento contra o racismo, em defesa das vítimas da violência do Estado e em memória das vítimas da Chacina da Candelária, articulado pela Rede e apoiado por diversos movimentos sociais do Rio de Janeiro, como o Mães de Manguinhos (ver nota 45), o Movimento Moleque, dentre outros. Em 2017 aconteceu a segunda edição desse evento, que ampliou a articulação Internacional de

trazer visibilidade para os casos de brutalidade nas comunidades, bem como para morosidade das autoridades na apuração dessas mortes. Eventos como esses são acompanhados de atividades culturais, exibição de filmes e passeatas pelo Centro da cidade. Não apenas nos protestos, mas também nessas atividades, os familiares pegam o microfone e contam suas histórias, que envolvem a vida de seus parentes, como foi a morte deles e como tem sido a luta por justiça. Esse ato de falar em público constitui uma importante esfera do processo de elaboração da denúncia (Araújo, 2007), que envolve o entendimento dessas mortes como um acontecimento político que precisa ser investigado.

O momento ao microfone é carregado de emoções – ao mesmo tempo que se configura como uma forma de empoderamento, no qual essas mulheres têm a palavra e são ouvidas, onde produzem denúncias e rendem homenagens à memória de seus filhos; é também um momento de dor, de rememorar os eventos que levaram à morte deles. Dessa forma, cada familiar gerencia suas emoções de maneira singular, sendo sempre apoiado pelos outros: quando choram, são abraçados e recebem palavras de incentivo para continuarem com o discurso; quando gritam ou dão palavras de ordem, são aplaudidos. Observar a interação dos familiares durante as manifestações e audiências, é perceber como a solidariedade e o afeto construído entre eles se materializa no compartilhamento da dor.

As narrativas produzidas nos eventos da Rede têm ampla circulação. Muitas são gravadas e noticiadas em jornais da grande mídia²⁹ e de mídia alternativa³⁰, o que colabora para a ampliação da visibilidade da causa. Na maioria das vezes, a autorização para a gravação se dá de maneira informal: basta o coletivo se apresentar para as mães

luta contra o racismo e militarização das vidas com a participação de mães e familiares vítimas da Palestina, do México e da Associação de Haitianos do Brasil. Página do evento:

<https://www.facebook.com/events/262585694222478/>

²⁹ Alguns exemplos das notícias:

<https://oglobo.globo.com/rio/acorda-mp-o-que-pedem-parentes-de-vitimas-de-violencia-no-estado21226039>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/parentes-de-vitimas-de-violencia-policial-no-rio-fazem-ato-em-frente-ao-mp>

³⁰ A mídia alternativa, geralmente, veicula notícias sobre manifestações e ocorrências policiais nas comunidades do Rio de Janeiro por meio da internet, seja em sites próprios e/ou redes sociais como *Facebook* e *Youtube*. Esses grupos são chamados de coletivos. Muitos deles se formaram durante o ano de 2013, com o intuito de noticiar as manifestações sob uma narrativa diferente daquela que a grande mídia noticiava.

e a permissão é concedida oralmente. Enquanto apoiadora da Rede e participante do Coletivo Projetação, tenho permissão para a gravação das manifestações para o uso desses dados na página do Coletivo e elaboração de *posts* que apoiem a luta desse movimento. Para solicitar o uso dessas gravações em minha pesquisa, fiz uma reunião na sala da Rede no dia 27 de abril de 2017. Fiz o convite para esta reunião durante uma manifestação em frente ao Ministério Público, no dia 19 de abril. Convidei vinte e um familiares, dos quais nove compareceram – sete mães e dois pais. Quando marquei a reunião, a intenção era fazer entrevistas com cada familiar, pois esse tipo de dado era a minha prioridade para a análise do engajamento desses familiares na luta por justiça. Os materiais que eu vinha coletando serviriam como dados de cunho etnográfico para apoiar a análise.

Com base nos objetivos que estabeleci no projeto de pesquisa que apresentei no processo seletivo do doutorado, desenhei a organização da reunião – os objetivos foram delimitados a partir daquilo que eu considerava importantes esferas do engajamento desses familiares na luta por justiça: as **narrativas** (as histórias que contavam ao microfone), a **interação** (a importância do engajamento na Rede para a manutenção do ativismo) e a **resistência** (o resultado da luta). Por isso, em meu caderno de campo escrevi a seguinte organização:

- *Cada um conta a sua narrativa e a experiência na luta por justiça: vitórias? frustrações?*
- *Levantar questões jurídicas dos processos e como eles lidam com isso: dificuldades? frustrações? como continuar?*
- *Com é participar desse grupo? qual a importância de estar ali?*

Começamos com um lanche e, enquanto os familiares chegavam, íamos interagindo informalmente – conversando sobre questões cotidianas, sobre seus familiares e o local onde vivem.

No momento em que todos os que confirmaram presença chegaram, iniciamos a reunião. Todos vestiram as camisas com a foto de seus filhos para falar sobre suas histórias – mesmo eu tendo explicado que o produto final do trabalho não seria algo visual como um filme ou um vídeo e, sim, um trabalho escrito – que, futuramente, poderia se tornar um livro. Para garantir a qualidade do áudio, gravei todas as histórias

em vídeo e áudio também. Iniciei a reunião explicando como funciona uma pesquisa da minha área, qual seria o resultado, quais os objetivos e as implicações éticas. Perguntei sobre o desejo particular deles acerca do uso dos seus nomes e de seus filhos na pesquisa. Também perguntei sobre a possibilidade de utilizar o material que eu já havia gravado e o que está disponível na internet. Isso, porque a Rede conta com vários materiais de divulgação, como páginas no *Facebook*, diversos vídeos no *Youtube* e um site. Algumas mães também fazem uso das redes sociais para se expressar sobre a perda de seus filhos e denunciar outros crimes cometidos por agentes do Estado. Há também dois livros publicados e três documentários produzidos em parceria com outros movimentos sociais que dão apoio à causa. Conforme disse, a ideia era usar esses dados como apoio da etnografia que eu vinha realizando.

Diferente das manifestações em que o tempo ao microfone é gerenciado de forma a dar oportunidade a todos, o formato entrevista dessa reunião possibilitou um maior turno de fala para cada familiar. Com isso, eu pude ter acesso a mais informações sobre os filhos mortos e mais detalhes acerca da luta por justiça. Também pude observar melhor a interação entre eles – como constroem afeto e solidariedade para além dos dias que vão aos protestos ou outros eventos.

Quando eu apresentei na reunião a questão ética e a opção por usar o nome real das participantes e de seus filhos, eu estava motivada pela relevância social da pesquisa; eu estava considerando a importância da luta desse grupo como forma de manter viva a memória de seus filhos. Sabendo da relevância desse debate, a próxima subseção trata das implicações éticas dessa opção.

3.5 O posicionamento político e as questões éticas de pesquisa: discussão sobre o uso dos nomes reais dos participantes

A ética na pesquisa é uma prática situada, pois as decisões éticas envolvem uma série de fatores sociais e políticos, além dos desejos e interesses, tanto do pesquisador, quanto dos participantes da pesquisa. A área de Ciências Humanas já dispõe de uma Resolução³¹ que pauta normas aplicáveis (em maior ou menor grau) a pesquisas cujos

³¹Resolução 510 – disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>

procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados obtidos com seres humanos. Algumas instituições de pesquisa possuem uma comissão de ética pela qual os trabalhos devem passar para a avaliação da adequação da metodologia. O intuito dessa avaliação é assegurar que os assuntos relevantes ao estudo sejam tratados de forma humana e que o pesquisador siga um conjunto de princípios que proteja os direitos dos participantes da pesquisa.

Uma conduta ética abarca uma série de procedimentos como o consentimento informado, isto é, a autorização que as pessoas dão aos pesquisadores para serem entrevistadas e observadas, após serem informadas sobre a finalidade da pesquisa e as possíveis consequências que a participação no estudo envolve. De acordo com a Resolução 510, art. 2º, parágrafo XXII, esse consentimento é um documento que pode ser registrado em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital.

A confidencialidade no processo de realização da pesquisa e o anonimato na apresentação dos resultados também fazem parte de uma conduta ética. Mas ambas as posturas possuem suas fragilidades. Simons e Piper (2015) apresentam exemplos dessas fragilidades: em algumas pesquisas, o anonimato não é suficiente para preservar a identidade dos participantes, pois alguns dados podem dar pistas sobre o contexto e indicar quem são os atores sociais envolvidos. Nesse caso, uma conduta ética exige que o participante seja informado sobre essa fragilidade; em outras pesquisas, o anonimato pode não ser o melhor caminho a seguir – por exemplo, no caso de pesquisas que envolvam um falecido, manter o nome real dos participantes pode colaborar com o processo do luto e com a manutenção da memória. De todo modo, essa é uma opção que precisa ser discutida abertamente entre o pesquisador e o entrevistado.

Aquela que considero a terceira decisão metodológica³² e, com certeza a mais difícil de todas, diz respeito à decisão de trabalhar ou não com os nomes reais dos participantes. Tendo em vista a relevância social da pesquisa, manter o nome dos participantes demarca um posicionamento político, colabora com a denúncia dos casos de violação dos Direitos Humanos – também demarca o ato de fazer pesquisa como uma ação política (Moita Lopes, 2009). Esse desejo me acompanhou durante todo o

³² As duas primeiras importantes decisões metodológicas estão detalhadas na subseção seguinte (cf. 3.6).

curso do doutorado, tanto que por ocasião da entrevista que fiz em grupo com os participantes da Rede (ver discussão em cf. 3.4), conversamos sobre a manutenção dos seus nomes e de seus filhos e apresentei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Apesar de, posteriormente, ter optado por trabalhar com os dados gravados nas manifestações (ver cf.3.6), mantive a decisão de trabalhar com os nomes daqueles que assim o desejassem (todos, no caso). No entanto, no Exame de Qualificação, fui alertada sobre os perigos da manutenção desses nomes, do quanto essa exposição poderia significar ataques a essas mães por parte de diversos grupos, como os que possuem ideologias favoráveis ao tipo de política de segurança pública que visa o confronto direto e tem como consequências, mortes como as que aqui tratamos. Percebi o quanto ainda não estava informada sobre as questões éticas da pesquisa. No entanto, fiquei com essa questão mal resolvida em mim.

Para tentar chegar a uma decisão definitiva, refletimos muito sobre as vantagens e desvantagens que a questão gera. Conversei com colegas das mais diversas áreas das Ciências Humanas para compreender como o anonimato é tratado. Em uma dessas conversas, um amigo historiador pontuou questões interessantes: das vantagens, ele ressaltou que, tradicionalmente, a História é contada pelo grupo dos vencedores – na minha pesquisa, tenho a oportunidade de trazer à tona o ponto de vista do outro grupo, pois apresento a questão da violência do Estado a partir da perspectiva dos indivíduos que sofrem com isso; embora não possamos precisar quais perigos essa exposição poderia representar, ele enfatizou que a presença dessas mulheres nas ruas demonstra o quanto elas se tornaram figuras públicas, assim como suas histórias. Dessa forma, a manutenção dos nomes reais poderia representar uma escolha acertada. Por outro lado, outro colega jornalista e pesquisador na área de Ciências Políticas sobre as *Fake News* discorreu sobre o que significa o consentimento informado quando estamos fazendo pesquisas na área de Ciências Humanas, produzindo textos que ficam públicos por tempo indeterminado. As mães, ao concordarem com o uso de seus nomes, poderiam não estar cientes de que uma pesquisa desse porte fica para a posterioridade; e de que anos mais tarde, suas narrativas poderiam ser usadas por outros grupos e de formas muito diferentes daquelas que elas autorizaram no passado. Portanto, esta deveria ser uma decisão muito cuidadosa e responsável.

Como parte da reflexão sobre os *prós* e *contras* que se colocaram diante dessa questão, comecei a pensar sobre a natureza dos dados com os quais trabalhamos na área da Linguística Aplicada – em que medida um determinado dado é público ou não?; quando preservar o anonimato é válido ou não dentro dos objetivos de uma pesquisa?; que tipos de dados são realmente passíveis de anonimato? Tradicionalmente, dados gerados em mídias (de plataformas digitais ou não) como notícias de jornal, rádio ou revistas, propagandas de produtos e dados de discursos de políticos são considerados públicos; e a manutenção de suas fontes (de onde são esses discursos) importa no escopo dos objetivos desse tipo de análise (a exemplo de Resende, 2020; Silva, 2020; Melo, 2019; dentre outros). Já os dados gerados em entrevistas, grupos focais, e outras plataformas, geralmente, são anonimizados (Biar, 2012; Costa, 2020; Orton e Biar, 2020 dentre outros).

Sugiura *et al* (2017) em artigo sobre os desafios éticos da pesquisa *online* apontam para as fragilidades de determinadas posturas nas pesquisas que envolvam pessoas e suas opiniões. Uma delas, é a questão do anonimato – como assegurá-lo em pesquisas no contexto digital? Por exemplo, se um pesquisador seguir as orientações éticas do anonimato e remover os nomes e alguns índices do contexto de determinados dados, mas fizer uma citação direta do dado em questão, este e, conseqüentemente o seu autor, se tornam facilmente rastreáveis numa busca digital. Dito isso, as autoras questionam as atuais diretrizes e defendem a criação de novas condutas éticas, que visem os desafios e necessidades desse tipo de pesquisa. Trabalhamos com dados de outra natureza, todavia esse debate se faz produtivo para nos questionamos sobre o tipo de dados com os quais trabalhamos e como podemos nos posicionar diante das diretrizes éticas – em que medida dados gravados em uma manifestação na rua são públicos?; o quão público são os casos de violência policial, alguns deles, amplamente divulgados nos jornais (ainda que seguindo a narrativa referendada pelos Registros de Ocorrência)? Pensando nisso e na quantidade de entrevistas que essas mulheres já deram; no fato de que alguns dos mesmos discursos que gravei nas manifestações e que fazem parte dos dados desta pesquisa foram televisionados nos jornais da mídia hegemônica, são dados que se encontram em dois documentários que ficaram em cartaz

nos cinemas³³, e serviram de material para reportagens de plataformas online de mídias alternativas³⁴; compreendemos que a natureza dos dados com os quais trabalhamos é **pública**.

Ao fazer uso de dados de mesma natureza que eu – de familiares de vítimas da violência policial –, Farias (2020) optou pela manutenção do nome dos envolvidos em casos que se encontram arquivados e pelo anonimato para os casos que se encontram sob *judice*. No entanto, apenas um dos casos apresentados na presente tese se encontra arquivado. Se nos orientássemos pela decisão de Farias, teríamos que optar pelo anonimato de grande parte dos participantes. Levando em consideração que a decisão não compete a mim apenas e, também observando o fato desses casos e/ou Inquéritos estarem “correndo na justiça”, conversei individualmente com cada um dos participantes da Rede, cujas narrativas se encontram analisadas em nossa tese. Me atualizei sobre os trâmites de cada situação – isto é, em que ponto o processo se encontra. Busquei refletir junto com eles sobre os possíveis riscos – de usos indevidos de suas histórias no futuro, por exemplo – e sobre o desejo deles, sobre o que pensavam acerca do anonimato. Na conversa com Janaina, ela disse: “respeito a sua decisão se você não usar meu nome e o do meu filho. Da minha parte, eu não tenho medo de nada. Se você não usar o nome, como as pessoas vão saber de quem é essa história? Quem é esse familiar?”. Com base em todas essas reflexões, reforçando o desejo dos familiares pelo uso dos seus nomes e a natureza pública desses dados, decidimos manter o nome dos participantes que assim desejaram, em nossa mais recente conversa (junho de 2021). Sublinhamos que essa é uma decisão, sobretudo, política, que visa ampliar a visibilidade da luta dessas mulheres e do quanto o racismo estrutural é parte da engrenagem das políticas de segurança pública que geram mortes nas favelas.

³³ Nossos mortos têm voz (2018 – de Fernando Souza e Gabriel Barbosa) e Auto de Resistência (2018 – de Natasha Nery e Lula Carvalho).

³⁴ Como o Ponte Jornalismo (<https://ponte.org/>) e a Mídia1508 (<http://www.midia1508.org/>), que são mídias que acompanham os casos de violência policial no Brasil e luta das mães dessas vítimas.

3.6 Caminhos e descaminhos da pesquisa – o recorte analítico e os procedimentos para a análise

Ao longo do ano de 2017, a geração dos dados se deu da seguinte forma: realizei mais quatro entrevistas individuais e participei de cinco eventos organizados pela Rede (incluindo as audiências), gravei os discursos proferidos pelos familiares nessas ocasiões e tomei notas etnográficas. Durante o segundo ano do doutorado, me debrucei sobre todos os dados gerados, começando por uma intensa e repetida escuta para a identificação de formações e performances discursivas e dos elementos tornados mais relevantes nas narrativas.

Dada a diferença entre a natureza dos dados – “naturalísticos”³⁵ (das manifestações) e da entrevista – e a riqueza de ambos, iniciei a transcrição visando uma análise comparativa, isto é, observando as diferenças e recorrências discursivas entre as narrativas da entrevista e as das manifestações. No entanto, para fins de disciplinas do doutorado, fiz uma análise de uma das narrativas que havia gravado nas manifestações, a de Janaina, mãe de Jhonata Dalber. Depois de apresentar esses mesmos dados em alguns congressos e debater sobre eles no grupo de pesquisa *NAVIS*, nós (eu e as minhas orientadoras) decidimos trabalhar, na presente tese, apenas com os dados gerados nas manifestações. Essa primeira decisão metodológica também foi acompanhada pela transcrição e análise de mais dados das manifestações. Percebemos que seria mais rico observar o engajamento dos familiares apenas a partir desse tipo de formação discursiva, em função da forma como os participantes mobilizavam as emoções em seus discursos (tendo em vista que as emoções são uma de nossas chaves de análise) e em função desses dados representarem aquilo que, tipicamente, acontece nos eventos e protestos organizados pela Rede.

Uma segunda importante decisão metodológica tomada no curso do desenvolvimento da pesquisa, foi a de alterar um dos objetivos do estudo. Conforme dissemos, os objetivos iniciais visavam a análise do engajamento dos familiares sob a ótica de três esferas: as narrativas, a interação entre as mães e os atos de resistência (cf.

³⁵ A Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) considera naturalísticos, os dados não experimentais ou gerados a partir de um roteiro pré-determinado. São os dados gerados na conversa ou em eventos de ocorrência natural na sociedade – que não sejam provocados pelo pesquisador.

3.4). No entanto, em face dos fenômenos discursivos que foram aparecendo conforme analisávamos os dados, priorizamos dar maior relevo aos eventos de ordem macrossocial e microssocial tornados relevantes nas narrativas (a questão do racismo estrutural) e à forma como as emoções eram mobilizadas na transformação do luto em luta. Sendo assim, condensamos aqueles objetivos no estudo das esferas apresentadas na introdução como importantes eixos do engajamento dos familiares na luta por justiça: as **narrativas**, a **resistência**, a importância da **maternidade** e a questão das **emoções**. Isso também alterou o nome do projeto³⁶.

Essas duas decisões metodológicas foram importantes para a elaboração e, posteriormente, melhor compreensão das perguntas de pesquisa:

1) como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?

2) como emoções e sofrimento são organizados nas narrativas desses familiares?

2) que mecanismos discursivos são utilizados nessa articulação?

São perguntas elaboradas a partir do objetivo mais geral da presente tese: *compreender como os familiares de vítimas da violência policial se engajam em movimentos sociais para lutar por justiça, isto é, como transformam o luto em ação política*. É importante enfatizar que o desenho desta pesquisa, bem como as importantes decisões metodológicas foram acompanhadas por muitas reuniões de orientação e por debates no grupo de pesquisa *NAVIS*. Por fim, a experiência agregada no estágio doutoral no exterior no departamento de Sociologia da Boston University e no *Afro-Latin American Research Institute*, da Universidade de Harvard foi imprescindível para a expansão da questão racial neste trabalho.

Já dissemos que a Análise de Narrativa foi eleita o instrumental teórico-metodológico para essa investigação. Conforme apresentaremos no próximo capítulo, trataremos como parte das **histórias de vida** (Linde, 1993) das mães aquilo que chamamos de **narrativas de engajamento**. Consideramos fragmentos narrativos os

³⁶ Durante todo o doutorado, o nome da pesquisa foi *Cada luto, uma luta: narrativas, interação e resistência de mães contra a violência policial*.

enunciados que apresentam alguns dos elementos descritos no modelo proposto por Labov; Waletzky (1967) e Labov (1972), sem perder de vista o entendimento da narrativa como forma de criar sentidos sobre o que acontece na vida social e como forma de organização da experiência humana (Bruner, 1997; Bastos e Biar, 2015).

Dentre as principais categorias selecionadas para as análises dos dados estão:

- Sequencialidade, causalidade e sistemas de coerência (Linde, 1993) – cf. 4.1.3.
- Estratégias de envolvimento (Tannen, 2007) – cf. 4.1.1.
- Categorias de Pertença (Sacks, 1992) – cf. 7.2.
- Choque moral e gerenciamento das emoções (Jasper, 1997; Goodwin, Polletta e Jasper, 2001) – cf. 8.1.

Já dissemos que o percurso analítico segue um padrão diferente. Em lugar de seguir a organização tradicional de teses de nossa área, que separa metodologia, aporte teórico e análise dos dados em capítulos distintos, optamos por difundir a análise ao longo de quatro capítulos – conduzida a partir da análise de narrativa (Linde, 1993; Bruner, 1997; Bastos e Biar, 2015) – e a distribuimos nas quatro esferas, já apresentadas, que acompanham o engajamento dessas mães: **narrativas** (as histórias se configuram como um de seus instrumentos para lutar por justiça); **gerenciamento das emoções** (a transformação do luto em luta); **resistência** (ao racismo, ao preconceito e às práticas Necropolíticas do Estado) e **maternidade** (acionada como categoria de Pertença ao grupo e forma de ação política).

Portanto, a tese se organiza da seguinte forma: no capítulo 4, no qual discorreremos sobre o aporte teórico metodológico da análise de narrativa e as categorias analíticas acima apresentadas, fazemos a análise dos elementos que compõem as **narrativas de engajamento** dos familiares engajados na Rede, isto é, da estrutura da narrativa. Os outros aspectos discursivos serão explorados nas demais análises; os capítulos 5 e 6 tratam do tema do racismo no Brasil e suas consequências no que tange à violência policial. Primeiro, apresentamos o contexto histórico das relações raciais brasileiras (cf. 5), na sequência, discorreremos sobre os homicídios resultantes de intervenção policial e os principais procedimentos jurídicos que acompanham casos desse tipo (cf. 6). Encerramos o capítulo com uma análise dos fragmentos narrativos,

observando as causalidades, sequencialidades e sistemas de coerência elaborados para a atribuição de uma racionalidade aos eventos de ordem macro, que participam desses homicídios; no capítulo 7, refletimos sobre a importância da maternidade negra no contexto de luta dessas mulheres, sob a ótica da interseccionalidade. Analisamos os fragmentos narrativos observando como o “ser mãe” é tornado relevante como categoria de Pertença e que efeitos discursivos produz; no capítulo 8, debatemos a noção de choque moral e o gerenciamento das emoções nos dos movimentos sociais. Finalizamos com a análise que objetiva compreender como o choque moral e as emoções em geral são elaborados nas narrativas. Acreditamos que esse tipo de organização possibilita maior entendimento do processo de transformação do luto em luta – de modo que o debate teórico de cada capítulo traz a compreensão sobre o tema em discussão e os dados “materializam” essa questão.

Descreveremos agora quem são esses participantes e o contexto da morte de seus filhos.

3.7 Os participantes da pesquisa e os procedimentos para a análise

Ao longo da realização da etnografia nas manifestações, gravei muitos discursos. O processo de escolha dos dados a serem transcritos e analisados foi acompanhando pela intensa e repetida escuta, mencionada na seção anterior. Os discursos selecionados para compor a tese foram transcritos na íntegra, segundo uma adaptação do modelo de transcrição de Jefferson³⁷. Loder e Jung (2008), compreendem que qualquer que seja o modelo de transcrição empregado, ele sempre estará a serviço de propósitos teóricos específicos. Isso quer dizer que não há um modelo de transcrição neutro. Há de se considerar, portanto, que a produção de uma transcrição faz parte do processo de análise, uma vez que o olhar do pesquisador estará orientado a motivações teóricas e analíticas às quais a transcrição deve satisfazer (Garcez, 2002). Transcrevemos os dados mantendo a variante popular usada pelos narradores – não é objeto de nossa pesquisa analisá-la em seu sentido gramatical, mas sim observar os

³⁷ O modelo Jefferson de Transcrição não conta com uma forma canônica definitiva. Foi se estruturando à medida que a Análise da Conversa Etnometodológica (ACE) foi se desenvolvendo. O modelo está disponível em Loder e Jung, 2008, p. 168.

efeitos de sentido que as narrativas produzem quando enunciadas nos protestos públicos. Em função dos fenômenos que nos interessam observar na presente tese, especialmente como emoções e sofrimento são narrados, a transcrição dos dados foca na descrição do aumento de entonação da voz (marcados em maiúsculo), nas pausas (marcadas como (.)) ou por seus segundos) e choros contidos com embargo de voz³⁸.

Diante da decisão metodológica de alterar os objetivos da pesquisa e eleger como dados de análise, os discursos gravados nas manifestações (cf. 3.6), focamos na transcrição desse tipo de dado. A escolha pelos discursos e fragmentos narrativos de cinco dos participantes da Rede, que serão apresentados a seguir, se deu em função de serem narrativas representativas do que, em geral, ocorre regularmente nas manifestações, dando origem ao que já mencionamos, as **narrativas de engajamento**. Elas contam com a recorrência de certos fenômenos discursivos (debatidos no curso da tese) e foram analisadas tanto em nível micro – seus tópicos, estrutura, mecanismos de avaliação e de gerenciamento das emoções –, quanto em nível macro, do contexto social mais amplo no qual estão inseridas.

A tese se desenvolve com a análise das narrativas de quatro mães, Ana Paula, Janaina, Fatinha, Fátima Pinho e de um pai, José Luis. Já dissemos que a Rede é um movimento composto, majoritariamente, por mães, e que o foco da presente tese é a luta das mães de vítimas da violência policial, porém decidimos encerrar a análise com a narrativa de um pai, por dois motivos: *i)* pelo que a luta desse pai representa em termos da banalização da morte de negros e da morosidade de apuração dos casos de “auto de resistência”; *ii)* em função de ser um pai. Discutiremos no capítulo 7 como a presença das mães nessa luta é um importante marcador de gênero, tendo em vista que a configuração familiar da população negra, moradora das favelas é predominantemente formada por mulheres com seus filhos. Quando estes morrem, são elas que vão à que luta por justiça. Nesse sentido, a luta de José Luis se destaca por ser um dos poucos pais presentes na Rede³⁹.

As manifestações onde gerei os dados contaram com os rituais de apresentação típicos da Rede. Os familiares trajavam camisas com as fotos de seus filhos e

³⁸ Ver tabela com convenções de transcrição nos elementos pré-textuais.

³⁹ A Rede ainda conta com a participação de mais dois pais.

carregavam cartazes com os nomes dos movimentos sociais a que pertenciam e cartazes com denúncias contra a violência policial e o racismo. Tanto nas passeatas quanto nos protestos parados (isto é, em frente a prédios de alguma instituição importante), os participantes da Rede fizeram uso de microfone e caixa de som ou de megafones. Isso colaborava com a projeção de suas vozes e, conseqüentemente, com a ampliação da audiência. Com frequência notei pessoas se aproximando e assistindo ao protesto.

As primeiras análises de cada capítulo se debruçam sobre o discurso de Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha de Oliveira Lima. Ele foi morto aos 19 anos de idade, no dia 14 de maio de 2014, durante uma operação policial encabeçada pela Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. A UPP foi instalada na favela em 2013. Desde então, tem-se o registro de vários casos de violência policial e abuso de autoridade cometido por policiais lotados nessa Unidade. Johnatha foi acusado de estar trocando tiros com os policiais⁴⁰, por esse motivo, sua morte foi classificada como homicídio decorrente de intervenção policial.

Além de Ana Paula, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência conta com a participação de outras mães, moradoras de Manguinhos. Destacamos duas delas: Janaina Soares, mãe de Christian, morto aos 12 anos em 2015. Já com a saúde muito debilitada em função da perda de seu filho, após a morte de outro jovem na favela em 2018, Janaina sofreu um mau súbito e faleceu; a outra mãe é Fátima Pinho, cujo caso ainda será detalhado nesta subseção.

O discurso de Ana Paula foi gravado durante uma manifestação realizada pela Rede em frente ao Ministério Público do Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 2017. O protesto teve como título “Ato: Acorda MP”⁴¹. E teve como intuito cobrar da instituição maior agilidade na apuração dos Inquéritos Policiais, bem como maior rapidez nos casos que se tornaram processos jurídicos, mas se encontravam parados há meses em alguma instância do Judiciário, isto é, sem audiências.

⁴⁰ Fontes sobre as duas versões acerca da morte de Johnatha: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/homem-morreapos-participar-de-protesto-em-manguinhos.html>
<https://ponte.org/pm-que-matou-jovem-com-tiro-nascostas-na-favela-de-manguinhos-no-rio-cai-em-contradicao/>

⁴¹ Página de divulgação do evento no *Facebook*:
<https://www.facebook.com/events/1920665654857474/>

A segunda análise se debruça sobre o discurso de Janaina Matos Alves, mãe de Jhonata Dalber Matos Alves, que foi morto aos 16 anos de idade, no dia 16 de junho de 2016 na comunidade do Borel, no Rio de Janeiro. Janaina e seus filhos não moram na favela do Borel. Eles moram próximo a essa localidade, mas seus familiares moram lá, por esse motivo eles frequentam o Borel. No dia de sua morte, Jhonata foi à favela para buscar um pacote com saquinhos de pipoca. No retorno ele foi alvejado por um policial da UPP. No entanto, no Registro de Ocorrência de sua morte consta “homicídio decorrente de intervenção policial”. Os policiais alegaram que ele estaria portando uma arma e teria trocado tiros com uma guarnição posicionada no local⁴².

O discurso de Janaina foi gravado durante uma manifestação realizada pela Rede no Centro do Rio de Janeiro, no dia 19 de maio de 2017. A concentração se deu em frente à Igreja da Candelária e percorreu algumas ruas do Centro, se encerrando em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Essa manifestação se deu no âmbito do II Encontro Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo do Estado – evento que contou com a participação de mães de diversas partes do Brasil. Nesse dia, uma das mães do movimento Mães de Maio estava coordenando o uso do microfone. Ela apresentava cada participante pelo nome e pelo nome de seu filho, intercalando entre seus discursos avaliativos sobre a violência policial no Brasil.

A terceira análise trata dos discursos de Fatinha, mãe de Hugo Leonardo, morto aos 33 anos de idade, pelo Batalhão de Choque na favela da Rocinha, em 2012. A morte de Hugo também conta com versões conflitantes e com uma atuação da polícia que foge às resoluções determinadas para mortes enquadradas como “auto de resistência”. Ele foi acusado de estar trocando tiros com os policiais. No entanto, a suposta arma que ele estaria carregando, nunca foi encontrada, a cena do crime não foi preservada (inclusive, testemunhas contam que o corpo de Hugo foi carregado pelos policiais), a perícia não realizada e muitas testemunhas ainda não deram seus depoimentos.

A análise dos fragmentos narrativos dessa mãe conta com discursos provenientes de duas manifestações, um gravado em dezembro de 2016 em frente à

⁴² Mais informações sobre a morte de Jhonata Dalber: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-07-01/pms-confundiram-saco-de-pipoca-com-drogas-dizem-moradores-do-borel.html>
<https://oglobo.globo.com/rio/policia-investiga-morte-de-jovem-no-borel-19623753>
<https://anovademocracia.com.br/no-175/6592-morro-do-borel-rj-mataram-o-meu-filho-com-um-tiro-%20nacabeca>

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, os manifestantes montaram uma árvore de Natal com as fotos das vítimas da violência ao longo de muitos anos. O outro é de um ato realizado em junho de 2017, em frente à 5ª Delegacia de Polícia Civil, um dos órgãos responsáveis pela condução dos Inquéritos Policiais de homicídio decorrente de intervenção de agente do Estado. Nesse evento, os manifestantes montaram bonecos sujos de tinta vermelha em frente ao prédio da Delegacia para simbolizar as mortes não investigadas pela instituição. Os fragmentos narrativos desse segundo discurso serão analisados apenas no capítulo 8 (cf.8.3).

A quarta análise é de Fátima Pinho, mãe de Paulo Roberto. Ele morreu aos 18 anos, após sofrer uma abordagem policial violenta na favela de Manguinhos em 2013. O caso de Fátima é emblemático, pois inicialmente, o juiz da Vara Criminal que recebeu o caso dele não aceitou a denúncia contra os policiais envolvidos em sua morte. Ainda assim, Fátima seguiu na luta por justiça. Seu caso foi encaminhado para a Justiça Militar e, após seis anos de luta, dois dos policiais envolvidos foram condenados, por lesão corporal seguida de morte, a três anos de prisão em regime aberto e outros três foram condenados a dois anos, com direito a suspensão da pena⁴³. Apesar dessas penas poderem ser consideradas brandas em função da gravidade do crime, o caso de Fátima representa a importância da manutenção da luta por justiça. Essa mãe segue lutando representando o Fórum Social de Manguinhos⁴⁴ e o movimento Mães de Manguinhos⁴⁵ – fundado por ela e Ana Paula. Seu discurso também foi gravado na manifestação de dezembro em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

A quinta e última análise é de José Luis, a quem, carinhosamente, me refiro como Zé Luis, pai de Maicon, uma criança que foi morta aos 2 anos de idade, durante uma operação policial na favela de Acari, em 1993. O caso de dele é um dos mais

⁴³ Maiores informações:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/09/policiais-sao-condenados-por-participacao-em-assassinato-de-jovem-em-manguinhos-rio.ghtml>

⁴⁴ O Fórum Social de Manguinhos é um espaço que reúne moradores da região de Manguinhos no Rio de Janeiro, instituições e movimentos sociais que defendem a cidadania e os direitos sociais. O Fórum conta com a participação direta dos seus participantes na exigência, no monitoramento e no controle social das políticas públicas aplicadas na região. Página do movimento:

<https://www.facebook.com/forumsocialdemanguinhos/>

⁴⁵ É um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos, que tem filhos encarcerados ou que perderam seus filhos em decorrência da violência do Estado. Ver página do movimento: <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/>

significativos da luta da Rede, pois a morte de seu filho foi enquadrada como “auto de resistência” – nomenclatura ainda vigente na época⁴⁶. Nenhum dos policiais envolvidos no caso foi levado à justiça. Por conta do longo período de investigação – ou falta dela –, o crime já prescreveu no Brasil, no entanto, desde 2018 o caso de Maicon tramita na Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁴⁷. O discurso de Zé Luis foi gravado na manifestação do dia 19 de maio – a mesma na qual gravamos o discurso de Janaina.

Resumimos no quadro abaixo as características dos dados, seguindo a ordem em que foram dispostos nas análises:

Participante	Tempo ao microfone	Duração do fragmento analisado	Linhas transcritas
Ana Paula	8’11”	2’55”	75
Janaina	1’40”	1’40”	19
Fatinha 1	5,14”	4’	80
Fatinha 2	17’10”	3,27”	80
Fátima Pinho	2’24”	1,22	38
Zé Luis	2’28”	2’28”	41

Quadro 1: caracterização dos dados

Como se vê, nem todos os dados foram analisados na íntegra. Essa escolha tem relação com o tamanho deles e com o recorte analítico proposto. Dos discursos mais longos, selecionamos os fragmentos mais representativos das **narrativas de engajamento**, levando em consideração as quatro esferas já apresentadas (narrativas; gerenciamento das emoções; maternidade e racismo/violência policial). Passaremos agora ao capítulo 4.

⁴⁶ Ver nota 111 sobre a alteração na nomenclatura.

⁴⁷ A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Washington, D.C. faz parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) e é encarregada da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. Foi criada em 1959 e integra sete membros independentes que atuam de forma pessoal. Trabalha recebendo e processando denúncias ou petições sobre casos individuais de violações dos direitos humanos. Fonte: <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/que.asp>

“Calaram Marcos Vinícius, mas não vão me calar.”
Bruna, 2018
“Eles combinaram de nos matar. E nós combinamos de não morrer.”
Conceição Evaristo

4. A centralidade das narrativas na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Contar histórias é uma prática discursiva (Fairclough, 1989). E “é tão natural o impulso para narrar”, que é quase inevitável não reportar como as coisas aconteceram (Riessman, 1993). Essa prática segue determinadas regras sociais/culturais que desenham que tipos de histórias merecem ser narradas, como devem ser construídas, por quem e para quem devem ser contadas – todas essas questões configuram-se em importantes objetos de análise para a compreensão daquilo que acontece na vida social. Por esse motivo, ao longo do presente trabalho temos defendido a **análise de narrativa** como forma privilegiada de ser fazer pesquisa social. Trata-se de um tipo de análise discursiva situada no campo da Linguística Aplicada Contemporânea, em função do seu caráter multi e interdisciplinar, assim como de sua postura crítica e eticamente informada acerca das diferentes questões sociais sobre as quais se debruça (Bastos e Biar, 2015). Como prática discursiva, a narrativa também cria regras, entendimentos e papéis sociais, pois ela é elaborada de acordo com significados socialmente compartilhados, assim como de acordo com concepções e ideologias (De Fina, 2003). Nesse sentido, a narrativa pode gerar novos significados e comportamentos; por exemplo, pode reforçar determinadas práticas sociais e/ou colaborar para a resistência e desestabilização de certos discursos já cristalizados na sociedade.

O formato da narrativa proporciona maneiras para traduzir aquilo que um indivíduo sabe ou vivenciou em algo contável. Dessa forma, reiteramos que o ato de contar histórias caracteriza-se como um importante objeto a ser estudado, pois por meio das histórias nós podemos fazer coisas no mundo. Podemos criar ordem, construir textos em contextos particulares, organizar nossa experiência e construir sentido sobre o mundo, assim como construir identidades (Riessman, 1993; Bruner, 1997; Linde,

1993; Bastos, 2005). Isso porque quando contamos sobre nossas experiências, também estamos criando um *self*, uma noção que diz respeito a “como queremos ser conhecidos pelas pessoas” (Riessman, 1993, p. 11), como queremos nos apresentar diante dos outros (Goffman, 1989) – ou o que as pessoas precisam saber para nos conhecer (Linde, 1993; Bastos e Biar, 2015). Portanto, quando os indivíduos contam suas histórias, eles constroem sentido sobre o que aconteceu, isto é, atribuem significados para esses eventos. Vale ressaltar que esse significado é fluido e contextual; não é fixo, nem universal; é, pois, uma construção que se dá no processo de interação (Bruner, 1997; Mishler, 2002; Tannen, 2007).

A análise de narrativa tem a ver com a compreensão de como os narradores interpretam coisas (Bruner, 1997), podendo o analista, inclusive, estudar essa interpretação – trata-se de um tipo de pesquisa que pode gerar inteligibilidades sobre o estudo da subjetividade e das identidades (Riessman, 1993). “Em linhas gerais, o que pesquisadores e pesquisadoras do campo da Análise de Narrativa fazem é produzir pesquisas que “dão zoom”, para então tomar como objeto os momentos em que narramos nossas vidas” (Biar, Orton e Bastos, 2021). Tomando como base o tópico da presente tese, a análise de narrativa pode, por exemplo, mostrar como os movimentos sociais se apropriam dessa prática como estratégia discursiva para lutar pelos seus propósitos (Araújo, Biar e Bastos, 2020; De Fina 2020); pode gerar compreensões sobre os modos de produção política, as práticas de resistência, e a alegada horizontalidade dos movimentos sociais contemporâneos (Orton, 2020; Orton e Biar, 2020). Dito isso, em nosso estudo defendemos a **análise de narrativa** como um importante instrumento teórico-metodológico, capaz de gerar entendimentos sobre como indivíduos que sofreram um trauma gerenciam emoções como luto e indignação; como narradores engajados em movimentos sociais conseguem indexicalizar suas experiências individuais de forma coletiva (Araújo, Biar e Bastos, 2020); e como esses indivíduos mobilizam solidariedade nos diferentes contextos em que suas histórias circulam.

Conforme já apresentado no capítulo 3 (cf. 3.6), o movimento da análise permeará todo o trabalho e será orientado pelas seguintes perguntas de pesquisa: *i) como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares*

participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?; ii) como emoções e sofrimento são organizados nas narrativas desses familiares?; iii) que mecanismos discursivos são utilizados nessa articulação? Sendo a análise do presente capítulo, enfocada na primeira pergunta. As outras duas perguntas serão analisadas nos demais capítulos temáticos que darão conta de como as mães de vítimas da violência mobilizam questões como raça, maternidade e emoções na transformação do luto em ação política – mas sempre com o apoio teórico da análise de narrativa.

Chamamos de **narrativas de engajamento** as histórias contadas por familiares de vítimas da violência policial, uma vez que são histórias dotadas de características particulares, como se verá na análise. São histórias que circulam entre questões de ordem individual e pessoal (o sofrimento de perder um filho) e questões de ordem coletiva e pública (a luta por justiça junto a um movimento social e as denúncias contra o racismo). Dessa forma, são histórias que ao mesmo tempo que tratam de sofrimento e dor, tratam de resistência e ação coletiva.

Já dissemos que uma análise desse tipo envolve interpretação. Na visão de Catherine Riessman (1993), a análise em estudos narrativos não se presta a apenas observar o conteúdo da história, mas, sim, a maneira como a experiência é contada. Para a autora, a decisão sobre aquilo que é tornado relevante na narrativa e o que é deixado de fora, como os eventos incorporam o enredo e como devem ser interpretados envolvem a agência humana e a imaginação; já o autor Jerome Bruner (1997), compreende que a composição da narrativa depende muito da cultura na qual os participantes de uma dada interação estão inseridos. Nota-se, portanto, que diversas são as perspectivas dentro desse campo, que conta com vários autores que discutem os aspectos que compõem uma narrativa, assim como a presença das narrativas na organização da experiência humana (Labov, 1972; Bruner, 1997; Bastos, 2005; dentre outros). Das diversas produções teóricas que, desde a chamada “virada narrativa”, compõem o campo da análise de narrativa, destacaremos em nossa tese as discussões que se fazem produtivas para nossa pesquisa.

O texto a seguir é dividido em dois blocos: o primeiro dá conta dos aspectos teóricos que envolvem a área de análise de narrativa. A discussão é conduzida por um fio histórico que apresenta as fases dos estudos da narrativa contemplados pelas três

“viradas narrativas”, sendo intercalada, ainda, por teorias que complementarão a análise que propomos em nosso estudo. Dito isso, começamos com os primeiros estudos de análise de narrativa com Labov (1972); depois seguimos com os estudos de Bruner (1997), Linde (1993) e Riessman (1993), finalizando essa parte com a “terceira virada narrativa” (De Fina; Georgakopoulou, 2008). Depois disso, debatemos duas questões centrais para a análise das **narrativas de engajamento**: o papel das emoções nas narrativas de sofrimento (Bastos, 2008) e como os atos de resistência dos movimentos sociais podem configurar-se em narrativas de resistência (Ewick e Silbey, 2003) e em práticas de *reexistência* (Souza, 2009). Concluiremos essa parte, apresentando como as teorias debatidas serão mobilizadas na análise.

O segundo bloco traz uma análise dos componentes das **narrativas de engajamento** – como se faz a construção discursiva nos rituais públicos conduzidos pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência. O objetivo é compreender como se organiza uma narrativa típica desse movimento social, à luz dos conceitos debatidos no presente capítulo e quais papéis tal forma de organização desempenha na luta dos familiares de vítimas da violência.

4.1.1 O modelo laboviano – algumas considerações

Começamos nossa discussão com os estudos pioneiros dos linguistas Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), que despertaram um grande interesse de áreas como psicologia, antropologia, literatura e linguagem nos estudos narrativos como meio para compreender a experiência, impulsionando a chamada “virada narrativa” (Orton, 2020). Ao investigarem narrativas produzidas em situação de entrevista, esses autores identificaram uma estrutura dos componentes de uma narrativa. Labov (1972) entende que existem muitas formas de se falar sobre experiências passadas, mas nem todas são narrativas. Segundo ele, a narrativa é um método de recapitulação da experiência passada, conta com uma sequência verbal de ações que ordena temporalmente eventos, que (infere-se) aconteceram. Com isso, a *junção temporal* das orações narrativas configura-se como o elemento central que caracteriza determinadas recapitulações da experiência vivida como narrativas; sendo a sequência concebida “como uma propriedade linguístico-discursiva representativa de uma ordem cronológica dos

eventos passados em um postulado mundo real” (Bastos e Biar, 2015, p. 100). Uma sequência de duas sentenças ordenadas temporalmente já produz uma narrativa mínima. Mas na visão de Labov, uma narrativa sofisticada ainda conta com três elementos: precisa ter um **ponto**, precisa ser **reportável** e precisa conter uma **avaliação**. Estas três características tornam-se mais perceptíveis naquilo que convencionalmente é conhecido como o modelo canônico de narrativa, que possui os seguintes elementos:

- **Resumo:** é um sumário da história, é uma pequena prévia dos eventos que farão parte da narrativa.
- **Orientação:** situa a história, para que seja identificado o lugar onde ela ocorreu, as pessoas que dela participaram e quando ela aconteceu.
- **Ações complicadoras:** a sequência temporal das orações narrativas construídas com verbos no passado, que dão conta dos fatos enunciados.
- **Avaliação:** explicita a postura do narrador em relação à narrativa, de forma a enfatizar a relevância de algumas de suas partes em comparação a outras. Indica o ponto máximo da narrativa, o porquê de a história ter sido contada, o que o narrador pretendia ao contar essa história. Bastos (2005, p.76), considera que a avaliação é:

“o mais complexo, e certamente o mais fascinante, elemento da estrutura narrativa identificada por Labov (...), que contém informação sobre a carga dramática ou o clima emocional da narrativa e que é usada para indicar o seu ponto. Também essa sinalização de clima emotivo é um fator de reportabilidade.”

É, pois, a avaliação que indica o motivo de a narrativa ser contável. “Um evento não é reportável se é algo que acontece todos os dias; para se transformar em uma história, o evento precisa, de alguma forma, ser incomum ou extrapolar as expectativas ou normas” (Labov, 1972, p. 390)”. A avaliação pode se fazer presente na narrativa pelo menos de duas formas: *i*) o narrador pode suspender o fluxo narrativo para explicitar o seu ponto ao ouvinte, chamada de **avaliação externa**. Isso colabora com a expressividade das emoções, pois chama a atenção do interlocutor para um

determinado momento da narrativa que tem a ver com o ponto avaliativo; *ii*) preservando a continuidade dos eventos, o narrador pode inserir dramaticidade em seu relato, apontando suas emoções e indiciando a forma como os acontecimentos devem ser compreendidos.

- Resolução: apresenta o que aconteceu após as ações complicadoras.
- Coda: preenche o espaço entre o momento em que a narrativa termina e o presente, trazendo a conversa de volta para o tempo presente. Também pode conter observações gerais sobre o evento narrado e como este afeta ao narrador.

Entretanto, para que uma experiência seja caracterizada uma narrativa nesses termos, não é necessário que todos esses elementos apareçam, tampouco que essa ordem seja seguida. Mas, é imprescindível a presença das ações complicadoras expressas, tipicamente, com verbos no passado. Para Labov, sem estas, não há narrativa. A presença das ações complicadoras temporalmente ordenadas ressalta a importância que a sequência temporal tem nos estudos do autor. Esse processo de recapitulação da experiência passada, leva o ouvinte a ver o mundo através dos olhos do narrador (1972). Com isso, ao longo da narrativa a perspectiva do narrador pode ser frequentemente expressa por meio de pequenos elementos sintáticos que compõem as orações narrativas. Esses elementos avaliativos, ou **intensificadores da ação** são componentes que intensificam certos eventos da narrativa através de uma série de recursos como: gestos dêiticos; fonologia expressiva, como alongamento de voz; quantificadores; repetição, que ao mesmo tempo que intensifica uma ação particular, suspende o curso da narrativa. Esses recursos geralmente são acionados pelos narradores para intensificar aqueles eventos considerados os mais relevantes para o ponto central da narrativa, por esse motivo, os intensificadores colaboram com a função da avaliação na narrativa. Outros importantes elementos que também contribuem com a avaliação são as perguntas retóricas, os comparativos e as explicações. Como se verá na seção de análise, todos esses recursos configuram-se como importantes elementos dos quais os familiares de vítimas da violência policial lançam mão para mobilizar emoções em suas narrativas de engajamento.

Assim como Labov (1972), a autora Deborah Tannen (2007) salienta que o uso de recursos paralinguísticos ou prosódicos, como a repetição contribuem para a

intensificação de determinados eventos na narrativa e podem assumir função avaliativa. Em seus estudos sobre a conversação cotidiana, Tannen (*Ibid*) afirma que estratégias linguísticas que são persuasivas, espontâneas, compartilhadas e elaboradas no discurso literário possibilitam a conversa cotidiana. Ela chama esses dispositivos de “**estratégias de envolvimento**”, pois compreende que essas estratégias criam e refletem o envolvimento interpessoal dos participantes de uma determinada interação⁴⁸. Para ela, todas as estratégias de envolvimento fazem parte da avaliação, pois são meios acionados pelos narradores para apresentar a forma como desejam que seus ouvintes entendam suas histórias.

Em seu trabalho, Tannen destaca três estratégias que podem atuar a nível de som e ritmo e/ou do significado construído na interação. São elas: *i*) ritmo; *ii*) padrões baseados na repetição e variação de fonemas, morfemas, palavras, colocações de palavras, e sequências mais longas de discurso; e *iii*) figuras de estilo – que ao criarem envolvimento, de alguma forma, comunicam significados e persuadem os participantes da interação. Dessas estratégias, destacamos a repetição, um recurso fortemente sonoro acionado pelos narradores para reforçar o ponto da história, que gera ressonância e significado. De acordo com a maneira como é inserida no discurso, a repetição cria um ritmo na história; animando a voz do narrador. Nesse sentido, a repetição nem sempre envolve palavras, às vezes se dá por meio de um padrão ritmado, o que também intensifica a ação, cria envolvimento e atribui significado. A repetição pode servir ainda a diversos propósitos na categoria de produção linguística, tais como: auxiliar na compreensão dos enunciados, na conexão e interação entre os indivíduos e na produção de uma linguagem mais fluente, pois dá ao falante a possibilidade de (re) formular o que dizer a seguir. Esses propósitos operam, simultaneamente, para criar coerência no discurso e envolvimento interpessoal na interação.

O ato de contar histórias pode englobar as três estratégias, inclusive, o próprio ato de narrar pode ser considerado uma estratégia de envolvimento (Tannen, 2007). Como se verá na análise, as narrativas dos familiares de vítimas da violência policial contam com recursos fortemente avaliativos que mobilizam emoções. Dessa forma, as

⁴⁸ O envolvimento conversacional é apontado por Gumperz (1982) como a base de toda compreensão linguística, uma vez que o entendimento pressupõe envolvimento conversacional, descrito como uma participação ativa e observável na conversa.

estratégias de envolvimento configuram-se como importantes dispositivos que podem ser acionados nas **narrativas de engajamento** para enfatizar um ponto, construir significados e gerar solidariedade dentre os demais participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, especialmente, dentre a audiência mais ampla.

Conforme exposto acima, parte do trabalho de Labov foi expandido por Tannen – vários estudiosos debateram a obra do autor, aprofundando questões sobre determinados elementos, todavia, sem deixar de apontar suas limitações. As críticas mais importantes às formulações de Labov repousam na centralidade que ele atribui à estrutura, tratando a narrativa como um texto autônomo, organizado em uma sequência de unidades sintáticas que recapitulam o que aconteceu. Esse tipo de concepção parece não considerar como os enunciados são construídos no mundo (Linde, 1993; Mishler, 2002; Bastos, 2005).

A autora Georgakopolou, (2006) compreende que foi partir daquilo que ela chama de “segunda virada narrativa”, que autores como Bruner, (1997), Linde (1993), e Riessman, (1993) passaram a dar mais centralidade a outros aspectos da narrativa que fundamentam a prática discursiva, tais como valores socioculturais e interacionais. De modo que passaram a conceber as narrativas como recontagens situadas e dialógicas, em lugar de recapitulações, como Labov (1972) originalmente havia postulado.

Esta nova perspectiva possibilitou reflexões acerca da natureza agentiva dos processos de criação de sentido, levando ao entendimento da narrativa como um espaço produtivo para a criação e negociação de significados (conforme aponta Orton, 2020). Tendo em vista que nossa definição de narrativa e escolha epistemológica de conduzir o processo de análise conjuga elementos teóricos dos diversos momentos dos estudos narrativos, passaremos agora a uma breve discussão sobre a proposta de Bruner (1997), Linde (1993) e Riessman (1993), salientando de que forma suas contribuições colaboram para a nossa pesquisa.

4.1.2 O poder organizador da narrativa – a era pós-Labov

Para Bruner (1997), o princípio organizador da psicologia popular é narrativo. Essa psicologia é definida como um sistema segundo o qual as pessoas organizam sua experiência no mundo social. Com base nessa premissa, seus estudos destacam a narrativa enquanto forma de organização da experiência humana, especialmente, da memória. Podemos identificar, na perspectiva de Bruner, pelo menos três princípios básicos da narrativa:

- a) sequencialidade inerente dos eventos, estados mentais e/ou ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores. A noção de sequencialidade é fundamental para a atribuição de significado a uma história e para a forma como ela deve ser compreendida;
- b) indiferença factual: a condição de verdade ou falsidade não tem grande relevância, é a sequência das sentenças que determina a sua configuração geral ou enredo;
- c) forma singular de gerenciar afastamentos daquilo que é considerado o cânone: a narrativa tem a função de construir ligações entre o excepcional e o comum; ela explica quando alguma coisa foge à normalidade. É isso que dá verossimilhança à narrativa. Essa característica faz referência à noção de reportabilidade de Labov (1972) – pois os indivíduos não se prestam a contar histórias sobre eventos comuns.

A partir dessas três características, especialmente da última, Bruner enfatiza a importância da narrativa no processo de organização da experiência, porque é ela que faz a intermediação do mundo canônico da cultura com o mundo dos desejos, crenças e esperanças dos indivíduos. A narrativa “torna o excepcional compreensível e mantém afastado o que é estranho, salvo quando o estranho é necessário como um tropo. Ela pode ensinar, conservar a memória ou alterar o passado” (1997, p. 53). Isso é possível porque a narrativa é uma construção seletiva da memória, esquematizada para “construir” um mundo, caracterizar seu fluxo, segmentar eventos dentro desse mundo e assim por diante. Vale ressaltar que a lembrança que temos dos eventos e a forma como continuamente o re-historiamos, variando a significância relativa de diferentes

eventos também tem a ver com a pessoa em quem nos transformamos após vivenciar certos eventos (Mishler, 2002).

Essa esquematização preserva e cristaliza a memória que, inclusive, pode ser sistematicamente alterada para se adaptar às representações canônicas do mundo social. A regulação do afeto também faz parte desse processo, pois os eventos de que temos memória são, normalmente, aqueles que produzem determinados afetos.

Voltando à questão da sequencialidade, Bruner, tal qual Labov, ressalta a importância desse elemento para a caracterização de uma narrativa. Já o autor Eliot Mishler (2002) sublinha que, embora a ordem temporal seja o critério mais fundamental que distingue a narrativa dos outros gêneros discursivos, como defende Labov, esta ordem não é suficiente para tal distinção, pois “uma narrativa é mais do que uma coisa depois da outra” (2002, p. 98); é preciso que haja uma conexão significativa entre os episódios para que os participantes da interação reconheçam que se trata de um conjunto de textos, que tomados juntos têm um propósito. Com isso, o autor traz para o debate as diferenças entre o modelo descritivo de tempo do relógio cronológico e o experiencial/narrativo. Mishler enfatiza a importância do contexto na produção de narrativas e mostra como a ordenação temporal é uma função tanto das preferências culturais por histórias bem formuladas quanto da natureza situada, que caracteriza a atividade de narrar. Esse tipo de exame favorece o entendimento de questões complexas como as relações entre o contexto, a estrutura e as funções dos estudos da narrativa quando se trata da construção de identidades.

Segundo essa perspectiva, “o passado não está cravado em pedra”, pois os significados dos eventos e experiências estão se reconfigurando constantemente e sendo reinterpretados e reenquadrados à luz de novas experiências, novos contextos e novos interlocutores (Moita Lopes, 2001). Essa característica faz referência à “mão dupla do tempo”, à ideia de que como construímos nossas histórias de forma retrospectiva, ou seja, por meio de um olhar retrovisor, os eventos nas narrativas são governados pelos seus modos de finalização, pela situação na qual os contadores se encontram no presente. Sendo assim, “o ato de narrativizar reatribuiu significado aos eventos em termos das suas consequências, isto é, de como a história se desenvolve e termina e não em termos do seu lugar temporal na sequência de eventos” (Mishler,

2002, p. 106). O tempo narrativo é, portanto, central para a maneira como uma história é organizada e compreendida, ao passo que o ordenamento temporal é simplesmente uma estratégia para a organização desses eventos em um enredo (*Ibid*).

A partir dessas considerações, entendemos, portanto, que é contando histórias que organizamos a memória e construímos sentido para os eventos da vida. Tornamos compreensível para nós mesmos o que aconteceu de excepcional em nossas vidas cotidianas, organizando os fatos em uma sequência de ações em determinados contextos, seguindo uma ordem ou um cânone narrativo (Bastos, 2005). Isso envolve um processo cognitivo e linguístico que é moldado e guiado pela cultura (Bruner, 1987; 1997).

Bruner (1997) ainda destaca a narrativa enquanto um instrumento viável para a negociação e renegociação de significados. Para tanto, tem qualidade dramática, de modo que quando indivíduos contam uma história, estão sempre assumindo uma posição moral, ainda que seja uma posição moral contra as posições morais que circulam na sociedade. Isso será bastante notável na análise das **narrativas de engajamento**, pois as mães se posicionam em embates discursivos, defendendo um ponto moral, a vida dos jovens negros, sejam eles envolvidos ou não com atividades criminosas. Esse ponto entra em contraste com a tese da “moralidade” que circula no discurso do senso comum, refletida na expressão “bandido bom é bandido morto”.

As histórias contadas pelas mães de vítimas da violência policial têm dimensões individuais e coletivas. Sobre a narrativa pessoal, Riessman (1993) a define como aquela na qual indivíduos constroem eventos e ações do passado para reclamar identidades e construir suas vidas; trata-se de um dispositivo que se organiza em torno de uma sequência de eventos que é acionado quando narradores querem fazer um ponto, normalmente, um ponto moral. Riessman (*Ibid*), tal qual Bruner (1997), entende que os indivíduos tendem a narrativizar experiências particulares quando há uma violação daquilo que seria socialmente aceito. No entanto, narrar violações nem sempre é tarefa simples. Algumas experiências como morte, doença, e tragédias são extremamente difíceis de serem contadas e podem emergir em conversas na forma de uma “pré-narrativa”, que acaba não se desenvolvendo em narrativa – nem mesmo com o passar do tempo. Trata-se da contagem de certos eventos, que juntos não produzem

uma coerência. Nesse sentido, os movimentos sociais podem configurar-se como um facilitador no processo de organização desses eventos, uma vez que possibilitam que indivíduos nomeiem suas experiências e, com isso, se conectem com aqueles que vivenciaram situações semelhantes, se engajando assim, em ações políticas (Riessman 1993).

Passaremos agora à explanação sobre os estudos da narrativa pessoal enquanto parte da nossa história de vida.

4.1.3 Histórias de vida: a construção da coerência

Tal qual Bruner (1997) e Riessman (1993), Charlotte Linde (1993) também compreende a narrativa como uma forma de organização daquilo que entendemos sobre os eventos passados, sobre situações do presente e até sobre o futuro que imaginamos. Para ela, a narrativa, além de organizar a experiência humana, também caracteriza-se como um dos recursos sociais mais importantes para a criação e manutenção da identidade pessoal; é o meio segundo o qual comunicamos nossa experiência aos outros. Seu estudo foca, mais especificamente, nas **histórias de vida**, definidas como uma unidade linguística de interação social que:

“consiste em todas as histórias e unidades de discurso associadas, como explicações e crônicas, e as conexões entre elas, contadas por um indivíduo ao longo de sua vida que satisfazem os seguintes critérios: 1) as histórias e unidades discursivas que fazem parte da história de vida precisam ter um ponto avaliativo primário sobre o falante, não apenas um ponto geral sobre como o mundo é; 2) (...) precisam ter uma reportabilidade estendida, isto é, elas precisam ser contáveis, pois são contadas e recontadas durante um longo período” (1993, p. 22).

Linde amplia a noção de **avaliação** de Labov (1972). Para a autora, o ponto avaliativo de uma história de vida tem duas dimensões: *i*) pode ser alguma coisa sobre

o caráter do narrador. É “aproximadamente, o entendimento de que o destinatário deve concordar sobre o que significam as ações do protagonista - isto é, a comunicação moral geral de que tipo de pessoa o narrador é e que tipos de ações estão sendo contadas” (1993, p. 21). Isso realça a questão de que as narrativas envolvem (entre outras coisas) uma negociação entre os participantes de uma dada interação acerca dos seus valores e de como as ações devem ser compreendidas; *ii*) pode ilustrar como o mundo é. Linde destaca que as avaliações do primeiro tipo são as que compõem as histórias de vida, porque se referem especificamente à que tipo de pessoa o narrador é. Apesar disso, em nosso objeto de estudo as avaliações sobre como o mundo é (que expressam posicionamentos sobre o mundo) se fazem extremamente relevantes para a compreensão de como as emoções e o sofrimento causado por um evento externo são organizados nas narrativas das mães. Sendo assim, a análise dos dados tratará do ponto avaliativo nessas duas dimensões. A despeito dessas duas dimensões, a avaliação pode servir para estabelecer a reportabilidade; pode atestar que os eventos e personagens da narrativa estão em conformidade com as normas compartilhadas ou negociadas pelos participantes da interação; e/ou ainda pode conter comentários morais, ou seja, avaliações que dizem respeito sobre como as coisas são, como elas deveriam ser e a forma como o falante se constrói na narrativa. Esse tipo de avaliação moral é uma das ferramentas mais poderosas para a compreensão do que os falantes estão fazendo quando constroem suas narrativas e o que está em jogo para eles ao contarem fragmentos de sua história de vida.

Já a reportabilidade é uma noção que faz parte da avaliação. Conforme destaca Labov (1972), um evento não é reportável se for algo que acontece todos os dias. Para ser transformado em uma história, um evento deve ser incomum, de alguma forma, ou ir contra as expectativas ou normas. Narrativas que são contáveis por mais tempo do que outras, normalmente, remetem a marcos biográficos, tais como escolha profissional, casamento, doenças, tragédias, mortes, entre outros.

Linde ainda adiciona outras duas importantes propriedades que fazem parte da história de vida: a descontinuidade temporal e a abertura estrutural e interpretativa. A primeira diz respeito ao fato de selecionarmos fragmentos da história de vida a serem narrados nas diferentes interações. Já a segunda propriedade, significa que uma história

de vida muda constantemente, seja pela adição de novos eventos, seja pela perda de histórias antigas, e/ou seja pela reinterpretação das histórias antigas por meio de novas avaliações. Isso também tem a ver com a aquisição de novos valores que mudam a compreensão dos eventos passados. Dessa forma, à medida que o ponto de vista do narrador, sua ideologia ou sua compreensão geral muda, sua história vai sendo remodelada. A reinterpretação das histórias de vida também tem relação com a interação, pois os narradores estão constantemente reconstruindo e reinterpretando uma dada história em função de quem é o indivíduo participante da interação. Para tanto, fazem uso de avaliações que dramatizam ou mitigam determinados eventos na narrativa (Bruner, 1997; Riessman, 1993).

Para além da questão interacional, a reinterpretação e ressignificação de eventos passados também pode ser relacionada aos “**pontos de virada**” – incidentes que acontecem de modo repentino e inesperado e, assim, modificam a compreensão que os narradores têm sobre suas vivências. São eventos que têm importância na construção das histórias de vida – marcos biográficos – pois podem gerar um processo de re-historiação dos eventos do passado. Isso porque o narrador passa a se posicionar de forma diferente; por exemplo, ele pode revisar os sentidos que atribuía aos eventos e recontextualizá-los de novas maneiras, reescrevendo a sua história de vida. Em se tratando de eventos traumáticos, o ponto de virada gera a (re)construção das identidades por meio de um (re)posicionamento em relação aos fatos geradores do trauma. Tal (re)posicionamento “constitui uma característica geral de nossas múltiplas identidades. Cada uma arraigada a um conjunto diferente de relações que formam a matriz de nossas vidas” (Mishler, 2002, p.110). Sendo assim, os pontos de virada e a subsequente reconfiguração do enredo das experiências passadas alteram seu significado e deslocam as identidades.

Vale ressaltar que, tal qual Bruner (1997), Linde (1993) compreende que a noção de história de vida não é universal, ou seja, ela é produto de uma cultura particular. Em face disso, as histórias são construídas mais em função de certos cânones culturais, do que de sua alegada capacidade de representar eventos. O conjunto das histórias que compõem a história de vida de um indivíduo se forma a partir de um processo no qual os acontecimentos são costurados, até que se tornem coerentes,

construindo e reconstruindo suas identidades. Nesse sentido, a própria noção de história de vida exige uma noção de sequência, uma vez que uma história de vida não é meramente uma coleção de eventos que aconteceram em alguma ordem irrelevante ou desconhecida. Para que exista uma história, é necessário que haja uma ordem que os participantes da interação considerem significativa – isso é importante para o entendimento dos eventos, tendo em vista que a noção de passado é relevante e é conectada ao presente⁴⁹.

Tomando a narrativa como forma de organização da experiência humana, essa noção de sequencialidade se faz relevante por duas razões: para a tornar um texto coerente; e para a elaboração do *self*, já que é na narrativa que se constrói a continuidade temporal do *self*, que faz referência às identidades que o indivíduo consegue manter ao longo do tempo – outra forma importante de criar coerência. Vale ressaltar que a coerência é para Linde, uma das características mais importantes desse processo, pois é uma demanda social criada entre o falante e o ouvinte para que sejam considerados membros competentes da cultura do qual fazem parte. A autora entende que a coerência é, geralmente, formada a partir de relações de causalidade na narrativa. Portanto, a ordem da narrativa, isto é, a sua sequência é a base de dois princípios de coerência das histórias de vida: a causalidade e a continuidade.

De acordo com Linde, os indivíduos tendem a identificar a causalidade na sequência narrativa das orações – conectivos e expressões como “**por isso, desde, portanto, é por esta razão que**” dão conta da produção de causalidade, mas é possível estabelecê-la por meio de inferências também. Trata-se de uma prática social segundo a qual os indivíduos estabelecem que certos eventos da vida foram motivados por uma determinada causa. A causalidade precisa ainda ser aceitável perante os participantes da interação como o entendimento da especificidade de certos eventos ou sequência de eventos. Isso é o que a autora chama de causalidade adequada: a necessidade de a explicação ser equilibrada de modo a não afirmar determinismos que construam a história de vida do narrador como fadada a certo fim, e nem denunciar aleatoriedades que poderiam dar a ideia de que sua vida não teve direção, ou rumo. No entanto, no

⁴⁹ “Essa conexão do passado com o presente pode até ser estabelecida formalmente pela inclusão da coda – a parte opcional da estrutura narrativa que pode ser empregada para trazer a história até o presente ou até um período posterior” (Linde, 1993, p.107).

estudo de Linde (1993) sobre histórias de vida que tratam da escolha profissional de indivíduos de classe média dos Estados Unidos, alguns de seus dados contam com narradores que acionavam causalidades consideradas inadequadas para o entendimento de determinadas sequências narrativas. Causalidades estas, que denunciavam a descontinuidade entre causa e efeito e/ou que construíam as escolhas profissionais como acidentes. Com isso, a autora considera que o gerenciamento da causalidade configura-se como uma das principais tarefas na elaboração de uma história de vida coerente.

Dito isso, é importante criar uma causalidade adequada para a sequência de eventos que sucedem a escolha de uma carreira, pois isso vai ao encontro da necessidade dos indivíduos de construir uma boa imagem e “parecer bom” quando contam suas histórias de vida – são, portanto, as causalidades formuladas para serem aceitas nas interações sociais. No caso de **narrativas de engajamento**, maneira como estamos chamando as narrativas das mães de vítimas da violência policial, a criação de uma causalidade aceitável vai ao encontro da construção da caracterização moral da vítima de violência policial – conforme se verá no capítulo 6 (cf. 6.1) – e na análise dos dados. Há um embate discursivo sobre as causas dessas mortes. Enquanto segmentos da sociedade operam com uma relação de causalidade baseada em estereótipos como “bandido bom é bandido morto” ou “se morreu era porque estava fazendo algo de errado” ou, ainda, com base na fatalidade “estava no lugar errado, na hora errada”; os parentes dessas vítimas operam com uma relação de causalidade que engloba tanto eventos específicos nos quais os meninos assassinados estavam envolvidos (como “estar indo para escola”), quanto questões de ordem macro e estruturantes da sociedade como racismo estrutural e violência sistêmica.

A causalidade é, portanto, um princípio de coerência das histórias de vida que trabalha tanto naquilo que Linde chama de **local** (o microssocial), quanto no nível macrossocial, que, segundo ela, remete aos **sistemas de coerência** que operam de forma mais global para organizar a experiência na forma de uma narrativa socialmente compartilhável. Um sistema de coerência é uma prática discursiva que representa um sistema de crenças e relações entre as crenças; que providencia ferramentas que podem explicar quando uma determinada declaração pode ou não ser considerada a causa de

outra declaração. É, pois, “um sistema que pretende fornecer um meio para compreender, avaliar e construir relatos de experiência. Graças a esse entendimento, tal sistema também pode fornecer, explícita ou implicitamente, um guia para comportamentos no futuro” (1993, p. 164). Geralmente, um sistema de coerências é um sistema de crenças derivado de algum sistema especialista, como teorias científicas, religiosas, dentre outros, mas acionado por alguém sem especialização. Desse modo, o sistema de coerência pode ser considerado um nível intermediário entre o senso comum e os sistemas especialistas; tipo um sistema *semi-expert*, uma versão popular de teorias especialistas.

Enquanto versões popularizadas de teorias, os variados sistemas de coerência permitem ao narrador a aplicação de certo nível de distância, conferindo-lhe a possibilidade de assumir uma posição de especialista. A forma como os indivíduos acionam e se alinham a esses sistemas tem relação com as diferentes posições sociais que ocupam, o que implica em uma diferença nos tipos de práticas sociais nas quais esses sistemas são mobilizados. O processo de desenvolvimento desses sistemas se dá ao longo do tempo. À medida em que um determinado sistema de crença especialista se estabelece e se populariza, determinados fragmentos dele podem dar origem a um sistema de crença popular. Quanto mais esse sistema de coerência fica conhecido, mais ele se aproxima do *status* de senso comum e no futuro, pode, eventualmente, se tornar parte dele.

No entanto, nem todos os narradores lançam mão de sistemas de coerência específicos como forma de atribuição de causalidade para certos eventos de sua vida. Ainda assim, não é possível afirmar uma ausência de um sistema de coerência, uma vez que todo enunciado é um elo na cadeia de enunciados (Bakhtin, 1997). Nesse caso, o narrador faz uso de um sistema que consiste em suposições e crenças que, de tão repetidos e presumidamente compartilhados por todos de uma cultura, é compreendido como parte inerente da sociedade – é o chamado senso comum, que é, sobretudo, uma construção social.

O estudo de Linde (1993) sobre as histórias de vida e o processo pelo qual a coerência é construída nessas histórias é de vital importância para o estudo das **narrativas de engajamento** proposto na presente tese. O assassinato de um filho

constitui um importante (senão, o mais importante) marco biográfico na vida dos familiares participantes da Rede. Parte da luta por justiça envolve a contagem e recontagem dessas narrativas nas manifestações das quais participam. Sendo um evento traumático e extraordinário à regra natural da vida (os filhos deveriam enterrar os pais e, não o contrário), a elaboração da coerência pode ser um desafio para esses familiares. Nas seções de análise no curso da tese, (mais especificamente em cf.6.4) observaremos como esses indivíduos gerenciam as relações de causalidade e qual o papel dos sistemas de coerência no processo de organização dessa experiência.

Tal análise também se apoia naquilo que o sociólogo John B. Thompson (1995) chama de estratégia de racionalização, um mecanismo de construção simbólica em que relações de poder são representadas segundo uma cadeia de orações logicamente organizadas. Em seus estudos sobre a natureza e o papel da ideologia, sua relação com a linguagem, com o poder e com o contexto social, Thompson elegeu os discursos que circulam em meios de comunicação como objeto de sua análise. Um de seus principais objetivos na obra *“Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”* (1995) é repensar a teoria da ideologia à luz do desenvolvimento dos meios de comunicação. Para tanto, ele define a ideologia em duas esferas: como a mobilização dos processos de produção e recepção de formas simbólicas; como os sentidos das formas simbólicas que estão inseridos nos contextos sociais propostos por elas, que tentam estabelecer e sustentar relações de dominação. Essas formas simbólicas são caracterizadas como todo e qualquer tipo de ação produzida e compreendida pelos indivíduos como atos de fala, imagens e textos.

Thompson (1995) ainda apresenta cinco modos pelos quais ideologias podem operar para o estabelecimento e manutenção de relações de dominação que se dão por meio de estratégias de construção simbólicas – são eles: **legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação**. Interessa-nos particularmente a **legitimação**, ação pela qual os indivíduos buscam estabelecer e sustentar suas ideias por meio de um discurso de característica autêntica e verídica, o que atribui legitimidade e tende a garantir a confiança e o apoio de uma certa audiência. Apoiado em Weber⁵⁰ – mais

⁵⁰ A parte teórica a qual Thompson se apoia são os três tipos de fundamentos desenhados por Max Weber (1991) sobre os quais as afirmações de legitimação podem estar baseadas. São eles: os fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras estabelecidas), os fundamentos tradicionais (que

especificamente nos fundamentos sobre os quais as afirmações de legitimação podem estar baseadas –, Thompson afirma que a representação das relações de dominação como legítimas pode ser vista como uma exigência de legitimação que está baseada em certos fundamentos. Tal exigência pode ser expressa em formas simbólicas por meio de estratégias típicas de construção simbólica. A mais típica de todas é a **racionalização**, “através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais e, com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (1995, p. 81). Dessa forma, o interlocutor que lança mão da **racionalização** em seu discurso tende a apresentar seus argumentos ou narrar eventos de maneira aparentemente organizada, em uma cadeia de raciocínio para sustentar e/ou justificar um conjunto de ideias, ou uma sequência de eventos, com o objetivo de “convencer” seus públicos de que suas convicções são dignas de apoio. As ações de legitimação também são, tipicamente, fundamentadas em outras duas estratégias de construção simbólica: a universalização, através da qual acordos institucionais que servem aos interesses de determinados indivíduos são universalizados, como se servissem ao interesse de todos; e a narrativização, que trata das grandes narrativas contadas ao longo da história das sociedades para justificar o exercício de poder de uns sobre outros. Trata-se de narrativas que retratam relações sociais e suas causalidades e podem servir para estabelecer e sustentar relações de poder.

Conforme dissemos, destacamos da teoria de Thompson as “**estratégias de racionalização**” como um mecanismo acionado pelas mães em suas narrativas de engajamento que, juntamente com os sistemas de coerência, dão conta de produzir explicações minimamente coerentes para os eventos que circundam a morte de seus filhos.

apelam à sacralidade de tradições imemorais) e os fundamentos carismáticos (que dizem respeito ao caráter excepcional de uma pessoa que exerça autoridade).

4.1.4 Os estudos narrativos contemporâneos

A chamada terceira virada narrativa é caracterizada por uma mudança no enfoque dos estudos narrativos. As pesquisas anteriores estavam mais voltadas para as narrativas e narrativas autobiográficas geradas nas entrevistas de pesquisa – muitas vezes para os estudos das construções identitárias. Já as pesquisas contemporâneas têm se voltado para as narrativas espontâneas que emergem em contextos interacionais, tais como rodas de conversa, reuniões de trabalho, manifestações, dentre outros. Essas pesquisas também têm questionado a história de vida como o disposto privilegiado para a compreensão da experiência humana e das construções identitárias. A interação social tem sido concebida como o *locus* dessa construção (De Fina; Georgakopoulou, 2008).

No estudo da narrativa, vale ressaltar que contextos interacionais, muitas vezes, favorecem a geração de narrativas não-canônicas, isto é, que fogem ao modelo apresentado por Labov (1972). Nesse sentido, Georgakopoulou (2006) propõe a noção de pequenas narrativas ou narrativas breves, definidas como fragmentos que fogem das expectativas do cânone. São histórias que podem contar sobre eventos em curso, futuros, hipotéticos ou compartilhados. Na visão da autora, essas narrativas colaboram para a identificação não de *selves* coerentes (como aqueles elaborados nas histórias de vida), mas de *selves* fragmentados, múltiplos e passageiros, cujas definições adquiridas na relação com o outro encontram-se em transformação. Assim, ela desloca a predominância da narrativa autobiográfica ensaiada como forma de investigação das construções identitárias para o estudo das pequenas narrativas (Orton, 2020).

A partir desse breve aporte histórico dos estudos da narrativa, sublinhamos como a investigação narrativa tem sido importante para a compreensão daquilo que acontece na vida social, sobretudo para a investigação das questões identitárias nos mais diversos contextos de pesquisa. No entanto, destacamos que para além disso, o estudo da narrativa pode gerar compreensões sobre outras questões da sociedade, uma vez que tem por tradição analisar os discursos que estão fora da esfera de poder, isto é, os trabalhos de análise de narrativa tratam de questões vivenciadas e relatadas pelos próprios atores sociais. Contar uma história não é apenas falar sobre um evento do passado, pois as histórias se situam não apenas no nível micro, mas também no macro,

ou seja, elas se relacionam a processos sociais e culturais mais amplos. Por meio da narrativa as pessoas criam e negociam entendimentos sobre realidades sociais e provocam mudanças no mundo (De Fina, 2020). Dessa forma, pesquisas que analisam narrativas podem ser muito relevantes para a sociedade, por exemplo, podem colaborar com formulações de políticas públicas que atendam às necessidades dos mais diversos grupos sociais que se encontram em situação de desvantagem. Dito isso, uma pesquisa localizada na análise de narrativa sobre o engajamento de mulheres negras na luta contra a violência do Estado pode gerar maior atenção para os problemas que permeiam esse engajamento. Problemas como a morte de jovens negros, como a impunidade dos policiais envolvidos nessas mortes no Brasil e a forma como essas questões se relacionam com o racismo sistêmico. Esse ponto reforça a relevância social da pesquisa (cf. 3.3).

A formulação teórica e sintática dos elementos que compõem uma narrativa abriu caminho para o estudo de narrativas nos mais diversos contextos de produção, com vias a compreender o que os indivíduos estão fazendo quando contam histórias em situações específicas. Trata-se de pesquisas que se baseiam no aporte teórico-metodológico da narrativa e, em interface com outras teorias sociais, produzem estudos sobre narrativas típicas de determinados contextos. Por exemplo, Biar (2012) se debruçou sobre aquilo que ela chamou de **narrativas de adesão ao tráfico** – que produzem explicações baseadas em sistemas de coerência, formulados por detentos de uma instituição prisional do Rio de Janeiro, para caracterizar os eventos que resultaram na condenação deles. Esse tipo de trabalho baseia-se nos estudos da narrativa para a análise de como indivíduos se envolveram em atividades criminosas. Em nossa pesquisa, nos apoiaremos em dois estudos que produziram entendimentos sobre formas específicas de contar determinadas histórias: **narrativas de sofrimento e narrativas de resistência**

4.2. Narrativas de sofrimento e o gerenciamento das emoções

O sofrimento é compreendido pela área da Antropologia Médica como uma experiência social. De acordo com Kleinman (1997 *apud* Bastos, 2008), o sofrimento

social remete a um conjunto de problemas que tem origem nos males que as forças sociais podem infligir à experiência humana. Inclui condições que envolvem diversas questões, tais como saúde, religião, direito, violência etc. Todavia, não é algo estritamente pessoal, o sofrimento humano é, ao mesmo tempo, coletivo e individual; as formas de vivenciar a dor e o trauma são, simultaneamente, locais e globais. Há diversas maneiras de sofrer e de perceber o sofrimento, mas como essa experiência é construída nas narrativas? Polkinhorne (1988), entende que “ao juntar dois eventos num único episódio, construímos entre eles um nexos que aumenta a nossa compreensão sobre tais eventos” (*apud* Bastos, 2008, p.77). Ademais, se a narrativa é o elemento organizador das ações humanas e dos eventos, é, pois, narrando os eventos de sofrimento que envolvem a perda do filho que as mães vão organizando suas experiências e construindo o sentido da luta.

Vale ressaltar que o processo de narrar o sofrimento é acompanhado do gerenciamento de emoções, assim como da participação em movimentos sociais. Debateremos essa questão de forma mais profunda no capítulo 8 – **Narrativa e emoções**. Sobre as emoções, Sarbin (2001) entende que ações/emoções como raiva, orgulho e medo podem ser incorporadas à estrutura da narrativa, e, assim, serem concebidas como enredos narrativos. Levando em consideração que na vida cotidiana os indivíduos fazem uso de um repertório de ações verbais e não-verbais que localizam os atores em narrativas particulares, essas ações/emoções podem ser corporificadas, isto é, dotadas de expressões corporais. Por exemplo, se um narrador se localiza em uma história de insulto, expressões corporais agressivas podem ser mobilizadas por esse narrador; assim como se uma história triste está sendo narrada, lágrimas podem acontecer. Segundo o autor, essas ações corporificadas podem auxiliar as metas do indivíduo na interação, assim como auxiliar na performance de identidades.

O mundo das emoções compõe uma espécie de repertório de expressões corpóreas que funcionam como recurso para os narradores performarem identidades e produzirem certas impressões nos seus interlocutores. No caso das mães de vítimas da violência policial, as emoções também constituem uma espécie de gramática política⁵¹,

⁵¹ O termo “gramática” aqui é usado para se referir “ao conjunto de regras ou coações, que são as exigências a ser seguidas por participantes de uma mesma situação, unidade espacial e temporal em que

que orienta o engajamento político e funciona como forma de mobilização de solidariedade (Freire, 2011). O choro talvez seja a expressão corpórea mais significativa no contexto da presente pesquisa, pois segundo Sarbin (2001), as pessoas choram em momentos específicos da história narrada. Isso leva ao entendimento de que a forma, a duração e o grau de envolvimento na ação de chorar flutua com o contexto da narrativa.

A partir dessas considerações, observaremos como o mundo das emoções, especialmente o sofrimento, é incorporado nas narrativas das mães de vítimas da violência, de modo a mobilizar a solidariedade da audiência. Para tanto, analisaremos algumas estratégias discursivas utilizadas pelas mães em suas performances narrativas, tais como, pausas, choro contido e ênfases.

4.3 Narrativas de resistência e práticas de reexistência

O conceito de resistência é central para a ação política desenvolvida pelos indivíduos engajados nos mais diversos tipos de movimentos sociais, uma vez que mobilizações, geralmente, surgem a partir da contestação de alguma situação. Se a resistência pode ser concebida como a habilidade de mobilizar ação coletiva, de perturbar ou alterar os arranjos de poder e provocar mudanças nas estruturas da sociedade, os atos de resistência podem ser entendidos como tentativas conscientes de mudar/desafiar as relações de poder. Uma das consequências dos atos de resistência é a sua transformação em “histórias de resistência”, conforme apontam as sociólogas Ewick e Silbey (2003): trata-se de histórias que de tão contadas, transcendem temporal e espacialmente o momento da ação; que têm uma circulação que viabiliza a coletivização e a disseminação de práticas de resistência; que dispõem de conhecimento sociocultural sobre como as estruturas de poder funcionam. As narrativas de resistência, então, podem ser compreendidas não como uma representação dos eventos acontecidos, mas como atos criativos e políticos de articulação das bases estruturais de poder que desafiam a hegemonia e reivindicam mudanças estruturais.

peças coordenam suas ações de modo a comportar-se de forma adequada ao contexto” (Freire, 2011, p. 182).

A noção de poder hegemônico – concebido como um produto da interação social, produzido e reproduzido nos mais diversos tipos de interação – é de suma importância na abordagem das autoras. Pois essa reprodução colabora com a naturalização de determinados discursos e práticas sociais. São as narrativas de resistência que desafiam os arranjos sociais naturalizados, identificando determinados indivíduos como os responsáveis por certas injustiças. Dessa forma, os narradores de atos de resistência:

“se constroem como indivíduos agentivos, por meio da construção de significados de oposição, de transformação e de vitória moral – demonstram entendimento de que a ação social na sociedade contemporânea é organizada por meio de papéis sociais, regras, hierarquias, tempo e espaço, e que se encontram em posições subordinadas” (Orton, 2020, p. 125).

No mais, os enredos das narrativas de resistência, tipicamente, veiculam conhecimento acerca do papel que as estruturas de poder têm, não apenas na tentativa de limitar a ação de indivíduos, como também na produção das “janelas de oportunidades políticas” que, quando abertas, podem transformar o potencial de uma mobilização em ação coletiva (Tarrow, 2009). A atividade narrativa constitui, portanto, uma prática simbólica na qual os grupos sociais se engajam a fim de reivindicar legitimidade e reconhecimento de suas causas, além de demandar mudanças específicas no sistema político.

A partir dessas considerações, as histórias das mães podem ser concebidas como narrativas de resistência ao racismo estrutural e institucional que opera nas diversas fases da luta por justiça – desde o momento em que o policial aperta o gatilho em uma incursão na favela, até o arquivamento do caso na esfera do judiciário. Entretanto, em nosso estudo, compreendemos que mais do que resistir ao narrarem suas histórias em público, essas mães *reexistem* na medida em que colaboram para desestabilização de discursos de base racista já cristalizados, e passam a redescrever a morte de seus filhos como parte de um contexto macro de violência e racismo sistêmico.

A noção de *reexistência* foi incorporada por Ana Lúcia Silva e Souza (2009) em seu estudo sobre as práticas de letramento dos ativistas do movimento *Hip Hop* em São Paulo. Para ela, ao sociabilizar suas produções, os ativistas desse movimento transformam-se em agentes de letramentos, formadores de outros agentes. Eles desempenham um papel histórico ao absorver, criar, ressignificar e reinventar os usos sociais da linguagem, os valores e intenções daquilo que ela chama de *letramentos de reexistência*. Esses letramentos “capturam a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discursos já cristalizados” (2009, p.32). Segundo análise da autora, tais práticas tornam-se *reexistência* em lugar de resistência, uma vez que os ativistas não apenas valorizavam ou refutavam a cultura letrada escolarizada, como principalmente a reinventavam. Nesse sentido, os ativistas, além de resistirem a um modelo de letramento excludente, também criavam novas formas de dizer o já dito, criando espaços de disputa pela educação, seja ela escolarizada, ou não. Sintetizando, a *reexistência* consiste em desestabilizar discursos já cristalizados e lhes atribuir novos significados. É uma prática que possibilita mudança, uma vez que contribui para pensar transformações nas mais variadas esferas sociais.

Sendo assim, defendemos que a atuação das mães de vítimas da violência policial na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência se dá via narrativas de resistência, que trazem à tona a racialização da violência policial e os entraves que elas enfrentam na luta por justiça; e via atos de *reexistência*, pois suas denúncias redescrevem a morte de seus filhos sob uma nova ótica que tanto afasta a caracterização moral deles como “bandidos”, quanto produz denúncias ao conceber tais mortes como parte da lógica de atuação Necropolítica do Estado.

4.4 Encaminhamentos e procedimentos para a análise

Finalizaremos essa parte do capítulo reforçando a nossa definição de narrativa e a forma como mobilizaremos as teorias aqui discutidas para a análise das chamadas **narrativas de engajamento**.

Compreendemos que a *análise de narrativa* é uma importante ferramenta para a investigação de problemas de pesquisa ligados à construção identitária e interação social (Bastos e Biar, 2015), sendo, portanto, um meio para lançar entendimentos sobre o que acontece na vida social. Tal entendimento permite o estudo de um contexto em nível micro analítico, mas que extrapola compreensões daquilo que acontece no macrosocial. Com base nessas ideias, elegemos essa teoria como a ferramenta para a análise de como as mães de vítimas de violência policial do Rio de Janeiro mobilizam luto e sofrimento para se engajarem na luta por justiça.

Partimos da compreensão de que a narrativa não é uma representação dos eventos do passado, mas sim, uma construção. É uma forma de organização da experiência humana e, é por meio dela que os familiares de vítimas da violência policial gerenciam suas emoções e organizam os eventos que levaram à morte de seus filhos. Elas tornam compreensível para si próprias o que aconteceu de excepcional em suas vidas. Para além disso, a narrativa também é uma maneira de agir no mundo. É um importante instrumento acionado por movimentos sociais como a Rede para lutar por suas demandas, seja porque pode proporcionar uma maior visibilidade à causa, objeto de luta, seja pela capacidade de mobilizar emoções e, assim, gerar solidariedade por parte de outros setores da sociedade.

Com base nos pressupostos teóricos aqui apresentados, as narrativas das mães serão analisadas sob duas perspectivas complementares: 1) como narrativas de sofrimento que mobilizam emoções e constituem a história de vida das mães participantes da Rede; 2) como formas de resistência ao racismo estrutural e aos discursos hegemônicos que constroem as vítimas da violência policial como criminosos e responsáveis pela própria morte. Essa resistência se torna *reexistência* na medida em que as mães, narram suas histórias e desestabilizam tais discursos hegemônicos⁵². A

⁵² Essa prática de *reexistência* de mulheres negras também pode ser observada a partir do conceito de Escrivência, cunhado por Conceição Evaristo. Trata-se de um tipo de escrita que nasce do cotidiano, da experiência de vida da própria autora e do seu povo. Nesse sentido, a Escrivência aponta para o ato de contar histórias particulares, fazendo referências a outras experiências coletivizadas (2017), uma vez que o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua cumplicidade com outros sujeitos. Além disso, a obra da autora sublinha o incômodo que a escrita de mulheres negras precisa provocar no interior da produção científica hegemônica, marcadamente branca e androcêntrica (Soares; Machado, 2017).

análise será orientada pela pergunta de pesquisa, apresentada anteriormente: *i) como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?* Para tanto, faremos uso de alguns aspectos do modelo laboviano, em interface com as teorias que contemplam os aspectos da narrativa referentes aos valores socioculturais e interacionais que fundamentam a prática discursiva. *Orientação, ação complicadora e avaliação* são os elementos que se farão mais presentes na análise. Apesar de fazermos uso de determinados índices da teoria de Labov, conforme já salientamos, não nos alinhamos à sua forma de conceber a narrativa como uma estrutura um tanto quanto rígida de recapitulação da experiência passada, que prioriza a sequenciação. Entendemos que a análise é enriquecida quando fazemos uso do modelo laboviano junto a outras teorias, como o debate realizado por Bruner (1997), Linde (1993), Riessman (1993), De Fina (2020) e as pequenas histórias de Georgakopoulou (2006).

Dado o caráter dessas narrativas, se fazem em torno de um evento traumático, são contadas e recontadas diversas vezes porque possuem uma reportabilidade estendida - as trataremos como parte das **histórias de vida** das mães. As noções de **ponto de virada, causalidade, sistemas de coerência, estratégias de envolvimento e racionalização dos eventos** darão suporte para a compreensão de como essas mães organizam a experiência de perder um filho, atribuindo coerência a essa situação por meio de relações de causalidade que figuram entre situações de ordem micro e macrosocial.

A maneira como as mães gerenciam suas emoções tem papel central nas **narrativas de engajamento**, pois por meio de ações corpóreas e não-corpóreas – tais como gritos, choro contido e não contido, pausas, repetições – as mães intensificam as ações narradas e, assim, mobilizam emoções que não só enfatizam o ponto de suas histórias, como também se configuram como formas de gerar a solidariedade da audiência mais ampla. Passaremos agora à segunda parte deste capítulo, que dá conta das análises das narrativas dos familiares participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

4.5 Narrando a luta por justiça – as narrativas de engajamento

Tendo em vista o objetivo mais geral da presente tese, qual seja compreender como as mães de vítimas da violência policial se engajam em movimentos para lutar por justiça, a análise desta seção tem como objetivo maior descrever como as **narrativas de engajamento** são elaboradas no contexto dos rituais da Rede. Esse primeiro bloco de análise se debruça, mais especificamente, sobre a estrutura dessas narrativas e trata de todos os dados que foram selecionados para compor a tese. Os demais aspectos discursivos desses mesmos fragmentos serão explorados nos outros capítulos. Seguiremos a ordem apresentada no capítulo 3 (cf. 3.7), começando com trechos narrativos dos discursos de Ana Paula, seguida por Janaina, Fátima Pinho, finalizando com Zé Luis.

4.5.1 Ana Paula – uma luta que é coletiva

Ana Paula é mãe de Johnatha de Oliveira Lima. No capítulo 3 (cf. 3.6), explicamos que a morte desse jovem é acompanhada por divergências de versões sobre o ocorrido, assim como a maioria dos casos de “auto de resistência” dos participantes da Rede. Nos fragmentos narrativos selecionados, Ana Paula torna relevante tanto essas contradições quanto a sua própria luta por justiça.

O discurso dessa mãe comporta excertos narrativos não-canônicos fortemente avaliativos, nos quais a manifestante critica as práticas do Estado em relação ao “combate às drogas”, acusando-as de serem racistas. Segue abaixo o discurso de Ana Paula (quase na íntegra)⁵³:

Discurso 1

01 **Ana Paula** Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de
 02 Manguinhos eu sou a mãe de Johnatha de
 03 Oliveira(.)Para alguns de vocês aqui, pode
 04 parecer que vocês estão ouvindo a mesma história
 05 a todo momento, mas é isso que acontece, nossos

⁵³ Um outro fragmento desse mesmo discurso de Ana Paula será analisado no capítulo 6 (cf. 6.4)

06 filhos foram assassinados, por causa desse
 07 sistema RACISTA. Que diz que moradores de
 08 favelas (1s) jovens (1s) negros (1s) pobres,
 09 moradores de periferias, TEM que ser
 10 ASSASSINADOS. Não vem com esse discurso de que
 11 “ah o combate às drogas”, na verdade não é isso.
 12 Nós, que moramos em favelas, que perdemos nossos
 13 filhos INJUSTAMENTE sabemos que o que há é o
 14 combate aos pobres. Estão tirando os nossos
 15 filhos, e ninguém SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO,
 16 ele foi assassinado aos dezenove anos de idade
 17 com um tiro nas costas, totalmente indefeso. E
 18 é por isso que eu tô aqui hoje. junto com essas
 19 mães, com esses pais, com esses familiares sabe
 20 por quê? o policial que assassinou o meu filho,
 21 X, o nome dele. foi o policial que desgraçou a
 22 minha vida, MAS SE HOUVESSE JUSTIÇA de repente
 23 hoje o meu filho estaria vivo. porque esse mesmo
 24 POLICIAL, já havia sido preso um ano antes, ELE
 25 RESPONDE A PROCESSO POR TRIPLO HOMICÍDIO E POR
 26 TENTATIVA DE HOMICÍDIO E NINGUÉM FEZ NADA, A
 27 JUSTIÇA NÃO ACONTECEU. É POR ISSO QUE QUE EU TÔ
 28 AQUI((inaudível)) justiça

Ana Paula inicia a sua narrativa com uma **apresentação inicial**, que se dá de maneira ritualística, uma fórmula recorrente usada pelos participantes da Rede. É comum que todos os manifestantes abram seus discursos dizendo seus nomes, o nome dos filhos e o local onde moram “Meu nome é Ana Paula, sou moradora da favela de Manguinhos eu sou a mãe de Johnatha de Oliveira” (linhas 1 a 3). Em todas as manifestações em que estive presente, os familiares se apresentaram dessa mesma maneira. No trabalho de campo observei, inclusive, momentos em que familiares que estão na luta há mais tempo ensinam aos recém-chegados formas de se dirigir ao público nas manifestações. Rituais assim são típicos de contextos institucionais, nos quais é comum moldar a forma de narrar como maneira de reforçar a coesão do grupo. Enquanto recurso discursivo, produz um efeito segundo o qual as narrativas contadas neste contexto podem ser vistas como itens semelhantes de uma *coleção*. O paralelismo que se vê, quando todas as narrativas são tomadas juntas, coloca ênfase na repetição das mesmas tragédias e na coletivização da dor dessas mães. No entanto, apesar do padrão comum, os elementos que identificam mãe e filho individualmente em cada narrativa permitem que não haja apagamento da agência dos

familiares – existe uma dimensão individual de cada história, a especificidade de cada narrativa é também reforçada.

Logo em seguida ao ritual de abertura, Ana Paula se dirige diretamente à audiência (pessoas que estavam transitando pelo local da manifestação), explicitando o caráter recorrente das histórias narradas e produzindo, de forma não-canônica, um resumo “Para alguns de vocês aqui, pode parecer que vocês estão ouvindo a mesma história a todo momento, mas é isso que acontece,” (linhas 3 a 5) e orientações que também funcionam como avaliações que contextualizam a sua narrativa “nossos filhos foram assassinados, por causa desse sistema RACISTA. Que diz que moradores de favelas (1s) jovens (1s)negros (1s) pobres, moradores de periferias, TEM que ser ASSASSINADOS. Não vem com esse discurso de que “ah o combate às drogas”, na verdade não é isso. Nós, que moramos em favelas, que perdemos nossos filhos INJUSTAMENTE sabemos que o que há é o combate aos pobres” (linhas 5 a 14).

Essa **contextualização** que preenche a maior parte da narrativa, cumpre duas funções:

- 1) traz uma explicação geral do motivo pelo qual Ana Paula está nessa manifestação, que tem a ver com a profunda indignação gerada pela morte dos jovens negros nas favelas;
- 2) em lugar de simplesmente remeter a elementos que compõem o cenário da história particular de Ana Paula, tal contextualização aponta para elementos de ordem macrossocial que constroem uma rede de causalidades que levaram à morte de Johnatha: a violência policial e o extermínio da população negra nas favelas como consequências de um “sistema racista”.

Construídas essas relações, Ana Paula passa a um novo sumário de sua narrativa e produz uma indagação construída como uma pergunta retórica, pontuada por choro: “estão tirando os nossos filhos, (.) e ninguém SE IMPORTA?” (linhas 14 e 15) na qual tenta mobilizar uma empatia da audiência humanizando a questão.

Após esses movimentos iniciais, constituídos de resumos e contextualizações, Ana Paula inicia então o relato da sua **história particular**, que conta com a ação complicadora – a morte de Johnatha. Esse relato se dá por meio de uma narrativa breve

(Georgakopoulou, 2006), que contém apenas uma oração “o MEU FILHO, ele foi assassinado com um tiro nas costas”, acompanhada de uma orientação “aos dezenove anos de idade” e uma avaliação “totalmente indefeso” (linhas 15 a 17). Tanto a escolha verbal quanto as escolhas de caracterização do personagem nessa micronarrativa colaboram para a construção do ponto de Ana Paula nessa narrativa, qual seja, contrariar a versão oficial da polícia e reivindicar a inocência de Johnatha (se ele levou um tiro nas costas e estava indefeso, não se trata de “auto de resistência”). É importante notar que a experiência pessoal dessa mãe, a sua **história particular**, que dá conta daquilo que efetivamente aconteceu a seu filho toma um pequeno espaço em seu discurso (linhas 15 a 17).

Na sequência, Ana Paula a lança mão de avaliações que marcam o seu engajamento na luta por justiça ao lado de outros familiares (linhas 17 a 19), seguida por uma extensa **coda avaliativa** (linhas 20 a 28), na qual ela faz denúncias ao sistema judiciário brasileiro, pois “se houvesse justiça”, o policial que matou o seu filho não estaria trabalhando nas ruas e Johnatha “poderia estar vivo”. Ao nomear o policial, “que desgraçou a sua vida”, Ana Paula traz mais um elemento de sua história particular (linhas 20 a 24).

O ponto da narrativa dessa mãe, o motivo pelo qual ela conta a sua história da maneira como conta, pode ser dividido em dois: a defesa da inocência de Johnatha; a realização de denúncias às práticas necropolíticas de “combate às drogas” e ao racismo estrutural. Nesse processo Ana Paula organiza a sua narrativa segundo um padrão peculiar:

- 1) apresentação inicial:** ela abre a narrativa trazendo breves informações sobre quem é ela e quem é seu filho.
- 2) contextualização política:** ela descreve o racismo e a violência policial nas favelas do Rio de Janeiro, dando ênfase ao contexto macro que envolve a morte dos filhos das mães engajadas na Rede.
- 3) história particular:** momento no qual Ana Paula narra efetivamente a sua experiência pessoal, como se deu a morte de seu filho e, inclusive, nomeia o policial responsável pela morte dele, construindo um caráter mais pessoalizado da violência policial.

4) coda avaliativa: nesse momento, ela produz avaliações que funcionam como denúncias das práticas do sistema judiciário, que geram a sensação de impunidade.

Essa espécie de “estrutura organizadora” se faz presente, em maior e menor grau, em todas os discursos dos participantes da Rede analisados na presente tese. Ana Paula, ao fazer uso dessa “estrutura”, constrói sua experiência dentro de uma coletividade, isto é, ela torna relevante o contexto macro que envolve a morte de seu filho, projetando-o como parte de um sistema que é responsável pela morte dos filhos dos seus companheiros participantes da Rede. Maior espaço é tributado ao contexto macro do que aos eventos relativos à morte de Johnatha em si. Com isso, sua narrativa se desenvolve em espiral, vai do particular para o geral. O discurso de Ana Paula torna-se mais que um relato, agindo no movimento social do qual ela faz parte como denúncia de um crime sistêmico.

4.5.2 Janaina – Enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça

Janaina Matos Alves é mãe de Jhonata Dalber. Este caso, ganhou atenção especial da imprensa e das mídias alternativas em função da disparidade de versões sobre os eventos que levaram à morte deste adolescente. No Registro de Ocorrência consta que ele estava trocando tiros com os policiais. Já os familiares e as testemunhas moradores da favela do Borel, contam que Jhonata estava com um pacote com saquinhos de pipoca nas mãos quando foi atingido por um tiro de fuzil. Esse conflito de versões é um ponto central na narrativa dessa mãe, pois a sua versão e a das demais testemunhas do ocorrido colaboram para a construção da inocência de seu filho.

A organização da **narrativa de engajamento** de Janaina é similar à de Ana Paula e, como tal, também desempenha importantes papéis nos movimentos discursivos que colaboram com a elaboração do seu luto e com a sua atuação política. Mas, diferente de Ana Paula, Janaina dá maior espaço à sua experiência pessoal do que à experiência coletiva do grupo. Todavia, seu discurso não deixa de contemplar o cenário macro no qual a morte de Jhonata Dalber e a luta por justiça se inserem. Participa desse cenário a construção estigmatizante do morador da favela, que no

discurso de Janaina é construído como parte de sua luta. Segue abaixo o discurso de Janaina na íntegra:

Discurso 2

01 **Janaina** meu nome é Janaina Matos Alves, sou mãe do Jhonata
 02 Dalber. Ele foi assassinado no dia trinta de junho
 03 de dois mil e dezesseis na comunidade do Borel
 04 (.)ele foi até a comunidade,(.) para fazer um
 05 favor pra mim,(.) pegar um pacote com um saquinho
 06 de pipoca (4s).E lá, ele foi alvejado com um tiro
 07 na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s)
 08 ((choro)). E hoje eu tô aqui com essas mães, em
 09 busca de justiça (4s) e enquanto eu tiver vida,
 10 eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver
 11 força pra isso eu vou lutar (.), porque nem todo
 12 mundo que mora em comunidade é marginal,(.) nem
 13 todo mundo que mora em comunidade mora porque
 14 quer, (.) é por não ter condições. (.) É por não
 15 ter opção, (.) de sair de lá. (2s) E meu filho não
 16 morava lá, e mesmo assim meu filho foi
 17 assassinado(2s). Eles destruíram a minha família,
 18 (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra
 19 pedir justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos.

Janaina segue o mesmo ritual que Ana Paula na abertura de sua narrativa (ritual típico da Rede de Comunidade e Movimentos contra a Violência). Ela lança mão de orientações que dão conta de uma **apresentação inicial**, na qual diz quem ela é e quem é seu filho. Na sequência, ela dá informações que funcionam como um sumário, um pequeno resumo de sua narrativa “Ele foi assassinado no dia trinta de junho de dois mil e dezesseis na comunidade do Borel” (linhas 2 e 3). Depois Janaina já inicia sua **história particular** com ações complicadoras que não apenas explicam o que aconteceu com seu filho, mas também colaboram com o ponto da narrativa: a construção da inocência de Jhonata e, por extensão, uma defesa dos moradores das comunidades em geral. As ações complicadoras que (re)constroem o preciso momento em que Jhonata morreu são elaboradas com longas pausas e choro “ele foi até a comunidade(.) para fazer um favor pra pegar um pacote com um saquinho de pipoca (4s).E lá, ele foi alvejado com um tiro na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s)” (linhas 4 a 7) – essa parte da análise será aprofundada no capítulo 8 (cf. 8.3).

Seguindo a narrativa, Janaina elabora uma **contextualização macro** ao fazer um movimento espiral que extrapola a sua luta individual para uma luta mais ampla, que engloba os moradores das comunidades “e enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver força pra isso eu vou lutar (.), porque nem todo mundo que mora em comunidade é marginal, (.) nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer, (.) é por não ter condições. (.) É por não ter opção, (.) de sair de lá. (2s)” (linhas 9 a 16). Com isso, ela relaciona a sua luta com uma luta que é um problema estrutural da sociedade, a luta contra o racismo e o preconceito.

Da mesma maneira que Ana Paula, Janaina também transita entre a sua história particular de perda de um filho e um contexto mais amplo, que em sua narrativa é a luta contra o discurso hegemônico que circula na sociedade e constrói moradores das comunidades como marginais ou coniventes com ações criminosas. Todavia, diferente de Ana Paula, Janaina faz esse movimento de transição sem dedicar muito espaço ao contexto mais amplo. Sua história particular de perda do filho ocupa maior espaço na narrativa. Ao extrapolar a sua luta para o contexto do racismo, ela faz avaliações que funcionam como defesa dos moradores das comunidades, embora não seja moradora desse local. Tal relação torna-se significativa, posto que a morte dos jovens negros nas comunidades do Rio de Janeiro é considerada pelos movimentos sociais um problema de racismo e preconceito (ver discussão no capítulo 6).

Nas linhas 15 a 17, após uma pausa, Janaina lança mão de uma avaliação encaixada que torna relevante um importante dado de sua **história particular** e constrói certo afastamento da comunidade do Borel, mas não da luta por justiça: “(2s) e meu filho não morava lá, e mesmo assim meu filho foi assassinado”. Ela não imputa culpa à comunidade, ao contrário, faz a defesa dela.

Janaina encerra sua narrativa com uma sequência temporal de ações complicadoras que expressam o ponto de virada em sua vida (Mishler, 2002), que reenquadra o cenário familiar: “Eles destruíram a minha família, (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra pedir justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos” (linhas 17 a 19). Compreendemos que essas ações complicadoras exercem a função de uma **coda avaliativa**, posto que Janaina finaliza a sua narrativa produzindo avaliações sobre o que aconteceu com ela –

avaliações que também caracterizam seus posicionamentos sobre as consequências das ações dos policiais: a destruição de sua família.

Sintetizando, de modo geral, a narrativa de Janaina teve como ponto central a defesa da inocência de Jhonata, que se desdobra na defesa dos moradores das comunidades e se organiza de acordo com uma “estrutura” similar à de Ana Paula, detalhada a seguir:

- 1) **apresentação inicial:** Janaina abre sua narrativa com breves informações que explicam quem ela é e introduzem o que aconteceu com seu filho.
- 2) **história particular:** diferente de Ana Paula, Janaina narra logo na sequência de sua apresentação inicial os eventos específicos que circundam a morte de Jhonata, conferindo maior destaque à sua experiência pessoal do que ao contexto macro. Nesse processo essa mãe mobiliza um repertório de emoções, tais como choro e pausas prolongadas, que constroem significados sobre a morte de Jhonata, mais especificamente, constroem o sofrimento dela.
- 3) **contextualização macro:** por meio de avaliações que refutam os estigmas dos moradores das favelas, Janaina enquadra a morte de seu filho e a sua luta por justiça no contexto mais amplo de preconceito e de racismo que esses moradores enfrentam ao serem taxados de “marginais”, apenas em função do seu local de moradia.
- 4) **coda avaliativa:** ela encerra sua história com ações complicadoras que funcionam como avaliações, uma vez que ela avalia as consequências da violência policial no âmbito pessoal de sua vida.

4.5.3 Fatinha – A luta por justiça como uma luta contra o estigma

Fatinha é mãe de Hugo Leonardo. O caso de Hugo traz à tona uma importante questão da luta dos familiares participantes da Rede, que interfere no desfecho que muitos dos casos de homicídio decorrente de intervenção policial: a caracterização moral da vítima – questão que será mais aprofundada no capítulo 6 (cf. 6.1). Hugo teve uma passagem pelo sistema prisional. Essa experiência é, comumente, caracterizada pelo senso comum no Brasil como ter “um passado que condena”. Diante disso, a luta

de Fatinha é atravessada pelos estigmas que acompanham a típica caracterização moral da vítima de violência policial – de que era um criminoso, o que justificaria a sua morte.

Já dissemos que a tese conta com excertos narrativos de Fatinha de dois eventos: um ato que aconteceu em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro; e um protesto realizado em frente à 5ª Delegacia de Polícia Civil (5ª DP)⁵⁴. No presente capítulo trabalharemos com o discurso proferido por Fatinha no primeiro evento, disponível abaixo:

Discurso 3

01 **Fatinha** Bom, eu sou mãe de Hugo Leonardo (.) na época (.)
 02 que ele foi assassinado no dia dezessete de abril
 03 de 2012, ele tava desempregado (.) era negro (.)
 04 favelado (.) uma passagem (.) em Bangu⁵⁵, né porque
 05 ((inaudível)) quando a upp entrou no final, no
 06 final de (.) dois mil e onze né (.) começaram a
 07 implicância com ele (.) nascido e criado lá né ele
 08 tinha o direito dele de ir e vir (.) então começou
 09 uma implicância porque sabia, já tinha visto os
 10 documentos que ele tinha uma passagem e por AÍ
 11 começou a bagunçar a vida do meu filho, de ir na
 12 casa dele (.) cortar ele de faca (.) queimar de
 13 cigarro (.) chutar (.) deixar a cara dele inchada
 14 (0,7) ((chorando)) aí quando encontrava ele na rua
 15 era a mesma coisa, pisar era essa tortura (.)
 16 tanto na rua, quanto na casa dele, (.) até que um
 17 dia, (.) um policial virou pra ele e falou que já
 18 tava com NOJO de ver a cara dele todo santo dia
 19 (0,2) e ele falou 'por que? (.) se eu tô na minha
 20 comunidade? foi aonde eu nasci (.) então você vai
 21 ter que me ver todo dia, porque eu não vou parar
 22 porque se eu não tô na rua, vocês VÃO me procurar
 23 dentro da minha casa pra me bater' (.) 'eu vou (.)
 24 te (.) matar' (.) 'porque? você vai me matar, eu
 25 não faço nada com você?' na semana seguinte (0,3)
 26 eu escutei dois tiros perto da minha casa, (0,5)
 27 JAMAIS eu iria imaginar que era nele (.) eu recebi
 28 um telefonema, eu tava passando uma camisa para o
 29 meu marido trabalhar (0,2) um amigo falou assim
 30 'Fatinha a X ligou e falou que a polícia matou o
 31 Hugo' (.) foi assim (0,2) eu perdi meu chão (.)
 32 eu não sei como eu consegui descer as escadas,

⁵⁴ A narrativa elaborada por Fatinha no protesto em frente à Delegacia de Polícia Civil traz informações mais específicas sobre a morte de Hugo e apresenta como ela se engajou na luta por justiça.

⁵⁵ Bangu faz referência ao Complexo Penitenciário de Gericinó, antigo Complexo Penitenciário de Bangu, localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

33 porque (0,2) eu não sentia o chão, (.) mas logo
 34 quando eu cheguei lá, eles já tinham arrastado o
 35 corpo dele. (.) não foram pela rua principal,
 36 foram pela rua de baixo, colocaram dentro do carro
 37 e levaram pro hospital. E foi dito na reportagem
 38 'MAIS um traficante MORTO mais um bandido, com
 39 troca de tiro, que era um grupo de traficantes,
 40 que só ele ficou pra tocar tiro e era mentira e
 41 ele tava com um trinta e oito, esse trinta e oito
 42 não apareceu (.) que foi feito perícia no local
 43 (.) É MENTIRA (.) É MENTIRA (.) tudo o que saiu
 44 na reportagem é mentira (.) a única verdade, (.)
 45 era que meu filho tinha tido uma passagem. TEVE
 46 mas ele. ele pagou, ele trabalhou aqui no teatro
 47 municipal ((inaudível)) pagando o resto o que ele
 48 devia(.)porque em Ipanema, Copacabana os brancos
 49 fazem PLANTAÇÃO de maconha dentro de belíssimos
 50 apartamentos, e NÃO ACONTECE NADA, o Hugo era
 51 usuário de dentro da favela, só porque é USUÁRIO,
 52 é um traficante? por que é preto? (.) lá na porta
 53 da universidade X QUARTA, QUINTA, fica lotado de
 54 filhinho de papai fumando maconha, usando droga,
 55 bebendo e DOIS CARROS de polícia fazem segurança
 56 (.) por quê? porque são brancos (0,3) você não vê
 57 um negro ali no meio deles, mas dentro da favela
 58 é assim (.) a upp entra pra matar

Tal qual as narrativas das outras participantes da Rede, o ponto mais geral da história de Fatinha é defender a inocência de seu filho. Para tanto, ela faz uso de determinadas escolhas lexicais e performances que serão analisadas ao longo da tese. Observando mais detidamente a estrutura desse fragmento, notamos a recorrência dos elementos presentes também nos fragmentos de Ana Paula e Janaina. Fatinha abre sua narrativa seguindo o ritual típico das mães da Rede. Ela se apresenta como mãe de Hugo e apresenta quem era seu filho. Esse primeiro excerto se configura como a **apresentação inicial**, que contém orientações elaboradas por meio de pausas que atribuem um ritmo tonal à narrativa de Fatinha e marcam os estigmas que podem ser atribuídos à Hugo:

- **ele tava desempregado (.)**
- **era negro (.)**
- **favelado (.)**
- **(tinha) uma passagem (.)**

Em seguida, ela faz uma **contextualização a nível local**, com ações complicadoras (linhas 6 a 10) que explicam o que estava acontecendo na Rocinha quando seu filho morreu: a instalação de uma unidade da UPP. Essas ações complicadoras também funcionam como orientações para a sua história particular. Com essa contextualização, ela conecta essa instalação da UPP ao problema que Hugo passou a enfrentar com a presença desses policiais, qual seja, uma implicância que se converteu em ameaça e, posteriormente, levou à sua morte (linhas 8 a 11).

A Unidade de Polícia Pacificadora foi inaugurada na Rocinha em setembro de 2012, alguns meses após a morte de Hugo. No entanto, os policiais iniciaram a ocupação da comunidade em novembro de 2011 para a instalação da Unidade – por esse motivo, Fatinha se refere a esses policiais como os “policiais da UPP”. Essa presença efetiva de policiais nas favelas – seja via patrulhamento, seja via ocupação, levantou um debate entre os pesquisadores sobre como a vida dos moradores seria afetada por essa presença.

Na sequência, Fatinha inicia a sua **história particular** com ações complicadoras e avaliações que descrevem a morte de Hugo sob a ótica do seu sofrimento pessoal. Primeiramente, ela fala sobre a semana posterior ao suposto diálogo entre Hugo e o policial (reconstruído na narrativa), na qual ela ouviu os tiros que mataram seu filho (linhas 26 e 27). Depois, ela detalha como recebeu a notícia e o que aconteceu com Hugo após ser baleado (linhas 27 a 37). Por fim, traz mais ações complicadoras que desconstróem a versão que os jornais deram sobre a morte dele (linhas 37 a 48). Versão que é, tipicamente, encontrada no Registro de Ocorrência de mortes por intervenção do Estado e é confrontada na narrativa das mães: de que ele estaria trocando tiros com a polícia e, por isso, foi alvejado – no caso de Hugo, a perícia no local não foi realizada e a suposta arma que ele estaria portando, não foi encontrada. Em nossa visão, a tentativa de Fatinha de desconstruir a versão oficial que trata da morte de seu filho e, conseqüentemente, limpar a sua memória é mais uma face do ponto de sua história – a defesa da inocência dele.

Fatinha encerra seu discurso com uma **contextualização a nível macro** (linhas 48 a 63). Ela compara o tratamento que seu filho recebeu dos policiais devido aos estigmas atribuídos a ele (especialmente por ser usuário de drogas), com o tratamento

que é dado aos jovens de classe média – “filhinhos de papai” – também usuários (às vezes, inclusive, produtores de substâncias entorpecentes). Nesse processo, ela denuncia o racismo e o preconceito com uma **coda avaliativa**, na qual explicita como a população negra é tratada dentro da favela, sublinhando as diferenças que existem entre ser um consumidor de entorpecentes “branco” e “rico” e ser um consumidor “negro” e “pobre”.

A partir da presente análise, compreendemos que o engajamento de Fatinha na luta por justiça está intimamente relacionado à forma como ela gerencia os estigmas que atravessam a sua luta e a morte de Hugo. O ponto mais geral de sua narrativa se traduz na defesa da inocência de seu filho, que culmina na limpeza de seu nome e memória.

Esta **narrativa de engajamento** conta com uma organização que adiciona mais um elemento à “estrutura” descrita ao longo deste capítulo. Vejamos abaixo o detalhamento da organização narrativa dessa mãe:

- 1) **apresentação inicial:** por meio de orientações e uma performance marcada por pausas que intensificam a ação narrada, Fatinha torna relevante os estigmas de seu filho – era negro, pobre, favelado e tinha uma passagem pelo sistema prisional.
- 2) **contextualização a nível local:** conta com uma descrição daquilo que estava acontecendo localmente, ou seja, na favela da Rocinha. Também dão conta dos eventos mais específicos que antecedem a morte de Hugo.
- 3) **história particular:** orações narrativas e ações complicadoras nas quais Fatinha relata a morte de seu filho sob a ótica do seu sofrimento pessoal.
- 4) **contextualização a nível macro/coda avaliativa:** por meio de uma narrativa hipotética, essa mãe descreve e compara a forma como os usuários de drogas negros, moradores das favelas são tratados pela polícia, o que difere substancialmente da forma como os brancos são tratados.

Como se vê, Fatinha realiza também um movimento espiral, construindo sua narrativa integrando elementos de ordem microssocial com o contexto macro.

4.5.4 Fátima Pinho – o Estado que destrói vidas

Fátima Pinho é mãe de Paulo Roberto. No complexo processo de transformação do luto em luta, essa mãe constrói sua **narrativa de engajamento** com uma organização não-canônica, similar à narrativa das demais mães aqui analisadas – e de forma semelhante, com o ponto mais geral de defender a inocência de seu filho e denunciar os casos a brutalidade e de violência policial.

Discurso 4

01 **Fátima Pinho** Sou Fátima Pinho, sou mãe de Manguinhos, onde
 02 constituí minha família. Infelizmente, o
 03 Estado assassino por causa de pacificação
 04 entrou em Manguinhos para destruir vidas.
 05 Foram vidas que eles destruíram. Acabou com
 06 as nossas vidas. Acabou com a vida dos nossos
 07 filhos. Infelizmente eu tô sem o Paulo
 08 Roberto. O Paulo Roberto tinha passagem no
 09 DEGASE ((inaudível)) leve, mas isso não era
 10 motivo para eles tirarem a vida do meu filho.
 11 Meu filho não foi levado, meu filho não levou
 12 tiro, meu filho não tava trocando TIRO, meu
 13 filho não tava correndo de polícia, meu filho
 14 não tava vendendo droga, meu filho não tava
 15 fazendo nada, não tava roubando, não tava
 16 nada. Simplesmente tava na favela, passou
 17 pelo beco pra ir dormir e sofreu uma
 18 abordagem violenta porque ele tinha
 19 questionado a abordagem do irmão e ele foi
 20 espancado e sufocado até a morte (.) e eu
 21 tive o prazer de chegar perto do meu filho e
 22 eu sentir dois suspiros dele e ele morreu nos
 23 meus braços (.) ESSE foi o prazer que eles
 24 me deram, de ver o meu filho morrer no meu
 25 colo e eu não tenho o meu filho hoje. Não vou
 26 ver meu filho em casa (.) ((choro contido)),
 27 passar mais um Natal sem o meu filho. Os
 28 irmãos querer ter os irmãos juntos e não ter
 29 (.) E não tem. Entendeu? (.) Todas essas mães
 30 queriam ter o seu filho em casa, mas não tem,
 31 porque agradeça a eles. Eles que foram o
 32 problema da favela. Não é o tráfico que é
 33 problema da favela não ((inaudível)) toda
 34 favela tem tráfico. Se mistura com o tráfico
 35 quem quer se misturar com o tráfico. Meu
 36 filho não era traficante, meu filho não
 37 era.NADA e mesmo que ele fosse, ELES NÃO

38
39TINHAM O DIREITO DE FAZER COM ELE O QUE
FIZERAM

Seguindo o padrão ritualístico dos familiares de vítimas da violência, Fátima se apresenta como mãe de Manguinhos, fazendo referência ao movimento criado por ela, Ana Paula e outras mães, o “Mães de Manguinhos”. Em seguida, ela traz orações narrativas que funcionam como uma orientação macrossocial (uma **contextualização política**) dos eventos que virão na sequência de sua narrativa – “(o Estado) entrou em Manguinhos; acabou com as nossas vidas; acabou com a vida dos nossos filhos”; “infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto”. Com isso, a morte de seu filho é construída com base nessa relação de causalidade, como resultado da “entrada” do Estado na favela.

A partir da maneira como constrói seu discurso, Fátima atribui ao Estado a responsabilização pela destruição de vidas e pela morte de Paulo Roberto. Os termos “Estado assassino”; “destruir vidas”; “acabar com vidas” localizam a morte de seu filho no contexto macrossocial ligado às políticas de segurança pública que visam “combater as drogas” e têm como consequências, a destruição de vidas específicas – as vidas dos moradores de favelas.

Fátima segue sua narrativa tornando relevante o estigma que acompanha a morte de seu filho, a passagem pelo sistema socioeducativo “O Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE ((inaudível)) leve” (linhas 8 a 11) – seguida por uma avaliação “mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho”.

Ela adentra, então, a sua **história particular** (nas linhas 11 a 29) – primeiro ela traz orações narrativas que negam uma série de ações/práticas, comumente, atribuídas às vítimas da violência policial “meu filho não tava trocando TIRO, meu filho não tava correndo de polícia, meu filho não tava vendendo droga” (linhas 11 a 16). Depois ela contextualiza o momento em que se deu a morte de Paulo Roberto “Simplesmente tava na favela, passou pelo beco pra ir dormir e sofreu uma abordagem violenta porque ele tinha questionado a abordagem do irmão e ele foi espancado e sufocado até a morte” (linhas 16 a 20). São essas orações que expressam o ponto da narrativa

de Fátima e intensificam a experiência narrada – de modo que as orações negativas sublinham a inocência de seu filho (ele não tava fazendo nada) e se comparadas à ação dos policiais, marcam a disparidade entre eles (Paulo Roberto foi sufocado até a morte).

Fátima apresenta as consequências geradas pela morte de Paulo por meio de uma relação de causalidade, ela ainda “e eu não tenho o meu filho hoje” (linha 25); “Os irmãos querer ter os irmãos juntos e não ter” (linhas 27 e 28). Ela extrapola essa consequência para as demais mães presentes no evento “Todas essas mães queriam ter o seu filho em casa, mas não tem, porque agradeça a eles” e atribui a responsabilidade ao Estado. Ela encerra seu discurso retomando a questão da presença dos policiais nas favelas: “Eles que foram o problema da favela. Não é o tráfico que é problema da favela não” (linhas 31 a 33). Compreendemos todo esse fragmento final como uma **coda avaliativa** por meio da qual Fátima retoma elementos da **contextualização política** apresentados no começo de sua narrativa. Dessa vez, ela sublinha as consequências da presença do Estado na favela, fazendo uso tanto de exemplificações (não tenho meu filho hoje), quanto de produções genéricas (o Estado/a polícia como o problema da favela).

Como se vê, Fátima realiza um movimento circular que vai do contexto macrossocial, ao microssocial e retorna ao macro, o que produz um efeito retroalimentar – como se vê no diagrama abaixo:



Figura 1: Efeito circular da narrativa de Fátima Pinho

Nesse movimento, maior tempo narrativo é dedicado às orientações e avaliações sobre o contexto macro, referente à favela e às políticas do Estado (linhas 1 a 7 e 21 a 38), do que o tempo dedicado às ações complicadoras mais específicas que dão conta da morte de Paulo Roberto (linhas 16 a 20). Isso tem grande relevância para a análise aqui proposta, uma vez que concebemos esse movimento como parte fundamental da estrutura organizadora das narrativas dos participantes da Rede e, assim, parte das estratégias discursivas mobilizadas por eles no processo de transformação do luto em ação política. Trata-se de um movimento que vai do contexto microsocial ao macrosocial, construindo o evento narrado em uma esfera micro como parte significativa de um contexto mais amplo.

Finalizando essa análise, destacamos que o ponto da narrativa de Fátima pode ser dividido em dois: construir a inocência de seu filho e caracterizar a arbitrariedade da polícia. Sua narrativa não-canônica é elaborada a partir do padrão que predomina nas **narrativas de engajamento** da Rede e organiza a sua experiência da seguinte forma:

- 1) **apresentação inicial/contextualização política:** por meio de orientações, se apresenta e localiza a morte de Paulo Roberto no contexto macro de pacificação das favelas com a implementação da UPP, descrita por Fátima de uma maneira que pode ser traduzida como Necropolítica – questão que será mais aprofundada no capítulo 6 (cf.6.3).
- 2) **história particular:** ações complicadoras que narram a morte de Paulo Roberto com uma série de sentenças negativas que destacam a sua inocência e produzem um contraste com a truculência policial.
- 3) **coda avaliativa:** Fátima resgata elementos que apresentou no início de sua narrativa e produz avaliações sobre a presença da polícia nas favelas e suas consequências.

4.5.5 Zé Luis – O “auto de resistência” – denúncias e engajamento

Encerraremos esta seção com a análise do discurso de Zé Luis, pai de Maicon. Conforme apresentamos (c.f. 3.7), este pai proferiu seu discurso na mesma

manifestação em que gravamos a fala de Janaina. Ele foi um dos primeiros a falar, seu discurso foi enunciado logo na saída da manifestação, na altura da Igreja da Candelária, esquina com a Avenida Rio Branco, no final da tarde de uma sexta-feira chuvosa. Com isso, a saída dessa manifestação em um ponto estratégico do tráfego da cidade produziu um enorme congestionamento no trânsito, o que colaborou com o aumento da visibilidade do protesto – em outras palavras, a manifestação alcançou uma audiência mais ampla, aqueles que se encontravam nos seus próprios veículos e nos meios de transporte. Destacamos o exato momento em que Zé Luis fala ao microfone, pois isso é importante para a forma como ele constrói o seu discurso e para a compreensão daquilo que ele torna relevante. Antes de falar, ele foi apresentado por uma outra mãe participante do movimento “Mães de Maio”, de São Paulo, na ocasião, ela apresentou Zé Luis como um morador de Acari, o pai do Maicon e posicionou a luta dele como uma luta contra o “auto de resistência”.

Discurso 5:

01 **Zé Luis** Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês
 02 podem tá passando aqui, olhando a gente, achando
 03 um bando de malucos, mas eu tive um filho, que
 04 no dia 15 de abril de 1996 sob o comando do X
 05 Batalhão de X, às quatro e quarenta e cinco,
 06 aonde o Maicon foi morto numa operação do X
 07 batalhão do X e aí que que aconteceu? O Maicon
 08 foi para o auto de resistência(.) aos dois anos
 09 de idade. Certamente a gente dentro de um ônibus,
 10 de um taxi, de uma moto, acha que a gente é um
 11 bando de maluco. Espero que um dia você esteja
 12 do lado de cá. Mas que vai ser ruim e doloroso,
 13 é. Porque você ter um filho, aos dois anos e seis
 14 meses, qualificado como um marginal por um estado
 15 democrático de direito genocida e assassino, é
 16 pior de que a própria morte. Então acho que vocês
 17 têm que parar para pensar na hora de votar é
 18 nesses ladrões como, Sérgio Cabral e outros mais
 19 aí a votar. Vocês estão votando nesses políticos
 20 para fazer, que fazem calamidade. Matar os nossos
 21 filhos, os nossos avós, os nossos tios. Só negros
 22 e pobres. Então eu acho que vocês deviam parar
 23 para pensar quando assassinar, ao passar dentro
 24 do ônibus, de uma moto, dum carro é o que a gente
 25 está fazendo aqui. Não é ir de contra ao
 26 policial, mas sim ao mau policial, que entra
 27 dentro da favela e mata nossos filhos e já tem o

28 álibi lá do auto de resistência que é uma lei de
 29 1979, por isso é, coincidentemente por isso que
 30 o Virgulão Royal foi morto nessa data, por isso
 31 que criou o chamado auto de resistência. Então
 32 portanto, eu acho que a gente deve pensar antes
 33 de olhar a gente caminhando nessa chuva, eu
 34 poderia estar na minha casa muito bem, mas tô
 35 aqui, tentando apagar esse incêndio desse estado
 36 democrático de direito genocida e assassino.
 37 Então, não me leva a mal não. Vamos raciocinar
 38 antes de falar da gente que estamos aqui nessa
 39 ((inaudível)) levantando a voz dos nossos filhos
 40 pro mundo que (foram) assassinados por esse
 41 estado de direito e assassino. Obrigado.

Como se vê, o discurso de Zé Luis conta com uma organização que difere em maior grau das demais estruturas das **narrativas de engajamento** até agora analisadas, mas com preservação de importantes elementos, que produzem efeitos de sentido que se assemelham aos produzidos pelas mães participantes da Rede, que é: defender a inocência de seus filhos e, nesse processo, denunciar os casos de violência policial (de “auto de resistência”) enquanto parte da lógica de atuação de um sistema racista. Todo o discurso desse pai é projetado para a audiência que se encontra “presa” no engarrafamento. Fazendo uso de fortes avaliações e explicações, ao mesmo tempo que busca apresentar o motivo da manifestação, ele tenta gerar comoção e solidariedade nessa audiência.

Zé Luis abre seu discurso com uma pequena **apresentação inicial**, na qual se dirige à audiência que se encontra nos ônibus e em outros veículos. Ele pula a apresentação ritualística-padrão dos participantes da Rede, possivelmente, porque já fora introduzido pela mãe do movimento de São Paulo. Sendo assim, ele faz uma breve saudação “Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês podem tá passando aqui, olhando a gente, achando um bando de malucos” (linhas 1 a 3) produzindo uma espécie de explicação que legitima o motivo pelo qual ele e os demais participantes da Rede estão ali; e que também dá conta de sua **história particular**: “mas eu tive um filho que” (...) “foi morto numa operação do X batalhão do X e aí que que aconteceu? O Maicon foi para o auto de resistência (.) aos dois anos de idade” (linhas 3; 6 a 9). Embora pareçam “um bando de malucos”, estão ali por um motivo legítimo.

As orientações e ações complicadoras das linhas 3 a 9 trazem alguns detalhes precisos sobre quando Maicon morreu e que grupo foi o responsável por isso. Na sequência, Zé Luis faz a seguinte indagação “e aí que que aconteceu?” (linha 7) que, em nossa compreensão, funciona como uma estratégia de envolvimento, um marcador que intensifica a denúncia que ele faz por meio de sua história: uma criança de dois anos teve sua morte classificada como “auto de resistência”. Esse par pergunta/resposta (nas linhas 7 a 9) também contém uma quebra de expectativa, pois mortes de crianças nas favelas em decorrência de intervenção policial são, geralmente, classificadas como “morte por bala perdida”, mas no caso de Maicon, no Registro de Ocorrência de sua morte consta uma tipificação que abre margem para a sua classificação como um possível criminoso.

Seguindo seu discurso, Zé Luis se dirige a audiência uma segunda vez nas linhas 9 a 11, repetindo a declaração “acha que a gente é um bando de maluco”. Ele reintroduz explicações para a manifestação e a sua presença ali que funcionam como **explicações avaliativas**, pois ao mesmo tempo em produz avaliações sobre a morte de Maicon, que dizem respeito ao seu sofrimento pessoal e constroem o Estado como o responsável por mortes como a de seu filho, ele parece estar produzindo desculpas/explicações para a audiência que se encontra “presa” no trânsito.

Depois, Zé Luis elabora uma **contextualização política** que conecta a morte de Maicon e de outros jovens negros nas favelas como consequências da eleição de políticos corruptos que “fazem calamidades” (linhas 16 a 23). Na sequência ele, pela terceira vez, se dirige à audiência no trânsito “eu acho que a gente deve pensar antes de olhar a gente caminhando nessa chuva”. Em nossa visão, a repetição dessas “desculpas explicativas” direcionadas à audiência no trânsito funcionam como estratégias de envolvimento que reforçam a legitimidade da manifestação; que podem também gerar solidariedade dessa audiência.

Zé Luis encerra seu discurso com uma espécie de **coda explicativa** que dá conta, de uma forma geral, do seu engajamento na luta por justiça e, mais uma vez, produz explicações que colaboram com a legitimação da manifestação “Vamos raciocinar antes de falar da gente que estamos aqui nessa ((inaudível)) levantando a voz dos nossos filhos para o mundo

que (foram) assassinados por esse estado de direito e assassino. Obrigado” (linhas 37 a 41).

Como se vê, todo o discurso de Zé Luis é direcionado à audiência “presa no trânsito”. Por meio de explicações e avaliações ele constrói uma narrativa que tem como ponto a defesa da inocência e da memória de seu filho de dois anos e meio de idade e a denúncia da classificação “auto de resistência”. Em termos de organização dos componentes, destacamos algumas diferenças com relação às demais **narrativas de engajamento** observadas, mas que, como se nota ao longo da análise, produz efeitos de sentido similares aos produzidos pelas outras participantes. Vejamos:

- 1) **apresentação inicial:** compreendemos que em função de ter sido introduzido por outra mãe, Zé Luis pula a introdução de si e faz uma saudação, se dirigindo à audiência que se encontrava no engarrafamento ocasionado pela manifestação.
- 2) **história particular:** por meio de ações complicadoras que também funcionam como orientações, Zé Luis dá detalhes de como se deu a morte de Maicon. A declaração de que a morte de seu filho “foi para o ‘auto de resistência’ aos 2 anos de idade” mobiliza emoções e acentua a denúncia que ele faz acerca das contradições contidas nessa tipificação – como uma criança poderia representar perigo para os policiais?
- 3) **explicação avaliativa:** ele produz avaliações sobre seu sofrimento pessoal, que diz respeito não apenas à morte de seu filho, mas sobretudo à “qualificação dele como um marginal”. Suas avaliações também funcionam como uma espécie de “desculpas explicativas” para a audiência no trânsito, que reforçam a legitimidade da manifestação, apesar do “transtorno” que ela provoca no tráfego da cidade.
- 4) **contextualização política:** Zé Luis enquadra a morte de seu filho no contexto mais amplo das ações de políticos corruptos que “fazem calamidade” e matam jovens e negros nas favelas. Essa contextualização também enquadra a responsabilidade da sociedade civil na eleição de tais políticos e faz uma distinção entre a corporação da polícia como um todo e o “mau policial”.

- 5) **coda explicativa**: ele encerra o seu discurso retomando os motivos pelos quais está presente na manifestação, reforçando a legitimidade desta.

4.5.6 Encaminhamentos

Levando em consideração que as narrativas organizam a experiência humana, tornando o excepcional compreensível (Bruner, 1987), entendemos que as mães de vítimas da violência policial organizam o sofrimento de perder um filho por meio da narrativa. Ressaltamos ainda, que as narrativas se configuram como importantes instrumentos para a ação política, acionadas por movimentos sociais na elaboração de suas reivindicações na esfera pública (De Fina, 2020). Em vista disso, a análise da presente seção sugere que as **narrativas de engajamento** elaboradas no âmbito dos protestos e atos/eventos públicos organizados pela Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência se organizam em torno de uma espécie de estrutura que se faz presente em maior e menor grau nos discursos enunciados pelos familiares participantes desse movimento.

A estrutura conta com: **apresentação inicial** – que segue certo padrão ritualístico, no qual as mães se apresentam, dizem quem são, onde moram e o nome de seus filhos; **contextualização** – em cada narrativa assume formas diferentes, mas que traz elementos do contexto macrossocial que envolve a vida dos moradores das favelas; **história particular** – que dá conta dos eventos específicos que levaram à morte do filho; **coda avaliativa** – momento em que cada familiar encerra seu discurso produzindo avaliações sobre variadas questões que atravessam a luta por justiça, como o racismo, a Necropolítica, as dificuldades atravessadas nas esferas do judiciário, dentre outros.

É importante dizer que esse padrão identificado não funciona de forma engessada nas manifestações, tampouco se configura como uma forma obrigatória de se apresentar. Como dissemos, é um padrão ritualístico da Rede, que os familiares vão aprendendo ao longo do tempo. Não faz parte do escopo do presente trabalho afirmar ou estudar como, quando ou porque essa forma de organização foi desenhada. Interessa-nos observar os efeitos de sentido que os elementos das **narrativas de**

engajamento produzem. Como se verá ao longo desta tese, a presença de tais elementos tem importante papel nos movimentos discursivos elaborados pelos familiares no processo de transformação do luto em luta – por exemplo, podemos perceber como os atores sociais elaboram a vivência com a violência policial por meio de um movimento espiral, costurando o contexto macrossocial às suas experiências pessoais; como mobilizam a solidariedade da audiência mais ampla ao praticarem o luto de forma pública, falando da experiência pessoal de dor e sofrimento.

Se analisarmos o padrão dessas **narrativas de engajamento** como parte das estratégias dos movimentos sociais (mais especificamente da Rede de Comunidades) na elaboração da luta política, podemos notar que a organização peculiar dessas histórias tem relação com os propósitos desse movimento: “lutar por justiça, memória e verdade”; “lutar contra a impunidade e a violência policial nas favelas” (trechos do site). Por esse motivo, são histórias que circulam entre questões de ordem individual – contam com a **história particular**, que faz referência ao sofrimento de perder um filho – e questões de ordem coletiva e pública – contam com uma **contextualização**, que geralmente envolve elementos da esfera macrossocial como o racismo.

Se compararmos essas narrativas com outros tipos de discursos de movimentos sociais, podemos perceber de forma mais nítida esse papel. Por exemplo, a análise de De Fina (2020) sobre o movimento dos *Dreamers*⁵⁶ nos Estados Unidos pontua como as narrativas foram acionadas como forma de construção/criação de identidades alternativas/positivas sobre imigrantes e outros grupos minoritários. Tais narrativas foram postadas em forma de vídeo no site do movimento *United We Dream*⁵⁷. Na visão da autora, por conta dos discursos que circulam sobre imigrantes – discursos que constroem visões negativas que os classificam como criminosos e/ou parasitas – contar histórias pessoais que colaborassem com a desconstrução dessas visões caracterizou-se como uma importante estratégia do movimento para dar “um rosto” aos *Dreamers*, ou seja, tirar esse grupo de jovens da esfera dos números e pessoalizar a questão. Esse tipo de ação poderia mobilizar atos legislativos a favor desse grupo.

⁵⁶ Os *Dreamers* (sonhadores) são os imigrantes indocumentados que chegaram aos Estados Unidos ainda crianças/jovens e que são protegidos pelo decreto conhecido como DACA, criado por Barack Obama em 2010. Trata-se de um programa que concede vistos de estadia e de trabalho pelo período de dois anos com possibilidade de renovação a esses imigrantes.

⁵⁷ Ver: <https://unitedwedream.org/>

A organização das narrativas mobilizadas no âmbito dos movimentos sociais cumpre, portanto, funções específicas na elaboração da luta desses movimentos. É à investigação mais profunda das funções nas **narrativas de engajamento**, que as demais análises se debruçam. No caso da Rede, neste capítulo observamos que é por meio da narrativa que a luta toma forma, isto é, por meio da performance narrativa que as mães reivindicam suas demandas.

O próximo capítulo trata do contexto histórico que estruturou e estrutura as relações raciais no Brasil – tal discussão se faz primordial para a compreensão do cenário mais amplo no qual as mortes da população negra nas favelas e a luta de suas mães se inserem.

“Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando toda uma sociedade assume atitudes racistas frente a um povo inteiro ou se nega a enfrentar, aí o resultado é trágico pra nós negros”. (Gonzalez, 1982, p. 59)

5. O contexto histórico – as relações raciais no Brasil

O contexto que envolve a luta das mães de vítimas da violência policial não faz referência apenas aos eventos mais imediatos que rendem a morte de seus filhos. A violência policial contra negros é uma questão atravessada pelo racismo estrutural e estruturante que faz parte das relações sociais brasileiras. O Brasil é um dos países com maior letalidade policial em suas operações. Os estados que registram os maiores números são respectivamente, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia⁵⁸. Já dissemos na introdução desta tese que no ano de 2019, 1.814 mortes foram classificadas como homicídio decorrente de oposição à intervenção policial no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP)⁵⁹. Desses mortos, 1.647 foram na região metropolitana, que engloba a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro. A população negra, moradora de favelas, compõe cerca de 70% desses mortos⁶⁰.

Com a redemocratização, a violência policial, que antes era um instrumento de controle político, passou a ser usada, sobretudo, como instrumento de controle social, mais especificamente, de controle da criminalidade. Nesse sentido, os mais afetados são os pobres, negros, moradores de comunidades e periferias. O controle dessa violência é condição primária para a consolidação do estado democrático de direito. A impunidade de casos de violência policial pode gerar problemas políticos, sociais e econômicos, pode contribuir para a desestabilização de regimes democráticos – além

⁵⁸ Fontes: <https://super.abril.com.br/sociedade/letalidade-policial-no-brasil-e-cinco-vezes-maior-que-nos-eua/>
<https://piaui.folha.uol.com.br/policia-que-mais-mata/>
[http://dapp.fgv.br/analise-aponta-relacao-entre-numeros-de-letalidade-e-de-vitimizacao-policial-no-pais/#:~:text=Dentre%20os%20estados%20brasileiros%2C%20verifica,\)%20e%20Paran%C3%A1%20\(365\).](http://dapp.fgv.br/analise-aponta-relacao-entre-numeros-de-letalidade-e-de-vitimizacao-policial-no-pais/#:~:text=Dentre%20os%20estados%20brasileiros%2C%20verifica,)%20e%20Paran%C3%A1%20(365).)

⁵⁹ Ver: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>

⁶⁰ Ver: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Letalidade.html>

de alimentar um sentimento de desconfiança e insegurança por parte da população acerca da instituição (Mesquita Neto, 1999).

A classificação “morte por intervenção de agente do Estado” – conforme consta no site do ISP significa que o policial ou outro agente do Estado efetuou um disparo no exercício de sua função e a vítima veio a óbito. Em termos legais, sociais e políticos essa classificação significa uma série de diligências específicas a serem tomadas e outras mais a serem excluídas do processo, bem como um estigma estampado na certidão de óbito: morreu pelas mãos da polícia – o que, vulgarmente, significa “era bandido” – uma vez que, teoricamente, um “cidadão de bem” não será uma vítima de um disparo efetuado por um policial. Das diligências legais tomadas em mortes desse tipo, consta a abertura de um inquérito policial que há de apurar as condições em que o disparo foi efetuado e quem era a vítima. Os resultados apontarão os próximos passos: um possível processo judicial ou o mais comum, o arquivamento. Todavia, este cenário teórico é muito mais complexo na prática. Para que as providências legais sejam tomadas, é preciso um árduo caminho de luta travada por familiares das vítimas, luta que tem como arena não apenas os palcos da justiça institucional, mas também o palco das ruas, com o engajamento em movimentos sociais e as manifestações nas vias públicas.

Ao longo dos dois capítulos que se seguem, discorreremos sobre o cenário mais amplo e mais imediato nos quais as mortes classificadas como homicídio por intervenção de agente do Estado acontecem. Tendo em vista que esse cenário é constituído pela forma como as relações raciais foram construídas no Brasil, dividiremos esta discussão em dois capítulos. O presente capítulo tratará das principais questões históricas que atravessam os conceitos de raça e de racismo, bem como da possibilidade de resistência e construção de uma identidade negra. Nos dedicaremos ao debate que relaciona como o conceito moderno de raça e as relações raciais foram concebidas no Brasil com a violência sistêmica contra os negros, que em nossa tese que se apresenta sob a bandeira da “legítima defesa” nas incursões policiais. Será, portanto, um capítulo de base mais teórica. O capítulo 6 – **Os efeitos do racismo** – discorrerá acerca do cenário mais imediato que envolve essas mortes, apresentando o “auto de resistência”, a questão das favelas e finalizará com a análise das narrativas dos

familiares engajados na Rede. Essa organização facilita o entendimento do contexto histórico das relações raciais no Brasil, do tipo de política de segurança pública que vem sendo priorizada no país e das consequências mais imediatas desse contexto, qual seja, a morte de jovens e a luta de suas mães por justiça.

5.1 O que é raça – breves considerações

Raça é um conceito complexo que tem sido debatido em diferentes áreas do conhecimento, por diversos pesquisadores. Sua origem etimológica advém da palavra italiana *razza*, que descende do latim *ratio* e significa sorte, categoria, espécie. Ao longo de muitos anos o termo raça tem sido utilizado para designar um grupo de pessoas que possuem os mesmos ancestrais e, ou compartilham das mesmas crenças, valores, linguagem ou qualquer outro traço cultural. Na história das ciências naturais, o conceito foi utilizado pela primeira vez na Zoologia e na Botânica para classificar espécies animais e vegetais. Durante a Idade Média, o conceito de raça serviu para designar a descendência de uma pessoa, a sua linguagem. Em 1684 o francês François Bernier fez, pela primeira vez, uso do termo raça no sentido moderno da palavra, isto é, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados. Já durante os séculos XVI-XVII, o conceito atuou efetivamente nas relações entre os grupos sociais da França. Os nobres de origem germânica, que se identificavam como descendentes dos francos e se consideravam dotados de sangue “puro”, com habilidades superiores para dominar a população Gaulesa (identificada como a plebe) (Munanga 2003).

A partir do século XV, com a Expansão Marítima e a chegada dos europeus ao Novo Mundo, o conhecimento de novos povos (ameríndios, negros, melanésios, etc.) suscitou a questão: quem são eles? São bestas ou são seres humanos como “nós”? A base teológica, explicação fundamental de todas as questões à época, não trazia muitas

respostas⁶¹, desse modo, a questão permaneceu em debate⁶². No século XVIII os estudiosos lançaram mão do conceito de raça para nomear os diferentes grupos e integrá-los à humanidade (tal qual conheciam, formada por brancos) como pertencentes a raças diferentes⁶³. A espécie humana ficou dividida em três raças que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela.

No século XIX, no “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”, o Conde de Gobineau dissertou sobre a ideia de que a humanidade poderia ser dividida em várias raças distintas, passíveis de serem tratadas numa base hierárquica. Para aprimorar a classificação dos grupos humanos em raças, ao critério da cor foi acrescentado outros critérios morfológicos, tais como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. Essa classificação fundamentou o racismo científico⁶⁴, posto que foi acompanhada pela hierarquização entre esses grupos, de modo que uma escala de valores entre essas raças foi estabelecida. Isso se deu a partir da criação de

⁶¹ Até o fim do século XVII, a explicação para a existência dos “outros” era dada pela Teologia e pelas Escrituras, que tinham o monopólio da razão e da explicação. Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que eles eram descendentes de Adão e Eva. Com a passagem sobre os três Reis Magos era possível explicar a existência de três raças que representariam os semitas, os brancos e os negros. Baltazar, de pele mais escura, seria o representante dos negros. Mas de acordo com essa explicação, o índio ainda permanecia de fora. Isso foi objeto de grande debate dentre os teólogos (Munanga, 2003).

⁶² Em sua obra “A Conquista da América. A Questão do Outro” (1982), Todorov Tzevan, ao analisar a apreensão do mundo indígena a partir do olhar europeu, fomenta o diálogo sobre a questão da alteridade no que diz respeito ao desconhecimento do outro por parte dos espanhóis, ao narrarem a “descoberta” da América e sua conquista. Os índios eram vistos como inferiores pelos espanhóis. Frente aos colonizadores os padres, além da catequese desempenhavam papel de defensores dos nativos (para protegê-los da escravidão), compreendidos como ingênuos e puros. No Brasil, os padres da Ordem dos Jesuítas desempenharam esse papel de defensores e evangelizadores até 1759, quando foram expulsos da região.

⁶³ Essa classificação humana partiu da necessidade de organizar as pessoas em diversos grupos de acordo com suas diferenças. Desse modo, a classificação “racial”, inicialmente, se deu através de um discurso religioso, depois antropológico e, finalmente, por meio do discurso científico (Hall, 2015a).

⁶⁴ O racismo científico é a crença de que existem evidências empíricas que apoiam ou justificam o racismo. Essas ideias já existiam desde o século XVII, mas foi durante o século XIX que se desenvolveram de forma mais profunda. Em 1820, o médico Robert Knox, com base em seus estudos de esqueletos, sobretudo de crânios, afirmava que aqueles que não eram europeus possuíam crânios menores, logo um cérebro menor e, por consequência, menor inteligência. Por esse motivo, poderiam ser escravizados, torturados e até exterminados. Essas teorias foram apoiadas e desenvolvidas ao longo do século XIX, conjugadas com o Darwinismo Social, com as teorias eugênicas que perduraram até meados do século XX em diversas partes do mundo, como justificativa para a manutenção da opressão sobre os negros e sobre os judeus na Alemanha nazista. A partir do desenvolvimento dos estudos geneticistas, descobriu-se que a constituição genética de todos os indivíduos é semelhante o suficiente para invalidar a necessidade de classificação da sociedade em raças. Desse modo, para os estudos da Biologia existe apenas uma única raça, a humana. No entanto, a sociedade em geral ainda continua produzindo e reproduzindo o conceito de raça em uma base social, o que colabora com a manutenção das diferenças sociais (Schwartz, 1994).

uma relação intrínseca entre as características biológicas (como a cor pele e os traços morfológicos) e as qualidades morais, intelectuais, psicológicas e culturais. Desse modo, a raça branca foi considerada superior às demais – negros e amarelos. Os brancos, por suas características biológicas seriam mais inteligentes e mais aptos a dominar os outros grupos. Já os negros, por conta da pele mais escura seriam, naturalmente, menos inteligentes e, por isso, sujeitos à escravidão e à todas as formas de dominação (Munanga, 2003).

Observando o conceito de raça fora do campo biológico, entramos no campo da sociologia, que compreende a raça enquanto uma construção social (Telles, 2004). Sendo assim, pode ser estudada enquanto parte da cultura e da cultura simbólica. Segundo o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003), a sociologia compreende a raça como discursos sobre as origens de um grupo que usa termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, dentre outras, pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências). Para o historiador Michael G. Hanchard (1998), a raça opera entre significados e práticas socialmente construídos, entre uma interpretação subjetiva e a realidade material vivida. Nesse sentido, a raça só existe por causa das ideologias racistas (Telles, 2004) e não tem nenhum significado social por si só, isto é, fora do contexto de uma sociedade (Hanchard, 1998). A partir dessas considerações, fica explícito que o uso do conceito de raça para a compreensão da diversidade humana por meio de uma categorização é um conceito ideológico e social. Apesar de a comunidade científica desacreditar as teorias raciais do século XIX, a crença na existência de raças permeia a sociedade, dando ao conceito um importante papel na organização da sociedade. Situação que se estende até o século XXI. Dessa forma,

a raça tornou-se uma imagem da diferença absoluta e irreduzível entre culturas, grupos linguísticos, ou aderentes a certos sistemas de crenças que — na maioria das vezes, mas não sempre — apresentam também interesses econômicos opostos. A raça tomou-se a figura suprema da diferença porque ela é necessariamente arbitrária em sua aplicação (Cates, Jr., 1985, p. 5).

Como tal, a noção de raça influenciou o desenvolvimento da sociedade moderna, gerando um grande impacto negativo nos indivíduos vítimas dessa classificação – a população negra. Esse saber sobre as raças implicou, por sua vez, num “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão ou possível eliminação das ‘raças inferiores’, que se converteu em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, ‘a eugenia’ -, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (Schwarcz, 1996, p. 85).

Porém, no mundo contemporâneo, marcado pela reflexividade, é preciso reiterar a “raça” enquanto uma construção política e social, não é um termo fixo ou estático, está em contínua negociação (Hall, 2003; Almeida, 2019). É, pois “a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e de exclusão – ou seja, o racismo” (Hall, 2003, p. 66). A partir dessas considerações, reiteramos que debater o que é raça se faz extremamente relevante no contexto da presente pesquisa, uma vez que a classificação racial tem sido determinante na caracterização das vítimas de violência policial como “bandidos”.

5.2 O debate teórico sobre o Racismo

Raça e relações raciais⁶⁵ no Brasil são questões amplamente debatidas por diversos campos das Ciências Humanas. Muitos historiadores e sociólogos partem de uma comparação com os Estados Unidos, em função de similaridades e diferenciações no que tange ao passado colonial e à segregação racial imposta. Tendo em vista que raça é um conceito classificatório vital para a sociedade americana (Guimarães, 2003), uma distinção importante a ser considerada nessa comparação é que nos Estados Unidos os descendentes de africanos escravizados são categorizados como negros; já no Brasil, existe uma variedade de termos por meio dos quais esses descendentes podem se identificar (branco, moreno, pardo, negro, etc). Isso porque no Brasil, a classificação racial está mais ligada à cor da pele do que à ancestralidade, isto é, os

⁶⁵ Relações raciais são as relações que existem entre indivíduos conscientes das diferenças raciais (Robert Park 2000; *apud* Telles 2004, p.21).

negros no Brasil não são definidos pela regra da gota de sangue, que afirma que uma gota de sangue de um ancestral africano já faz de alguém um negro. Também é válido explicar que não há uma regra clara de descendência biológica definindo grupos raciais. Sendo assim, alguns estudiosos entendem que no Brasil não se pode falar em raças, mas sim, em “grupos de cor” (Degler, 1991 *apud* Guimarães 1995). Há, pois, uma falta de clareza na fronteira entre grupos raciais e étnicos, as diferenças raciais não são categóricas, nem dicotômicas, como nos Estados Unidos, são baseadas no colorismo – ou na pigmentocracia⁶⁶, que significa que quanto mais pigmentada for uma pessoa, maior a exclusão e a discriminação a que ela está sujeita a sofrer. Finalmente, é preciso ressaltar que muitos brasileiros se identificam como morenos⁶⁷, o que borra ainda mais a percepção de quem é negro (Hasenbalg, 1998). Portanto, a diferença entre Estados Unidos e Brasil acerca desse tópico deriva de dois importantes sistemas ideológicos e das relações raciais modernas desenvolvidas em cada um desses países (Telles, 2004).

Não é possível precisar quando a cor tornou-se o elemento classificatório da raça no Brasil. É sabido que em algum momento da história, possivelmente pressionada pelo avanço social dos ex-libertos e de seus descendentes, a categoria predominante em termos de classificação social passou a ser a “cor”, e não a “raça” (Guimarães 2003). No entanto, o dado mais relevante para toda essa discussão é que o Brasil é uma nação que se formou com a escravidão. Uma escravidão não generalizada de todos os povos, mas específica – a dos povos localizados em diversas partes do continente africano. E “essas pessoas escravizadas foram chamadas de ‘africanas’ e ‘negros’; essas foram, digamos, as duas identidades criadas originalmente na sociedade escravocrata brasileira, em que o negro tinha um lugar e esse lugar era o da escravidão” (Guimarães,

⁶⁶ Pigmentocracia é um termo cunhado pelo fisiólogo chileno Alejandro Lipschutz, em 1944, para explicar como a estratificação da colonização espanhola na América estava fundamentada na cor da pele e nas hierarquias que foram se criando no nível da estrutura sócio racial. Atualmente, o conceito tem sido utilizado para fazer referência ao colorismo. Trata-se de um conceito que é bastante apropriado para descrever a desigualdade etnoracial presente na América Latina (Telles, 2014).

⁶⁷ A classificação “moreno” advém da mestiçagem do branco/negro/índio. Contra a tese de que a mestiçagem condenaria o Brasil ao fracasso, Gilberto Freyre, em sua obra *Casa Grande & Senzala*, destaca a existência de um possível horizonte aberto devido à originalidade do povo brasileiro (Reis, 2007). Vale ressaltar que apesar de muitos brasileiros se identificarem como morenos, essa classificação não existe no IBGE. Para fins de pesquisa sobre a cor ou raça da população brasileira, o IBGE se baseia na autodeclaração. Os censos demográficos anteriores usavam a classificação “negro”, que agrega pretos e pardos. Atualmente, as opções são: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Ver: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

2003, p.99). Mais de um século nos separa do momento em que a escravidão foi abolida, todavia esse lugar da escravidão ainda é a sombra que acompanha a população negra no Brasil.

Com o passar dos anos e as transformações políticas e econômicas do país, o lugar do negro no espaço geográfico variou da senzala à favela, cortiços, porões e conjuntos habitacionais – sempre na esfera da dominação (Gonzalez, 1982). Isso deriva não apenas de séculos de escravidão e exploração da pele negra, mas também do racismo e das teorias científicas que o apoiaram ao longo de anos. Conforme afirma Frantz Fanon (2008), o racismo despersonaliza, pois nega o reconhecimento do indivíduo como uma pessoa – é o senhor de engenho dizendo “eu não enxergo você”. Isso porque Fanon acredita que a sociedade estabelece que o sujeito negro só pode existir em relação ao branco. Desse modo, o negro é sempre colocado como o “outro”, nunca como o eu. O racismo perpetua essa prática que retira do indivíduo negro a sua identidade, uma vez que o negro é sempre concebido como o diferente, o incompatível. O negro é visto como diferente porque difere do grupo que tem o poder de se estabelecer e se definir como norma – “a branquitude é construída como ponto de referência, segundo a qual todos os outros grupos raciais diferem. Nesse sentido, não se é ‘diferente’, torna-se ‘diferente’ por meio do processo de discriminação” (Kilomba, ([2008] 2019, p. 75), aquele que está fora da norma (Lorde, 2009).

Dada a importância da cor no Brasil, para o sociólogo Florestan Fernandes (1965), o termo “preconceito de cor”⁶⁸ seria o mais adequado para fazer referência à forma particular de discriminação racial que oprime os negros brasileiros. Trata-se de uma discriminação que percebe a cor de forma mais objetiva e natural; enquanto a raça é concebida como um conceito abstrato e científico (Guimarães, 2003). Mas, independente da gradação de cor, um negro é um homem de cor no Brasil; é um

⁶⁸ Conceito cunhado, primeiramente, pela Frente Negra Brasileira em 1940 – Trata-se de um movimento criado em 1931 em São Paulo que visava conquistar posições para os negros em diversos setores da sociedade. A FNB desenvolveu um significativo trabalho socioeducativo e cultural, criando vários projetos, tais como: escola, grupo musical e teatral, time de futebol e departamento jurídico. Na área da saúde, prestou atendimento médico e odontológico. Criou também cursos de formação política, de artes e ofícios, além de ter sido responsável pela publicação do periódico “A Voz da Raça” (1933-1937). Para maiores informações sobre a atuação da FNB ver Pinto, 2013.

descendente de escravo (Nascimento, 1978). Desse modo, o racismo se inscreve na pele dos negros (Fanon, 2008).

Dito isso, é possível perceber três características presentes no racismo: a produção da diferença, acima mencionada; a construção de valores hierárquicos e a construção do estigma. A produção da diferença e sua associação com uma hierarquia formam o preconceito. Para a escritora portuguesa, Grada Kilomba ([2008], 2019), esses processos são acompanhados pelo poder em diversas esferas – histórica, política, econômica e social. O racismo é, pois, formado pela combinação do preconceito com o poder. Nesse sentido “o racismo é a *supremacia branca*” (p. 76). Ele é elevado ao âmbito estrutural, uma vez que as pessoas negras estão excluídas das estruturas sociais e políticas, que operam de modo a privilegiar seus sujeitos brancos.

O antropólogo Kabengele Munanga (1998) entende que, por questões lógicas e ideológicas, o racismo é, geralmente, abordado a partir da raça e leva em consideração as diversas relações existentes entre as duas noções. Ele insiste que o racismo nasce com a ideia de que determinadas características biológicas justificariam os comportamentos das pessoas⁶⁹. A partir dos anos 1970, com os progressos realizados nas ciências biológicas (genética humana, bioquímica, biologia molecular), a concepção do racismo baseada nas características biológicas começou a ser desconstruída. Apesar disso, os elementos da hierarquização entre diferentes raças sobreviveram ao tempo e aos progressos da ciência e se mantêm ainda intactos no imaginário coletivo das novas gerações. O autor afirma que o racismo pode se apresentar de várias formas. Por exemplo, no caso da colonização e da escravização de negros traficados de diversas partes do continente africano, o racismo se deu sob as bases da exploração desse grupo, foi centrado na relação de desigualdade assumida e legitimada. Neste caso há a prática da exploração do trabalho, sem o desejo intrínseco

⁶⁹ Munanga (1998) apresenta dois tipos de racismo. Um primeiro que é considerado mais amplo, na qual toda situação de conflito que implica uma situação de desigualdade real ou suposta é considerada racismo. Nesse sentido, como exemplos de racismo temos o racismo antijovem, antimulher, antivelho. De acordo com essa concepção, o racismo se torna um conceito universalista no tempo e no espaço, tendo como causas a psicologia humana. Na sociedade, esse tipo de racismo se soma à diferença existente entre os grupos sociais. Então, qualquer forma de discriminação se torna uma forma de racismo. A segunda concepção de racismo é a que trabalharemos nessa tese, qual seja a do racismo compreendido em seu uso mais restrito, ligado à história da cultura e da civilização ocidental, compreendido como uma ideologia.

de eliminar o outro. Já no caso do nazismo na Alemanha durante os anos 1930 e 1940, o racismo se deu na base do extermínio e do genocídio. O judeu era considerado uma ameaça, por isso, passível de eliminação. Na visão do antropólogo, o fenômeno do racismo pode se decompor nos seguintes elementos distintos e inter-relacionados: em uma ideologia racista que é uma doutrina, algumas vezes apresentada como uma teoria científica ou uma filosofia; em preconceito racial, que é ligado a estereótipos étnicos, que pode até se tornar uma crença; e em discriminação racial, que é um comportamento coletivo observável. Esses três elementos estão interligados, pois para discriminar alguém, é preciso ter algum tipo de preconceito – a ideologia racista colabora com a legitimação da discriminação e do preconceito.

O sociólogo Carlos Hasenbalg (1982) compreende que a raça, enquanto um atributo social e historicamente elaborado, se relaciona com um dos aspectos mais fundamentais da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições das estruturas de classe e dimensões distributivas da estratificação social. Sobre isso, Munanga (1998) afirma que para alguns autores marxistas, há lugar para o racismo em todo regime no qual uma classe se imponha sobre a outra, pois seguindo o modelo anticolonialista clássico do racismo, esses marxistas apresentam a ideologia racista de desigualdade como um dispositivo de superexploração. Sendo assim, o racismo derivaria de uma articulação de exploração econômica que: *i*) implica uma dominação política; e *ii*) implica uma legitimação ideológica, que cria condições de aceitabilidade da exploração e da dominação. Nessa perspectiva, o preconceito tem como objetivo a estigmatização de certo grupo como inferior de tal modo, que a exploração das riquezas desse grupo possa ser justificada. Dessa forma, se no capitalismo há espaço para o racismo, uma sociedade sem classes seria também uma sociedade sem racismo. Todavia, esta tese é desconstruída quando observamos a história da União Soviética, repleta de casos de racismo e perseguição a determinados grupos. Com isso, Munanga entende que não há como explicar o racismo sob a lente da exploração e luta de classes. “O conceito de raça é de origem cultural, mesmo se ele serve aos fins extremamente políticos, no seio da luta de classes” (1998, p.54) – o aspecto cultural ainda prevalece como o mais relevante.

É certo que existe uma relação entre raça, classe e gênero quando se trata da manifestação de racismo e discriminação, de modo que não existe hierarquia de opressão (Lorde, 2009). Por esse motivo, para estudar de forma mais ampla a questão da opressão contra negros é preciso considerar uma lente interseccional (que conjugue raça, classe e gênero⁷⁰).

O sociólogo Roberto Motta (2000) reconhece três paradigmas no que tange ao estudo das relações raciais no Brasil, o primeiro faz referência à mestiçagem (disfarçada de morenidade), associada aos estudos do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. O segundo, da Escola Paulista de Sociologia⁷¹, com Florestan Fernandes que, com base em uma leitura marxista, compreende o preconceito de raça e a desigualdade no Brasil como resíduos da escravidão – sobrevivências anacrônicas do passado escravagista, mas incompatíveis com os fundamentos de uma sociedade de classes. O terceiro paradigma está relacionado aos estudos de Hasenbalg (1979; 1982). Ele desenfatura o legado do escravismo como explicação das relações contemporâneas e acentua o racismo e a discriminação racial no pós-abolição como causas da subordinação social de não-brancos aos brancos. Para Hasenbalg, as práticas racistas estão relacionadas aos benefícios materiais e simbólicos que brancos obtêm com a desclassificação de negros. Discorreremos brevemente sobre o debate em torno de como as relações raciais se estabeleceram no Brasil e suas consequências. Também observaremos as discussões em torno desses paradigmas⁷².

⁷⁰ O debate sobre interseccionalidade será abordado no capítulo 7 (cf.7.1).

⁷¹ A partir da sociologia de Florestan Fernandes, a Escola Paulista de Sociologia foi criada junto com seus assistentes, cujos trabalhos afirmaram um estilo próprio de produção das Ciências Sociais no Brasil. O projeto científico proposto por Florestan pressupunha uma agenda de pesquisa derivada das concepções de rigor do conhecimento, cuja aplicação seria intrínseca à própria natureza da ciência. Nessa perspectiva, os especialistas teriam condições de mobilizar os resultados das pesquisas para alterar sistemas de relações por meio de novas descobertas forjadas no embate com as questões sociais. Isso porque na sua visão o problema fundamental da sociologia brasileira residia na necessidade de refinar os métodos intrínsecos ao caráter aplicado da ciência de modo a readequá-los ao tratamento de sociedades mais heterogêneas e menos orgânicas, como a brasileira (Arruda, 2010).

⁷² Uma reflexão mais profunda em torno desse debate e suas consequências foge ao escopo da nossa pesquisa. Todavia, é preciso ressaltar que a difusão da ideia de harmonia racial colaborou com o apagamento dos problemas raciais no país. Isso foi acentuado de forma institucional durante o período da Ditadura, uma vez que o debate público sobre o racismo passou a ser associado com a insatisfação com o regime militar e, portanto, proibido e passível de perseguição (Nascimento, 1978).

5.3 As relações raciais no Brasil

No Brasil do século XXI falar de racismo é um tabu (Guimarães, 1995). Brasileiros em geral não se sentem confortáveis para falar sobre racismo e questões raciais. “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado” (Gonzalez, 1984, p.226). Essas palavras de Lélia Gonzalez caracterizam bem como os brasileiros, geralmente, pensam sobre o racismo. Uma pesquisa de opinião realizada pela Folha de S. Paulo em 1995 atestou que 90% das pessoas entrevistadas admitiam a existência do preconceito racial, no entanto, 96% delas não se identificavam como racistas⁷³. “Todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista” (Ribeiro, 2020⁷⁴) – dessa forma, o racismo se afirma por meio de sua própria negação (Gomes, 2012), de modo que o Brasil se apresenta como um país com racismo, mas sem pessoas racistas⁷⁵. Mais de vinte anos se passaram desde a realização dessa pesquisa, porém o seu resultado ainda diz muito sobre a sociedade brasileira do início do século XXI. A prática “invisibilizada”⁷⁶ do racismo durante o século XX e início do século XXI deriva da história das relações raciais no Brasil.

Até 1888, pessoas de pele preta foram pessoas escravizadas – o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão. Esse processo se deu de forma lenta e gradual e deixou marcas na sociedade, marcas visíveis até os dias atuais. Ao longo dos quase quatro séculos de escravidão, os negros foram tratados como peça, mercadoria a ser vendida, trocada e comprada. Imediatamente após a abolição, com o objetivo de

⁷³ A Folha apresentou a pesquisa em um Caderno Especial intitulado Racismo Cordial. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial/index.html - para ter acesso aos números, ver “Entenda como é a Metodologia”. Outra pesquisa como essa foi realizada em 2003, mas com resultados não tão diferentes da anterior. Ver Pesquisa da Fundação Perseu Abramo – disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Discriminacao-Racial-Preconceito-Cor-Brasil-1.pdf>

⁷⁴ Entrevista disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52922015>

⁷⁵ A prática de falar de racismo como se fosse um tabu faz referência à tendência que Florestan Fernandes (1965) chamou de “preconceito de ter preconceito” – a recusa do brasileiro em aceitar que o preconceito existe em suas práticas.

⁷⁶ Digo invisibilizada entre aspas, por dois motivos: primeiramente, porque as vítimas do racismo o sabem bem e, em segundo lugar, porque as leis contra práticas racistas foram criadas tardiamente (Lei Afonso Arynós, em 1951; a Constituição em 1988 – e outras emendas). No entanto, ainda não se fazem cumpridas em sua plenitude.

modernizar o Brasil, Ruy Barbosa, o então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, queimou documentos oficiais que eram provas da escravidão. A intenção era apagar da história do Brasil um período vergonhoso (Costa, 1996). Todavia, essa tentativa não foi acompanhada de ações efetivas para resolver as consequências da escravidão. “Mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou. A atitude do Estado para a situação do negro ‘liberto’ sempre foi omissa” (Nunes, 2006, p. 91). Milhares de escravos foram libertos e passaram a enfrentar novos desafios, sem qualquer tipo de ajuda do governo. Eles “enfrentaram miséria material, discriminação e humilhação e por meio de uma manobra ideológica, que transforma o que é da esfera das relações de poder em algo inerente à raça, as desgraças vividas pelos negros foram reduzidas à culpa deles mesmos” (*Ibid*, 2006, p. 91).

A abolição da escravidão foi acompanhada pela Proclamação da República. Por isso, era necessário a criação de um novo projeto de nação para repensar o homem brasileiro (agora livre da vergonhosa prática da escravidão e sem um imperador). Os cientistas e intelectuais da época foram os responsáveis por essa reflexão (*Ibid*). Vale ressaltar que desde a década de 1870, corria dentre as elites políticas e intelectuais um debate sobre a modernização do Brasil e a construção de sua identidade nacional. Essa discussão se dava com base nas teorias científicas que defendiam a superioridade do homem branco e afirmavam que a miscigenação entre as diferentes raças causava degeneração. Para o médico baiano Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), a miscigenação seria a causa dos desajustamentos sociais⁷⁷. Já o jornalista Silvio Romero (1851-1914), apostava na miscigenação, apesar de defender as diferenças ontológicas entre as raças. Para ele, o mestiço prevaleceria como “a genuína formação histórica brasileira”, posteriormente, o processo de seleção natural da mestiçagem faria prevalecer o tipo de raça mais numerosa, a branca. A partir das ideias de Silvio Romero, a cultura brasileira passava a ser compreendida como o resultado da mistura de três

⁷⁷ Nina Rodrigues foi o pioneiro nos estudos de criminologia no Brasil. Influenciado pelo criminólogo italiano Cesare Lombroso, as ideias de Nina Rodrigues foram consideradas racistas, uma vez que procurava provar que negros e mestiços possuíam uma tendência natural para a degeneração e para o cometimento de crimes. Sobre os estudos da Criminologia e suas relações com o racismo no Brasil, ver nota 127.

raças – branca, indígena e negra – entendidas não apenas no plano biológico como também no plano espiritual (Schwarcz, 1994). Portanto, se por um lado acreditar nas teorias científicas racistas, formuladas na Europa e nos Estados Unidos, era conveniente para as elites, pois legitimava e naturalizava as hierarquias sociais existentes na sociedade; por outro lado essa crença significava admitir que a população brasileira era composta, majoritariamente, por um grupo racialmente inferior. Sendo assim, como conciliar tais teorias com o Brasil? “A saída foi imaginar uma redescoberta da mesma nação, selecionar e digerir certas partes da mesma teoria, com a evidente obliteração de outras; enfim, prever ‘um modelo racial particular’” (Schwarcz, 1996, p. 89) – modelo este, o branqueamento.

A tese do branqueamento é fundamentada na ideia da europeização da população brasileira, que se daria ao longo dos anos a partir de três fatores: a chegada de imigrantes brancos, o estímulo à miscigenação e o abandono da população negra, egressa da escravidão. Para João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro na década de 1910, “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”⁷⁸ – ou seja, o Brasil negro da época seria, aos poucos, substituído por um futuro cada vez mais branco⁷⁹ (Schwarcz, 1996). O resultado desse novo modelo foi o incentivo à imigração europeia (já iniciada desde 1870) ao desenvolvimento, sobretudo da região mais promissora do país (em termos econômicos), a província de São Paulo. Entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus (italianos, em sua maioria) cruzaram o Atlântico rumo a São Paulo, muitos deles com passagens custeadas pelo governo brasileiro (Andrews, 2018). Os estrangeiros, que chegaram a configurar mais de 50% da população da cidade de São Paulo, ocupavam os espaços mais dinâmicos da economia, como indústria e comércio, assim como os espaços de produção do saber e os jornais (Alberto, 2011). Enquanto as pessoas pobres nascidas no Brasil, principalmente, negros e mestiços, ocupavam os serviços com menor remuneração e, portanto, considerados de menor status.

⁷⁸ João Batista Lacerda proferiu essas palavras durante seu discurso no primeiro Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911 em Londres, no qual defendeu a tese do branqueamento para o futuro do Brasil.

⁷⁹ Vale ressaltar que a tese da mestiçagem para o embranquecimento do Brasil não era um consenso entre os intelectuais e cientistas do final do Império e início da República. Nina Rodrigues, por exemplo, discordava veementemente dessa tese.

Apesar do número elevado de brancos na província de São Paulo na década de 1930, a tese do branqueamento por meio da miscigenação foi superada na medida em que emergiu um novo modelo interpretativo, que regatava a ideia da formação da cultura brasileira com base na coexistência das três raças. O Brasil passou a ser representado como um lugar no qual não existiam barreiras de cor – uma democracia racial.

O conceito “Democracia Racial” foi elaborado a partir do discurso do sociólogo Gilberto Freyre na obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933⁸⁰. Retomando a temática das “três raças”, Freyre ofereceu uma nova racionalidade para a sociedade multirracial brasileira – diferente da visão pessimista da produção intelectual de determinados estudiosos brasileiros, que concebiam a miscigenação e a forte presença dos negros como obstáculos à inserção do país na modernidade. O autor enfatizava, em escalas semelhantes, a importância da ‘cooperação’ étnico-racial (portugueses, negros e índios) no plano da cultura, na conformação de uma identidade nacional. Sendo assim, se antes a raça condenava a sociedade brasileira ao fracasso, “com Gilberto Freyre ela, na verdade, estaria salva pela miscigenação, fruto de uma tradição legada pela herança ibérica” (Maio, 1999). De acordo com a historiadora Lilian Schwarcz:

Tendo como base teórica o culturalismo norte-americano - sem abandonar totalmente os pressupostos raciais dos mestres brasileiros -, a obra de Freyre celebrará a singularidade da mestiçagem, invertendo os termos da equação e positivando o modelo. (...) O ‘cadinho de raças’ surgia como uma nova forma de celebração do mito das raças - um novo instrumental para a utilização do mesmo termo, porém com um novo sentido. (...) O brasileiro era, portanto, o resultado sincrético de uma mistura bem-feita e original, cuja cultura homogênea e particular era também mista. Nesse contexto, *Casa-grande & Senzala* passava a representar e singularizar essa nova

⁸⁰ Embora Freyre não tenha feito uso do termo “Democracia Racial” em sua obra de 1939, nela autores (Andrews, 2018; Bernardino, 2002; dentre outros) identificam a sistematização da ideia de uma democracia racial e a defesa da natureza diferencial da escravidão brasileira.

postura, esse abandono da raça em nome da cultura, uma cultura homogênea apesar de resultante de raças tão diversas (1994, p. 5, 6).

O estabelecimento de uma mudança de termo – de raça para cultura – tem como consequência o apagamento das questões raciais no Brasil⁸¹. Embora reconhecesse a violência e a hierarquia da escravidão brasileira, Freyre argumentava que, devido às relações interpessoais estabelecidas entre os moradores da casa grande e os da senzala, havia no Brasil uma espécie de inclusão orgânica que atenuava as hierarquias sociais (Alberto, 2018). Sendo assim, Freyre construiu o Brasil enquanto uma civilização que congregava de forma sincrética e feliz negros, índios e brancos – uma sociedade sem segregação e com uma miscigenação singular. Para ele, vários fatores impediram o surgimento de categorias raciais mais rígidas no Brasil, tais como as relações estreitas entre senhores e escravos antes da emancipação legal proporcionada pela Lei Áurea em 1888 e o caráter supostamente benigno do imperialismo português. Isso teria como consequências, a construção de um “paraíso racial”, no qual diferentes raças viveriam de forma harmoniosa, sem racismo ou discriminação; diferente da política racial segregadora que se estabeleceu no século XX nos Estados Unidos com as leis *Jim Crow* e o *Apartheid* na África do Sul.

Florestan Fernandes (1989) faz uma leitura crítica do mito da democracia racial, inscrevendo-o nas dinâmicas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, tal análise está intimamente ligada à dinâmica mais ampla do processo de desagregação do regime escravocrata⁸², que não assegurou direitos mais amplos aos ex-escravos. A crítica de

⁸¹ Complementando esta tese, o jornalista, artista e intelectual negro Abdias do Nascimento (1978) compreende que o mito da Democracia Racial e a ideia da “Morenidade” (termo cunhado por Freyre) pressupõe uma proposta mística racista, cujo objetivo é fazer desaparecer o negro, a sua cultura e o debate sobre as relações raciais por meio de um processo de embranquecimento da pele negra e de sua cultura. Tal embranquecimento é lido por ele como um genocídio do povo negro – que se manifesta na imposição da cultura eurocêntrica e no incentivo à mestiçagem. Nascimento recupera a dimensão completa da destruição de um povo, que vai além de sua morte física.

⁸² Com base na tradição marxista, Florestan Fernandes examina a inserção do Brasil enquanto um capitalismo dependente na economia mundial, inscrita na luta de classes. Em sua visão, como no Brasil não existiu uma acumulação de capital suficiente em seus primórdios para sustentar o desenvolvimento autônomo (segundo a teoria marxista), a transição para o capitalismo se dá de forma subalternizada, com a manutenção das bases políticas e socioculturais do sistema colonial associado ao impulso da industrialização e urbanização. Isso caracteriza a condição colonial permanente no Brasil, que está em constante processo de revitalização. É, pois, a aliança entre o capital externo e os senhores rurais que marca essa transição (Lima, 2017).

Fernandes se fundamenta na existência de uma heteronomia racial sob a aparência de uma completa incorporação do negro a uma sociedade de classes marcada pelo capitalismo dependente. O resultado disso é a manutenção de uma superpopulação excedente excluída ou incluída de forma subalternizada no mercado de trabalho. Em outras palavras, a democracia racial pressupôs a inclusão do negro na sociedade de classes, no mercado de trabalho capitalista, caracterizado pela igualdade jurídica e formal – criando assim, uma aparência democratizante do Brasil⁸³. Todavia, tal inserção do negro na sociedade brasileira nunca se deu de forma plena. Desse modo, a existência do mito da democracia racial no Brasil:

permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas ‘sobem’ - nunca ‘descem’ - na pirâmide racial; e confunde as percepções e as explicações - mesmo as que têm como ‘críticas’, mas não vão ao fundo das coisas - das realidades cotidianas (Fernandes, 1989, p. 17).

Sobre a questão da “democracia racial”, há na literatura outras duas visões mais contemporâneas, uma conhecida como revisionista, que ganhou terreno nos anos 1980 e 1990 com diversos pesquisadores, que em busca de entendimentos mais amplos sobre os mecanismos do racismo e da desigualdade racial no Brasil, elaboraram a tese de que os “mitos da democracia racial” difundidos na América Latina dificultavam o desenvolvimento da consciência e mobilização racial (Hanchard, 1998; Winant, 1994; Guimarães, 1999, dentre outros). Com base nessa perspectiva, surgiram estudos que compreendem que o racismo e as ideologias de raça difundidas na América Latina serviram para perpetuar a subordinação de negros, tornando-os invisíveis, de modo a

⁸³ Nas palavras do próprio Gilberto Freyre: “O segredo do sucesso do Brasil em construir uma civilização humana, predominantemente cristã e crescentemente moderna na América tropical, vem da capacidade brasileira em transigir. Enquanto os ingleses, mais que qualquer outro povo, possuem tal capacidade na esfera política, [...] os brasileiros vêm conseguindo ainda maiores triunfos, aplicando essa capacidade à esfera cultural e social, na maior amplitude. Daí sua relativa democracia étnica: a ampla, embora não perfeita, oportunidade dada no Brasil a todos os homens, independente de raça e cor, para se afirmarem brasileiros plenos (1971, p. 4 e 5).

minimizar a importância histórica e numérica desses indivíduos, bem como deslegitimar suas identidades como grupos distintos (Wade, 1993, dentre outros).

A outra visão, denominada pós-revisionista, compreende os estudos que combinam o interesse revisionista sobre como a raça moldou a cidadania na América Latina moderna com a preocupação acerca de como a raça é produzida e qual o papel dos intelectuais de elite e das forças populares na formação da raça (Alberto, 2018). Destacamos os trabalhos da historiadora Emília Viotti da Costa (1985) que em sua análise do funcionamento e significados do mito da democracia racial, entende que ele atuou de forma inextricável no cotidiano brasileiro, posto que os mitos são parte integrante da realidade social. Nesse sentido, a importância social do mito residia no que ele revelava sobre as disputas mais amplas, principalmente entre as elites, sobre a natureza da sociedade e da política brasileiras – disputas estas, espelhadas na competição entre as ideologias de dois poderosos grupos sociais: os intelectuais como Gilberto Freyre e a geração de cientistas modernos como Florestan Fernandes (Alberto, 2018).

Nesse debate, vale ressaltar que o mito da democracia racial encobriu a manutenção das dinâmicas econômicas, políticas e sociais da sociedade de classes e acabou por configurar “um padrão tradicional brasileiro de relação racial que articula heteronomia econômica e heteronomia de raça e opera uma segregação sutil e dissimulada” (Lima, 2017). A simbiose entre desigualdade de classe e de raça também tem como resultado o apagamento da questão racial no que se refere às desigualdades econômicas no Brasil. De modo que o problema do grande abismo socioeconômico no Brasil passa a ser lido não somente pelos governantes, como pelo senso comum, como um problema de classe e não de raça⁸⁴. Conforme reforça Abdias do Nascimento (1978), a raça determina a posição social e econômica na sociedade. Por exemplo, o fato de a favela ser, em sua maioria, a residência da população negra não é puramente uma questão de escolha ou situação socio-econômica. Se os negros vivem nas favelas porque não têm condições de adquirirem uma moradia melhor, é, certamente, porque estão em subempregos. Isso se dá como consequência de uma formação educacional precária ou inexistente. Observando essa questão ao longo da história, invariavelmente,

⁸⁴ Sobre o Brasil ser um problema de classe e não de raça, ver Harris 1964a.

em algum momento, a resposta para a ausência de oportunidades estará na cor da pele. “Nessa teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele, melhorar suas condições de vida” (1978, p. 85).

Portanto, a disseminação da ideia de democracia racial foi prejudicial à população negra pois, primeiramente, criou uma falsa sensação de inclusão do negro na dinâmica social e econômica do país e de uma igualdade de oportunidades. Em segundo lugar, porque colaborou com a manutenção da mentalidade de que não seria necessário pensar em políticas efetivas para a superação das desigualdades raciais existentes no Brasil – já que todos são “iguais”. Por fim, a disseminação dessa ideia impediu e dissolveu a identidade coletiva do negro (Góes, 2015), levando ao apagamento dos reais problemas enfrentados pelo povo negro desde a Diáspora – o racismo e a discriminação incorporados nas mais diversas formas de violência. Dito isso, a perpetuação do racismo corrobora com um projeto político, que visa o controle da população negra (Kilomba [2008], 2019).

5.4 A perversidade do racismo – como construir uma identidade negra?

O racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual; é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização, que é consequência de um padrão histórico de abuso racial. Trata-se de uma prática perversa, uma realidade violenta, que funciona através de uma cadeia de discursos que mantém identidades sem lugar, pois constrói negros como corpos impróprios, corpos que não pertencem a determinados lugares. “Se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos a depender do grupo racial a qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 27). Conforme discutiremos anteriormente, o racismo designa os negros ao lugar de dominado. Já dissemos que o negro, enquanto o “outro”, o diferente é construído apenas na sua relação com o branco (Kilomba ([2008], 2019; Fanon, 2008). Nesse sentido, o racismo desidentifica – extrai do negro sua personalidade e qualquer possibilidade de “ser”. Esse “não ser” admitiu vários

formatos ao longo da história brasileira – desde a existência enquanto mercadoria (nos tempos coloniais), ao apagamento da identidade negra (com o mito da democracia racial). Com o advento da ideia de Brasil enquanto um “paraíso racial”, onde todas as cores vivem de forma harmoniosa, afirmar uma identidade negra representou durante esse período uma atitude divisionista, uma vez que todos seriam brasileiros, independente da cor da pele (Nascimento, 1978). Esse tipo de recusa à existência de uma identidade negra ainda se encontra presente no senso comum. É possível ouvir pessoas em suas conversas cotidianas afirmando que estabelecer e reconhecer a identidade negra é ser racista, pois todos são iguais no Brasil.

Mas o que é esse “ser negro”? O que seria a identidade negra?

O debate sobre as Identidades no campo das Ciências Sociais é vasto. Munanga (1994) afirma que o conceito de identidade está presente em todas as sociedades, pois os grupos humanos sempre selecionaram determinados aspectos de suas culturas para se definirem em contraposição a outros grupos. Essas definições (de si e dos outros) têm importantes papéis, como a defesa da unidade do grupo, a proteção dos territórios e das práticas culturais, etc. No entanto, a identidade não é algo inato. Ela faz referência a um modo de ser no mundo e de agir com os outros. Indica traços culturais que se expressam por meio de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares (Gomes, 2012).

Dito isso, na presente tese nos alinhamos à concepção que compreende as identidades enquanto práticas discursivas construídas socialmente, sendo de caráter mutável, multifacetado e dialógico (Bauman, 2001; Moita Lopes, 2003; Hall, 2004). Isso significa que cada indivíduo é membro de muitos discursos e cada um desses discursos representa uma das múltiplas identidades desses indivíduos (Gee 1990). Dessa forma, um mesmo sujeito pode dispor de diferentes discursos, de acordo com as inúmeras situações em que se encontrar e, assim, acionar suas identidades em maior ou menor intensidade, construindo-se de forma diferente a cada interação e, por vezes até contraditória, nos vários discursos nos quais circula.

Uma outra concepção importante para o estudo das identidades é a sua relação com a diferença, ou seja, uma abordagem de estreita relação de dependência entre identidade e diferença. Nessa perspectiva, Tadeu Tomaz Silva (2000) entende que a

identidade é simplesmente aquilo que se é; por exemplo: “sou branco”. Já a diferença, em oposição à identidade, é aquilo que o outro é (“ela é branca”). Nesse sentido, as afirmações acerca de alguma identidade só fazem sentido se compreendidas em sua relação com a diferença. Quando afirmamos que somos algo – por exemplo, que “somos brasileiros” –, estamos negando outras identidades (não somos argentinos, ou mexicanos, e assim por diante). Sendo assim, identidade e diferença são inseparáveis.

Para o sociólogo Stuart Hall (2015a), compreender a raça enquanto uma categoria discursiva é reconhecer que sustentar o conceito de raça com base em fundamentos biológicos tornou-se algo insustentável. Quando as diferenças foram organizadas dentro da linguagem, dentro do discurso e adquiriram sentido, elas se tornaram fatores da cultura humana e da regulação das condutas. Desse modo, o entendimento da raça enquanto um conceito discursivo colabora com “a compreensão de como as ideias e conhecimentos da diferença organizam as práticas humanas entre os indivíduos” (2015, p. 3).

A identidade negra, como as outras identidades (de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc), é construída no âmbito da história e da cultura. Dado o dinamismo das interações e dos contextos nos quais cada indivíduo circula, alguns traços identitários podem se tornar mais relevantes do que outros. Reconhecer-se em uma identidade significa estabelecer um sentido de pertencimento a um determinado grupo social de referência. Da mesma forma que outros processos identitários, a identidade negra é construída gradativamente e envolve as relações sociais permeadas de sanções e afetividades e, geralmente, se inicia na família. A partir daí o sujeito vai criando ramificações e desdobramentos junto às outras relações das quais participa. A construção da identidade negra implica o “olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (Gomes, 2012, p. 171). É, pois, uma construção dialógica.

Vale ressaltar que construir uma identidade negra em uma sociedade marcada por racismo e que ao longo dos anos vem ensinando os negros a se negarem e assimilarem a cultura do branco é um desafio. É um ato de resistência, pois representa uma tomada de consciência da opressão, o que colabora com a possibilidade de uma ressignificação política do conceito de raça e, conseqüentemente, com o combate ao

racismo. Para Munanga, a busca por uma identidade negra é uma tentativa de tornar o grupo dos negros diferente dos demais, pois tornar-se diferente seria um mecanismo de defesa empreendida por grupos ameaçados. Nesse sentido, a busca por uma identidade afro-brasileira advém da necessidade de dar uma resposta ao racismo. Isso caracteriza a identidade negra como política e unificadora, que busca a transformação da realidade do negro no Brasil. É um processo, jamais um produto acabado. (Munanga 1994; 2003).

Enquanto uma categoria identitária em constante disputa de significado, a raça também pode ser compreendida como forma de mobilização, conforme salienta a socióloga Tianna Paschel (2016). Em seu estudo sobre as transformações políticas ocorridas no Brasil e na Colômbia, ela analisa a negritude enquanto uma categoria política de contestação que se tornou legítima aos olhos do Estado e de outros atores políticos. Em sua visão, a transformação política desses dois países que passaram de regimes baseados nas ideias do cidadão universal formalmente não identificado para o reconhecimento de direitos dos negros, se deu a partir da pressão das organizações de movimentos sociais de negros. Movimentos estes que, embora contassem com poucos aliados políticos e não fossem muito populares, foram essenciais para a construção do negro enquanto um sujeito político. A autora ainda argumenta que a mobilização negra nos séculos XIX e XX era muito mais abrangente do que se discutira outrora. As irmandades religiosas e as sociedades de ajuda mútua, que tinham raízes na África, existiram durante todo o período colonial e no pós-independência também. A partir disso, e em resposta às dificuldades postas para a inclusão dos descendentes de escravos na sociedade, grupos de negros criaram clubes sociais e sociedades de ajuda mútua que proporcionavam uma série de atividades, tais como eventos sociais e programas educacionais para alfabetização e incentivo aos esportes – especialmente na cidade de São Paulo.

Além disso, ela também destaca a música como outro importante campo de crescente politização da identidade negra na América Latina, que com a difusão do *hip-hop* (especialmente no Brasil) e do *currulao* e *reggaetón* (no restante da América Latina) tornaram-se cruciais tanto para críticas ao racismo como para a construção e circulação de ideias alternativas de negritude. Desse modo, Paschel argumenta que a resistência dos negros se deu via clubes sociais negros, locais onde os afrodescendentes

articularam suas próprias visões de raça, nação e cultura, assim como evidenciavam as limitações do projeto nacionalista vigente no Brasil no início do século XX. Nesse processo, “a combinação de formas históricas de mobilização negra e de produção cultural politizada criou novas formas de mobilização que são sem dúvida mais populares do que suas encarnações anteriores” (Paschel, 2016, p. 302). Esta visão constrói a categoria raça enquanto uma forma de mobilização, levando em consideração que esta pode ser dar em torno de diversas categorias sociais e políticas.

Almeida (2019) ainda salienta que usar o termo “estrutura” para explicar o funcionamento do racismo na sociedade não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas antirracistas sejam inúteis. Pelo contrário, a mudança desse cenário é possível a partir da mobilização de diversos segmentos da sociedade, movimentos sociais e também, da adoção de posturas antirracistas por parte de indivíduos e instituições.

Com essas considerações, apesar de todas as restrições postas pelo racismo aos negros, compreendemos que as mães de vítimas da violência policial, ao lutarem por justiça em prol de seus filhos, reivindicam identidades enquanto mulheres negras. Nesse processo, disputam a categoria raça enquanto forma de mobilização e resistência ao racismo sistêmico. O próximo capítulo seguirá com uma explanação sobre a consequência mais direta do racismo em nossa sociedade: a morte de jovens negros sob a bandeira da dita “legítima defesa”.

“Dizemos que vidas negras importam não apenas porque queremos ficar vivos, mas também porque queremos ficar vivos com dignidade”
Monica Cunha

6. Os efeitos do Racismo

Conforme apresentamos anteriormente, o presente capítulo é uma continuação do debate sobre o contexto das mortes por intervenção do Estado que, em sua maioria, vitimam a população negra. Privilegiaremos o contexto mais imediato dessas mortes, observando como elas se dão e os procedimentos que envolvem o “auto de resistência” e o inquérito policial que trata das investigações desse tipo de caso. Tendo em vista o local onde essas mortes acontecem e a forma como os familiares de vítimas da violência reivindicam a favela em suas narrativas, na sequência, apresentaremos uma discussão sobre este lugar e seus desdobramentos no contexto da pesquisa. Depois, articularemos a violência policial como face do racismo estrutural. Finalizaremos o capítulo com a análise de trechos narrativos dos familiares sob a ótica do debate racial, seguida pelos encaminhamentos gerados por tal análise. Com isso, objetivamos compreender os mecanismos discursivos elaborados por esses familiares na transformação do luto em luta por justiça. Acreditamos que esse tipo de organização atribui materialidade ao racismo estrutural.

6.1 Auto de Resistência – “licença para matar”?

A cidade do Rio de Janeiro vivencia violências de variados tipos que assolam, em diferentes graus, seus moradores e visitantes. Segundo levantamentos do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, os índices de homicídios no início do ano de 2018 tiveram aumento de 24% e os assaltos, aumento de 40%, em comparação com o mesmo período em 2017⁸⁵. Nesse sentido, a polícia é (ou deveria ser), uma das

⁸⁵Fontes:<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2018/02/estatistica-do-caos-violencia-no-rio-e-a-que-mais-aumenta-1014120694.html> e <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>

principais forças motrizes para conter a violência. No entanto, para quem mora nas favelas do Rio de Janeiro, a atuação da polícia na contenção dos crimes (sobretudo no “combate ao tráfico de drogas”) é vista e sentida de forma bem diferente daqueles que moram nas zonas mais ricas da cidade e, conseqüentemente, mais seguras.

Ao longo dos anos, as incursões policiais nas favelas vêm produzindo cada vez mais vítimas, muitas delas sem comprovação alguma de estarem se opondo, de alguma forma, à ação da polícia. Isso se deve, principalmente, ao modelo de repressão policial adotado para combater o comércio varejista de drogas que estabelece pontos comerciais fixos em locais de moradia de baixa renda⁸⁶. Dentre os anos 1970 e 1990 as políticas estaduais de segurança se concentraram no enfrentamento pontual ao tráfico, visando efetuar, com regularidade variável, prisões, apreensões de armas, dinheiro e material entorpecente (Misse, 2011). Todavia, muitas regiões encontram-se dominadas por facções criminosas que disputam entre si o controle dos pontos de venda de drogas. Por esse motivo, essas regiões costumam ser vigiadas por equipes de segurança do tráfico e, conseqüentemente, a chegada repentina de guarnições policiais tende a ocasionar uma reação violenta por parte dos criminosos, desencadeando uma troca de tiros entre a facção criminosa que domina a área e os policiais. Tal situação também dificulta o estabelecimento de guarnições policiais dentro de determinados locais da favela. Tão logo a incursão policial se finda, restabelece-se a rotina “normal” da região, com comércio de entorpecentes. Desse modo, os moradores desses locais ficam no meio de um “fogo cruzado”, expostos aos frequentes tiroteios em espaço público e sujeitos a dois tipos de violência. De um lado a opressão por parte dos grupos criminosos que dominam a região com forte poder de armas de fogo e do outro, as operações policiais que irrompem de forma imprevisível e com caráter arbitrário (Machado da Silva; Leite, 2008). Esse modelo de repressão policial, que propicia contextos de confronto armado tem como uma de suas conseqüências, a morte de milhares de pessoas, incluindo

⁸⁶ Vale ressaltar que o tráfico de drogas não pode ser reduzido ao comércio de entorpecentes que se fixa em favelas, visto que as grandes quantidades de drogas são transportadas e comercializadas por setores mais privilegiados da sociedade, por aqueles que não moram nas favelas. Conforme aponta o Relatório de 2010 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), a corrupção das instituições políticas dos países em desenvolvimento tem facilitado o tráfico internacional de drogas. Fonte: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//noticias/2011/03-marco/Jife/INCB_Global_Report_2010_English_pdf.pdf

policiais e demais cidadãos, sejam eles envolvidos com ações criminosas ou não (Misse, 2011).

Ao longo dos anos 1990, o governo do Estado do Rio de Janeiro investiu em aparatos para equipar a Polícia Militar. Investiu na aquisição de armas de alto potencial letal como fuzis, veículos blindados (os chamados “caveirões”) e na contratação e capacitação de policiais para atuar em contextos de “guerrilha urbana”. Aumentando, assim, o efetivo do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e do Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHq), além da criação dos Grupamentos de Ação Tática (GAT). Esse aparato foi empregado nas operações nas favelas. No entanto, se por um lado essas aquisições foram importantes para consolidar o poder bélico do Estado frente ao poder das facções criminosas, a letalidade da ação policial cresceu exponencialmente (*Ibid*).

Entre os anos 2008 e 2014 o número de mortos em decorrência de ação policial na cidade do Rio de Janeiro diminuiu⁸⁷. O sociólogo Michel Misse (2011) aponta que isso pode ter relação com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas, que visava a substituição do modelo repressivo de incursões policiais tópicas e eventuais pela ocupação estável e duradoura das favelas. Trata-se de uma proposta de policiamento comunitário de proximidade⁸⁸, fundamentada na parceria entre a população que reside nas áreas onde foram implementadas e as instituições de segurança pública. Vale ressaltar que a cidade do Rio sediaria jogos da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, desse modo, essas unidades teriam um papel primordial na contenção de crimes nas favelas. As UPPs não foram implementadas em todas as comunidades da cidade, muitas seguiram enfrentando o problema do comércio de drogas sob domínio de facções criminosas ou domínio de grupos de milicianos, além da violência policial⁸⁹.

⁸⁷ Fonte: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/>

⁸⁸ Vide proposta no site da Polícia Militar: <http://www.upprj.com/index.php/faq>

⁸⁹ É importante mencionar a posição do governo federal no período de escalada da violência policial que se seguiu após a eleição do PT. Por exemplo, em 2008, apesar de o governo federal declarar um posicionamento e tomar algumas medidas contrárias à ideologia da alegada “guerra às drogas”, como por exemplo, se negando a financiar armas de guerra (como fuzis) para a polícia de patrulhamento, algumas declarações públicas de Lula à época apontavam certa legitimação da política de confronto nas favelas. Por exemplo, ele fez uma comparação entre os vietnamitas e os criminosos e ainda afirmou que não seria com pétalas de rosas que os policiais entrariam nas favelas do Rio (Farias, 2020).

Ao longo dos anos, os moradores das áreas onde as UPPs foram instaladas enfrentaram diversos problemas. Exemplificando, a partir de 2014, os índices de violência voltaram a subir nessas áreas. Isso pode ser interpretado como consequência, dentre outros fatores, da redução dos investimentos na segurança pública devido à crise econômica enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro em 2014⁹⁰. Somado a isso, tem-se o desgaste das unidades, perceptível nas frequentes denúncias de moradores sobre os abusos de poder cometidos por policiais e uso injustificado da força⁹¹. Institutos de pesquisa vêm apontando os problemas desse tipo de política e o colapso da iniciativa⁹² e a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro vem debatendo a manutenção dessas unidades⁹³. De todo modo, seja pela ação de policiais lotados nas UPPs, seja pela ação de outros batalhões, o fato é que os índices de letalidade policial têm apresentado um crescimento considerável desde 2014, conforme exposto no quadro abaixo⁹⁴:

Ano	Número de mortos na região metropolitana	Número de mortos no Estado do Rio de Janeiro
2014	543	584
2015	607	645
2016	865	925
2017	1.055	1.127

⁹⁰ Denúncias de corrupção da gestão de Sérgio Cabral revelaram um grande esquema de desvio de verba pública. O desfalque gerou e tem gerado profundos problemas na prestação dos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

⁹¹ O caso mais emblemático foi o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo em 14 de julho de 2013, após abordagem de policiais da UPP da Rocinha. Retomamos esse caso no capítulo 8 (c.f 8.3).

⁹² Tais como: <https://jornalggn.com.br/seguranca-publica/upp-a-solucao-que-virou-problema/> ; “UPP: Última Chamada”, pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança Pública e Cidadania e publicada em 2017 – disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/projeto/convivencia-e-conflito-emcomunidades-com-upp/> que indicou que no começo da implantação das unidades, a população percebeu melhorias. Porém, após um tempo, a polícia de proximidade deu lugar a um policiamento convencional. Além dos inúmeros casos de abuso de autoridade por parte dos policiais. O Instituto Igarapé (<https://igarape.org.br/falencia-das-upps/>) chama atenção para a falta de formalização do programa e do estabelecimento de indicadores de avaliação, pois as UPPs nunca tiveram uma avaliação interna e sistemática para além da divulgação dos casos de letalidade.

⁹³ Em outubro de 2018, a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro anunciou o fim de 13 UPPs e a transformação dessas Unidades em companhias destacadas sob comando dos batalhões da área. (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/secretaria-anuncia-fim-de-mais-13-upps-no-rio-ate-o-fim-do-ano>)

⁹⁴ Como a presente pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2017, focaremos na escalada dos números dos quatro anos seguintes.

2018	1.381	1.534
2019	1.647	1.814
2020	1.089	1.245

Quadro 2 – Mortes por intervenção de agente do Estado.

Região metropolitana: Baixada Fluminense e cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Instituto de Segurança Pública: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/>

Os dados apresentam com nitidez a escalada da violência policial durante o período supracitado. Tal violência tem sido, de certa forma, apoiada pelas instituições políticas e jurídicas e por setores mais conservadores da sociedade. É preciso ressaltar dois fatores que têm papel vital nos números de parte desse período. Primeiro, o avanço do ultraconservadorismo no Brasil, com a eleição da extrema direita nas esferas municipal, estadual e federal em 2018. Segundo, a pandemia da Covid19 que se alastrou pelo Brasil em 2020.

As eleições de 2018 tiveram como desfecho a eleição do militar da reserva, Jair Bolsonaro, na época filiado ao Partido Social Liberal⁹⁵ (e atualmente sem partido), para ocupar a presidência do Brasil, do ex-juiz Wilson Witzel do Partido Social Cristão⁹⁶ para governar o Estado do Rio de Janeiro e do religioso, ex-senador Marcelo Crivella do Partido Republicanos⁹⁷ para governar o município do Rio de Janeiro. Além da eleição de 73 candidatos declaradamente militares (sendo a maioria pertencente ao PSL – então partido de Bolsonaro) para compor a Câmara Federal do país. Em virtude deste cenário, o Brasil tem (no período de 2018-2021) o maior número de militares ocupando cargos políticos desde a Ditadura Civil-Militar de 1964⁹⁸. As primeiras medidas anunciadas pelos executivos eleitos foram um prenúncio do tipo de política de segurança pública que seria adotada no país, mais especificamente, no Estado do Rio de Janeiro. A exemplo disso, temos o chamado “Pacote Anticrime” lançado pelo ex-juiz Sérgio Moro, agora ex-Ministro da Justiça do governo Bolsonaro⁹⁹. Em uma de suas propostas, o pacote previa uma eventual condenação reduzida à metade ou não

⁹⁵ Valores defendidos pelo partido: <https://www.pslnacional.org.br/pagina/em-que-acreditamos>

⁹⁶ Diretrizes do partido: <http://www.psc.org.br/missao-valores/>

⁹⁷ Ver diretrizes do partido: <https://republicanos10.org.br/manifesto-e-programa/>

⁹⁸ Bolsonaro empossou diversos militares para ocupar cargos em seu governo.

Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/16/os-generais-de-bolsonaro-quem-sao-os-militares-demais-alta-patente-no-circulo-do-presidente-eleito.ghtml>

⁹⁹ Sérgio Moro atuou como Ministro da Justiça de 1º de janeiro de 2018 a 24 de abril de 2020.

aplicada para agentes policiais ou de segurança pública que cometessem homicídios alegando legítima defesa, segundo o texto, quando “o excesso cometido decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”¹⁰⁰. Esse pacote foi muito criticado por setores mais progressistas da sociedade, principalmente, por lideranças comunitárias e movimentos sociais, pois temiam o aumento da letalidade policial, caso esta cláusula fosse incluída no pacote. Após muitas críticas e debates, o pacote foi aprovado com 25 vetos¹⁰¹, inclusive com veto à supracitada cláusula. Ainda assim, a discussão sobre a redução de penas a policiais que cometem homicídios permanece ativa.

Já o governador eleito no Rio de Janeiro teve como uma de suas principais bandeiras de campanha a promessa de contratação de *snipers*, policiais atiradores de elite, que teriam como objetivo “abater” (em suas palavras) criminosos que estivessem portando fuzis nas favelas do Rio de Janeiro¹⁰². Embora essa contratação seja uma realidade pouco provável, ao longo de sua breve gestão, Witzel¹⁰³ assumiu posturas e tomou medidas que favoreceram o aumento da letalidade policial. Como exemplo, temos a sua participação em uma ação policial composta pelas Polícias Civil e Militar em uma comunidade na cidade de Angra dos Reis. Parte da operação policial foi gravada em um vídeo que circulou nas redes sociais e em diversos meios de comunicação¹⁰⁴. Na ocasião, o governador afirmou: “Vamos botar fim na bandidagem em Angra dos Reis”. Um dos policiais efetuou disparos contra uma tenda armada na mata que, segundo moradores, era usada por grupos evangélicos para fazer orações¹⁰⁵. Vale ressaltar que o conjunto de normas da Secretaria de Segurança Pública do Rio

¹⁰⁰Projeto de lei na íntegra, antes de sua aprovação com vetos:

<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2019/02/projeto-anticrime.pdf>

¹⁰¹ Projeto aprovado com 25 vetos: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/veja-a-integra-da-lei-do-pacote-anticrime/>

¹⁰² A medida proposta por Witzel, foi declarada ilegal por alguns juristas, apesar de receber apoio de setores da sociedade, inclusive de Sérgio Moro. Ver: <https://www.conjur.com.br/2018-out-30/proposta-witzel-abater-portador-fuzil-inocua-ilegal>

¹⁰³ Witzel governou o estado do Rio de Janeiro de janeiro de 2019 a agosto de 2020, quando foi afastado devido a denúncias por corrupção. No dia 30 de abril de 2021 Witzel foi declarado culpado por crime de responsabilidade na gestão de contratos na área da Saúde durante a pandemia e sofreu um impeachment, com proibição de exercer cargos públicos por cinco anos. Em seu lugar assumiu o vice-governador Cláudio Castro do mesmo partido de Witzel (PSC).

¹⁰⁴ Vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=VyMvnHqLju0>

¹⁰⁵ Ver:

<https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/05/07/helicoptero-usado-pelo-governador-para-sobrevoar-comunidade-do-rj-efetuou-disparos-e-atingiu-tenda-de-grupo-evangelico-diz-morador.ghtml>

permite o disparo a partir de helicópteros durante operações. No entanto, os disparos precisam ser autorizados e efetuados em caso de necessária legítima defesa dos tripulantes, de equipes em terra, ou da população.

Além desse episódio, em 2019, Witzel alterou dispositivos no sistema de metas que estabelece os objetivos a serem cumpridos pelas corporações civil e militar, como a redução de ocorrências e de mortes em confronto nas jurisdições de cada batalhão e delegacia. As unidades recebem gratificações semestrais quando alcançados os objetivos. A alteração realizada por Witzel¹⁰⁶ estabelece a retirada das ocorrências de mortes decorrentes de intervenção policial do sistema de metas. Isso significa que essas mortes não interferem mais na contabilização das ocorrências de letalidade violenta nas unidades e, portanto, não interferem mais na gratificação paga aos policiais.

Em março de 2020, a pandemia da Covid19, a doença provocada pelo novo coronavírus, chegou ao Brasil e foi se espalhando das capitais para as cidades do interior. Vários estados declararam estado de emergência e estabeleceram uma quarentena, com o fechamento de diversas atividades e a proibição de aglomerações para evitar a disseminação do vírus. O estado do Rio de Janeiro decretou quarentena no dia 11 de março¹⁰⁷. Escolas e estabelecimentos comerciais foram fechados e a circulação de pessoas foi restringida. Apesar dessas medidas, as incursões policiais nas favelas não cessaram. De acordo com a Rede de Observatórios da Segurança, no começo da pandemia as operações policiais diminuíram 76,9% em relação a março de 2019. Mas em abril, a frequência das incursões aumentou. O resultado é que em abril e em maio de 2020, houve mais mortes decorrentes de ação policial do que no mesmo período em 2019¹⁰⁸. Em maio uma operação no Complexo do Alemão deixou 13 mortos¹⁰⁹, além de outros casos, como a morte do menino João Pedro Mattos¹¹⁰, de 14 anos, na cidade de São Gonçalo. Com o elevado número de casos de Covid19 nas

¹⁰⁶ Ver alteração em: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2019.

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/263225361/doerj-poder-executivo-24-09-2019-pg-1>

¹⁰⁷ Ver decreto: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMTk%2C>

¹⁰⁸ Fonte:

<http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Operac%CC%A7o%CC%83es-policiais-no-RJ-durante-a-pandemia.pdf>

¹⁰⁹ Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/operacao-policial-no-complexo-do-alemao-tem-13-mortos-entre-eles-chefe-do-traffic-do-pavao-pavozinho-24429000>

¹¹⁰ Ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml>

comunidades e o aumento da letalidade policial, as lideranças comunitárias e outras entidades da sociedade civil passaram a exigir a suspensão das operações durante o período da pandemia. Em junho, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin proibiu em decisão liminar, que foi referendada pelo STF em agosto, a realização de operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus. A decisão do ministro autoriza operações somente em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Com esta decisão, as incursões policiais diminuíram nas comunidades.

Embora o aumento do número de civis mortos em operações ao longo da pandemia de Covid19 possa ser interpretado independentemente da pandemia, isto é, como uma continuação da lógica de atuação das forças de segurança do Rio de Janeiro, destacamos que as relações sociais foram consideravelmente modificadas em função da pandemia. Desse modo, compreendemos que se a ação da polícia nas favelas é justificada, principalmente, pela necessidade de conter o comércio de drogas e de armas na região, a baixa circulação de pessoas nas ruas poderia ter algum impacto nessa questão. Também, ressaltamos que a manutenção dessas operações antes da decisão do STF dobrou o risco de contaminação pelo novo coronavírus tanto dentre policiais, quantos dentre os moradores dessas áreas. Sendo assim, é possível questionarmos os motivos para “subir o morro para manter a ordem” em meio à pandemia, posto que a manutenção das operações fogia ao escopo da manutenção da ordem pública e das medidas sanitárias vigentes nesse período. É importante observar também que mesmo com a restrição das operações policiais nas comunidades, o número de mortes ocasionadas pela ação da polícia diminuiu timidamente em 2020 – cerca de 30% em comparação com o ano anterior.

Conforme dito anteriormente, as mortes de civis provocadas por policiais são classificadas pelo ISP como mortes decorrentes de intervenção de agentes do Estado e são tipicamente reconhecidas como “mortes legais”, os chamados “autos de

resistência”¹¹¹, quando o “policial ao atuar para cessar a injusta agressão, leva o infrator a óbito”. Trata-se da produção de um documento oficial que localiza a morte em questão como decorrente da resistência à autoridade policial, como se tivesse havido confronto, como se o agente do Estado que efetuou o disparo o tivesse realizado para se defender. Este tipo de ação policial está previsto no artigo 121, c/c, 73, II, do Código Penal Brasileiro. Portanto, os “autos de resistência” não constituem um tipo criminal específico, são crimes de homicídio, teoricamente praticados com “exclusão de ilicitude”, conforme o art. 23 do Código Penal (Nascimento, Grillo, Neri, 2009):

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

Apesar da legalidade do homicídio decorrente de intervenção policial, esta prática policial vem sendo questionada por vários motivos, pois em muitos desses casos há pouco (ou nenhum) indício da necessidade de o policial ter efetuado disparos em legítima defesa¹¹². Uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e

¹¹¹ O “auto de resistência” foi criado na época da Ditadura Civil-Militar (em 1969) com a finalidade de justificar a ausência de prisão em flagrante de policiais autores de homicídio. Em 2012, uma resolução do Conselho de defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) aboliu designações genéricas como “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte”, estabelecendo que o registro do evento deveria ser morte decorrente de intervenção policial e, no curso da investigação, deveria ser apurado se houve de fato alguma resistência que fundamentasse a excludente de ilicitude. Seguindo essa resolução, em 2016, o Conselho Superior de Polícia (órgão da Polícia Federal e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil) determinou a alteração da nomenclatura e ficou estabelecido que as ocorrências que resultassem em lesão corporal fossem classificadas como homicídio decorrente de oposição à intervenção policial no território nacional. Tal mudança foi resultado da pressão de entidades e movimentos sociais que moveram ações judiciais exigindo o fim dos autos de resistência, com o intuito de denunciar práticas de abuso de poder e extermínio por parte dos policiais. Mas essa alteração não foi satisfatória, pois segundo crítica da Anistia Internacional (2016), a alteração ainda manteve o pressuposto de oposição por parte da vítima. A entidade também ressaltou que apesar da alteração da nomenclatura, a prática de execuções extrajudiciais continua presente no *modus operandi* das forças policiais. A forma como os Inquéritos são conduzidos também não foi alterada. Vale ressaltar que o estado do Rio de Janeiro, no momento da escrita deste texto, usa a designação “morte por intervenção de agente do Estado”. Ao longo da tese nos referimos a essas mortes seguindo essa tipificação ou a antiga classificação “auto de resistência” com o uso das aspas.

¹¹² Em 2015 foi instaurada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI) dos Autos de Resistência para investigar os casos de mortes decorrentes de ações policiais no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015. Os trabalhos de relatoria foram concluídos em 2016. O relatório final foi aprovado e vários policiais militares foram indiciados por homicídio doloso

Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada entre 2001 e 2011 e coordenada pelo sociólogo Michel Misse, analisou como são realizados os procedimentos de apuração e o julgamento de casos chamados de “autos de resistência”, na cidade do Rio de Janeiro¹¹³. A pesquisa teve como intuito compreender quais critérios, discursos e práticas permeiam o fluxo dos autos e influenciam a incriminação ou não dos policiais que praticaram homicídios caracterizados como “autos de resistência”. Também refletiu sobre a construção da ideia de legítima defesa, problematizando o que é compreendido como “resistência” pela polícia e pela justiça, bem como que elementos contribuem para que a ação policial seja enquadrada dentro da lei como um ato praticado em legítima defesa.

Os “autos de resistência” geram procedimentos diferentes dos homicídios cometidos por civis. Misse (2011) apresentou esses procedimentos: após uma ação policial que tenha como consequências a morte de algum civil, instaura-se um Inquérito Policial. O delegado de Polícia Civil estabelece este procedimento, através de um Despacho e de uma Portaria, que resume a ocorrência com base nas informações contidas no Registro de Ocorrência realizado pelos policiais que participaram da ação (na maioria das vezes os militares) e enumera as diligências a serem realizadas para a apuração dos fatos junto à Delegacia de Polícia Civil e ao Ministério Público. Finalizado esse processo, caso o Inquérito conclua que o policial agiu em legítima defesa, o promotor responsável pela delegacia pode decidir por solicitar ao juiz o arquivamento do caso ou exigir da Delegacia de Polícia a realização de novas diligências. Se o Inquérito apurar muitas divergências com relação à atuação dos policiais, o promotor pode denunciá-los por homicídio doloso. Em caso de denúncia, esta só se transforma em processo, se o juiz de plantão da determinada vara criminal onde a denúncia foi realizada aceitá-la.

Em julho de 2020, o então governador Wilson Witzel sancionou a Lei nº 8.928 que dispõe sobre os providências que devem ser adotadas pela autoridade policial nas

após as investigações concluírem erros na caracterização dessas mortes como legítima defesa do policial. Relatório final da CPI:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>

¹¹³Relatório final da pesquisa disponível em:

http://fopir.org.br/wpcontent/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia_Michel-Misse.pdf

ocorrências de lesão corporal ou morte por intervenção por agente do Estado¹¹⁴. Essa lei não altera os procedimentos listados por Misse (2011) no que tange à conclusão do Inquérito Policial, apenas estabelece à autoridade policial algumas obrigações, tais como: a solicitação imediata de equipe de apoio para preservação do local da ocorrência e a prestação de socorro à vítima, se houver lesão corporal; recolhimento das provas disponíveis e realização de perícia no local por parte da polícia técnico-científica; recolhimento dos depoimentos de todos os policiais envolvidos, da vítima (caso sobreviva), das testemunhas e dos médicos que fizeram o atendimento; identificação das armas utilizadas; instauração imediata de um processo apuratório pela instituição, com comunicação ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao órgão do Poder Executivo responsável pela promoção dos Direitos Humanos. O ponto mais destacável desta lei é a determinação de que o policial que se envolver em mais de um “auto de resistência” dentro de um ano deve ser avaliado pelo setor de psicologia e, se recomendado, ser afastado para serviços técnicos ou internos e passar por acompanhamento psicológico, capacitação em Direitos Humanos e aperfeiçoamento profissional.

Dos problemas que envolvem os procedimentos relativos aos “autos de resistência”, Misse (2011) aponta que como os comunicantes da ocorrência são os próprios policiais militares responsáveis pela autoria do homicídio ou aqueles presentes na operação, o Inquérito Policial já é aberto com uma versão dos fatos que supostamente esclarece as circunstâncias da morte e implica que o policial agiu em legítima defesa. Porém, a maioria desses Inquéritos são arquivados sem uma investigação mais profunda – a pesquisa realizada por Misse indicou que o Ministério Público Estadual propôs o arquivamento de 99,2% dos casos no período de 2001-2011¹¹⁵. Dentre outras razões, isso se dá, majoritariamente, em função das dificuldades

¹¹⁴ Lei na íntegra:

[https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/874634344/lei-8928-20-rio-de-janeiro-rj#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20OS%20PROCEDIMENTOS%20QUE,Ver%20t%C3%B3pico%20\(4%20documentos\)&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%20em%2009%20de%20julho%202020.](https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/874634344/lei-8928-20-rio-de-janeiro-rj#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20OS%20PROCEDIMENTOS%20QUE,Ver%20t%C3%B3pico%20(4%20documentos)&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%20em%2009%20de%20julho%202020.)

¹¹⁵ A título de exemplificação, a pesquisa apurou que em 2005, 707 suspeitos morreram em 510 autos de resistência. Segundo a Polícia Civil, foram instaurados 355 inquéritos policiais. Três anos depois, apenas 19 desses inquéritos haviam se tornado processos. Outros 15 se encontravam em delegacias especializadas, ou em situação indefinida. Dos 19 processos, 16 foram arquivados a pedido do Ministério Público, 2 ainda tramitavam e só 1 havia levado à condenação de um policial. Ver matéria sobre a

enfrentadas para a apuração das circunstâncias em que os “autos de resistência” ocorrem. Dentre as dificuldades enfrentadas, a pesquisa destaca:

1) a ausência de outras testemunhas para confrontar a versão dos policiais. Isso acontece porque as outras testemunhas do episódio, geralmente, os moradores das favelas e familiares da vítima, muitas vezes não comparecem para depor por medo de retaliação por parte dos policiais;

2) a falta de perícia no local das mortes, seja por falta de verba, por falta de agentes para o serviço ou porque a maioria dos locais são considerados áreas de difícil acesso por serem dominadas por facções criminosas;

3) a baixa qualidade e a falta de laudos e exames periciais dos institutos de polícia técnica – a ausência ou ineficácia de Autos de Exame Cadavérico (exame que pode apurar as condições em que a morte ocorreu) e da busca por vestígios de pólvora nas mãos da vítima (para comprovação de que ela estaria efetuando disparos contra a polícia);

4) os inúmeros casos de alteração da cena do crime;

5) a morosidade das investigações, seja por conta das burocracias envolvidas nos trâmites do Inquérito, seja pelo montante de investigações ou, ainda pela falta de priorização por parte dos investigadores.

Tudo isso dificulta a investigação do Inquérito e contribui para que a versão apresentada pelos policiais envolvidos prevaleça ao longo do processo, levando ao arquivamento do mesmo.

A pesquisa ainda ressalta que no curso do Inquérito Policial, os investigadores buscam apurar se a vítima possuía antecedentes criminais. Em caso afirmativo, a classificação da vítima como uma pessoa criminosa colabora para a legitimação da versão policial – de a vítima estar envolvida em confronto com a polícia, resultando assim, em sua morte. Portanto, segundo Misse, a caracterização moral da vítima interfere na maneira como são conduzidas as investigações e na possibilidade de denúncia dos policiais.

pesquisa: <https://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/3134972/autos-de-resistencia-no-rj-so-3-7-dos-casos-viraram-processo>

Sendo assim, dadas as dificuldades de investigação dos Inquéritos Policiais, os casos de homicídio decorrentes de intervenção policial que se tornaram denúncias ao Ministério Público e prosseguiram no Judiciário em forma de processos são raros. A atuação de movimentos sociais e de familiares das vítimas são, na maioria dos casos, os responsáveis por pressionar o Ministério Público e as Delegacias para que a investigação prossiga, apesar das dificuldades listadas pela pesquisa. Nesse processo, os familiares de vítimas que não eram envolvidas com ações criminosas ainda precisam provar a inocência do morto, para confrontar a versão policial que consta no Registro de Ocorrência. Carteira de Trabalho assinada e Boletins Escolares são os documentos mais usados pelos familiares para provar a idoneidade de seus parentes.

Esse cenário – a quantidade de homicídio decorrente de oposição à intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro e a dificuldade para a sua investigação – envolve questões que precisam ser observadas tomando como base as seguintes informações: quem é a vítima? qual a sua renda? onde mora? Conforme já foi dito, são na maioria, negros, pobres, moradores de favelas. Isso indica, segundo as conclusões da pesquisa de Misse, que “a precariedade dos instrumentos de fiscalização do trabalho policial foi e ainda é central na consolidação de um *modus operandi* violento e arbitrário fundado numa lógica discriminatória” (2011, p. 128). Acrescenta-se a isso a cumplicidade do sistema judicial criminal, que muitas vezes legitima a morte de civis ao absolver policiais que cometeram crimes. Há de se considerar, portanto, que o alto número de casos não esclarecidos (embora arquivados) de homicídio decorrente de intervenção policial é indício não de casos isolados de má conduta de um policial, mas de um “modelo de atuação da polícia que além de arbitrário, permanece insulado em sua concepção belicista, que pouco dialoga com a sociedade ou com outros setores da administração pública” (Cerqueira, et al. 2017, p. 30).

Tal modelo acaba, de certa forma, sendo legitimado por determinados setores da população também, que não se posicionam contra os excessos cometidos por policiais em incursões nas favelas. Apesar de muitos moradores do Rio de Janeiro temerem a ação da polícia¹¹⁶ (especialmente os moradores das zonas mais pobres),

¹¹⁶ Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas DataFolha em 2017 apurou que metade dos brasileiros têm medo de sofrer violência policial. Outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 2019 apurou que a maioria da população teme virar alvo da violência policial. Ver:

pouco (ou nenhum) clamor popular há nas regiões mais ricas da cidade quando um jovem negro é assassinado nas favelas. A apuração da caracterização moral da vítima – era bandido ou não – parece prevalecer, não apenas na esfera do judiciário, como aponta a pesquisa de Misse (2011), mas também como termômetro para a existência de indignação ou solidariedade por parte da população em geral.

A esse respeito, citamos dois casos emblemáticos de dois jovens mortos em ações policiais no Rio de Janeiro e suas respectivas repercussões nas redes sociais. No dia 30 de março de 2017, a adolescente de 13 anos, Maria Eduarda Alves da Conceição faleceu ao ser atingida por uma bala, enquanto participava de uma aula de Educação Física em sua escola, localizada em Acari. A perícia apontou que o tiro que matou Eduarda partiu da arma de um policial que participava de uma incursão naquela localidade¹¹⁷. Dias depois de sua morte, uma foto de uma adolescente portando um fuzil foi divulgada como sendo de Maria Eduarda e postagens que a vinculavam ao tráfico circularam nas redes sociais¹¹⁸. Fenômeno semelhante aconteceu ao adolescente de 14 anos, Marcos Vinícius da Silva, que foi baleado no dia 20 de junho de 2018, no Complexo da Maré e veio a óbito. Ele estava uniformizado a caminho da escola, quando um carro blindado da polícia entrou na sua rua e, segundo testemunhas, um policial disparou contra ele¹¹⁹. Alguns dias após o falecimento dele, surgiu uma postagem no *Facebook* de uma montagem de fotos que apontavam Marcos Vinicius como sendo o adolescente que portava uma arma em uma das fotos¹²⁰. Ambas as imagens de Maria Eduarda e Marcos Vinicius circularam na internet com postagens que legitimavam a morte deles, por estarem ligados a criminosos. As questões que

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/07/03/b167d1a2f87d7e1364b08e99d0e5147c148da194.pdf>

<https://oglobo.globo.com/rio/maioria-da-populacao-do-rio-teme-virar-alvo-de-violencia-policial-aponta-datafolha-24142659>

¹¹⁷Ver:<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pericia-aponta-que-um-dos-tiros-que-atingiu-maria-eduarda-partiu-de-pm.ghtml>

¹¹⁸ As imagens foram verificadas e comprovou-se que não se trata de Maria Eduarda:
<https://www.boatos.org/brasil/maria-eduarda-foto-fuzil-trafico.html>

¹¹⁹ Ver: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/testemunha-que-socorreu-adolescente-morto-na-mare-diz-que-tiro-partiu-da-policia.ghtml>

¹²⁰ As imagens foram verificadas e comprovou-se que Marcos Vinicius não é o menino que segura o fuzil em uma das imagens. Ver:<https://checamos.afp.com/marcus-vinicius-silva-o-jovem-baleado-no-complexo-da-mare-foi-fotografado-segurando-uma>

envolvem a divulgação dessas imagens – *Fake News*¹²¹ – fogem ao escopo de nossa tese, todavia o que particularmente tem relação com o objeto aqui debatido, é o quanto tais mortes passam a ser consideradas legítimas por determinados setores da população quando “é provado” que a vítima estava envolvida com o crime. É como se o “castigo” para a participação em crimes fosse a execução. Por esse motivo, não haveria erro por parte dos policiais nessas ações.

Compreendemos que a legitimação da morte de negros, supostamente envolvidos com atividades criminosas (ainda que sem confronto com as forças do Estado), tem íntima relação com o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, que estabeleceu ao longo da história um lugar específico para os negros – o lugar da subordinação ou o da criminalidade. Esse lugar se torna o centro de uma disputa de narrativas entre os familiares das vítimas de violência policial e o Estado (representado na figura do policial ou das instâncias do judiciário). Nessa disputa a morte seria concebida como legítima quando a vítima é um bandido e ilegítima quando se trata de um trabalhador/estudante.

O lugar favela também participa desse embate discursivo – não apenas porque as incursões policiais se dão nesse local, mas também porque é um local de residência de maioria negra. A próxima subseção apresenta um debate em torno das questões que envolvem a favela, especialmente no que tange à forma como os familiares engajados na Rede acionam esse lugar em suas **narrativas de engajamento**.

6.2 O lugar favela

Como se verá nas narrativas das mães, as favelas têm papel primordial não apenas na construção das identidades por elas reivindicadas, mas também na caracterização de seus filhos e das circunstâncias que rendem a morte deles. A maior parte dos familiares de vítimas da violência policial continua residindo no mesmo local onde seus filhos foram assassinados – essa permanência certamente tem ligação com questões financeiras – “*nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer*,

¹²¹ Para saber mais sobre a produção, divulgação e consequências das *Fake News*, ver artigos e trabalhos produzidos por Jean Wyllys: <https://www.opendemocracy.net/en/author/jean-wyllys/page/1/>

(.) *é por não ter condições. (.) é por não ter opção, (.) de sair de lá*” (Janaina, 2017). Conforme salienta Nascimento (1978), e já debatido na presente tese, a raça determina a posição social e econômica do indivíduo, de modo que o fato de a favela ser habitada pela população negra em sua maioria não é uma questão de escolha, é uma questão de falta de condições em função do subemprego, da precária ou inexistente formação educacional e da ausência de oportunidades. Apesar disso, compreendemos que a permanência na favela é ressignificada para além da questão financeira. Existe uma identificação com o local de moradia, que exerce um papel na construção identitária dessas mães e de seus filhos, assim como na luta por justiça. Sendo assim, é importante fazer aqui uma reflexão sobre o lugar favela e suas implicações sociais no que diz respeito ao objeto de investigação da presente tese.

As favelas na cidade do Rio de Janeiro, desde o seu surgimento no final do século XIX e início do século XX, foram consideradas pelo Estado como o lugar da pobreza e da ocupação ilegal/irregular do território urbano (Valladares, 2005); pelos jornais da época e moradores de outras áreas da cidade, como o lugar da sujeira, das doenças. Isso favoreceu a criação de uma imagem da favela enquanto um problema¹²², um local de carência de diversos serviços, da pobreza, da moradia do “vagabundo” que foge do trabalho, e por isso, um perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do morador dessas áreas um bode expiatório dos diversos problemas da cidade. Essa imagem afasta a favela da ideia de civilização e, conseqüentemente, o seu morador, que passa a ser concebido como o “outro”, distinto do morador de outros bairros, que é o civilizado.

Na década de 1980, com a expansão do tráfico de drogas, o discurso sobre a favela sofreu algumas mudanças e a representação da favela como o local da violência, o *habitat* natural das “classes perigosas” ganhou maior destaque. De modo que ser morador de uma favela se tornou a marca do perigo, a atribuição de uma identidade

¹²² De acordo com a socióloga Lícia Prado Valladares (2005), a identificação da favela como um problema foi apoiada pela política higienista aplicada no Rio de Janeiro entre os anos 1902 e 1906 – trata-se da reforma urbanística que ficou conhecida como Reforma Urbana Pereira Passos, que teve como intuito “modernizar” a cidade nos moldes europeus, com a ampliação de ruas e a construção de largas avenidas. Os cortiços localizados no Centro foram destruídos e seus moradores se deslocaram para os morros próximos ao Centro onde fixaram moradia – foi assim que a primeira favela surgiu no Morro da Providência.

social pautada pela pobreza e pela criminalidade. Isso transformou o favelado num indivíduo estigmatizado, ao qual foi atribuído uma condição de desviante, anormal e perigoso, tornando-o inabilitado para a plena aceitação social (Goffman, 2004 [1963]). Essas imagens foram e ainda continuam sendo realimentadas no imaginário social, seja pela mídia, seja pelo senso comum, que ao se referirem à favela, normalmente, enfatizam as atividades criminosas e a violência (Rinaldi, 2006). Sendo assim, em diversos períodos históricos a favela e seus moradores estiveram à margem da sociedade e das políticas públicas. “O favelado [sempre] foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente pela globalização” (Zaluar; Alvito, 2006, p. 15).

De acordo com o Censo realizado pelo IBGE em 2010, os negros compõem 65% dos moradores das favelas. É sabido que a cidade do Rio de Janeiro tem suas formas próprias de segregação da população pobre e preta e as favelas servem bem a esse propósito. A construção da dualidade *asfalto x favela* – que representa também uma ideia de *civilização x barbárie* – acentua essa segregação e expressa a superioridade de uma região da cidade sobre a outra (*Ibid*) e, portanto, de moradores brancos sobre negros. Essas questões tornam as condições de fala das mães da Rede criminalizadas e criminalizáveis (Araújo, 2007). Apesar de toda a representação negativa das favelas construída ao longo de mais de um século, associações de moradores, ONGs, coletivos independentes vêm se posicionando contra esse tipo de representação e criando novos discursos sobre a favela enquanto um lugar de moradia, de comunidade e de resistência. Nesse sentido, o termo favela, tal qual raça, também se encontra no centro de embates discursivos que disputam não apenas as construções de sentido sobre esse lugar, mas também as construções identitárias de seus moradores. Se observarmos os discursos sobre a favela, seja de seus moradores ou de outros segmentos, normalmente, encontraremos mais outros dois termos – “comunidade” e “morro”¹²³. Cada um dos três termos carrega significados que fazem referência a contextos socio-históricos, visões de mundo e estereótipos.

¹²³ Designar a favela enquanto “morro” (embora algumas sejam planas) faz contraposição ao “asfalto”, que compõe as zonas urbanizadas de classe média e alta. Essa classificação advém da noção de Cidade

O termo comunidade começou a ser usado com mais frequência a partir das políticas de urbanização das favelas advindas do programa Favela-Bairro inaugurado em 1995 na cidade do Rio de Janeiro, que tinha como intuito transformar a favela em bairro¹²⁴. Tratar a favela enquanto comunidade colaboraria para afastar os estigmas e integrar o local à cidade. Há de se considerar que, atualmente, o termo comunidade também pode ser utilizado para fazer referência às favelas que foram “pacificadas”, isto é, favelas onde as UPPs foram implementadas e, assim, passaram a ser chamadas de “comunidades pacificadas”. Em artigo sobre as formas de apropriação e classificação dos espaços pelos moradores da favela de Acari com relação aos programas implementados pelo Favela-Bairro, a pesquisadora Letícia de Luna Freire afirma que, visando amenizar o estigma, “a categoria ‘comunidade’ parece evocar, tanto para os representantes do poder público, quanto para os moradores diretamente atingidos pelo processo de estigmatização, uma alternativa simbólica viável” (2008, p. 109). Em seus dados há uma separação entre os espaços formais da cidade, traduzidos nos bairros urbanizados e os espaços informais, onde há o caos urbano definido pela favela. Dessa forma, na maioria das vezes, a categoria “comunidade” era acionada pelos moradores que ela entrevistou, quando queriam ressaltar os aspectos positivos de Acari. Em contrapartida, o termo “favela” era tipicamente usado para falar dos aspectos negativos, como a criminalidade e o abandono por parte do poder público – “favelado” também aparecia como adjetivo daqueles que não tinham educação. O termo “comunidade” ainda era evocado pelos moradores para fazer referência ao local de habitação e definir o grau de pertencimento das pessoas, distinguindo os que são dos que não são “da comunidade”.

Partida – oriunda do livro homônimo do jornalista Zuenir Ventura¹²³ (1994) – segundo a qual a estrutura socioeconômica do Rio de Janeiro seria dividida em duas linhas que separariam as classes sociais, bairros e grupos culturais, que dialogariam entre si de forma limitada¹²³. Essa divisão é posta no livro como a “cidade” (que seria o asfalto) e a “outra cidade” (o morro). É uma divisão que constrói o favelado como o “outro”.

¹²⁴ O Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP), popularmente conhecido como Favela-Bairro, foi criado durante a gestão de César Maia na prefeitura do Rio (1993-1997). O programa tinha como principal meta a integração da favela à cidade, com o estabelecimento de infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas localidades beneficiadas. Em 2010, com a gestão de Eduardo Paes, o programa foi transformado no Morar Carioca. Ver mais em: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm

Uma análise sobre as formas de apropriação dos termos “comunidade” e “favela” por parte de alguns agentes sociais (que também são moradores) que interagem com a favela “turística” de Santa Marta, no Rio de Janeiro, apontou considerações semelhantes às de Freire. A categoria “favela” era acionada pelos agentes sociais para fazer referência ao local do caos urbano, enquanto o termo “comunidade” era utilizado para ilustrar o local da sociabilidade conjugada à solidariedade. Essas escolhas lexicais partiam dos efeitos de sentido que os agentes desejavam ressaltar durante a visita dos turistas à favela (Pereira, Castro e Cheibub, 2019). Portanto, enquanto centro de embates discursivos, favela e comunidade não são categorias fixas. Seus significados e usos são operacionalizados dentre os moradores, de acordo com as dinâmicas sociais e contextos de interação nos quais estão envolvidos. E quando em interação entre os moradores e os “de fora”, os usos desses termos resultam de habilidosas negociações que sempre dependem dos elementos em jogo nas interações (Freire, 2008). Esses embates também englobam as diferenças de uso entre os termos “favelado”, “morador da comunidade” e “trabalhador”. Estes dois últimos são tipicamente acionados para fazer distinções com relação à figura dos “marginais” e “vagabundos”.

Para a geógrafa Cristiane Cardoso (2015), a favela representa um espaço de relacionamentos sociais e pessoais, onde laços de afetividade e de experiência mútua são construídos. A identificação com um lugar ou o senso de pertencimento a algum lugar específico é construído a partir da maneira como o indivíduo experiencia o lugar onde vive e desenvolve relações de afeto com ele (Gonçalves; Nascimento, 2011). Sendo assim, é possível que os moradores das favelas construam solidariedade e relações de afeto e pertencimento ao local de residência a partir de suas experiências coletivas com o negligenciamento por parte do Estado e da sociedade civil. Contra os discursos hegemônicos que concebem a favela como problema, alguns de seus moradores elaboram um contra-discurso que constrói a favela enquanto local de pertencimento – base de suas relações sociais e parte de suas construções identitárias. A linguagem do funk é um exemplo de ressignificação, pois por meio dele “a favela deixa de ser o espaço genérico da barbárie e se transforma em território com nome

próprio e no local da habitação e de hábitos cotidianos de inúmeros jovens favelados” (Lopes, 2009, p. 369).

Com essas considerações, entendemos que os usos dos diversos termos para fazer referência à favela carregam significados e construções identitárias. A questão racial, a pobreza, a criminalidade e a falta de acesso à educação são costuradas à construção do preconceito e do estigma que é atribuído à categoria “favelado”; ao passo que, “morador de comunidade”, “trabalhador/estudante” são categorias que buscam combater o preconceito e desconstruir esse estigma, produzindo uma nova identidade para este cidadão. Por outro lado, alguns moradores junto a movimentos sociais e culturais dentro das favelas têm reivindicado o termo “favelado” enquanto indivíduo que é morador, trabalhador e estudante, dotado de aspectos culturais singulares advindos do seu local de moradia. Local, este, marcado por décadas de resistência e sobrevivência ao abandono e à precariedade¹²⁵. Isso porque o termo “favelado” “vem ganhando uma conotação mais positiva, em virtude da reflexão da favela enquanto um espaço de memória coletiva e resistência, por parte dos próprios sujeitos que a residem” (Horta, Rodrigues, Vasconcelos, 2019, p. 4). Dessa forma, ser “favelado” tem deixado de ser algo negativo e se tornado uma forma de valorização cultural, um ato de resistência.

Sem perder de vista que o racismo acompanha as construções negativas e estigmatizantes sobre a favela e seus moradores, uma vez que a população negra é a maioria de seus residentes, compreendemos que os diversos tipos de mídia, os moradores das outras áreas da cidade e os moradores das favelas se engajam em embates discursivos que significam e ressignificam a favela. Tal ressignificação se faz presente na luta das mães de vítimas da violência policial, pois a favela/comunidade enquanto local de moradia, raiz de seus moradores é também o local onde seus filhos perderam a vida. Porém, a favela é o local onde elas encontram solidariedade e

¹²⁵ Atuações de coletivos de moradores como Papo Reto (do Complexo do Alemão e Penha), Fala AKARI e outros, bem como do Museu da Maré e iniciativas como o Curso de Segurança Pública e Epistemologia Favelada (fomentado por moradores e ativistas), são exemplos de grupos de moradores que ressignificam a favela e os favelados enquanto espaço e sujeitos dotados de cultura expressiva e que resistem ao racismo, ao preconceito, ao abandono e às políticas públicas que produzem segregação. Ver: <https://www.facebook.com/ColetivoPapoReto/> <https://www.facebook.com/QuilomboAcari/> <https://www.museudamare.org/>; <https://rioonwatch.org.br/?p=35084>

constroem a luta por justiça. O sociólogo Fábio Araújo (2007) entende que ainda que a favela seja um delimitador de fronteiras e hierarquias na cidade, a denúncia pública das mães de vítimas da violência policial representa enfrentar o preconceito e fazer um movimento de rompimento com a condição de falar de um lugar criminalizado. Por esse motivo, estudar o engajamento dessas mulheres em movimentos sociais envolve também observar que papel o local de moradia exerce na forma como narram suas histórias nos protestos, demandando justiça.

Tendo em vista o presente embate discursivo em torno do termo “favela” e “favelado”, faremos uso de todos os termos aqui debatidos, observando os efeitos de sentido reivindicados pelas próprias participantes da pesquisa. Privilegiaremos “favela” e “morador”, que parecem ser as categorias mais acionadas em nossos dados.

6.3 A violência contra os negros: faces de um racismo estrutural

É sabido que nas favelas existe um alto índice de violência, que é associada à presença de facções criminosas que estabelecem o comércio de entorpecentes na região. Nesse sentido, as incursões policiais ocorrem para coibir a ação desses grupos. Tais incursões são caracterizadas como uma “guerra às drogas”¹²⁶. No entanto, como é possível firmar uma guerra contra objetos, coisas? A chamada “guerra às drogas” se configura pois, numa guerra que tem como inimigos os produtores, comerciantes e usuários de substâncias proibidas. No entanto, na prática, ela atinge, sobretudo, os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, que são os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro. Atinge também aqueles que aos traficantes se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia, que são os civis, moradores das favelas (Karam, 2015).

Nessa “guerra” o Estado vem tentando afirmar a sua soberania frente aos traficantes por meio do poder bélico. A soberania, segundo o cientista político Achille

¹²⁶ No início dos anos 1970, a política de proibição a determinadas drogas tornadas ilícitas, intensificou a repressão a seus produtores, comerciantes e consumidores, em âmbito global após a introdução da chamada “guerra às drogas”, formalmente declarada pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon em 1971. Esta “guerra” logo se espalhou pelo mundo.

Mbembe (2018) se traduz no controle da mortalidade, isto é, no poder de decidir quem pode viver e quem pode morrer. Em seu estudo, o autor discute como “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar”, e como o poder “apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo” para justificar o extermínio de outrem. Sendo assim, ele apresenta uma preocupação “com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (2018, p. 127). Nesse sentido, a noção de Necropolítica tem levado à compreensão das várias maneiras pelas quais as armas de fogo estão dispostas com o objetivo de provocar a destruição de determinadas parcelas da população.

Se observarmos a “guerra às drogas” no Rio de Janeiro sob o prisma da Necropolítica, podemos compreender que o Estado, na tentativa de afirmar a sua soberania frente aos traficantes, acaba por afirmá-la na capacidade de definir quem importa e quem não importa, no poder de decidir quem pode viver e quem pode morrer. Quando operações policiais são deflagradas em meio ao horário escolar (por exemplo), com base em táticas de guerra, o Estado, enquanto instituição detentora do poder policial, chancela quem tem o direito à vida e quem não tem. Afinal, esse tipo de operação tem colaborado para o aumento do número de civis mortos nas comunidades. Sobre isso, Farias (2020) compreende que a análise do “auto de resistência” se configura como um caminho para a compreensão das engrenagens daquilo que ela chama de gestão do governo de mortes.

Para além da atuação do Estado na implementação dessas políticas de “combate” às drogas e da forma como a investigação desses fatos é conduzida, ainda temos a reação da população diante da morte de negros nesse “combate”. Nesse sentido, conforme mencionamos no item 6.1 do presente capítulo, a identidade do morto (era bandido?) e o seu local de residência (morava em favelas?) são fatores de peso, posto que há certa legitimação da ação brutal da polícia nas comunidades do Rio de Janeiro por parte da população em geral (principalmente, daqueles que não moram nas áreas atingidas pela violência policial). Uma legitimidade que corrobora com a máxima popular “bandido bom, é bandido morto”. Isso traz à tona a banalização do assassinato, expresso na desumanização daquele classificado como bandido, já que em se tratando

de uma guerra, a única maneira de sair vitorioso seria exterminando o inimigo, nesse caso o bandido (Karam, 2015).

No entanto, no meio dessa “guerra às drogas”, como identificar o criminoso? como distinguir o bandido daquele que “se parece” com um bandido? Qual o critério usado pelas forças policiais nesse combate ao crime? Esses questionamentos se fazem válidos para refletimos (em alguma medida), sobre o motivo de haver tantas vítimas de homicídios em decorrência de intervenção policial; especialmente, sobre o motivo de haver tantas vítimas que não tinham envolvimento algum com o tráfico, mas ainda assim foram acusados disso no Registro de Ocorrência.

A caracterização do criminoso, do bandido, traficante está baseada em uma lógica que, de forma sutil (às vezes explícita), é conduzida sob práticas racistas. Para a Polícia Militar, não há indivíduo suspeito, mas sim, atitudes suspeitas. Não há uma característica específica que indique *à priori*, que uma determinada pessoa é criminosa¹²⁷. “A suspeita é fundada na incerteza sobre determinada pessoa e na expectativa da ilegalidade sobre a mesma, associada a localidades de perigo e horários de pouca movimentação” (Terra, 2010, p.78). Para a socióloga Jacqueline Muniz (1999), o que levanta suspeitas sobre a atitude de um determinado indivíduo é o somatório de categorias como idade, gênero, cor, classe social, local da abordagem (geografia), vestimenta, comportamento e situação de policiamento. Mas a vigilância do espaço público dedica atenção especial às “classes de risco”, que incluem os pobres, os jovens negros, os excêntricos e as minorias sexuais. Sendo assim, em função das relações raciais construídas no Brasil, o que acontece na prática diária da Polícia Militar e da sociedade em geral, é a aproximação da figura do negro, pobre, morador de favela à caracterização do bandido (Batista, 1998; Terra, 2010).

¹²⁷ No entanto, os estudos da Criminologia, ciência surgida no século XIX, tentaram sistematizar e analisar o perfil biopsicossocial do criminoso, o fenômeno do crime na sociedade, a participação da vítima nos eventos e os mecanismos de controle social atenuantes sobre a criminalidade (Oliveira, 2007). Conforme já foi dito, no Brasil, as teorias criminológicas foram inauguradas por Nina Rodrigues e foram usadas para responder acerca da necessidade de controle sobre a população de negros libertos que buscavam refúgio nos centros urbanos. Ao longo dos anos, os estudos da Criminologia avançaram, consolidando uma espécie de micro-poder disciplinar sobre os considerados socialmente perigosos, invadindo materialmente a realidade dos indivíduos. A formulação da “identidade bandida” criada para designar aspectos de suspeição praticamente inatos foi aproximada das características do negro, em especial, daquele morador de áreas mais pobres (Terra, 2015).

Isso posto, é preciso reforçar que as relações raciais no Brasil sempre foram e, ainda são, violentas. O genocídio do povo negro ocorre desde a Diáspora (Nascimento, 1987). Trata-se de um “projeto político que coloca o negro sempre em cena, como vilão principal, mas nega o racismo como cenário” (Góes, 2014 p. 23). O elevado número de negros mortos pela Polícia Militar no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, tem sido interpretado pelos movimentos sociais como um genocídio da juventude negra. De acordo com os sociólogos Jacqueline Sinhoretto e Danilo de Souza Morais (2018), a violência policial contra negros, bem como o encarceramento em massa destes é resultado da desigualdade racial — traduzida em injustiça, morte violenta e degradação dos direitos humanos — e das políticas públicas de segurança e justiça que contribuem para a desigualdade.

Todavia, é preciso ressaltar que o problema está além de práticas discriminatórias isoladas de determinados agentes do Estado. O racismo institucional está enraizado no funcionamento de todo o sistema de justiça criminal, “que identifica —desde a formação da sociedade brasileira baseada na escravização de povos africanos— a população negra como alvo de necessário controle produzido mediante violência” (Sinhoretto e Morais, 2018, p.21). Desse modo a violência é, pois, resultado do racismo institucional e este dá segurança para a prática de atos racistas (Gonzalez, 1982). Trata-se de uma prática retroalimentar. É possível falar em racismo institucional porque esta prática transcende o âmbito da ação individual. Se as instituições são a materialização de uma estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos como uma regra e não uma exceção, há instituições racistas porque a sociedade é racista. (Almeida, 2019). Dessa forma, o racismo estrutural e institucional opera de modo a privilegiar os brancos e excluir os negros (Kilomba, [2008] 2019). O resultado direto disso expressa-se no número de homicídios decorrente de intervenção policial e no desfecho que a investigação dessas mortes tem: o arquivamento.

De acordo com o que debatemos ao longo no capítulo anterior, o conceito de raça no Brasil opera de acordo com um campo de batalha semântico, no qual os diversos segmentos da sociedade disputam constantemente os significados para o conceito, uma vez que “por trás da categoria raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão,

de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (Almeida, 2019, p. 20). Podemos identificar diversos embates discursivos que tem como centro essa disputa. Para efeitos de nosso estudo, os embates mais significativos são aqueles que apontam para a questão da caracterização da vítima de violência policial. Sobre isso, as diversas versões dos eventos que compõem a morte da maioria dos jovens negros moradores de favelas entram em conflito na esfera judiciária. A versão da polícia que, tipicamente, aponta para a caracterização da vítima como um criminoso que estaria envolvido em um tiroteio com as forças de segurança se choca com a versão dos familiares da vítima e demais moradores das favelas que, normalmente, aponta para a idoneidade da vítima e para a inexistência de tiroteio.

Outro importante embate se dá na forma como a questão do combate ao crime organizado é construída pelos discursos oficiais oriundos das políticas de segurança pública e como esta questão é percebida pelos moradores das favelas. A partir da análise da narrativa das mães engajadas na Rede, identificaremos o papel desses embates discursivos na forma como elas constroem suas histórias e a luta por justiça. Uma análise desse tipo permite o entendimento da relação que se estabelece a nível micro e macrossociológico nas narrativas – de modo que os discursos das mães enunciados na esfera micro disputam o significado do conceito de raça na esfera macro.

6.4 A materialização do racismo nas narrativas dos familiares engajados na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência

Já dissemos que o ponto mais geral de todas as narrativas de familiares da Rede que foram analisadas na presente tese é construir a inocência do filho morto. Nesse processo, os familiares de vítimas da violência policial organizam suas **narrativas de engajamento** seguindo uma espécie de estrutura organizadora apresentada no capítulo 4 – cf.4.5 (**apresentação inicial, contextualização política, história particular e coda avaliativa**). É por meio dessa organização que os participantes lançam mão de duas destacadas estratégias discursivas sobre as quais nos debruçaremos ao longo da tese: a racionalização dos eventos de ordem macrossocial e microssocial que circundam a morte de seus filhos e um movimento espiral de pessoalização e coletivização da

experiência com a violência policial. Ambas as estratégias se desdobram em mais movimentos discursivos que indiciam a maneira como esses familiares transformam a dor do luto em ação política através de suas narrativas e participação em movimentos sociais. Analisando os mesmos fragmentos narrativos apresentados na seção 4.5, observaremos aqui de que maneira o contexto histórico e, mais especificamente, a questão racial participa dessas estratégias discursivas.

Ana Paula – mãe de Johnatha¹²⁸

Já dissemos que o ponto da narrativa não-canônica de Ana Paula, o motivo pelo qual ela conta a sua história da maneira como conta, pode ser dividido em dois: a defesa da inocência de Johnatha; e as denúncias ao racismo estrutural e à atuação necropolítica do Estado no “combate às drogas”. Nesse processo, o elemento que toma a maior parte de sua história é a **contextualização política**, por meio da qual ela descreve o racismo e a violência policial nas favelas do Rio de Janeiro, enfatizando o contexto mais macro que envolve a morte dos filhos das mães engajadas na Rede.

Excerto 1

04 **Ana Paula** Para alguns de vocês aqui, pode parecer que vocês
 05 estão ouvindo a mesma história a todo momento,
 06 mas é isso que acontece, nossos filhos foram
 07 assassinados, por causa desse sistema RACISTA.
 08 Que diz que moradores de favelas (1s) jovens
 09 (1s) negros (1s) pobres, moradores de
 10 periferias, TEM que ser ASSASSINADOS. Não vem
 11 com esse discurso de que “ah o combate às
 12 drogas”, na verdade não é isso. Nós, que moramos
 13 em favelas, que perdemos nossos filhos
 14 INJUSTAMENTE sabemos que o que há é o combate
 15 aos pobres. Estão tirando os nossos filhos, e
 16 ninguém SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO, ele foi
 17 assassinado aos dezenove anos de idade com um
 18 tiro nas costas, totalmente indefeso.

Nesse excerto narrativo, Ana Paula faz uma contextualização que, em lugar de simplesmente remeter aos eventos que compõem o cenário de sua história particular, aponta para elementos que constroem uma rede de causalidades que levaram à morte

¹²⁸ Apenas neste capítulo optamos por separar (destacadamente) as análises de cada participante em função do tamanho dos excertos. Nos demais capítulos, a seção de análise conta com um bloco único.

de Johnatha: a violência policial e o extermínio de negros nas favelas como consequências de um “sistema racista”. Nesse mesmo movimento retórico, as orientações da narradora deslegitimam a causa “oficial” da morte de Johnatha segundo o Registro de Ocorrência da polícia – de que ele estaria trocando tiros com a polícia. A relação de causalidade construída aqui é central para a formulação do ponto da narrativa: mais que narrar a morte de seu filho, Ana Paula apresenta uma história de denúncia contra um sistema político que vem produzindo mortes.

Essa forma de estruturação, que alonga a orientação e produz nela, não a apresentação de elementos como tempo e espaço, mas elementos contextuais de ordem mais macrossocial que explicam o que aconteceu, é outro recurso discursivo recorrente nas narrativas das mães das Rede que gostaríamos de destacar. A relação que Ana Paula estabelece entre o “combate às drogas” e o “assassinato de jovens negros” funciona como o que Thompson (1995) chamou de estratégia de racionalização, um mecanismo de construção simbólica em que relações de poder são representadas a partir de uma cadeia de orações logicamente organizadas. Aqui, por exemplo, os eventos que rendem a morte de Johnatha são apresentados como consequências do racismo estrutural. De modo semelhante, nas palavras de Linde (1993), esta é uma forma de construir coerência narrativa. Para a autora, as relações sequenciais e de causa e efeito costuradas nas histórias de vida estão vinculadas não a uma ordem natural entre os eventos da vida, em si mesmo opacos e sem sentido, mas a sistemas culturais/simbólicos de inteligibilidade, também conhecidos como “sistemas de coerência”, que dão sentido social ao que aconteceu.

Por vezes, esses sistemas de coerência são explicações de senso comum para eventos cotidianos, por vezes são versões populares de teorias especializadas. Quando Ana Paula atribui a morte de seu filho ao “sistema racista” e à política de “guerra às drogas” derivada dele, ela coloca em suspensão o discurso naturalizado sobre as mortes em favelas e aciona uma versão alternativa semi-especializada: o episódio micro de um assassinato em uma favela passa a ser compreendido como parte de um contexto macro fundamentado no racismo estrutural, e, mais especificamente, a política anti-drogas baseada no extermínio praticado pelo Estado passa a ser compreendida nos termos da Necropolítica de Mbembe (2018).

Portanto, esse movimento de racionalização dos motivos pelos quais Johnatha foi morto se traduz numa estratégia discursiva que aciona o contexto macrossocial e, de certa forma, coletiviza a experiência com a violência policial na medida em que a concebe como parte de uma lógica de atuação do sistema, de modo que poderia atingir a qualquer negro morador de uma favela. Por outro lado, na sequência de sua narrativa, Ana Paula realiza outro movimento discursivo que constrói essa mesma violência e o racismo que a acompanha de forma pessoalizada. Por meio de uma extensa **coda avaliativa** ela faz denúncias ao sistema judiciário brasileiro que também funcionam como um complemento da indignação que a levou ao engajamento na luta por justiça:

Excerto 2

19 **Ana Paula** e é por isso que eu tô aqui hoje. junto com
 20 essas mães, com esses pais, com esses
 21 familiares. sabe por quê? o policial que
 22 assassinou o meu filho, X, o nome dele. foi o
 23 policial que desgraçou a minha vida, MAS SE
 24 HOUVESSE JUSTIÇA de repente hoje o meu filho
 25 estaria vivo. porque esse mesmo POLICIAL, já
 26 havia sido preso um ano antes, ELE RESPONDE A
 27 PROCESSO POR TRIPLO HOMICÍDIO E POR TENTATIVA
 28 DE HOMICÍDIO E NINGUÉM FEZ NADA, A JUSTIÇA NÃO
 29 ACONTECEU.

Nesse ponto da narrativa, Ana Paula constrói ligações entre a morte de seu filho e a ausência de punição para o policial já envolvido em outros crimes antes da morte de Johnatha. Ela nomeia o agente responsável pelo tiro que matou seu filho e lança mão de uma narrativa hipotética (linhas 23 a 28), que atribui uma relação de causalidade: seu filho morreu porque o policial não foi preso pelos crimes aos quais respondia no passado. Conforme apresentamos ao longo do presente capítulo, e debatido por autores como Misse (2011) e Farias (2020), a forma como as investigações relativas aos “autos de resistência” são conduzidas geram consequências como a morosidade na apuração dos casos e a sensação de impunidade. Muitos dos policiais investigados são mantidos nas atividades de patrulhamento, alguns são transferidos para serviços internos – mas geralmente, permanecem trabalhando.

Encerrando sua narrativa, Ana Paula detalha como é o processo de luta por justiça na esfera do Judiciário, apontando como o racismo estrutural faz parte do Governo de Mortes (Farias, 2020):

Excerto 3

62 **Ana Paula** É muito triste quando esses casos têm uma
 63 investigação (0,3) tem investigação porque nós
 64 colocamos a cara e corremos atrás(.)e aí, não
 65 satisfeitos, no tribunal de JUSTIÇA a gente vê
 66 o mesmo racismo ACONTECENDO, PORQUE O POLICIAL
 67 ASSASSINO FICA LÁ FAZENDO CARA DE VÍTIMA, (.)
 68 mas nós na verdade é que fomos CONDENADOS A
 69 VIVER O RESTO DAS NOSSAS VIDAS SEM OS NOSSOS
 70 FILHOS (.) E É POR ISSO QUE A JUSTIÇA FICA
 71 PERGUNTANDO quem era o seu filho? SEU FILHO
 72 TINHA ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO? E QUEM É A
 73 VÍTIMA É A GENTE (.) E QUEM ESTÁ SENDO JULGADO
 74 ALI NÃO SÃO AS VÍTIMAS, NÃO SÃO, NÃO SÃO OS
 75 ASSASSINOS, E SIM AS VÍTIMAS, (.) ISSO TEM QUE
 76 MUDAR

Ela começa por uma orientação “É muito triste quando esses casos têm uma investigação” e emenda em uma avaliação encaixada, que destaca a importância dos próprios familiares e da Rede para a realização da investigação dos casos “tem investigação porque nós colocamos a cara e corremos atrás” para introduzir o seu ponto: como o racismo opera na forma como os casos de “auto de resistência” são conduzidos nas esferas do judiciário. Nesse ponto ela também constrói uma relação de causalidade – o processo “só anda na justiça”, isto é, as diligências necessárias só acontecem porque os familiares pressionam o poder público, “colocando a cara e correndo atrás”.

Mais uma vez, ela lança mão de uma narrativa hipotética nas linhas 65 a 67, 70 a 72 que faz referência à sua recente experiência em uma das audiências de julgamento do caso de seu filho, quando foi perguntada, por diversas vezes, se Johnatha tinha envolvimento com o comércio de drogas – esse tipo de pergunta é recorrente nas audiências dos familiares participantes da Rede. Dessa forma, ela constrói um paralelo entre aquilo que se espera do judiciário no que diz respeito ao tratamento das **vítimas** e dos **condenados**:

- 1) enquanto o “policial assassino” se comporta como vítima, os familiares das vítimas são os verdadeiros “condenados”, pois terão que viver o resto das vidas sem seus filhos;

2) as **vítimas** são **julgadas** em lugar dos **assassinos**.

Esse paralelo reforça a sua denúncia sobre a prática de racismo e do preconceito na forma como os processos de inquéritos de homicídio decorrente de violência policial são conduzidos, pois operam de forma a “julgar” e a “condenar” as vítimas em lugar de julgar os policiais responsáveis pelo homicídio. Isso tem relação com o peso que a caracterização moral da vítima tem nesses processos, tal qual afirma Misse (2011).

A partir dessa análise, podemos observar essa outra estratégia discursiva de Ana Paula – de transição entre uma pessoalização e uma coletivização de sua experiência na luta por justiça: ao mesmo tempo que ela narra efetivamente a sua experiência individual, como se deu a morte de seu filho, fazendo referências à sua experiência com o julgamento do policial acusado de matar Johnatha (excerto 2 e excerto 3); ela produz avaliações que funcionam como denúncias às práticas racistas que fazem parte da condução dos casos de “auto de resistência” no sistema judiciário.

Os dois movimentos discursivos (de racionalização dos eventos e transição entre a pessoalização e a coletivização da experiência) produzem efeitos de sentido extremamente relevante no contexto dos movimentos sociais. Quando Ana Paula reivindica que “existe um sistema racista que diz que determinados jovens têm que ser assassinados”, ela traz esse debate para o centro de seu discurso, acompanhado pelo reconhecimento do quanto essas histórias se repetem, não por coincidência, mas porque trata-se da atuação de um sistema.

Janaina – mãe de Jhonata Dalber

No capítulo 4 (cf. 4.5.2) observamos que, diferente de Ana Paula, Janaina, mãe de Jhonata Dalber, tributa maior espaço à construção de sua história particular. Ainda assim, a **contextualização** que dá conta dos eventos que rendem a morte de seu filho é construída por meio de movimentos discursivos similares aos de Ana Paula, que fazem referência ao cenário macro no qual se insere as mortes de negros nas favelas. Janaina observa, mais especificamente, o contexto do preconceito enfrentado pelos moradores das favelas. Em sua narrativa ela faz avaliações que refutam os estigmas atribuídos a esses moradores:

Excerto 4

01 **Janaina** meu nome é Janaina Matos Alves, sou mãe do Jhonata
 02 Dalber. Ele foi assassinado no dia trinta de junho
 03 de dois mil e dezesseis na comunidade do Borel
 04 (.)ele foi até a comunidade,(.) para fazer um
 05 favor pra mim,(.) pegar um pacote com um saquinho
 06 de pipoca (4s).E lá, ele foi alvejado com um tiro
 07 na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s)
 08 ((choro)). E hoje eu tô aqui com essas mães, em
 09 busca de justiça (4s) e enquanto eu tiver vida,
 10 eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver
 11 força pra isso eu vou lutar (.), porque nem todo
 12 mundo que mora em comunidade é marginal,(.) nem
 13 todo mundo que mora em comunidade mora porque
 14 quer, (.) é por não ter condições. (.) É por não
 15 ter opção, (.) de sair de lá. (2s) E meu filho não
 16 morava lá, e mesmo assim meu filho foi
 17 assassinado(2s). Eles destruíram a minha família,
 18 (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra
 19 pedir justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos.

Apesar de não fazer referências claras à questão da raça em sua narrativa, todas as caracterizações das quais Janaina lança mão para elaborar uma defesa dos moradores das comunidades se aplicam, majoritariamente, aos negros – maior parcela dos moradores das favelas do Rio de Janeiro. Por esse motivo, compreendemos que as questões de classe e de raça se interseccionam na luta dessa mãe.

É interessante notar que Janaina não usa o termo favela, e sim, comunidade. Conforme debatemos no presente capítulo, Freire (2008) entende que tanto o uso da categoria “favela” quanto o da “comunidade” apontam para os efeitos de sentido que os moradores querem evocar. Dito isso, a performance narrativa dessa mãe conta com uma construção ritmada com pausas e repetições que intensificam o seu ponto – a defesa dos moradores das comunidades – com base na desconstrução de uma imagem estigmatizante:

- **nem todo mundo que mora em comunidade é marginal (.)**
- **nem todo mundo que mora em comunidade mora porque quer (.)**
- **é por não ter condições (.)**
- **é por não ter opção, (.) de sair de lá**

Ao mesmo tempo em que Janaina está na luta por justiça em nome de seu filho, ela também está luta contra o estigma. A repetição “**nem todo mundo que mora em**

comunidade” acentua o ponto dessas orações narrativas – desconstruir discursos cristalizados acerca desses indivíduos. E a repetição “**é por não ter**” reforça a realidade enfrentada por esses moradores e elabora a desconstrução da imagem estigmatizante com uma relação de causa e efeito, que repousa sobre os motivos pelos quais indivíduos moram em uma de favela.

No entanto, essa defesa de Janaina se dá por meio de um movimento de negação. Ao fazer uso de sentenças negativas, ela reserva espaço para a confirmação do discurso que circula pelo senso comum – de que moradores de favelas são ligados ao tráfico ou apoiadores deste; ou de que moram lá por opção, para “desfrutar” de um tipo de moradia de baixo custo. Sobre a condição do morador de favelas, Nascimento (1978) entende que a raça determina a posição social e econômica na sociedade. De modo que a favela é, em sua maioria, a residência de negros em função do racismo estrutural – os negros vivem nesse local porque estão em subempregos, isso os impede de adquirir uma moradia melhor.

É interessante observar nesse excerto que há um conflito de adesão e afastamento. Janaina constrói uma aproximação com as comunidades nas linhas 11 a 14, desconstruindo estigmas, no entanto, nas linhas 14 a 17, após uma pausa, ela lança mão de uma avaliação encaixada que torna relevante um importante dado, que constrói certo afastamento da comunidade do Borel, mas não da luta por justiça: “(2s) e meu filho não morava lá, e mesmo assim meu filho foi assassinado”. Ela não imputa culpa à comunidade, ao contrário, como se viu, ela faz a defesa dela. Parece, portanto, haver certa lacuna na elaboração de uma racionalização que atribua coerência para os eventos que levaram à morte de Jhonata Dalber, pois ao mesmo tempo em que ela transita entre o contexto micro de assassinato de seu filho e o posiciona no contexto macro de preconceito, ela constrói certo afastamento da comunidade. Por outro lado, o uso de “mesmo assim” também comporta uma ideia de que não é preciso morar em uma comunidade para ser um possível alvo da violência policial. Levando em consideração o racismo enraizado na sociedade brasileira, é possível inferir a seguinte síntese na racionalização: basta apenas ser negro para ser esse possível alvo, uma vez que os negros são o grupo mais vulnerável a sofrer violências na sociedade brasileira.

Finalizando sua narrativa com uma **coda avaliativa**, Janaina enfatiza o sofrimento causado pelos policiais ao retirarem a vida de Jhonata nas linhas 16 e 17 “Eles destruíram a minha família, (2s) destruíram a minha vida”. Em nossa visão, essa ênfase funciona como um recurso que pessoaliza a experiência de Janaina com a violência policial, que teve como consequências a destruição da sua configuração familiar.

Diante da forma como o contexto macrossocial é acionado na narrativa de Janaina, sublinhamos que a elaboração dos eventos que levaram à morte de seu filho é acompanhada pela forma como ela enquadra a sua experiência no contexto macro. Notamos, que diferente de Ana Paula, Janaina não lança mão de um sistema de coerência específico que atribua explicações para a morte de seu filho. Ela faz uma construção geral e circular, que ao mesmo tempo que faz uma defesa dos moradores de favelas e denuncia o preconceito enfrentado por eles, constrói certo afastamento desse lugar, pontuando que seu filho não morava lá e, “mesmo assim” ele foi assassinado.

Destacamos ainda, a construção pessoalizada da experiência de Janaina com a violência policial. Enquanto Ana Paula transita entre a compreensão dessa violência em sua dimensão coletivizada (como parte do racismo e do “combate às drogas”) e pessoalizada (nomeando o policial *X* que desgraçou a sua vida); Janaina enfatiza essa violência sob a ótica do seu sofrimento pessoal, como “eles destruíram a sua vida e a sua família”.

Fatinha – mãe de Hugo Leonardo

A narrativa de Fatinha, mãe de Hugo Leonardo, conta com uma contextualização dos eventos acerca da morte de seu filho que comporta tanto o contexto mais micro, isto é, os eventos mais específicos que antecederam a morte de Hugo, quanto o contexto social mais amplo, que trata do racismo e das políticas de segurança pública que visam o “combate às drogas” nas favelas. A maneira como essa mãe aciona ambos os contextos em sua narrativa compõem as duas estratégias discursivas em debate na presente tese.

Excerto 5

01 **Fatinha** Bom, eu sou mãe de Hugo Leonardo (.) na época (.)
 02 que ele foi assassinado no dia dezessete de abril
 03 de 2012, ele tava desempregado (.) era negro (.)
 04 favelado (.) uma passagem (.) em Bangú, né porque
 05 ((inaudível)) quando a upp entrou no final, no
 06 final de (.) dois mil e onze né (.) começaram a
 07 implicância com ele (.) nascido e criado lá né ele
 08 tinha o direito dele de ir e vir (.) então começou
 09 uma implicância porque sabia, já tinha visto os
 10 documentos que ele tinha uma passagem

Fatinha abre sua narrativa marcando quem seu filho era:

- **ele tava desempregado (.)**
- **era negro (.)**
- **favelado (.)**
- **(tinha) uma passagem (.)**

Tal elaboração funciona como uma estratégia de intensificação da ação narrada (Labov, 1972). Fazendo uso de pausas ela marca características de Hugo que, conforme já dissemos, configuram-se em estigmas. Com isso, ela torna relevante uma imagem dele que se coaduna com a forma como a mídia e diversos outros setores da sociedade representaram a favela ao longo dos anos – como um problema, um local de desocupados, de “foras da lei” (Zaluar, Alvito, 2006). São os mesmos elementos presentes no discurso que criminaliza os moradores das favelas e chancela a morte de negros nesses locais. Compreendemos essa marcação dos estigmas como uma destacada estratégia de Fatinha em seu processo de transformação do luto em luta – que fica mais explícita ao final de sua narrativa.

Ao elaborar uma contextualização micro, que chamamos no capítulo 4 de **contextualização a nível local** - cf. 4.5.3 (nas linhas 6 a 10), Fatinha relaciona a instalação da UPP na Rocinha à implicância/perseguição que Hugo sofreu com a chegada desses policiais. Nesse ponto, ela faz uma avaliação que destaca a favela enquanto local de pertencimento dele: “nascido e criado lá né” e, portanto, como o local a que ele “tinha o direito dele de ir e vir”. Essa identificação com o espaço-favela destaca a representação desse lugar, não como um problema, mas

sim como espaço de relacionamentos sociais e pessoais, onde laços de afetividade e de experiência mútua são construídos (Cardoso, 2015).

Se é narrando que construímos sentido sobre a vida e coerência sobre os eventos (Bastos, 2005; Linde, 1993), a sequência de ações narrativas de Fatinha nessa contextualização atribuem uma racionalização (Thompson, 1995) à morte de Hugo, conectando-a ao preconceito por ele ser negro e já ter passado pelo sistema prisional. Ela também racionaliza a implicância que os policiais desenvolveram, relacionando-a também a essa passagem de Hugo por Bangu. Partindo da compreensão dessas relações sequenciais e de causa e efeito costuradas nas histórias de vida como vinculadas aos “sistemas de coerência” (Linde, 1993), identificamos que Fatinha parece operar com o sistema de coerência dos discursos que circulam no senso comum que condenam socialmente aqueles que já passaram pelo sistema prisional.

Seguindo seu discurso, Fatinha dá mais detalhes dessa **contextualização a nível local** e explica como os policiais passaram a perseguir Hugo e a ameaçá-lo.

Excerto 6

11 **Fatinha** Aí começou a bagunçar a vida do meu filho, de ir
 12 na casa dele (.) cortar ele de faca (.) queimar
 13 de cigarro (.) chutar (.) deixar a cara dele
 14 inchada (0,7) ((chorando)) aí quando encontrava
 15 ele na rua era a mesma coisa, pisar era essa
 16 tortura (.) tanto na rua, quanto na casa dele, (.)
 17 até que um dia, (.) um policial virou pra ele e
 18 falou que já tava com NOJO de ver a cara dele todo
 19 santo dia (0,2) e ele falou 'por que? (.) se eu
 20 tô na minha comunidade? foi aonde eu nasci (.)
 21 então você vai ter que me ver todo dia, porque eu
 22 não vou parar porque se eu não tô na rua, vocês
 23 VÃO me procurar dentro da minha casa pra me bater'
 24 (.) 'eu vou (.) te (.) matar' (.) 'porque? você
 25 vai me matar, eu não faço nada com você?' na semana
 26 seguinte (0,3) eu escutei dois tiros perto da
 27 minha casa, (0,5) JAMAIS eu iria imaginar que era
 28 nele (.)

Nas linhas 12 a 16 Fatinha detalha a perseguição sofrida por Hugo e a avalia como uma tortura, que ultrapassava os limites da via pública e adentrava a casa de seu filho. Até que um dia a ameaça tomou forma discursiva. Ela reconstrói um possível diálogo entre o policial e Hugo (linhas 17 a 25), no qual o agente diz que “tava com

NOJO de ver a cara dele todo santo dia” e o ameaça de morte, ao passo que Hugo usa a comunidade como respaldo “tô na minha comunidade” e afirma que não fazia nada com o policial. Em nossa visão, esse diálogo exerce três funções na narrativa: *i)* reforça a construção da inocência de Hugo. A avaliação “JAMAIS eu iria imaginar que era nele” colabora com esse ponto, podemos inferir isso na racionalização: Hugo não seria um alvo da polícia, alguém a quem a polícia precisaria investigar ou perseguir porque não ele “fazia nada com os policiais”, tampouco era envolvido com o comércio de drogas; *ii)* indica uma pessoalização da violência policial. Hugo é construído como um alvo específico, escolhido por um determinado policial em função de sua condição de desviante ou de um simples “nojo” deste policial; *iii)* reforça o discurso sobre o direito que os moradores das favelas têm sobre seu território, local de nascimento e de pertença, a qual se têm o direito de ir e vir, o direito de estar em casa ou de estar na rua.

Observaremos agora a **contextualização a nível macro**, elaborada por Fatinha no encerramento de seu discurso.

Excerto 7

51 **Fatinha** porque em Ipanema, Copacabana os brancos fazem
 52 PLANTAÇÃO de maconha dentro de belíssimos
 53 apartamentos, e NÃO ACONTECE NADA, o Hugo era
 54 usuário de dentro da favela, só porque é USUÁRIO,
 55 é um traficante? por que é preto? (.) lá na porta
 56 da universidade X QUARTA, QUINTA, fica lotado de
 57 filhinho de papai fumando maconha, usando droga,
 58 bebendo e DOIS CARROS de polícia fazem segurança
 59 (.) por quê? porque são brancos (0,3) você não vê
 60 um negro ali no meio deles, mas dentro da favela
 61 é assim (.) a upp entra pra matar

Ela lança mão de uma espécie de narrativa hipotética elaborada com várias avaliações para comparar as diferentes formas de atuação da polícia no que tange ao “combate às drogas”. Nesse ponto de sua narrativa ela apresenta um outro estigma atribuído a Hugo – ser usuário de maconha – e traz à tona as diferentes formas que a polícia trata determinados indivíduos que praticam atos ilícitos ou criminosos, a depender de quem é esse indivíduo (branco) e onde tal desvio foi praticado (na universidade frequentada pela classe média/alta). Mas dessa vez, a polícia não é

construída de forma pessoalizada, é uma construção que parte do caso particular de Hugo (linhas 51 a 55) e se estende para todos os moradores das favelas (linhas 60 e 61). Fatinha destaca, então, dois cenários e as diferentes atuações da polícia neles:

- **Ipanema e Copacabana** e belíssimos apartamentos entram em contraste com a **favela**;
- **brancos** em contraste com **Hugo** e **pretos**;
- **plantação de maconha** em contraste com **traficantes**;
- **usuário** em contraste com **filhinho de papai fumando maconha, usando drogas e bebendo**.
- **na porta da universidade X dois carros de polícia fazem a segurança** em contraste com **na favela a UPP entra pra matar**.

Essas escolhas lexicais fazem alusão à maneira como esses diferentes indivíduos são, tipicamente, retratados na sociedade em geral e à forma como se dá a atuação da polícia para ambos. Com isso, ela exemplifica como a questão do comércio varejista de drogas é racializada.

O antropólogo Howard Becker (2009) entende que desviante é aquele a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso – é aquele a quem as pessoas rotulam como tal. Ele afirma que um ato será considerado desviante ou não, dependendo da reação a ele; de quem o comete; e de quem se sente prejudicado por ele. Quando Fatinha compara a ausência de punição para a plantação de maconha dentro de belíssimos apartamentos ou para os “filhinho de papai” (linhas 57) com a forma como Hugo foi tratado por ser **usuário e preto**, e a forma como moradores de favela são tratados “a *upp entra pra matar*” (linhas 61), ela acentua a percepção de que a condição de desviante é relacional e interacional (Becker, 2009). Ela também acentua a percepção de quais são as vidas que importam e, por isso, passíveis de luto (Butler, 2016b). Os estigmas: **preto – morador de favela – usuário de droga** excluíram Hugo de qualquer tratamento digno por parte dos policiais.

É ao final de seu discurso que a estratégia utilizada por Fatinha fica mais explícita. Em um primeiro momento ela traz os estigmas atribuídos ao seu filho e num segundo momento, ela os ressignifica, denunciando a disparidade de tratamento dado pela polícia às mesmas questões, quando envolviam diferentes indivíduos (de outra cor

e classe social). Em nosso entendimento, essa ressignificação também funciona como denúncias à maneira seletiva da qual o Estado nas ações de “combate às drogas” (Araújo, 2020).

Sintetizando, por meio de um movimento espiral com uma contextualização que vai dos eventos da esfera microssocial aos entendimentos da esfera macrossocial, Fatinha elabora a sua narrativa atribuindo coerência às circunstâncias que causaram a morte de Hugo, racionalizando-as por meio de uma relação de causalidade que comporta duas dimensões: *i*) uma de ordem micro, elaborada com uma espécie de pessoalização da experiência com a violência policial – Hugo foi morto devido à implicância de um policial, que passou a persegui-lo por ele ser negro e já ter passado pelo sistema prisional; *ii*) outra de ordem macro, que trata a morte de Hugo como parte da lógica de atuação das forças policiais que respondem a um Estado que pode ser caracterizado como Necropolítico, no qual policiais “entram na favela para matar”.

Fátima Pinho – mãe de Paulo Roberto

Para além das similaridades em termos da estrutura das **narrativas de engajamento**, a luta de Fatinha e Fátima Pinho se assemelha por conta da história de seus filhos – ambos passaram pelo sistema prisional, no caso de Paulo Roberto, pelo sistema socioeducativo. É interessante, ainda, observar outra semelhança entre essas duas mães: a maneira como contextualizam e racionalizam os eventos que circundam a morte de seus filhos.

Já dissemos que a performance narrativa de Fátima Pinho conta com um movimento circular que comporta o contexto macrossocial, o micro e retorna para o macro. Na abertura de sua história, ela traz uma contextualização que descreve a atuação do Estado nas favelas como Necropolítica:

Excerto 8

01 **Fátima Pinho** Sou Fátima Pinho, sou mãe de Manguinhos, onde
 02 constituí minha família. Infelizmente, o
 03 Estado assassino por causa de pacificação
 04 entrou em Manguinhos para destruir vidas.
 05 Foram vidas que eles destruíram. Acabou com
 06 as nossas vidas. Acabou com a vida dos nossos
 07 filhos. Infelizmente eu tô sem o Paulo
 08 Roberto. O Paulo Roberto tinha passagem no

09 DEGASE ((inaudível)) leve, mas isso não era
10 motivo para eles tirarem a vida do meu filho.

Ela atribui ao Estado a responsabilização pela destruição das vidas e pela morte de Paulo Roberto. Nesse excerto narrativo, identificamos dois movimentos discursivos realizados por Fátima: ao construir a morte de Paulo Roberto com base em uma relação de causa e consequência do contexto de atuação do Estado na condução da pacificação das favelas, ela racionaliza o contexto macro que permeia a morte de seu filho – “Infelizmente, o Estado assassino por causa de pacificação entrou em Manguinhos”; “Infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto” (linhas 2 e 3; 7 e 8); esse movimento é acompanhado pela transição entre o contexto macro e a sua experiência pessoal de perda de um filho. Essa habilidade reforça a denúncia das mães diante das instituições responsáveis pela possibilidade de mudança e traz maior visibilidade para casos como os dos participantes da Rede, pois Fátima apresenta exemplos concretos dos resultados desse tipo de atuação do Estado nas favelas.

Na sequência, ela fala sobre a passagem de Paulo Roberto no DEGASE e faz uma avaliação “mas isso não era motivo para eles tirarem a vida do meu filho”. Esta avaliação pode ser compreendida em duas esferas: *i*) como uma defesa à vida em contraste com o discurso do senso comum, já mencionado em nossa tese, de que “bandido bom é bandido morto”; *ii*) como uma tentativa para encontrar uma causa pessoal e específica para a morte de Paulo Roberto, para além do discurso macro de violência do Estado.

Depois disso, Fátima lança mão de ações complicadoras que tratam de sua história particular, isto é, dos eventos mais imediatos que circundam a morte de seu filho:

Excerto 9

09 **Fátima Pinho** Meu filho não foi levado, meu filho não levou
10 tiro, meu filho não tava trocando TIRO, meu
11 filho não tava correndo de polícia, meu filho
12 não tava vendendo droga, meu filho não tava
13 fazendo nada, não tava roubando, não tava
14 nada. Simplesmente tava na favela, passou
15 pelo beco pra ir dormir e sofreu uma abordagem
16 violenta porque ele tinha questionado a
17

Fátima finaliza a sua narrativa retomando a questão macro que ela apresenta no início de sua narrativa, a questão da presença dos policiais nas favelas e as consequências disso.

Excerto 10

26 **Fátima Pinho** Eles que foram o problema da favela. Não é o
 27 tráfico que é problema da favela não
 28 ((inaudível)) toda favela tem tráfico. Se
 29 mistura com o tráfico quem quer se misturar
 30 com o tráfico. Meu filho não era traficante,
 31 meu filho não era NADA e mesmo que ele fosse,
 32 ELES NÃO TINHA O DIREITO DE FAZER COM ELE O
 33 QUE FIZERAM

Conforme debatido ao longo do presente capítulo, a favela, desde o seu surgimento foi caracterizada como um problema – como o local da desordem, do caos. Na década de 1980, o comércio de entorpecentes foi se instalando em diversas favelas e a questão das drogas acentuou a percepção da favela como um problema. A instalação das UPPs nessas localidades foi acompanhada pelo discurso de “resolução” do problema do tráfico de drogas (como parte da política contra a alegada “guerra às drogas”). Fazendo uso, novamente, do padrão rítmico repetitivo e acelerado, Fátima se opõe a esse discurso: “Eles que foram o problema da favela. Não é o tráfico que é problema da favela não” (linhas 26 e 27). E inverte o entendimento da favela como o problema da cidade do Rio de Janeiro (Zaluar; Alvito, 2006): a favela não é o problema da cidade; é a presença dos policiais nas favelas que é o problema. Com isso, a partir de sua experiência pessoal, Fátima descreve a atuação do Estado dentro da favela de Manguinhos – como já dissemos, uma atuação Necropolítica.

De forma similar à Fatinha, Fátima Pinho racionaliza os eventos que circundam a morte de Paulo Roberto transitando entre os eventos de ordem micro, relativos ao assassinato de seu filho e eventos/compreensões de ordem macro, relativos à presença da UPP nas favelas; ela também transita entre uma caracterização pessoalizada da violência policial, na qual a morte de seu filho é causada por uma abordagem violenta que ele sofreu, uma espécie de vingança de policiais devido à maneira como Paulo Roberto se dirigiu a eles dias antes; e uma caracterização mais ampla, que concebe o

Estado enquanto agente assassino que, em função de uma política “pacificadora”, destrói vidas – nesse ponto, tal qual Ana Paula, Fátima parece operar com um sistema de coerência que se aproxima da teoria de Mbembe (2018), compreendendo o Estado em sua dimensão dotada de poder para decidir quais vidas merecem ser preservadas. Em suma, a morte de Paulo Roberto é racionalizada de duas maneiras intimamente conectadas, uma de ordem macro e outra de ordem micro: Paulo Roberto foi morto porque o Estado é assassino; Paulo Roberto foi morto porque ele questionou uma abordagem policial.

José Luis – pai de Maicon

Finalizando a análise dos dados desta seção, temos Zé Luis, cujo caso é considerado pelos participantes da Rede como aquele que melhor ilustra as inconsistências do “auto de resistência” – uma vez que a morte de seu filho de dois anos de idade foi classificada assim.

Excerto 11

01 **Zé Luis** Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês
 02 podem tá passando aqui, olhando a gente, achando
 03 um bando de malucos, mas eu tive um filho, que
 04 no dia 15 de abril de 96 sob o comando do xxx
 05 Batalhão de xxx, às quatro e quarenta e cinco,
 06 aonde o Maicon foi morto numa operação do XXX
 07 batalhão do xxx e aí que que aconteceu? O Maicon
 08 foi para o auto de resistência(.) aos dois anos
 09 de idade. Certamente a gente dentro de um ônibus,
 10 de um taxi, de uma moto, acha que a gente é um
 11 bando de maluco. Espero que um dia você esteja
 12 do lado de cá. Mas que vai ser ruim e doloroso,
 13 é. Porque você ter um filho, aos dois anos e seis
 14 meses, qualificado como um marginal por um estado
 15 democrático de direito genocida e assassino, é
 16 pior de que a própria morte. Então acho que vocês
 17 têm que parar para pensar na hora de votar é
 18 nesses ladrões como, Sérgio Cabral e outros mais
 19 aí a votar. Vocês estão votando nesses políticos
 20 para fazer, que fazem calamidade. Matar os nossos
 21 filhos, os nossos avós, os nossos tios. Só negros
 22 e pobres.

Zé Luis abre a sua narrativa apresentando como se deu a morte de seu filho “foi morto pelo Batalhão X” e teve a sua morte classificada como “auto de resistência”. De

maneira semelhante às mães, ele também constrói a experiência com a violência policial e, mais especificamente, com a classificação “auto de resistência” de forma pessoalizada. Ele abre a sua narrativa com algumas orientações detalhadas acerca de como se deu a morte de seu filho, ele explicita a data, o horário, o número do Batalhão da Polícia Militar e o seu bairro de atuação (todos esses nomes foram substituídos por X). Nas linhas 13 a 16, ele lança mão de uma avaliação “Porque você ter um filho, aos dois anos e seis meses, qualificado como um marginal por um estado democrático de direito genocida e assassino, é pior de que a própria morte”. Aqui, as escolhas lexicais de Zé Luis trazem à tona as contradições de ordem política que circundam a tipificação da morte de Maicon: o “estado democrático de direito” se torna “genocida e assassino” ao qualificar uma criança de dois anos de idade como um “marginal”.

Na sequência de sua história, Zé Luis chama a audiência à responsabilidade no que diz respeito às escolhas dos políticos que elegem. Nesse momento, ele passa a operar com um sistema de coerência configurado como uma versão popular da teoria de Mbembe (a Necropolítica), tal qual Ana Paula, Fatinha e Fátima Pinho. É dessa forma que ele racionaliza a morte de seu filho e de outros “negros e pobres”, como fruto das ações implementadas por políticos corruptos “que faz calamidade”, traduzida na ação de “matar os nossos filhos, os nossos avós, os nossos tios. Só negros e pobres”.

Zé Luis ainda faz uma caracterização do “auto de resistência”:

Excerto 12

25 **Zé Luis** Não é ir de contra ao policial, mas sim ao mau
 26 policial, que entra dentro da favela e mata nossos
 27 filhos e já tem o alibi lá do auto de resistência
 28 que é uma lei de 1979, por isso é,
 29 coincidentemente por isso que o Virgulão Royal
 30 foi morto nessa data, por isso que criou o chamado
 31 auto de resistência.

E produz uma espécie de separação entre “policiais bons” e o “mau policial”, construindo a sua luta não contra a polícia enquanto corporação, mas contra esse tipo específico de policial. Nesse ponto Zé Luis se destaca dos demais familiares de vítimas

da violência engajados na Rede, pois a maioria deles, ao construírem suas narrativas transitando entre a experiência pessoal com a violência policial e a experiência coletiva dos demais moradores das favelas, geralmente estendem a indignação contra um policial específico a toda corporação, compreendida como parte do sistema racista. Sendo assim, embora esse pai reenquadre a morte de seu filho como consequências de um tipo de política racista que tem como alvo a população negra e pobre, ele busca destacar os diferentes tipos de policiais para além da lógica do sistema em que trabalham.

Das estratégias discursivas elaboradas por Zé Luis, mais especificamente, como ele aciona o contexto macrossocial ou histórico em seu processo de transformação do luto em luta, sublinhamos a racionalização dos eventos que circundam a morte de Maicon por meio de um sistema de coerência que se aproxima da teoria da Necropolítica.

Conforme debatemos no presente capítulo, o artigo 23 do código penal estabelece que “não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Os demais casos de homicídio decorrente de intervenção policial narrados pelas mães em nossa tese, embora com ausência de provas suficientes, são enquadrados em um desses três *caputs* pela polícia e, muitas vezes, legitimados pela mídia e/ou pelo senso comum. No entanto, o caso de Maicon destoa disso, pois trata-se de uma criança pequena demais para que a aplicação de qualquer um desses *caputs* fosse possível. Ainda assim, o crime prescreveu no Brasil, os policiais seguem impunes e a morte de Maicon segue registrada como “auto de resistência”. Portanto, a denúncia desse pai ganha uma dimensão maior, em função da idade de seu filho. Isso chama atenção para as contradições de muitos dos casos de homicídio decorrente de intervenção policial.

6.5 Encaminhamentos

No presente capítulo apresentamos o contexto mais imediato que envolve a luta por justiça dos familiares engajados na Rede de Comunidades e Movimentos contra a

Violência. A luta desses indivíduos na esfera judiciária é antecedida por uma série de eventos e práticas estruturadas no racismo sistêmico, debatido no capítulo 5. As políticas de segurança pública que visam o “combate às drogas” por meio do enfrentamento, a classificação “morte por intervenção de agente do Estado” e os desdobramentos que esses casos têm nas esferas do Judiciário, com uma caracterização da vítima que constrói os negros culpados por suas próprias desgraças (Nunes, 2006), trazem à tona as consequências do racismo. De modo que a análise de trechos das **narrativas de engajamento** dos familiares da Rede materializa essas consequências, atribuindo um rosto e uma história aos índices de letalidade policial.

O ponto mais importante da análise deste capítulo foi observar como o **contexto macrossocial** – de políticas de segurança pública, de racismo estrutural e de preconceito contra a favela – é acionado nas narrativas e que efeitos discursivos produz. A análise sugere que o movimento de racionalização dos eventos que circundam a morte dos filhos dos familiares engajados na Rede é acompanhado por sistemas de coerência que atribuem a causa dessas mortes ao racismo estrutural e à “guerra às drogas”. Questão que pode ser traduzida como Necropolítica, como nas narrativas de Ana Paula, Fatinha, Fátima Pinho e Zé Luis. Janaina e Fatinha ainda acionam o preconceito contra a favela como mais um elemento de causalidade das mortes de negros.

Esse movimento de racionalização também é acompanhado por caracterizações do **contexto microssocial**, os eventos mais específicos e imediatos que participam das mortes. Nesse ponto, os familiares elaboram a experiência com a violência policial de forma mais particular, isto é, com orientações que especificam dia, local, nome do Batalhão e do policial. Isso produz um efeito *pessoalizador* – de modo que as denúncias ao sistema racista dão lugar às denúncias contra um policial *X*. Em nossa visão, esse movimento de transição entre a experiência individual com a violência policial e a experiência que é coletiva a todas os outros familiares de vítimas que morreram segundo uma mesma lógica de atuação do Estado, fortalece a luta dos participantes da Rede. Ao mesmo tempo que denunciam práticas racistas e violações aos Direitos Humanos sob a bandeira da “legítima defesa”, elas humanizam essas vítimas,

atribuindo um nome e uma história aos mortos em decorrência de intervenção de agente Estado.

O próximo capítulo observa outra importante esfera do engajamento das mulheres na Rede, a questão da maternidade.

7. O poder militante da maternidade

A maternidade, uma prática compreendida por muitos anos como parte do domínio da esfera privada vem sendo construída sobre outras bases ao longo da história. O presente capítulo trata de uma discussão teórica sobre a importância da maternidade no contexto das lutas sociais. Na sequência, apresentamos a peculiaridade da maternidade negra, com os atravessamentos interseccionais que “ser mãe” e “mulher negra” envolvem. Finalizamos o capítulo com a análise de fragmentos narrativos que dão conta da mobilização da maternidade como ato político e forma de reivindicar justiça.

Na contemporaneidade, a maternidade tem sido mobilizada na esfera pública como um símbolo central para o engajamento político (Santiago, 2016). Por exemplo, mobilizações sociais na América Latina das décadas de 1960 a 1980, põem em destaque a gramática da “politização da maternidade”, que envolve um movimento de saída da casa para a rua para lutar por direitos humanos e condições sociais e econômicas mais justas. São exemplos: a luta dos movimentos no Chile (*La Agrupación e Mujeres Democráticas*), na Guatemala (*CONAVIGUA e GUAM*), em El Salvador (*COMADRES*) e na Argentina (“*Madres de la Plaza de Mayo*” - Mães da Praça de Maio). Como dissemos na introdução, este último é, possivelmente, o movimento mais famoso de todos os citados. Foi formado por mães que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos em função da ditadura militar argentina e se mobilizaram para cobrar respostas do governo¹²⁹. Ao desafiar políticas presidenciais em tempos de ditadura, a

¹²⁹ De 1976 a 1983, a Argentina esteve sob uma ditadura militar que teve início a partir de um golpe de Estado, o qual depôs a então presidenta da República María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. Essa ditadura foi marcada pelo Terrorismo de Estado e pela centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta dos civis oriundos das elites nacionais. Estima-se que cerca de 30.000 argentinos opositores ao governo desapareceram durante essa ditadura. O movimento das mães começou quando algumas mães dos desaparecidos se reuniram na Praça de Maio, em Buenos Aires, em frente à Casa Rosada para cobrar respostas do governo. As *Madres de la Plaza de Mayo*

atuação dessas mulheres desconstruiu a percepção de que a categoria “mãe” não teria poder em uma sociedade patriarcal, desestabilizando assim, o mito de que a esfera privada é isolada e/ou irrelevante para o sistema político. Com isso, Marguerite Bouvard (1994) entende que essas mulheres redefiniram a noção de esfera pública e privada, mobilizando a maternidade de modo a criar papéis políticos para os valores de amor e cuidado associados à maternagem¹³⁰.

Seguindo a linha de Bouvard, outras autoras brasileiras compreendem que a luta de mães desestabiliza a noção de que a maternidade pertenceria à esfera privada. Freitas (2002), ao refletir sobre a mobilização das “Mães de Acari”, argumenta que a participação dessas mães em movimentos sociais levou a redefinições em suas identidades e a construção da maternidade em outras dimensões; isto é, o protagonismo político delas partiu do lugar que ocupam na família, o da maternidade. Esse lugar que é, tradicionalmente, destituído de uma dimensão política foi o que possibilitou a inserção dessas mulheres no mundo público. Segundo a análise de Vianna e Farias (2011) sobre a mobilização de outro grupo de mães de vítimas da violência policial no Rio de Janeiro, as mães trazem a maternidade para a esfera pública, levam a “casa” para a cena do protesto ao narrarem como a ordem doméstica foi desfeita pelo assassinato de seus filhos. Já o analista internacional Vinícius Santiago (2016) entende que a maternidade, e a presença dessas mulheres em atos, vigílias e caminhadas constitui-se uma forma de mobilizar a opinião pública, a mídia e autoridades; é o que traz a legitimidade para uma luta que pode ser concebida como forma de desafiar as noções de soberania do Estado, uma vez que traz a público as acusações do envolvimento de agentes da lei em crimes.

Portanto, a maternidade se torna, no contexto de luta das mães, um elemento político sobre o qual se apoia toda a legitimidade da luta, dada a dimensão simbólica

ficaram internacionalmente conhecidas por suas intervenções distintas em meio ao espaço público. Diante do governo repressor, alcançaram notoriedade e respeito, tornaram-se ameaça a ordem vigente e protagonizaram a primeira manifestação pública contra a ditadura militar argentina (Tacca 2009; Castelli, 2012).

¹³⁰ As discussões das últimas décadas sobre maternidade e maternagem têm chamado atenção para alguns dos conflitos e ambiguidades relacionadas a estas práticas. Maternidade faz referência ao ato biológico de se tornar mãe. Já a maternagem vem do exercício diário de cuidado e educação. Em nossa pesquisa trabalharemos com os dois termos, levando em consideração a forma como as mães participantes da pesquisa atribuem significados a essas práticas. Para saber mais sobre maternagem e outros tipos de atos de resistência na esfera pública ver Mendes (no Prelo).

que a categoria “mães de vítimas de violência” assume. Emoções como o sofrimento e o sentimento de perda transformam-se em uma espécie de capital simbólico que dá suporte e credibilidade às mães como atores sociais – legitima a ação política que tem como argumento, a dor (Leite, 2004). Para Araújo (2007), a dor é transformada em ação política a partir da elaboração da denúncia – nos mais variados canais, tais como na TV, nas manifestações e articulações com ativistas e entidades internacionais de Direitos Humanos. A maternidade se configura como o principal recurso acionado pelas mães para legitimar suas ações, uma vez que, trata-se de mulheres que falam a partir da favela, um lugar criminalizado. Isso faz com que a ação política dessas mulheres seja desqualificada, pois muitas vezes elas são concebidas como “mães de bandidos” e, portanto, “coniventes com ações criminosas”. Com base em Freitas (2002), o autor entende que a categoria “mãe” legitima a ação dessas mulheres porque há uma construção moral daquilo que uma mãe representa – aquela que protege, que cuida, que não abandona o filho, por isso, a base. Por conta dessa representação, a imagem da mãe e suas dores funciona como um dispositivo eficaz para gerar solidariedade e para tornar público o caso de violência.

A politização da maternidade é acompanhada pelo processo de transformação do luto, da dor da perda em luta, em ação política. Para Vianna (2014b), as práticas de luto operam como mecanismos de reivindicação por justiça. Nesse processo, as mães se colocam na cena pública, impõem seus corpos nos atos públicos, gritam por justiça, vestem camisetas com os rostos dos seus filhos estampados e, assim, produzem denúncias contra as violações do Estado. “A maternidade, a domesticidade e a estética desse sofrimento que mescla a indignação política com recordações afetivas podem ser pensadas como parte do fazer-se em ato do gênero que é simultaneamente o fazer-se da “violência” e do “Estado” (2014b, p. 231). Para Ota (2018), esse processo de transformação do luto em luta é acompanhado pelo surgimento do **etos de mãe guerreira**¹³¹, noção que vem da metáfora da guerra presente nas favelas do Rio de

¹³¹ A autora desenvolve sua argumentação a partir da leitura que Zaluvar (2014) faz do conceito de **etos guerreiro** de Nibert Elias. Zaluvar, busca interpretar o processo civilizatório partindo do monopólio legítimo da violência pelo Estado e entende que a ideia da guerra entre o Estado e outro poder armado “paralelo”, com alta capacidade de corromper, dificulta enormemente a adesão às normas que legalizam a ação policial. Por esse motivo, em sua visão, o Estado brasileiro ainda não conseguiu cumprir satisfatoriamente a principal função de todo o estado, que é proporcionar a segurança a todos os cidadãos.

Janeiro – de modo que se existe uma “guerra às drogas”, existem combatentes. As mães se configuram em um grupo combatente de mulheres que:

foram ‘mães guerreiras’ para criar os filhos em condições adversas de pobreza, racismo e violência e continuam sendo guerreiras por sobreviverem a cada dia, apesar da ausência dos filhos assassinados e por seguirem lutando por justiça para esses filhos, a despeito do descaso das instituições e das ameaças de retaliação sofrida. (2018, p.159)

Com base nessa “politização da maternidade”, tanto a luta de mães argentinas na década de 1970 quanto a luta de mães negras brasileiras estariam relacionadas ao papel da categoria “mãe” na esfera privada - papel que se estenderia e se reproduziria na esfera pública. No entanto, esse tipo de percepção representa um dilema, sobretudo no debate proposto pelos movimentos feministas das décadas de 1960/70. Rocha (2014) apresenta resumidamente três visões que permeiam o debate sobre a questão da maternidade: a primeira está baseada na visão do patriarcado e define a maternidade como o lugar da feminilidade, do amor, da proteção e da alegria. Qualquer manifestação emocional diferente disso (como depressão pós-parto aborto, aborto ou até mesmo malformação do feto) é considerada uma anomalia. A segunda visão – feminista – afirma que diminuir o papel da mulher ao ato de ser mãe é reproduzir o modelo centrado no corpo em sua capacidade reprodutiva. Dessa forma, essa visão concebe a maternidade como o *locus* da opressão em contraste com a visão patriarcal, que defende que tese de que “uma mulher completa” é aquela que é mãe. A terceira visão trata da maternidade da mulher negra, que significa empoderamento e resistência (mas não se limita a isso).

É importante ressaltar que a “politização da maternidade”, foi fortemente criticada por parte dos movimentos feministas, pois acabaria reforçando papéis tradicionais das mulheres, como a associação entre mulher, mãe e cuidado (Ota, 2018).

É nesse cenário que Ota destaca o surgimento do etos de mãe guerreira, pois é assim que essas mulheres agem para criar seus filhos em um ambiente militarizado e para sobreviver após a morte deles.

Outros segmentos acreditavam que um ativismo de mães poderia colaborar com modificações significativas na questão do gênero, como questionar a restrição da mulher ao espaço doméstico e estimular a sua participação no espaço público. Enfim, o campo é fértil para o debate. Mas nesse contexto, é essencial se perguntar sobre que tipo de maternidade as discussões das décadas de 1960/70 estão tratando.

Teóricas negras feministas como Lélia Gonzalez, no Brasil e Angela Davis, nos Estados Unidos – seguidas, posteriormente, por uma vasta lista de ativistas – afirmaram que as lutas feministas do período supracitado não contemplaram a mulher negra em muitos aspectos, muito menos no debate acerca da maternidade/maternagem. Enquanto o feminismo hegemônico compreendia que o papel de “mãe” e/ou de “dona de casa” localizava a mulher branca em um lugar de inferioridade, Angela Davis (1983) e Patricia Hill Collins (1994) defendiam a importância histórica da maternidade para a mulher negra como símbolo de empoderamento e politização. Essa defesa partiu da compreensão de que para a mulher negra, a esfera do lar tinha um significado diferente que remonta ao período da escravidão.

No Brasil da era colonial, a figura da “Mãe Preta”, a escrava, a ama de leite que cuidava das crianças brancas, aquela que efetivamente exercia a maternidade ou a maternagem e, por isso, a “mãe preta” (Gonzalez, 1984) ilumina as complexas relações entre as mães negras escravizadas, os filhos de seus senhores brancos e a luta pela manutenção da vida de seus próprios filhos. Isso porque, os filhos das escravas dificilmente tinham acesso ao leite materno – quando não eram vendidos, doados ou abandonados, eles eram cuidados por outras mulheres e mães escravizadas, que os alimentavam com uma espécie de papa de mandioca ou com leite animal não pasteurizado. Isso contribuía para um grande número de óbitos de crianças negras. Mesmo com o estímulo à reprodução, o direito à maternidade/maternagem era vedado à mulher negra. Diante desse cenário de privação, Davis (1983) aponta que o trabalho doméstico representava para a mulher negra a possibilidade de certa autonomia e reconhecimento dentro da comunidade escrava, pois contribuía de maneira fundamental para a sobrevivência do grupo – visão bem diferente do que pregava o feminismo branco da década de 1970 acerca da maternidade/maternagem e do trabalho doméstico.

Seguindo essa direção, Collins (1987, 1994) entende que condições históricas específicas, tais como a escravidão e a segregação racial nos Estados Unidos, proporcionaram a formação de um ponto de vista distintivo das mulheres negras sobre o significado do ativismo e do senso de comunidade no desempenho da maternagem. Por exemplo, no período da escravidão as mães negras não podiam cuidar de seus filhos em função do trabalho escravo; estes ainda eram, legalmente, vistos como propriedade dos homens brancos e, conseqüentemente, eram tratados como mão de obra em potencial. No período posterior à abolição, muitas das crianças negras continuaram separadas de suas mães, que agora trabalhavam para a subsistência. As crianças ainda continuavam sujeitas às relações de trabalho (fosse rural ou urbano) para colaborar com as despesas do lar. Dessa forma, na visão dessa autora, o trabalho que separa a mãe negra de seu filho sempre moldou a maternidade dessa mulher. Isso resultou no surgimento de diferentes rearranjos familiares nas comunidades afro-americanas para dar conta da tensão que surge da separação maternal provocada pelo trabalho e as necessidades de cuidado que as crianças demandam. Rearranjos expressos na extensão da comunidade, com destaque para a figura da avó (materna ou paterna) e daquilo que Collins (1994) chama de “*othermother*”, a “mãe de criação”. São mulheres que colaboram com a criação dos filhos de suas companheiras moradoras da comunidade e, em algum grau, mitigam os efeitos da separação maternal. Essa relação de ajuda mútua entre mulheres negras remonta desde o período da escravidão (no Brasil e nos Estados Unidos) – a maternagem negra – é, para Collins, uma forma de desenvolver as bases do poder da comunidade negra e, assim, empoderar mães e crianças dentro das estruturas sociais que visam a sua opressão.

Esse tipo de maternagem reconhece que a sobrevivência individual, o empoderamento e a manutenção da identidade requerem a sobrevivência do grupo, por isso, a maternagem é direcionada a um coletivo racial. Isso muda a visão do trabalho que ser uma mãe negra envolve, pois a criação de seus filhos ainda conta com a tensão de criar uma criança não-branca (com uma identidade racial significativa) dentro de uma sociedade que rebaixa pessoas de diferentes etnias (Collins, 1994).

Em suma, temas como sobrevivência, poder e identidade formam a base da maternagem negra e colocam em destaque a questão racial para a compreensão de todo

trabalho que precisa ser feito para garantir a sobrevivência de uma criança negra e de sua comunidade. É especialmente nesses tópicos que a experiência de mulheres brancas com a maternidade difere das negras – crianças brancas não precisam ser ensinadas a sobreviver em um sistema que oprime crianças de outra cor. Pois, enquanto “os filhos das mulheres brancas desfrutam de toda oportunidade e proteção, os filhos das negras não conhecem o seu destino. A maternidade negra é profundamente moldada pela dominação racial e pela exploração econômica”. (Collins, 1994, p. 45). Com isso, a experiência de “ser mãe” pode ser concebida como uma forma de engendrar o ativismo político entre as mulheres negras, ou seja, a maternidade pode ser entendida em sua capacidade de politizar, já que antes de lutar por quaisquer direitos, essas mulheres precisam lutar pela sobrevivência de seus filhos.

7.1 Maternidade e interseccionalidade

Na contemporaneidade, a maternidade negra ainda envolve uma situação histórica específica que se relaciona com a intersecção das estruturas de raça, classe e gênero. Esses temas são silenciados quando a experiência de mulheres negras com a maternidade fica à margem das teorias feministas. O feminismo enquanto teoria e prática evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres; desencadeou um debate público sobre sexualidade, violência e direitos reprodutivos que estavam ligados às relações tradicionais de dominação (o patriarcado). Apesar dessas contribuições fundamentais, o debate feminista não contemplou a questão racial. Conforme pontua bell hooks (1984), o feminismo branco¹³² excluiu a experiência da mulher negra ao não falar da luta da mulher que não tem marido, não tem filho, nem lar, da mulher pobre branca, da mulher negra. Na visão de hooks, quando o feminismo afirma que “todas as mulheres são oprimidas”, isso sugere que “todas as mulheres

¹³² O feminismo branco a que hooks se refere consta no livro que a feminista Betty Friedman publicou em 1963 – *“The feminine mystique”*, que abriu caminho para o feminismo contemporâneo. Nele, Friedman descreve a condição das mulheres na sociedade norte-americana. No entanto, a condição a que a autora faz referência é a de “um seleto grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida” – experiência que é totalmente diferente do que as mulheres negras viviam, ou mesmo as pobres brancas. Assim, hooks chama atenção para o fato de que certas premissas postuladas inicialmente nessa obra, ainda continuam a moldar o teor e a direção do movimento feminista (1984, p. 193).

compartilham a mesma sina que fatores como classe, raça, religião e preferência sexual, por exemplo, não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (1984, p. 197). Para a autora, ser oprimida significa não ter opção – mulheres brancas de classe média têm alguma opção, isso não acontece com outras mulheres de diferentes cores e classes sociais. A situação da opressão é vivida, portanto, de forma diferente dentre os vários grupos de mulheres; a mulher negra e outros grupos de mulheres vivem diariamente em situação de opressão e, muitas vezes, adquirem uma consciência sobre o patriarcado a partir de suas experiências de vida. Da mesma forma que desenvolvem estratégias de resistência – individualizada ou coletiva. Na visão de hooks (1984), entender essa questão é uma das maiores dificuldades das feministas brancas.

Dentro desse debate, Gonzalez (1988) ainda chama a atenção para o fato de que tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Por que o feminismo “esqueceu” disso? hooks (1984) enfatiza que esse “esquecimento” tem relação com o fato de que as análises feministas tendem a se concentrar exclusivamente no gênero, “pois refletem a tendência predominante nas mentes patriarcais ocidentais, de mistificar a realidade da mulher, insistindo que o gênero é o único determinante da mulher” (1984, p. 207). Ademais, para aquelas que não sofrem outro tipo de opressão é mais fácil se concentrar apenas na opressão de gênero. Portanto, uma teoria feminista adequada precisa partir do entendimento de que as mulheres negras estão em uma posição incomum na sociedade, pois estão coletivamente na parte inferior das relações trabalhistas, com uma condição social inferior a todos os grupos – suportam a opressão sexista, racista e classista. Esse entendimento interseccional se conecta à tese da natureza interligada da opressão, segundo a qual os indivíduos são afetados por múltiplos sistemas de dominação – raça, classe, gênero. Por esse motivo, não há hierarquias de opressão (Lorde, 1984).

Dito isso, a questão do racismo e a compreensão da maternidade negra sublinham a relevância que o olhar interseccional tem, tanto como um projeto de conhecimento, quanto como um instrumento de luta política (Crenshaw, 2002; Collins,

2002). Observar a luta das mães participantes da Rede sob esse olhar é entender como as seguintes questões atravessam suas vidas:

- **raça:** em função da racialização da brutalidade policial (e do racismo que permeia todo o contexto da luta);
- **classe:** em virtude do local de moradia, da renda dessas mulheres e do precário acesso à justiça;
- **gênero:** devido ao debate em torno da maternidade e dos outros afazeres domésticos que ser mulher envolve – como cuidar da casa e dos outros filhos.

A partir das considerações expostas no presente capítulo, compreendemos que a maternidade (negra), com todas as suas intersecções de raça, gênero e classe é uma categoria política que legitima a luta por justiça. Passaremos à análise de como essa maternidade é construída nas **narrativas de engajamento**.

7.2 Maternidade em luta

A maior parte das mães presentes nas manifestações destacam a importância de estar nas ruas ao lado de outras mães. Conforme destaca Freitas (2002), a solidariedade tem papel primordial na manutenção da luta por justiça. Araújo (2007) ainda acrescenta que a construção dessa solidariedade se configura como uma forma que as mães encontraram para lidar com o desaparecimento dos filhos. A luta individualizada se torna coletivizada, na medida em que as mães compartilham uma dor que é comum a todas que participam do grupo (Freire, 2011). Observaremos agora como esse movimento é construído nos fragmentos narrativos de Ana Paula e Fátima Pinho que vimos analisando na tese.

Na análise do capítulo 4, observamos como Ana Paula, mãe de Johnatha, constrói boa parte de sua narrativa com pronomes no plural “nós”; “nossos”, destacando a coletivização de sua luta.

Excerto 1

06 **Ana Paula** nossos filhos foram assassinados, por causa
 07 desse sistema RACISTA. Que diz que moradores de
 08 favelas (1s) jovens (1s) negros (1s) pobres,
 09 moradores de periferias, TEM que ser
 10 ASSASSINADOS. Não vem com esse discurso de que
 11 “ah o combate às drogas”, na verdade não é isso.
 12 Nós, que moramos em favelas, que perdemos nossos
 13 filhos INJUSTAMENTE sabemos que o que há é o
 14 combate aos pobres. Estão tirando os nossos
 15 filhos, e ninguém SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO,
 16 ele foi assassinado aos dezenove anos de idade
 17 com um tiro nas costas, totalmente indefeso. E
 18 é por isso que eu tô aqui hoje. junto com essas
 19 mães, com esses pais, com esses familiares.

Esse movimento de coletivização que Ana Paula faz é acompanhado pela maneira como ela torna relevante a categoria “filhos”, fazendo uso dos índices “**nossos filhos**” (linhas 6; 11;13) e “**o meu filho**” (linha 14). Isso atribui a ela e às suas companheiras o papel de “mãe”. A partir dos estudos de Sacks (1992) sobre a Análise de Categorizações de Pertença, entendemos que as categorias “mãe” e filho” podem ser analisadas como parte de um conjunto de categorias (uma **coleção**) com as quais os indivíduos, no caso, as mães, estabelecem afinidades de pertencimento. Categorizar não significa, contudo, colar etiquetas nas pessoas ou em si mesmo. Constitui uma atividade na qual os falantes negociam, em mútua orientação, comportamentos normativos e expectativas de gênero (Sell; Ostermann, 2009). Braga e Gastaldo (2018), compreendem que as categorias de pertença estão conectadas à definição daquilo que alguém “é”, e partem de uma adesão – voluntária ou atribuída. Nesse sentido, a ideia de categorização de pertencimento refere-se às descrições de pessoas, também implica certo vínculo a algum sistema amplo de classificações e hierarquias na sociedade.

Com base nisso, compreendemos as categorias “**mãe**” e “**filho**” como índices relevantes em nossa análise. São índices que reforçam construções de gênero ligadas à maternidade e parecem construir pertencimento, coletividade e solidariedade nas histórias contadas, na medida que essas mulheres compartilham o luto umas com as outras por meio da participação nos protestos organizados pela Rede. De forma mais específica, entendemos que o uso dessas categorias sublinha o modo como Ana Paula aciona o papel de mãe (de forma individual e coletiva) enquanto um elemento de

autoridade moral nos atos políticos para a construção da violência e da ilegitimidade da morte de seu filho e dos demais jovens negros.

Debatemos na presente tese que a gramática do luto e do sofrimento pela morte de um ente querido envolve experiências passivas e de ordem individual e social, quando é compartilhado (Vianna e Farias, 2011). Ana Paula, no entanto, usando plurais e estratégias de coletivização, (como “nossos filhos”) fala em nome de todas as mulheres negras e de todos os moradores das favelas que perderam seus familiares. Ela constrói um sentido de *we-ness* (Goodwin, Polletta, e Jasper 2001), sua dor individual é reenquadrada como revolta, um sentimento cuja gramática, diferentemente do luto, abriga uma dimensão pública e ativa, de engajamento em grupo. De modo que o “nós” passa a constituir sujeitos que são simultaneamente da dor pessoal e da ação política (Vianna e Farias, 2011).

Identificamos movimento similar de categorização na narrativa de Fátima Pinho. Depois de se apresentar e construir uma causalidade para a “destruição de vidas” nas favelas, especificamente, em Manguinhos, após a instalação da UPP na localidade, essa mãe constrói pertencimento ao grupo das mães (de vítimas da violência policial) e ressalta a dor de suas companheiras:

Excerto 2

01 **Fátima Pinho** Sou Fátima Pinho, sou mãe de Manguinhos, onde
 02 constituí minha família. Infelizmente, o
 03 Estado assassino por causa de pacificação
 04 entrou em Manguinhos para destruir vidas.
 05 Foram vidas que eles destruíram. Acabou com
 06 as nossas vidas. Acabou com a vida dos nossos
 07 filhos. Infelizmente eu tô sem o Paulo
 08 Roberto.

“Nossas vidas” e “nossos filhos” são os índices de categorização dos quais Fátima faz uso. A partir de um movimento espiral que parte do geral/coletivo (destruiu vidas; acabou com as nossas vidas) ao particular (infelizmente eu tô sem o Paulo Roberto) ela constrói a sua experiência, destacando primeiro a dor da comunidade como um todo e depois a sua dor.

Ao final de sua narrativa Fátima reforça o índice “mãe” como categoria de Pertença, ela expressa o sofrimento da perda “Não vou ver meu filho em casa

(.) ((choro contido)), passar mais um Natal sem o meu filho” e estende a sua dor às outras mães, “fala por elas”, atribuindo ao Estado a responsabilidade (na esfera macrosociológica) pela ausência dos filhos de suas companheiras: “Todas essas mães queriam ter o seu filho em casa, mas não tem, porque agradeça a eles” – ver discurso completo de Fátima no capítulo 4 – cf. 4.5.4.

Com as avaliações elaboradas nesse excerto narrativo (nas linhas 2 a 5), podemos observar como o luto dessas mulheres é atravessado pela intersecção de gênero, classe e raça. De acordo com o que dissemos no presente capítulo, a categoria “**mãe**” – importante marca de gênero – é tornada relevante nas narrativas como um elemento de autoridade. As questões de classe e raça se fazem presentes na narrativa de Fátima Pinho com outros marcadores diferentes dos utilizados por Ana Paula, mas que produzem efeitos discursivos similares. A “entrada do Estado” na favela para a “pacificação” denuncia o tipo de política de segurança pública adotada em um local outrora esquecido, que agora conta com uma presença que “destrói vidas” (mais especificamente a da população negra, a maior parcela dos residentes das favelas).

7.3. Encaminhamentos

Com o objetivo de compreender como a maternidade é acionada nas **narrativas de engajamento**, a análise empreendida aqui sugere que é por meio do mecanismo discursivo já identificado nas análises do capítulo 6 (cf. 6.4) – de transição entre a experiência individual com a dor e a experiência coletiva do grupo – que as mães engajadas na Rede elaboram a maternidade.

Esse movimento discursivo é acompanhado pelo processo de categorização. Ana Paula e Fátima Pinho fazendo uso de índices como “**nós**”; “**nossos filhos**”; “**meu filho**”; “**todas essas mães**” constroem pertencimento ao grupo das mães. Trata-se de um movimento espiral/circular que reenquadra o sofrimento individual como o sofrimento do grupo (e o oposto também). Essa luta coletivizada de Ana Paula, Fátima e demais participantes da Rede sublinha o potencial que a categoria “mãe” tem, mais especificamente, que a maternidade negra tem como elemento de autoridade moral para a ação política.

É uma luta atravessada por questões interseccionais que envolvem a maternidade negra. Vimos nas análises dos capítulos anteriores que Ana Paula, de forma mais específica, conecta a morte de Johnatha ao racismo estrutural, disfarçado de “combate às drogas”. Já Fátima Pinho, faz referências mais gerais à questão de classe que atravessa a vida dos moradores das favelas – é o local onde o Estado entra para “destruir vidas”. Como isso, a luta de Fátima é posicionada no centro dos embates discursivos que constroem o espaço favela (ver c.f 6.2). Enquanto para outros setores da sociedade a favela é um problema; para ela o problema é a “presença” do Estado nesse local para a “pacificação”.

Rocha (2014) chama de “**maternidade ultrajada**” a perda dos filhos. Compreendemos que a manutenção da luta das mães, para além desse **ultraje** funciona não apenas como maneira de elaborar o luto (Freitas, 2002), mas também como uma maneira de exercer a maternagem negra pela via da resistência; de desenvolver as bases do poder da comunidade negra e, assim, empoderar mães e crianças dentro das estruturas sociais que visam a sua opressão (Collins, 1994).

“Digo para mim mesma que eles foram viajar e que um dia eu vou viajar também. Vamos nos encontrar em outro lugar e mataremos as saudades.” Vera Lúcia, 2006.

8. Narrativas e emoções

É objeto desta tese estudar como os familiares de vítimas da violência policial se engajam em movimentos sociais por meio da análise das narrativas elaboradas nos protestos da Rede. Esse engajamento é acompanhado pelo gerenciamento das emoções no processo de transformação do luto em ação política. As emoções se configuram como um objeto de estudo complexo que é investigado por diversas áreas do conhecimento tais como Psicologia, Psicanálise, Antropologia e Ciências Sociais. O presente capítulo é dividido em duas partes, a primeira trata de uma breve apresentação sobre o campo da Antropologia das Emoções – abordagem teórica a qual nos alinhamos para a compreensão de que tipo de emoções as mães de vítimas da violência policial acionam ao se engajarem em movimentos sociais para lutar por justiça. Com base nessa apresentação, a segunda parte conta com a análise de fragmentos narrativos dos familiares engajados na Rede.

Ao longo da tese, identificamos dois movimentos discursivos nas **narrativas de engajamento** que se entrelaçam, recapitulando: a transição entre a experiência pessoal e a experiência coletiva, que, por sua vez, se manifesta na maneira como as experiências com a violência policial são construídas e na forma como a experiência das outras mães é incorporada ao enredo da narrativa; a racionalização dos eventos responsáveis pela morte dos filhos com a elaboração de explicações baseadas em sistemas de coerência que operam com versões simplificadas da “guerra às drogas”, do racismo estrutural e da teoria da Necropolítica. Esses movimentos são elaborados a partir da maneira como as emoções são organizadas nas narrativas. Com o objetivo de ampliar a compreensão desses movimentos discursivos, a análise do presente capítulo se debruça sobre como o choque moral (Jasper, 1997) é construído nas narrativas, isto

é, como os familiares constroem os eventos mais específicos que os impulsionaram a lutar por justiça.

8.1 Os estudos das emoções – alguns entendimentos

Durante muito tempo as emoções foram compreendidas como categorias fundamentais do comportamento humano pela Psicologia, sendo entendidas por sociólogos e antropólogos como parte das “coisas” que conectam os seres humanos entre si e com o mundo ao redor deles (Goodwin, Jasper, Polletta, 2001). Desse modo, estudiosos buscavam identificar as emoções existentes para caracterizar o comportamento humano, considerando-as, portanto, algo de ordem interna. Seguindo essa linha, os estudos antropológicos no campo das emoções realizados no período anterior à década de 1980 partiam dessa abordagem considerada, hoje, ortodoxa dentro da Psicologia. Trata-se de uma abordagem que compreendia as emoções enquanto processos psicobiológicos, que respondem a diferentes ambientes transculturais, mas que retém uma robusta essência intocável por questões sociais e culturais. Essa concepção essencialista se pauta no pensamento das sociedades modernas sobre as emoções que, inclusive, faz parte do senso comum ocidental (Coelho; Rezende, 2011): de que as emoções seriam fenômenos comuns e naturais a todos os seres humanos, posto que a capacidade de senti-las resultaria do equipamento biológico e psicológico inerente a todo ser humano; seriam também invariáveis no tempo e no espaço, ou seja, todo e qualquer ser humano poderia se identificar com outras sociedades em função do compartilhamento do mesmo tipo de emoções (como amor, raiva, tristeza, etc). De acordo com essa concepção, as emoções não carregariam marcas das culturas nas quais as pessoas vivem (Rezende; Coelho, 2015).

A visão essencialista das emoções compõe o que a antropóloga Catherine Lutz (1988) chama de *etnopsicologia ocidental moderna* – que faz referência ao sistema de conhecimentos que define e explica como é uma pessoa (suas qualidades, reações e formas de se relacionar com os outros) e permite que ela monitore a si própria e aos outros. Um dos pressupostos fundamentais dessa visão é a noção de que um indivíduo é constituído pelo dualismo que opõe corpo e mente. Os fenômenos associados a mente também se dividem em razão e emoção. Esses dois dualismos se relacionam na medida

em que a emoção, geralmente, é associada ao corpo e a razão, à mente. Desse modo, a associação corpo e emoção explicaria tanto as causas quanto as manifestações dos sentimentos, pois, segundo essa visão, as emoções teriam vários atributos em comum com os fenômenos corporais, por exemplo, o seu caráter involuntário e espontâneo. Conceber as manifestações hormonais e reações neurológicas como produtores de emoções reforçam essa ideia de que elas acontecem de forma voluntária, independentemente da vontade do indivíduo.

Há de se considerar ainda a diferença de valorização de cada um desses fenômenos. Em diversos contextos, a mente é considerada como um elemento superior ao corpo e a razão como superior a emoção. Isso porque a razão permitiria o conhecimento e o domínio do mundo real (inclusive do corpo e das emoções), levando o ser humano ao posto mais alto na hierarquia da natureza. Ao passo que o caráter incontrolável das emoções colocaria a pessoa mais emotiva em posição de vulnerabilidade. Por outro lado, há momentos em que a emoção é mais valorizada do que a razão. Por exemplo, por ser mais afinada com os sentidos, a emoção seria sinal de acolhimento e humanidade, em oposição ao caráter duro e frio da razão. Desse modo, as pessoas mais emotivas seriam mais humanas (Rezende; Coelho, 2015).

Trabalhos posteriores a 1980 passaram a questionar essa visão das emoções como algo interno, natural, universal e, até irracional. Rosaldo (1980) destaca as consequências de essencializar as emoções: é uma postura que desvia a atenção da vida social, impede a observação do papel dos discursos emotivos nas interações e reforça uma visão universalista das distintas emoções. Em suma, para a autora, a essencialização inviabiliza a observação da emoção enquanto um problema social a ser investigado (Abu-Lughod; Lutz, 1990).

A visão essencialista das emoções também vem sendo desmontada com os estudos da narrativa dramaturgica e da psicologia narrativa, que ao conceberem os atores sociais como participantes de uma narrativa contínua vem construindo novos entendimentos sobre o mundo das emoções (Sarbin, 2001). Segundo esses estudos, as emoções podem ser compreendidas como uma construção narrativa. Ações como raiva, orgulho, medo, dentre outros que, tradicionalmente, sempre foram concebidas como emoções, são entendidas pelo psicólogo Theodore Roy Sarbin (2001) como enredos

narrativos. Com isso, o mundo das emoções passa a ser incorporado à estrutura da narrativa e as emoções passam a ser concebidas como características da narrativa.

No campo da análise política e da emergência dos movimentos sociais, as emoções têm sido consideradas uma chave de análise ao longo dos anos. Perguntas como: “de que forma os indivíduos se engajam em movimentos sociais?”; “o que transforma uma indignação em ação política?”; “como uma reivindicação individual se transforma em algo coletivo e gera uma multidão enfurecida nas ruas?” fazem parte do escopo de análise dos movimentos sociais a partir do estudo das emoções. Nesse campo, Goodwin, Polletta e Jasper (2001) apresentam duas tradições de base essencialista que se destacaram por muitos anos, para as quais: *i*) as emoções seriam fruto das multidões e pouco teriam a ver com indivíduos, isto é, as emoções emergiriam e desapareceriam em resposta ao que estava acontecendo. É como se as multidões fossem capazes de criar, por meio de sugestões de contágio, um tipo de grupo psicologicamente primitivo e compartilhar sentimentos com todos os participantes; *ii*) as emoções emanariam dos indivíduos, de seus conflitos pessoais de personalidade – elas não teriam relação com respostas dos indivíduos ao ambiente externo. Sendo assim, apenas as pessoas imaturas seriam suscetíveis aos apelos dos movimentos sociais. Elas seriam compelidas a participar deles por seus “demônios internos” e não por uma escolha pessoal. Ambas as visões concebem as emoções de forma vaga, como algo irracional e de difícil identificação em termos práticos de análise (Goodwin, Polletta e Jasper, 2001).

As antropólogas Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990) debatem quatro estratégias usadas por pesquisadores no desenvolvimento do campo da Antropologia das Emoções, incluindo a abordagem essencialista¹³³. Nesse debate elas se alinham à abordagem contextualista, que fundamentada no aspecto sociocultural das emoções, incorpora a questão do discurso. É uma abordagem que compreende que as emoções

¹³³ As autoras apresentam três abordagens que desconstruem a visão essencialista das emoções: a relativista, a historicista e contextualista, que foca no discurso social (a qual se alinham). A abordagem relativizadora foca nos tipos de implicação que as emoções (enquanto variável cultural) podem ter no comportamento social e nas relações sociais (representada por autores como Rosaldo, 1980, dentre outros); a abordagem historicista observa as emoções em lugares sociais particulares e em determinados momentos históricos quando e como elas se transformaram (Nobert Elias, 1978, dentre outros); já a terceira abordagem parte do pressuposto de que as emoções são um construto sócio-cultural (Goodwin, Polletta e Jasper, 2001).

existem em um dado contexto e emergem da relação entre os interlocutores; que parte do entendimento de que as emoções não podem ser compreendidas fora do discurso, posto que são constituídas na vida social (não são meramente um estado interno). Nesse sentido as emoções podem ser concebidas como práticas discursivas dotadas de uma dimensão micropolítica, que se manifesta na capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais nas quais elas são suscitadas e vivenciadas (Rezende, Coelho, 2015). Esse tipo de visão permite que as emoções sejam analisadas na interação social (mesmo que muitas dessas emoções não sejam propriamente verbalizadas), análise que pode destacar como as emoções são informadas por temas e valores culturais e como elas participam da construção da atividade social. Sendo assim, vale ressaltar que, de acordo com a visão contextualista, as emoções não tratam necessariamente de sentimentos, mas de como os mais diversos temas sociais como conflitos, papéis de gênero, relações de poder, dentre outros servem como formas de comunicação.

Observar a dimensão micropolítica das emoções junto à análise discursiva da sociedade colabora com a compreensão de como os indivíduos, em suas práticas discursivas, constroem não somente o mundo em que vivem, mas o sentido sobre ele.

Portanto, se as emoções são um fenômeno social, parte de toda ação social (Goodwin, Polletta e Jasper, 2001) e sua análise não pode ser separada da questão do discurso e das relações de poder (Abu-Lughod e Lutz, 1990). É preciso observar também que este fenômeno deve ser analisado em nível micro e macrosociológico. Trata-se de uma esfera tanto individual, quanto coletiva, que permeia diversas unidades de organização social, incluindo locais de trabalho, relações entre vizinhos e organizações comunitárias, partidos políticos e movimentos sociais, assim como a interação entre essas unidades. A análise das emoções precisa ser uma via de mão dupla entre o nível macrosociológico e o nível microsociológico, uma vez que questões de ordem macro podem ser compreendidas de forma mais profunda a partir de uma análise do micro. Este nível por sua vez, não pode ser estudado sem a observação do macro (Goodwin, Polletta e Jasper, 2001).

As emoções criam efeitos no mundo que, muitas das vezes, são lidos pelos outros participantes da interação como uma forma cultural de manifestação de falas

emotivas que podem ou não ser corporificadas com expressões como o choro. Por exemplo, o caráter sociável das emoções pode ser identificado na linguagem das emoções quando a solidariedade é encorajada e/ou desafiada – isso faz com que performances sejam acionadas; também pode ser observado na atuação das relações de poder sobre aquilo que pode ou deve ser dito e que tipo de emoções pode ser performada sobre o *self*¹³⁴. De modo que a resposta de um indivíduo ao sentimento do outro depende das relações macrossociais construídas. Podemos exemplificar isso a partir da forma como a sociedade mais ampla se solidariza e se compadece com determinadas perdas. Já mencionamos que a morte de jovens negros nas favelas (ainda que não envolvidos em atividades criminosas) não produz a mesma comoção que outras mortes decorrentes de atos violentos em outras localidades da cidade¹³⁵. Verifica-se uma espécie de distribuição desigual do luto público, uma vez que determinadas mortes são mais “choradas” e lamentadas do que outras (Santiago, 2020). Sobre isso, a filósofa Judith Butler afirma que “apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente” (2016b, p. 32). Portanto, uma vida só tem valor quando a sua perda é passível de luto.

Em sua obra, Butler entende que todas as vidas são passíveis de perda (de morte), isto é, todas são frágeis (precárias). Por esse motivo, é preciso que a sociedade mobilize recursos para que todas sejam protegidas. No entanto, nem todas as vidas são reconhecidas como “vidas” vivíveis (como vidas importantes), por isso, não são merecedoras de cuidado. São as vidas que nunca foram apreendidas como vidas de fato, que não são passíveis de luto, que, caso perdidas, não serão choradas, nem lamentadas pela sociedade.

¹³⁴ Por exemplo, as relações de poder podem influenciar quando uma determinada morte pode ser pranteada (chorada) em público ou não. Ou o quanto o luto pode ser amplificado e comover mais pessoas ou não.

¹³⁵ Sem classificar o luto dos familiares e a importância das vidas perdidas, podemos comparar a cobertura midiática e a repercussão de determinadas morte e casos de violência nas redes sociais. A esse respeito, os autores Santiago e Rodrigues (2018) apontam para as diferenças de tratamento dado às vítimas do acidente aéreo que vitimou grande parte da equipe da Chapecoense (em 2016) e às vítimas da Chacina de Costa Barros (cinco jovens negros foram mortos por policiais em 2015 ao serem “confundidos” com assaltantes). Autoridades públicas anunciaram notas de solidariedade e luto aos mortos no acidente aéreo, já aos mortos na chacina, nenhuma nota de lamento foi publicada. Na visão dos autores, “não existe luto público para aqueles cujas vidas nem sequer são reconhecidas como vidas de fato”.

Dito isso, quais seriam as vidas reconhecidas como vidas na sociedade brasileira – as vidas passíveis de luto? Quais seriam os processos de humanização e de desumanização que traçam linhas que definem quais vidas serão consideradas como vidas e quais mortes não poderão ser publicamente choradas? Na visão de Butler, a capacidade da sociedade para discernir e reconhecer um “ser” dotado de uma “vida” (que importa) depende de normas que são estabelecidas socialmente. São os enquadramentos fornecidos por essas normas que atuam para diferenciar as vidas que compreendemos enquanto vidas, das outras. As vidas que quando perdidas não geram comoção de diversos setores e grupos sociais são aquelas que fogem ao enquadramento da sociedade; são aquelas que não são passíveis de luto. Quando observamos os altos índices de mortos nas operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, compreendemos quais vidas são concebidas como “descartáveis” – a dos jovens, negros, moradores de favelas. Quando observamos as relações macrosociais que constroem respostas emotivas da sociedade sob a ótica do racismo, compreendemos mais uma vez porque determinadas mortes não geram uma grande comoção.

Conforme já dissemos, as emoções (a sua dimensão micropolítica), enquanto construto social, podem desafiar, estabelecer e/ou reforçar as relações de poder. De modo que determinadas emoções discursivas performadas por indivíduos em interações sociais podem ou não ser referendadas pela sociedade. A manutenção dessas performances representa resistência às relações de poder que “determinam” quais emoções são socialmente aceitas. Quando as mães choram as vidas de seus filhos em público, as vidas “não enquadradas nas normas sociais”; quando elas performam emoções que não são referendadas pela sociedade, elas resistem ao contexto que produziu a morte de seus filhos. Mais do que isso, esse luto público, além de colaborar com a manutenção da memória desses jovens mortos, confere significado e valor a essas vidas. Santiago (2020) ainda acrescenta que tal luto funciona como estratégia de atuação das mães, na medida em que expõe a precariedade de suas vidas, uma precariedade que diariamente é maximizada pelo Estado.

Em se tratando de mulheres negras chorando seus filhos em público, a expressão desse luto público ainda assume outra conotação. Por conta do processo de escravização e racismo estrutural, a população negra foi condicionada a conter e

reprimir suas emoções, uma vez que expressá-las poderia representar perigo para suas vidas. De acordo com hooks (2010), somente em espaços de resistência cultivados com muito cuidado, essa população podia expressar seus sentimentos. Sendo assim, o luto público com suas expressões de choro e gritos traz à tona a importância do corpo negro que manifesta suas emoções em público, pois expressa mais uma esfera da resistência da população negra – resistência às ameaças e discursos de outrora, tais como “engole o choro”, ou que os concebiam expressões emotivas como sinais de fraqueza.

Os estudos mais específicos do papel das emoções no campo dos movimentos sociais também evoluíram suas análises com o reconhecimento da importância do contexto (especialmente as ações do Estado) no qual uma dada mobilização acontece¹³⁶. Surgiram trabalhos que focam nas pessoas que organizam um movimento social, que por meio de um trabalho cultural recrutam novos participantes; surgiram também outras pesquisas que deixaram de observar as motivações específicas dos indivíduos para focar no reconhecimento da solidariedade como um importante fator para o engajamento em movimentos sociais. Essa virada teórica reconhece a importância das emoções nos estudos da ação política e se alinha à concepção de emoções como construto sociocultural (Goodwin, Polletta e Jasper, 2001). A próxima subseção tratará do estudo mais específico do papel das emoções no engajamento em movimentos sociais.

8.2 As emoções e o engajamento em movimentos sociais

Os movimentos sociais não surgem num vácuo, várias são as questões que levam indivíduos a se mobilizarem em torno de uma determinada causa. Conforme afirma o sociólogo James Jasper, “muito acontece dentro da cabeça daqueles que se engajam em protestos” (1997, p. 101). Ao longo de suas vidas, as pessoas são

¹³⁶ A partir da década de 1960, os teóricos que estudavam movimentos sociais eram, de certa forma, adeptos ou simpatizantes aos movimentos que estudavam, sendo assim, em seus estudos os manifestantes deixaram de ser concebidos como irracionais e passaram a ser entendidos como um grupo que luta por seus interesses. Entretanto, eles desconsideraram a questão das emoções em suas análises, posto que na visão deles, as emoções não tiveram papel significativo nas teorias de movimentos sociais e ação coletiva da maioria dos protestos da década de 1960. Foram nas três décadas seguintes que os estudos foram se desenvolvendo sob a ótica da perspectiva sócio-cultural (Goodwin, Polletta e Jasper, 2001).

envolvidas em laços afetivos, desenvolvem crenças por meio das quais interpretam o mundo, também criam intuições morais (com base na religião, na política etc) sobre como o mundo deveria ser e, assim, criam diferentes respostas emotivas para os eventos que as surpreendem. As emoções não apenas acompanham esses desejos e satisfações; mais do que isso, elas os constituem, permeando ideias, identidades e interesses dos indivíduos. Dessa forma, dependendo de como uma determinada ameaça se apresenta, todos esses elementos podem levar indivíduos a participação de protestos. Entender os motivos de um engajamento envolve, pois, o conhecimento daquilo que importa para determinado grupo, como este grupo vê o mundo e que linguagem usa para descrever as coisas. Nesse sentido, Jasper (1997) atribui o engajamento em movimentos sociais a três construtos que se entrelaçam: moralidade, emoções e aquilo que ele chama de compreensões cognitivas – também chamadas de crenças em outros momentos de seu texto. A moralidade seria a dimensão da cultura, que traz implicações para a ação das emoções e das compreensões cognitivas que as pessoas possuem sobre o mundo. O protesto está, nessa visão, predominantemente relacionado à visão moral, uma vez que este ajuda o indivíduo a perceber como o mundo é, e a lutar por aquilo que ele acredita que o mundo deveria ser.

Para o autor, o primeiro passo para o engajamento em movimentos sociais é o choque moral, que acontece “quando um evento inesperado ou partes de informação suscitam um sentimento de indignação que leva um indivíduo a se inclinar para a ação política com ou sem contato prévio com mobilizações” (1997, p.106). Isso significa que a partir de uma situação traumática que ameaça ou interrompe laços de afeto e estilos de vida, os indivíduos podem ser levados a uma ação coletiva; a se engajar em movimentos sociais, mesmo que nunca tenham participado de mobilizações anteriormente. O luto também pode desempenhar importante papel nesse processo, seja após a perda de um ente querido, seja com uma sensação mais geral de perda de algum símbolo cultural.

A resposta ao choque moral varia muito. Alguns indivíduos resignam-se às mudanças que consideram desagradáveis, visto que nem sempre as autoridades cedem aos protestos dos cidadãos. Entretanto, outros canalizam seus medos e raiva em indignação, participando de atividades políticas de forma individual ou coletiva. Nesse

sentido, o choque moral pode ser concebido como um catalizador que deflagraria uma revolta e levaria o indivíduo a participar de algum movimento social, ou de manifestações.

No complexo processo emocional da transformação da indignação em ação direta, isto é, de participação em movimentos sociais, sentimentos como suspeita e desconfiança (principalmente das autoridades) podem ajudar as pessoas a trabalhar o descontentamento na busca por um vilão, aquele a quem culpar pelo problema. A alocação de culpa pode ser tanto causal quanto corretiva, posto que ser o responsável por uma ameaça é diferente de ser o responsável por corrigi-la. Por exemplo, se as pessoas acreditam que o governo deveria ter previsto ou evitado uma determinada catástrofe, ou deveria ter feito mais para ajudar aqueles que sofreram com ela, eles podem ficar indignados ainda que não acreditem que o governo foi o causador direto da calamidade em questão. Dessa forma, quando há uma desconfiança de líderes e sistemas políticos que levam à procura de um culpado para as situações de trauma, os indivíduos também podem se engajar em mobilizações, exigindo demandas concretas para remediar os males causados pela situação com a qual estão indignados¹³⁷.

Raiva e medo também são importantes emoções geradas pelo choque moral. Enquanto o medo e o trauma podem paralisar os indivíduos, a raiva pode facilitar o engajamento, porque engloba o “modo de ataque”, um conjunto de emoções cultivadas por ativistas. Inclui ansiedades e medos incipientes que vão sendo transformados em indignação moral e raiva contra políticas públicas e contra os responsáveis pela tomada de decisão.

A partir do engajamento, os ativistas tecem juntos atitudes morais e emocionais acerca do objeto de protesto. Nesse processo, emoções como medo e pavor podem ir se transformando em ultraje e compaixão. Resumindo, Jasper (1997) destaca duas construções centrais para a maioria dos protestos: a existência de uma ameaça que gerou o choque moral – seja contra a moradia de um grupo, contra o meio ambiente, contra um estilo de vida particular (dentre outros tipos); e a existência de um culpado

¹³⁷ Por outro lado, a confiança generalizada em um sistema político diminui a incidência de protestos devido à suposição de que o governo consertará as coisas sem pressão pública.

responsável pelo choque moral – que pode ser representado na figura de um indivíduo, de corporações, de um grupo de políticos, dentre outros.

Além das emoções já citadas, Jasper (1997) resume em uma lista variadas emoções (positivas e negativas) e seus possíveis efeitos para o engajamento em movimentos sociais, como afeto, compaixão, medo, indignação, luto, ódio, ultraje, dentre outros¹³⁸. São emoções que podem se desenvolver em maior ou menor grau em indivíduos que recentemente sofreram algum choque moral; emoções que atuam diferentemente, de acordo com os variados graus de engajamento e que desempenham importante papel na manutenção do ativismo, isto é, na permanência dos indivíduos em movimentos sociais. No caso das mães de vítimas da violência policial, destacamos o luto, a raiva e a indignação enquanto emoções dotadas de uma dimensão micropolítica de grande importância nos conflitos que desencadeiam a ação política. Pois ao mesmo tempo em que expressam uma dor de ordem individual, essas mulheres produzem denúncias contra questões de ordem macrossocial como o racismo sistêmico.

Outro importante catalizador para a ação política/luta por demandas é a esperança. Crapanzano (2003) destaca como em situações de extremo sofrimento a esperança leva ao engajamento em mobilizações. Com base nisso, compreendemos que à medida que os familiares contam suas histórias de dor e violência, transitando entre suas experiências particulares e a experiência coletiva dos demais participantes do movimento, a esperança é construída. As histórias das mães tornam-se narrativas de resistência, que projetam a esperança (na busca por justiça) como um recurso para a manutenção do ativismo.

Uma vez engajados em mobilizações ou movimentos sociais, manifestantes tendem a criar novos quadros interpretativos para o que acontece na sociedade. É possível que um indivíduo engajado modifique suas ideias acerca de muitas questões sociais. Isso porque os movimentos sociais são capazes de elaborar espaços públicos que permitam a expressão das diferenças e a negociação necessária entre os diversos valores que cada grupo de indivíduos compartilha; são capazes de construir a “consciência do direito a ter direitos” (expressão de Lefort *apud* Telles, 1994). Com a participação em movimentos sociais, as pessoas vão expandindo a consciência de seus

¹³⁸ Tabela disponível em Jasper, 1997, p. 114.

direitos, o que representa um aprendizado cívico. Segundo a socióloga Ângela Paiva, o desenvolvimento de movimentos com práticas associativas e construção de identidades que possam trazer novas pautas para a esfera pública cumprem função pedagógica:

ao pensarem em estratégias de ação coletiva, em novos frames para orientarem esta ação, que canalizam a percepção de algum tipo de carência ou conflito até então dissimulado, ocultado ou distorcido, é dado o início de um aprendizado que pode vir a ser o móvel de formas de participação em uma pedagogia cívica não associada ao sistema escolar (2013, p. 37).

Dessa forma, estar em um movimento social envolve aprendizado sobre causas que extrapolam a indignação inicial que levou um determinado indivíduo ao engajamento. Nesse sentido, a participação das mães na Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência pode ir além da questão da luta por justiça e se expandir para outras pautas importantes para os moradores de comunidades no Rio de Janeiro, tendo em vista que elas aprendem a lutar por outros direitos também. É um aprendizado envolve agir coletivamente em algum grau – seja dentre os pares do movimento social ou em diálogo com outros grupos e mobilizações. Nesse processo, identidades coletivas são elaboradas.

A construção de uma identidade coletiva de um movimento – de um senso de *we-ness* – vem do poder de expressar emoções coletivamente, do reconhecimento de que elas são compartilhadas dentre um determinado grupo (Snow, 2001). Assim, as emoções se tornam “*feeling-in-common*”. Coletivamente os indivíduos podem elaborar raiva e ultraje contra uma situação, contra o governo ou até mesmo contra *outsiders*. É essa expressão coletiva que ajuda a criar a identidade de cada movimento e leva seus participantes a desenvolverem um senso de pertencimento e de solidariedade – recursos-chave para a sustentação do ativismo. Essa expressão coletiva também sugere a criação de laços de confiança, de lealdade e de afeto. De modo que um estranho que sofreu a mesma dor daqueles que estão engajados em mobilizações deixa de ser um estranho para ser alguém em quem passam a confiar, com quem compartilham

experiências, emoções e visões de mundo. Manifestantes que sofreram um determinado choque moral podem dizer sobre outras pessoas que sofreram choque similar ao deles: “eles são como nós. Eles entendem”, pois “confiam naqueles com quem concordam e concordam com aqueles em quem confiam”. É uma relação de confiança e compartilhamento de emoções recíprocas que fomenta solidariedade (Jasper, 1997, p. 187 e 188).

Os rituais ou corporificações simbólicas tais como performances públicas, músicas¹³⁹ e danças compartilhadas também são de suma importância no que diz respeito às emoções e identidades coletivas fomentadas no seio dos movimentos sociais, pois lembram aos participantes os compromissos morais com os quais se comprometeram – eles trazem à tona emoções e reforçam o senso de solidariedade entre o grupo. Se tomarmos como referência o que acontece nas religiões acerca dos rituais, temos os rituais como definidores daquilo que é sagrado. De igual forma, os rituais praticados dentro dos protestos destacam determinados elementos ou pessoas, pois reforçam crenças e acentuam emoções já existentes, além de criar novos significados (Jasper, 1997). A exemplo disso, podemos citar: a apresentação ritualística comum aos familiares da Rede ao se apresentam em público; a forma como protestam, vestindo camisas com as fotos de seus filhos e empunhando cartazes; os rituais que fazem em determinadas manifestações, como a árvore de Natal que montaram em frente à Câmara dos Vereadores com as fotos das vítimas de violência policial; e a performance que encenaram em frente à Delegacia de Polícia Civil, quando dispuseram bonecos sujos com tinta vermelha na calçada da instituição para representar os corpos ensanguentados das vítimas da violência policial; dentre tantas performances e rituais.

Já a identidade (individual) de um ativista é também construída coletivamente, com base nas atividades políticas advindas do engajamento em mobilizações e envolve uma série de questões, tais como: habilidades e conhecimentos sobre a causa pela qual se luta; consciência do potencial que um protesto tem; programa articulado de ideologia política e objetivos específicos. A construção dessa identidade conta ainda com uma

¹³⁹ As músicas compartilhadas entre os participantes do Movimento dos Direitos Civis dos negros nos Estados Unidos têm importante papel na construção da identidade coletiva dos manifestantes (ver Morris, 1984).

rede de companheiros que apoiam a causa. A satisfação pessoal de pertencer a um movimento e a catarse que advém de mobilizações coletivas colaboram para a manutenção do ativismo. Vale ressaltar que muitos ativistas permanecem engajados mesmo quando a luta já foi judicialmente declarada como “perdida” ou quando casos de Inquéritos Policiais foram sumariamente arquivados. Jasper (1997), em sua análise sobre as emoções mobilizadas pelos indivíduos engajados no movimento antinuclear chamado *Abalone Alliance*¹⁴⁰, discorre acerca da manutenção da mobilização mesmo quando a luta contra a construção da usina não produzia mais efeitos. Para o autor, as dinâmicas emotivas daquilo que ele chama de subcultura fomentada dentre os participantes foram fortes o suficiente para manter o movimento unido, mesmo quando a sua vida “racional” ou instrumental já deveria ter acabado.

Dito isso, todo movimento possui uma cultura que interliga as atividades com as crenças e sentimentos que dão sentido a essas atividades. Essa é uma das maneiras segundo as quais os laços de solidariedade vão se estabelecendo. Trazer a solidariedade para a cena significa reforçar o papel da coletividade para tecer uma trama moral ao redor de questões políticas (Zilli, 2017). A partir dos estudos de Durkheim sobre rituais coletivos, o sociólogo Randall Collins (2001) entende que a solidariedade está intimamente relacionada ao sucesso ou duração de uma mobilização. Ela é fruto de emoções coletivas que surgem com o compartilhamento ritualizado instigador de emoções (como raiva, medo, etc – ou nos termos de Jasper, choque moral) que levam os indivíduos para a participação em movimentos sociais. Sendo assim, a solidariedade é caracterizada pela transmutação da emoção catalizadora que levou um determinado grupo ao engajamento em uma emoção coletiva – ela é fruto do compartilhamento de um foco comum dentre os manifestantes.

Mas como acontece esse processo de compartilhamento ou de coletivização de um determinado foco? No caso particular em estudo, verificamos que o luto, uma emoção da ordem individual, transforma-se em uma experiência coletiva. Como isso acontece? Como a experiência particular de uma mãe que perdeu seu filho torna-se uma questão coletiva? Como se dá a mobilização de outros grupos para uma

¹⁴⁰ Movimento formado por ativistas que se posicionaram contra a instalação de uma usina nuclear na região de Diablo Canyon, na Califórnia no período de 1977 a 1984. Em 1985 a usina nuclear iniciou seus trabalhos.

determinada causa? O sociólogo Joseph Gusfield (1981) focaliza o processo de tornar público um determinado assunto a partir do ponto de vista dos atores sociais nele envolvidos. Ele analisa os movimentos sociais com base nas percepções dos participantes, naquilo que eles consideram justo ou injusto, buscando entender como os “sentidos do justo” constituem a construção da ordem pública. Com isso, a percepção de justiça torna público um determinado assunto. Nesse sentido, atos de injustiça podem desencadear protestos impulsionados pelas próprias emoções que cristalizam (Jasper, 1997). Dentro de um movimento, a dor de um indivíduo se converte na dor de todos por conta do compartilhamento das emoções e das experiências advindas do choque moral.

Dessa forma, é possível compreender que a coletivização da dor se manifesta com os sentimentos de solidariedade entre o grupo, os quais vão surgindo a partir da consciência coletiva. Os indivíduos passam a se identificar com o sofrimento do outro. A consciência coletiva surge, pois, quando o foco de todos está na mesma situação. Para Freire (2011), a dor da perda de um filho é o elemento que contagia as outras mães que vivenciaram a mesma experiência e as mobilizam a compor um grupo. Em seu estudo sobre como militantes de um movimento social da Baixada Fluminense mobilizam o recurso emotivo para atribuir palavras à vivência da injustiça, Freire destaca a emoção enquanto um recurso de comoção (gerador de solidariedade), que sensibiliza o outro e o engaja na trama narrada; que tem o poder de tomar o lugar da palavra e comover os outros indivíduos. O compartilhamento da mesma dor permite aos participantes o gerenciamento da perda individual, que se transforma em perda coletiva. As emoções configuram-se, pois, como um recurso para que as reivindicações advindas de uma experiência dolorosa possam acessar uma coletividade (Rezende e Coelho, 2015).

Se as emoções são práticas discursivas dotadas de uma dimensão micropolítica que se manifesta na capacidade de dramatizar e até alterar as macrorrelações sociais, analisar as narrativas das mães de vítimas da violência policial gera não apenas a compreensão de qual é a gramática emocional que informa o engajamento dessas mulheres na luta por justiça; mas também, como uma situação microssocial de assassinato em uma favela atualiza o contexto macro de racismo estrutural e violência

policial na cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, como as narrativas de engajamento de mulheres negras destacam como o racismo opera na sociedade, sob a bandeira da alegada “legítima defesa” dos policiais.

Passaremos agora para a segunda parte do capítulo.

8.3 Narrando o sofrimento

Conforme dissemos no capítulo 4, as **narrativas de engajamento** dos familiares de vítimas da violência são profundamente avaliadas e mobilizam emoções no processo de transformação do luto em ação política. O ponto dessas narrativas trata da defesa da inocência do filho e, é carregado por denúncias contra o Estado – denúncias que destacam a injustiça dessas mortes. Esse ponto também se traduz no choque moral “mais direto”, o motivo que levou esses familiares para a participação em movimentos sociais: a morte do filho. Entendemos que tal choque é construído de diversas maneiras e conta com outros elementos além da perda do filho. Por esse motivo, embora façamos uso dos mesmos fragmentos narrativos no curso da tese, a análise que se segue procura compreender como o choque moral que levou ao engajamento na Rede é construído discursivamente e como emoções como dor e revolta são organizadas nesse processo.

Começaremos com os fragmentos narrativos de Ana Paula, mãe de Johnatha. Todas as mães engajadas na Rede elaboram a dor em público – compreendemos isso como parte do processo de transformação da dor em ação política e como parte da denúncia pública que fazem. Nesta análise, destacamos a performance narrativa dessa mãe, observando suas escolhas lexicais e estratégias de envolvimento.

Excerto 1

10 **Ana Paula** Nós, que moramos em favelas, que perdemos
 11 nossos filhos INJUSTAMENTE sabemos que o que há
 12 é o combate aos pobres. Estão tirando os nossos
 13 filhos, e ninguém SE IMPORTA? (3s) o MEU FILHO,
 14 ele foi assassinado aos dezenove anos de idade
 15 com um tiro nas costas, totalmente indefeso. E
 16 é por isso que eu tô aqui hoje. junto com essas
 17 mães, com esses pais, com esses familiares

Emoções são mobilizadas ao longo de todo o discurso de Ana Paula. A declaração de que seu filho foi assassinado com um tiro nas costas, injustamente, carrega, por si só, emoções socialmente compartilhadas: indignação, sofrimento, tristeza. Se a perda de um filho já é socialmente compartilhada como uma das dores mais fortes da experiência pessoal, a ocorrência disso em um contexto de violência e injustiça amplifica a carga dramática. O repertório de ações verbais e não-verbais que indiciam essas emoções incluem choro contido, ênfases, gritos (marcados com letra maiúscula na transcrição), padrão rítmico, lágrimas e pausas. Em termos linguísticos, compreendemos esses repertórios como estratégias de envolvimento que intensificam a experiência narrada. São repertórios que também podem ser analisados apenas sob a ótica da Antropologia das Emoções, mas quando incorporamos um aporte teórico linguístico, mais especificamente, a análise de narrativa para a compreensão desses repertórios, ampliamos o escopo de análise para o entendimento daquilo que acontece na vida social.

Depois de apresentar a si mesma e o contexto mais geral de violência policial nas favelas, Ana Paula pergunta retoricamente: “estão tirando os nossos filhos, (.) e ninguém SE IMPORTA?” (linhas 12 a 14). Corporificando afetos com choro, pausa e entonação de voz, ela intensifica a sua narrativa. Ela também chama a responsabilidade da sociedade em geral no questionamento das políticas de segurança pública. Ao mesmo tempo que denuncia o descaso público com a morte de jovens negros, essa mãe produz uma versão semi-especializada da discussão sobre que vidas importam e merecem ser protegidas, sobre quais mortes são choradas pela sociedade (Butler, 2019). Num movimento performático com alto grau de envolvimento (Tannen, 2007), Ana Paula chora e enluta concretamente a morte de Johnatha em um discurso multimodal de resistência à banalização de sua morte.

A elaboração do choque moral, do motivo que a levou ao engajamento na luta por justiça se dá por meio do movimento discursivo mais característico de sua narrativa – a transição entre a experiência particular e a coletiva – conforme já mencionamos, ela fala do contexto mais amplo, apresenta a sua **história particular**, que junto com o coletivo (a presença dos outros familiares) constrói a causalidade de seu engajamento: “Estão tirando os nossos filhos, e ninguém SE IMPORTA? (3s) o

MEU FILHO, ele foi assassinado aos dezenove anos de idade com um tiro nas costas, totalmente indefeso. E é por isso que eu tô aqui hoje. junto com essas mães, com esses pais, com esses familiares”. Trata-se de uma construção espiral, na qual ela apresenta as mortes de jovens em geral, depois apresenta a morte de seu filho e, então, apresenta seus companheiros. Nesse processo, destacamos a avaliação que dá conta da maneira como se deu a morte de Johnatha – “totalmente indefeso” – compreendemos que esta escolha lexical coloca em destaque o ponto da narrativa: a defesa da inocência do filho, acentuando a carga dramática da dor de uma mãe que não pode proteger seu filho. Isso porque em nossa visão, essa avaliação constrói Johnatha como um filho que necessita de cuidado e que no momento de sua morte, estava indefeso.

Na sequência Ana Paula traz uma extensa **coda avaliativa** na qual ela produz denúncias ao sistema judiciário brasileiro, que também funcionam como um complemento do choque moral vivenciado por ela:

Excerto 3:

19 **Ana Paula** e é por isso que eu tô aqui hoje. junto com
 20 essas mães, com esses pais, com esses
 21 familiares. sabe por quê? o policial que
 22 assassinou o meu filho, X, o nome dele. foi o
 23 policial que desgraçou a minha vida, MAS SE
 24 HOUVESSE JUSTIÇA de repente hoje o meu filho
 25 estaria vivo. porque esse mesmo POLICIAL, JÁ
 26 HAVIA SIDO PRESO UM ANO ANTES, ELE RESPONDE A
 27 PROCESSO POR TRIPLO HOMICÍDIO E POR TENTATIVA
 28 DE HOMICÍDIO E NINGUÉM FEZ NADA, A JUSTIÇA NÃO
 29 ACONTECEU.

Podemos perceber como essa mãe elabora o seu engajamento, o motivo pelo qual está naquela manifestação e na luta por justiça a partir de duas situações que ela constrói como interligadas: a morte de seu filho e a ausência de punição para o policial já envolvido em outros crimes antes da morte de Johnatha. Nas linhas 19 e 21 Ana Paula faz uso de uma repetição que intensifica a oração narrativa que tem como objetivo enfatizar e explicar esse motivo:

- por isso que eu tô aqui hoje – direcionado à morte de seu filho em si;

- **sabe por quê?** – direcionado à questão da justiça, à ausência de punição para o policial que foi acusado de vários crimes antes da morte de seu filho.

Depois disso, Ana Paula nomeia o agente responsável pelo tiro que matou Johnatha e lança mão de uma narrativa hipotética (linhas 23 a 29). A partir desse momento, essa mãe conduz seu discurso com gritos e choros que, junto a essa repetição dos porquês, acentuam a carga dramática de seu discurso, dando maior ênfase às emoções que ela mobiliza ao constatar que de repente seu filho poderia estar vivo se “houvesse justiça”. Com isso, ela transfere essa situação para a esfera macro, porque em sua visão, se esse policial tivesse sido preso à época em que cometeu outros crimes, possivelmente, seu filho estaria vivo. É esse movimento que vimos chamando de espiral, essa mãe desenvolve sua narrativa conectando os eventos de ordem micro aos de ordem macro. Entendemos essas emoções como parte do choque moral que a levou para a luta por justiça. Essa profunda indignação de Ana Paula gerada pelo choque moral também pode ser compreendida como o ponto de virada (Mishler, 2002), aquilo que mudou a sua história.

Adicionamos ao ponto da presente análise um dado etnográfico: ao longo da fala de Ana Paula, outros companheiros da Rede a abraçam nos momentos de choro e expressam solidariedade entoando palavras de ordem como “Justiça!”. Esse repertório junto a todos os recursos avaliativos, também funciona na performance como uma forma de cobrar a responsabilidade da população em denunciar os crimes dos agentes do Estado. De modo alinhado ao principal lema do movimento - “Do luto à luta” -, frequentemente estampado nos cartazes das mães que compõem a Rede, o que se vê nesses fragmentos narrativos é um reenquadramento das emoções relacionadas ao luto e ao sofrimento da perda de um filho (geralmente experiências individuais e passivas) em ação voltada para causas coletivas. Nesta subseção da análise observamos como o uso de um repertório multimodal de índices de afeto cria uma tensão entre razão e emoção em que, ao mesmo tempo em que se chora a morte, uma morte banalizada e se provoca comoção e empatia, se entrega uma racionalização sobre a morte que extrapola o próprio assassinato de Johnatha, projetando-o em quadros sociais mais amplos.

Já na narrativa de Janaina, mãe de Jhonata Dalber, o gerenciamento das emoções produz efeitos de sentido que focalizam a experiência individual dessa mãe.

Excerto 4

04 **Janaina** ele foi até a comunidade, (.) para fazer um favor
 05 pra mim, (.) pegar um pacote com um saquinho de
 06 pipoca (4s). E lá, ele foi alvejado com um tiro
 07 na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s)
 08 ((chorando)). E hoje eu tô aqui com essas mães,
 09 em busca de justiça (4s) e enquanto eu tiver vida,
 10 eu vou atrás dessa justiça, e enquanto eu tiver
 11 força pra isso eu vou lutar (.), porque nem todo
 12 mundo que mora em comunidade é marginal, (.) nem
 13 todo mundo que mora em comunidade mora porque
 14 quer, (.) é por não ter condições. (.) É por não
 15 ter opção, (.) de sair de lá. (2s) E meu filho
 16 não morava lá, e mesmo assim meu filho foi
 17 assassinado(2s). Eles destruíram a minha família,
 18 (2s) destruíram a minha vida, e eu só tô aqui pra
 19 pedir justiça, (2s) só justiça. Obrigada a todos.

A performance narrativa de Janaina conta com muitas pausas e choro. As ações complicadoras que dão conta do preciso momento em que Jhonata morreu são elaboradas com longas pausas e choro “ele foi até a comunidade(.) para fazer um favor pra pegar um pacote com um saquinho de pipoca (4s). E lá, ele foi alvejado com um tiro na testa, (.) pelo policial da UPP do Borel (12s)” (linhas 4 a 7). O repertório de emoções corpóreas e escolhas lexicais usados por Janaina constroem a inocência de seu filho. Ela chora justamente no momento que nomeia a morte dele, o que acentua a carga dramática de seu relato e intensifica o ponto de sua narrativa. Sarbin (2001) entende que expressões corporais como o choro podem auxiliar as metas dos indivíduos em suas performances narrativas e identitárias. No caso da narrativa em questão, o repertório de emoções traz à tona a disparidade das ações de Jhonata, quando comparadas à ação dos policiais:

“foi até a comunidade fazer um favor pra mim”

“pegar saquinho de pipoca”

“foi alvejado na testa por um policial da UPP”

Essa disparidade funciona como uma denúncia a uma brutalidade policial injustificada; destaca a banalização da violência policial e a ausência de qualquer

motivo que pudesse construir uma relação de causalidade ou racionalização para a morte de um jovem na favela.

Já dissemos ao longo da tese que a dor da perda de um filho é socialmente construída como uma das piores experiências que uma mãe pode ter; essa performance de Janaina mobiliza emoções que, por meio das pausas e choros, exercem três funções: *i)* tomam o lugar da palavra e expressam o indizível e a percepção da injustiça; *ii)* materializam a indignação e a reivindicação por justiça; *iii)* se configuram como um recurso de comoção que sensibiliza a audiência, tanto as pessoas que passam pela rua como os participantes do movimento, pois quando Janaina chora, os familiares a abraçam e a confortam, incentivando-a com palavras para que ela continue seu discurso. Isso aponta para a compreensão de que o compartilhamento da mesma dor permite a esses familiares o gerenciamento em coletividade de uma perda que é individual (Jasper, 1997; Freire, 2011).

Seguindo a narrativa, Janaina constrói o motivo pelo qual está nessa manifestação, o choque moral que a levou ao engajamento na luta por justiça por meio de uma relação de causalidade – ela primeiro conta os eventos que circundam a morte de Jhonata e, então, expressa porque está naquele local: “e hoje eu tô aqui com essas mães, em busca de justiça” (linhas 8 e 9). Seu discurso constrói o significado da luta expresso no alinhamento com as mães na busca por justiça e a importância da manutenção dessa luta “enquanto eu tiver vida, eu vou atrás dessa justiça” (linhas 9 a 11).

Ao encerrar sua história, Janaina ainda apresenta um anseio por justiça, também discursivizado nas narrativas de outros familiares – “e eu só tô aqui pra pedir justiça, (2s) só justiça”. Em nossa visão, tal anseio destaca a esperança que se manifesta na luta por justiça como um dispositivo catalizador para a mobilização coletiva dessas mães (Jasper, 1997; Freire, 2011; Crapanzano, 2003).

A partir da narrativa de Janaina, podemos compreender que seu engajamento na luta por justiça é construído em três momentos: *i)* quando ela enfatiza que está na luta com os familiares porque seu filho foi morto; *ii)* quando ela estende a sua luta para combater o preconceito contra os moradores de favelas; *iii)* quando ela pessoaliza a sua experiência com a violência policial, verbalizando as consequências que isso trouxe

para a sua vida. Por meio dessa pessoalização, Janaina colabora com a humanização da vítima de violência policial. Quando narrativas de violência são construídas como parte de histórias de vida que mobilizam emoções e acentuam o caráter dramático dessas experiências, a violência toma forma, toma corpo, sai da esfera das estatísticas. Isso porque as estatísticas, normalmente, acabam atribuindo um caráter abstrato a essas mortes, o que distancia as vítimas e seus familiares da sociedade civil. Desse modo, a experiência pessoal de Janaina, que parte do contexto micro de assassinato de seu filho, materializa as consequências das políticas de segurança pública do Rio de Janeiro. É nesse sentido que as **narrativas de engajamento** desempenham importantes papéis nos movimentos sociais.

Seguindo o *corpus* de dados que compõe a presente tese, passamos agora aos fragmentos narrativos de Fatinha, mãe de Hugo Leonardo. A **narrativa de engajamento** dessa mãe conta com uma performance que elabora o luto público a partir do uso de emoções corporificadas e de uma construção ritmada, com pausas que intensificam a experiência narrada. Vale ressaltar que, diferente das outras mães, Fatinha narra a morte de seu filho sob ótica do seu sofrimento pessoal, isto é, ela detalha a sua experiência com a dor:

Excerto 5

28 **Fatinha** (.) eu recebi um telefonema, eu tava passando uma
 29 camisa para o meu marido trabalhar (0,2) um amigo
 30 falou assim 'Fatinha a X ligou e falou que a
 31 polícia matou o Hugo' (.) foi assim (0,2) eu perdi
 32 meu chão (.) eu não sei como eu consegui descer
 33 as escadas, porque (0,2) eu não sentia o chão, (.)
 34 mas logo quando eu cheguei lá, eles já tinham
 35 arrastado o corpo dele.

O fragmento narrativo acima pertence ao discurso que vimos analisando nos capítulos anteriores. Podemos observar como ela mobiliza emoções ao narrar o sofrimento de receber a notícia por meio de seus familiares e o que ela fez na sequência. Nas linhas 32 a 34 é possível identificar a primeira reação de Fatinha ao choque moral advindo da notícia que acabara de receber – ela perdeu o chão.

Em outro excerto narrativo gravado durante uma manifestação em frente à 5ª Delegacia de Polícia Civil (DP), Fatinha dá mais detalhes sobre esse momento em que

“perdeu o chão” e os eventos seguintes à morte de Hugo. Vale ressaltar que durante essa manifestação, os familiares presentes fizeram seus discursos diante de uma emissora de TV e, após esse momento, permaneceram no local dando entrevistas, mas ainda seguindo o padrão ritualístico de apresentação nos protestos. Desse modo, ao mesmo tempo que se dirigiam aos jornalistas, eles gritavam em direção à Delegacia. Gravei Fatinha em um desses momentos de entrevista/discurso de manifestação. Devido a esse caráter multimodal, que possibilita a atenção da audiência por um tempo maior, Fatinha expande sua narrativa:

Excerto 6

38 **Fatinha** Tiraram o corpo do local (.) fizeram o morador
 39 pegar lençol, ameaçou de morte se alguém falasse
 40 alguma coisa, não fez perícia no local, arrastou
 41 o corpo do meu filho e ainda forçou os amigos do
 42 meu filho a carregar o corpo pelo lado de baixo
 43 que foi pela pelo Muarama, não foi pela principal
 44 onde estavam os outros policiais batendo nos meus
 45 conhecidos que estavam querendo fazer uma
 46 manifestação, até grávida apanhou, spray de
 47 pimenta, teve de tudo. Só eu que não tive coragem,
 48 porque eu perdi o chão. Eu fiquei (.) NESSE DIA
 49 EU FIQUEI(.)que eu não sei onde eu tava. Eu não
 50 sei(.)ATÉ HOJE eu me pergunto o porquê que eu não
 51 reagi naquela tarde. Eu não consegui reagir. Não
 52 consegui. Eu fiquei quase um ano. Bem dizer morta
 53 dentro de casa sem saber aonde ir, pra onde ir,
 54 com medo de sair porque eles ameaçaram de morte.
 55 Até no dia do enterro do meu filho pra me tirarem
 56 de dentro de casa foi um sufoco. Eu com medo deles
 57 metralhar a gente. Matar.

Nas linhas 38 a 45 Fatinha caracteriza as ações da polícia após os disparos que mataram Hugo. Essas caracterizações diferem um pouco daquelas feitas sobre as ameaças que antecedem a morte de seu filho (Excerto 6, cf. 6.4). Não há marcas de pessoalização, ao contrário, as ações complicadoras, enunciadas com verbos que indicam sujeito indeterminado (**tiraram; fizeram; ameaçou; arrastou; forçou; estavam batendo**) fazem referência a uma atuação que não é direcionada especificamente a uma pessoa.

A avaliação da linha 46 sobre a revolta dos moradores “até grávida apanhou” se contrasta com a postura de Fatinha “Só eu que não tive coragem,

porque eu perdi o chão. Eu fiquei (.) NESSE DIA EU FIQUEI(.)Que eu não sei onde eu tava. Eu não sei(.)” (linhas 47 a 49). O “perder o chão” narrado por Fatinha em duas ocasiões diferentes enfatizam os efeitos do choque moral vivenciado por essa mãe: uma espécie de paralisia.

As escolhas lexicais e a performance narrativa com repetições e aumento na entonação de voz funcionam como um recurso intensificador da experiência narrada por Fatinha, que põe em destaque a dor dessa mãe e o quanto o choque a paralisou. Listamos essas escolhas abaixo:

- **não tive coragem**
- **perdi o chão**
- **Eu fiquei (.) NESSE DIA EU FIQUEI (.)**
- **Eu não consegui reagir. Não consegui.**
- **Eu fiquei quase um ano. Bem dizer morta dentro de casa**
- **com medo de sair porque eles ameaçaram de morte.**
- **Eu com medo deles metralhar a gente. Matar.**

Conforme já dissemos, Fatinha narra a morte de Hugo a partir do seu sofrimento pessoal. Ela conta que ficou quase um ano “Bem dizer morta dentro de casa sem saber aonde ir, pra onde ir, com medo de sair porque eles ameaçaram de morte” (linhas 54 a 56). O que fez com que ela saísse às ruas? Como se deu a passagem de uma vivência do luto individual para o luto público, como se deu a transformação desse luto em luta? De acordo com Jasper, “muito acontece dentro da cabeça dos indivíduos que se engajam em protestos” (1997, p. 101). O complexo processo emocional da transformação da indignação em ação direta, envolve a canalização da raiva e/ou da dor em indignação.

Nos fragmentos narrativos do discurso de Fatinha em frente à Delegacia de Polícia Civil destacamos outras duas formas de choque moral vivenciadas por ela, além da perda de Hugo. A primeira é o sofrimento que diz respeito à caracterização moral da vítima, àquilo que Ana Paula chamou de “segunda morte”¹⁴¹ – maneira como a mídia

¹⁴¹ Durante a entrevista em grupo que fiz com os participantes da Rede, Ana Paula classificou como uma “segunda morte” ver seu filho sendo retratado como um criminoso nas notícias de jornais da mídia hegemônica. Geralmente, os jornais reportam casos assim seguindo a narrativa dos policiais, oficializada pelo Registro de Ocorrência. Em nossa visão, a dor incomensurável dessa segunda morte tem relação com o fato dessas mães perceberem que a morte de seus filhos não é considerada pranteável (Butler,

e demais setores da sociedade, tipicamente, caracterizam as vítimas de violência policial, como criminosos. Como se vê no próximo excerto:

Excerto 8

30 **Fatinha** Há 5 anos eu quero uma resposta. Se não, vai
 31 terminando eu morrer e limpar o nome do meu filho
 32 eu não vou conseguir? Não, eu quero limpar o nome
 33 do meu filho. Eu quero. Porque saiu na mídia,
 34 'mais um traficante morto'. E NÃO É VERDADE. E
 35 mesmo se FOSSE. Ele morreu de joelho, com a mão
 36 pro alto, com a camisa na boca. Então eu quero uma
 37 resposta daqui.

Fatinha refuta a reportagem e constrói seu engajamento a partir de uma relação de causalidade – “eu quero limpar o nome do meu filho”; “Porque saiu na mídia, 'mais um traficante morto E NÃO É VERDADE”. A revolta pela maneira como seus filhos são caracterizados pela mídia hegemônica é tornada relevante em muitas das narrativas das mães. Compreendemos essa indignação e a necessidade de descolar o nome dessas vítimas de adjetivos como “traficante” ou “bandido” como parte do choque moral – importantes catalizadores para o engajamento dos familiares na luta por justiça.

Fatinha ainda explica como Hugo foi morto “de joelho, com a mão pro alto, com a camisa na boca”, e se posiciona contra a tese que circula na esfera mais conservadora da sociedade brasileira (muito repetida pelo atual presidente e seus apoiadores), de que “bandido bom, é bandido morto”. Ainda que Hugo fosse traficante, ele morreu rendido, o que caracteriza uma execução – e não uma troca de tiros, de acordo com o que foi relatado no Registro de Ocorrência feito pelos policiais responsáveis pela morte de Hugo. Depois disso, ela direciona sua fala para a Delegacia de Polícia Civil – órgão responsável pela investigação do caso dela, na época desta manifestação “Então eu quero uma resposta daqui” (linha 39).

A segunda forma de choque moral diz respeito à uma situação que aconteceu com um outro morador da Rocinha:

2016b). É a constatação que a vida de seus filhos não tem importância para determinados setores da sociedade.

Excerto 9

57 **Fatinha** Tudo isso, foi apavorante. Mas, quando fizeram
58 aquilo com o Amarildo foi que eu tive coragem. Eu
59 falei 'não, eu vou ter que sair' e daí por diante.

No dia 14 de julho de 2013, mais de um ano após a morte de Hugo, o ajudante de pedreiro, Amarildo Dias de Souza desapareceu após ter sido conduzido por policiais até a sede da UPP da Rocinha para uma averiguação. Segundo a versão dos policiais envolvidos, ele foi liberado em seguida. Contudo, Amarildo nunca mais foi visto. A investigação apontou que vinte e cinco policiais tiveram participação no desaparecimento dele, no entanto, apenas oito foram condenados. Esse episódio tornou-se um símbolo dos casos de abuso de autoridade dos policiais e de violência policial. A pergunta “*Onde está o Amarildo?*” ecoou pelas ruas do Rio de Janeiro em meio aos protestos que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho (ver Araújo, 2016). O desaparecimento de Amarildo é construído na narrativa de Fatinha como o choque moral que provocou uma indignação capaz de converter o trauma e a paralisia gerados pela morte de Hugo em revolta canalizada para ação política. Essa construção se dá a partir de uma relação de causalidade, na qual ela avalia a experiência gerada pelo medo dos policiais como “apavorante”, porém, com o ultraje e a indignação gerados pelo desaparecimento forçado de Amarildo, ela “teve que sair”. É como se a partir daquele momento não existisse outra opção, a não ser, se mobilizar. Fatinha que ficara quase um ano “Bem dizer morta dentro de casa sem saber aonde ir” (linha 53) teve coragem para sair “e daí por diante” (linhas 59 e 60).

Portanto, o choque moral de perder um filho, junto à etiqueta “traficante” que foi atribuída a Hugo e à indignação pelo caso Amarildo são os eventos catalizadores que levaram Fatinha ao engajamento na luta por justiça. A sua performance narrativa mobiliza emoções que focalizam a dor de perder um filho e a paralisia diante dessa perda.

De modo similar à Fatinha, que narra a morte de seu filho a partir de seu sofrimento, Fátima Pinho, mãe de Paulo Roberto, narra os eventos sob a ótica do sofrimento de seu filho, apresentando também o seu sofrimento. Já dissemos que a “marca” de Fátima é a sua performance narrativa, que conta com uma fala acelerada,

como poucas pausas e um momento de choro contido, sinalizado por meio de uma mudança em seu padrão tonal (com embargo de voz) em momentos pontuais de seu discurso – essa performance tem central importância para o entendimento de como ela mobiliza emoções em seu discurso:

Excerto 10

07 **Fátima Pinho** O Paulo Roberto tinha passagem no DEGASE
 08 ((inaudível)) leve, mas isso não era motivo
 09 para eles tirarem a vida do meu filho. Meu
 10 filho não foi levado, meu filho não levou
 11 tiro, meu filho não tava trocando TIRO, meu
 12 filho não tava correndo de polícia, meu filho
 13 não tava vendendo droga, meu filho não tava
 14 fazendo nada, não tava roubando, não tava
 15 nada. Simplesmente tava na favela, passou
 16 pelo beco pra ir dormir e sofreu uma
 17 abordagem violenta porque ele tinha
 18 questionado a abordagem do irmão e ele foi
 18 espancado e sufocado até a morte.

Ao iniciar a sua **história** particular, com as ações complicadoras que efetivamente dão conta do que aconteceu com Paulo Roberto, Fátima Pinho lança mão de orações narrativas – ações no passado que não estão organizadas em uma sequência temporal; performadas de forma acelerada com um padrão rítmico com entonação e repetição – que constroem a inocência de Paulo Roberto:

**“Meu filho não foi levado,
 meu filho não levou tiro,
 meu filho não tava trocando TIRO,
 meu filho não tava correndo de polícia,
 meu filho não tava vendendo droga,
 meu filho não tava fazendo nada,
 não tava roubando,
 não tava nada”**

Essa performance é carregada de emoções e funciona como uma estratégia de envolvimento (Tannen, 2007), que acentua a dramaticidade dessas orações e põe em destaque a indignação dessa mãe: “seu filho não tava fazendo nada” e “foi espancado até a morte” – indignação esta, que, em nossa visão, constrói o engajamento dessa

mulher na luta por justiça. Essa repetição também parece ser acionada para refutar todos os possíveis estigmas que podem ser atribuídos à vítima de violência policial que tem um “passado que condena”. Paulo Roberto não trocou tiro, não vendeu droga, em suma, ele “não tava fazendo nada” (linhas 13 e 14) que pudesse, de alguma forma, “justificar” a sua morte. Sua passagem pelo sistema socioeducativo não justificava sua morte, tampouco suas ações. De acordo com as análises anteriores desse fragmento, o uso do advérbio “simplesmente” atribui certa banalidade à morte desse jovem, uma ausência de causalidades (mais coerentes) que explicassem o que efetivamente levou ao seu óbito, para além do fato dele ter questionado a abordagem do irmão dias atrás.

Depois de falar sobre o Estado e sobre Paulo Roberto, Fátima fala sobre sua experiência particular – Paulo Roberto morreu em seus braços.

Excerto 11

17 **Fátima Pinho** eu tive o prazer de chegar perto do meu filho
 18 e eu sentir dois suspiros dele e ele morreu
 19 nos meus braços. Esse foi o prazer que eles
 20 me deram, de ver o meu filho morrer no meu
 21 colo e eu não tenho o meu filho hoje. Não
 22 vou ver meu filho em casa (.) ((choro
 23 contido)), passar mais um Natal sem o meu
 24 filho (.) Os irmãos querer ter os irmãos
 25 juntos e não ter (.) E não tem (.) Entendeu?
 26 (.)

A partir do excerto acima, podemos observar como Fátima mobiliza emoções na elaboração dessa experiência. No preciso momento em que ela narra a ausência de seu filho no Natal – data mencionada como especialmente delicada para os familiares de vítimas da violência policial –, ela muda o seu padrão tonal de fala acelerada e ritmada para uma fala com micro pausas e embargo de voz, performance que parece conter o seu choro.

Presenciar a morte de um filho é, socialmente, considerada uma das experiências mais dolorosas que uma mãe pode ter. Nas orações narrativas das linhas 17 e 19 Fátima faz uso do substantivo “**prazer**” para caracterizar essa experiência. Em nosso entendimento esse uso possui duas faces:

1) No primeiro, mobiliza emoções: “e eu tive o prazer de chegar perto do meu filho e eu sentir dois suspiros dele e ele morreu nos meus braços”. O uso de “prazer” aqui denota um toque de proximidade, que é construído como uma espécie de privilégio – Fátima teve uma última chance de ver seu filho com vida. A maioria das mães de vítimas da violência policial (talvez todas) não têm acesso aos eventos que antecederam a morte dos seus filhos e ao que aconteceu logo na sequência. Muitas precisam remontar a história a partir de testemunhas que estavam no local. Outro momento de ausência de detalhes é a hora que seus filhos foram socorridos e levados para algum hospital ou UPA. A partir de conversas informais das quais participei durante a etnografia das manifestações e da entrevista em grupo que realizei com alguns familiares na sede da Rede, aprendi que, quando vítimas como Paulo Roberto chegam nas unidades de saúde levados pelos policiais, a família (que geralmente chega depois) não consegue ter acesso à vítima ou ao corpo. Os familiares relataram que, normalmente, é vedado a eles o acesso às informações sobre os procedimentos médicos realizados na vítima (quando ainda está viva) ou no corpo, ao passo que a polícia tem total acesso (provavelmente em função da classificação de morte em decorrência de intervenção policial). No caso de Fátima, ela pode estar ao lado de seu filho naquele que consta como os momentos finais de vida dele “deu dois suspiros e morreu em seus braços” (linhas 18 e 19). Esse “prazer” pode ser compreendido como o único consolo que ela teve – de se despedir dele e acolhê-lo na hora da morte, afinal, não foi possível garantir a ele a proteção – como é garantida aos filhos de mulheres brancas, segundo Collins (1994).

2) Já no segundo uso, funciona como ironia: “Esse foi o prazer que eles me deram, de ver o meu filho morrer no meu colo e eu não tenho o meu filho hoje” (linhas 19 a 21). O uso do termo “prazer” aqui expressa exatamente o oposto disso; inferimos que o Estado “concedeu” à Fátima um “prazer” que é na verdade, sofrimento, a perda do filho.

Ademais, a repetição desse substantivo destaca a dor dessa mãe. Levando em consideração a trajetória de Fátima na luta por justiça, mais especificamente, as

dificuldades que ela enfrentou em função de seu filho ter “um passado que condena”, compreendemos que a forma como ela elabora a sua dor praticando um luto público funciona como uma estratégia para enfatizar a vida de Paulo Roberto como uma vida que importa – uma vida passível de luto (Butler, 2019).

Finalizando a presente subseção, observaremos agora como Zé Luis, pai de Maicon, mobiliza emoções em seu processo de transformação do luto em ação política. Já dissemos no capítulo 4 (cf.4.5.5) que o ponto da narrativa dele é a defesa da memória de seu filho e que nesse processo, ele produz denúncias contra o Estado. Também dissemos que toda a sua narrativa é direcionada à audiência que se encontra no congestionamento provocado pela manifestação e, possivelmente por isso, conta com muitas explicações para o motivo pelo qual ele se encontra no protesto. Na análise que se segue, tratamos esse motivo/ponto como expressões do choque moral que o levou ao engajamento na luta por justiça.

Quanto à sua performance narrativa, Zé Luis mobiliza emoções por meio de escolhas lexicais que constroem os eventos de forma gradativa e intensificam a sua experiência.

Excerto 12

01 **Zé Luis** Boa tarde a todos e a todas, certamente vocês
 02 podem tá passando aqui, olhando a gente, achando
 03 um bando de malucos, mas eu tive um filho, que no
 04 dia 15 de abril de 1996 sob o comando do X Batalhão
 05 de XX, às quatro e quarenta e cinco, aonde o
 06 Maicon foi morto numa operação do X batalhão do X
 07 e aí que que aconteceu? O Maicon foi para o auto
 08 de resistência (.) aos dois anos de idade.

Na abertura de seu discurso ao microfone, Zé Luis apresenta o motivo pelo qual está na manifestação, fazendo uso de uma causalidade “mas eu tive um filho” que “foi morto numa operação do X batalhão”. O fato de ter um filho morto pela polícia já pode ser compreendido como um motivo “suficiente” (como o choque moral) para a indignação de um pai e sua presença em um protesto. No entanto, por meio da pergunta retórica, que produz um efeito de suspense, “e aí que que aconteceu?” Zé Luis apresenta aquilo que entendemos como um segundo choque moral: “O Maicon foi para o auto de resistência (.) aos dois anos

de idade”. Essa declaração mobiliza emoções e acentua a denúncia que ele faz acerca das contradições contidas nessa tipificação – como uma criança poderia representar perigo para os policiais, de modo que atirassem em legítima defesa?

Na sequência de seu discurso, ele produz avaliações que expressam os seus posicionamentos sobre a situação narrada e mobilizam emoções, destacando o seu sofrimento como pai.

Excerto 13

09 **Zé Luis** Certamente a gente dentro de um ônibus, de um
10 táxi, de uma moto, acha que a gente é um bando de
11 maluco. Espero que um dia você esteja do lado de
12 cá. Mas que vai ser ruim e doloroso, é. Porque
13 você ter um filho, aos dois anos e seis meses,
14 qualificado como um marginal por um estado
15 democrático de direito genocida e assassino, é
16 pior de que a própria morte.

Ele se dirige à “audiência” reforçando o ponto de sua narrativa, o motivo pelo qual ele está na manifestação. Ele ainda lança mão de avaliações que, apesar de serem um pouco agressivas para com a “audiência”, parecem ser produzidas para gerar comoção e solidariedade, especialmente quando ele diz: “Mas que vai ser ruim e doloroso, é” (linhas 12). São avaliações que intensificam a sua experiência, que é elaborada com uma explicação gradativa, dotada de repetições e relação de causalidade:

- “**eu tive um filho, que**” “**foi morto numa operação do X batalhão**”
– primeiro ele apresenta a situação: a morte.
- “**Aonde o Maicon foi para o auto de resistência (.) aos dois anos de idade**”
– depois ele apresenta a tipificação da morte e a idade do filho.
- “**Porque você ter um filho, aos dois anos e seis meses, qualificado como um marginal**” – na sequência ele explica o que significa essa tipificação.
- “**é pior de que a própria morte**” – avaliação que destaca o seu sofrimento e indignação diante da maneira como Maicon morreu.

Observando a performance narrativa de Zé Luis e suas escolhas lexicais, notamos a indignação e dor dele com o enquadramento “auto de resistência”. O

trabalho etnográfico realizado é outro índice dessa indignação. Em diversas conversas, ele expressou o quanto desejava ao menos uma espécie de “pedido de desculpas” por parte do Estado, um reconhecimento do erro cometido na descrição dos eventos que levaram à morte de seu filho. Esse sofrimento com a classificação “auto de resistência”, ou com a maneira como a mídia reporta esses casos trata da caracterização moral da vítima de violência policial, a chamada “segunda morte”, tal qual identificamos na performance narrativa de Fatinha (ver excerto 8).

Concluindo a análise dos fragmentos narrativos de Zé Luis, compreendemos que esse pai produz um contraste entre seu filho (a inocência dele) e o Estado (culpado – “assassino”) por meio das seguintes estratégias: escolhas lexicais, pergunta retórica e explicação gradativa com repetições. São estratégias mediante as quais ele mobiliza emoções que intensificam a narração de sua experiência com a violência policial – aqui identificamos elementos do choque moral que o levou ao engajamento na luta por justiça: o seu sofrimento com a morte de Maicon; a sua dor e indignação com a tipificação “auto de resistência”.

8.4 Encaminhamentos

Durante o processo de transformação da dor em ação política através de uma elaboração narrativa do luto público, cada familiar põe em destaque uma determinada esfera da luta por justiça como um todo, assim como uma determinada esfera do seu sofrimento individual. Esses elementos, sejam de ordem pessoal ou coletiva, comportam aquilo que os familiares tornam relevante em suas **narrativas de engajamento**.

Como vimos neste capítulo, a perspectiva contextualista aborda as emoções como informadas por temas e valores culturais; como elementos que participam da vida social, de modo que não tratam necessariamente de sentimentos, mas de **como** determinados temas sociais servem como forma de comunicação. Levando em consideração esta abordagem, compreendemos que ao tornar relevante determinados aspectos em suas histórias, os familiares mobilizam variadas emoções de diversos modos. Por exemplo, as estratégias de envolvimento (como repetições e padrão

rítmico) funcionam como importantes índices que intensificam a experiência narrada e mobilizam emoções, direcionando **como** o tema da violência policial está sendo acionado enquanto forma de comunicação nessas histórias – mais especificamente, forma de demanda por mudanças no sistema.

Nossa análise sugere que as emoções mobilizadas pelos familiares são dotadas de uma dimensão que atua de forma política, na medida em que: *i)* dramatizam as experiências com a violência policial; *ii)* mobilizam solidariedade/coletividade dentre os participantes do movimento e audiência mais ampla; *iii)* dão peso às denúncias que pontuam as injustiças que acompanham as mortes nas favelas e as responsabilidades do Estado nesse cenário. Essas emoções são mobilizadas em meio aos movimentos discursivos que analisamos ao longo da tese: a transição entre a experiência pessoal e a coletiva; e a racionalização dos eventos que comportam a morte dos filhos das mães engajadas na Rede por meio de sistemas de coerência como os discursos relacionados ao racismo e às políticas de segurança pública que visam o “combate às drogas”.

Sobre como essa mobilização de emoções participa ativamente do engajamento em movimentos sociais, dissemos na apresentação da análise deste capítulo que compreendemos a morte do filho como o motivo mais central (uma espécie de “primeiro choque moral”) que impulsiona os familiares para a luta por justiça. Sendo assim, o choque moral é discursivizado em cada narrativa a partir da construção do ponto, do motivo pelo qual os manifestantes contam suas histórias. Para além desse “primeiro choque”, nos fragmentos narrativos analisados destacamos a importância do grupo de familiares para o engajamento na luta por justiça e manutenção do ativismo; e o papel do Estado na produção dessas mortes, figurado em cada narrativa da seguinte maneira:

- no “combate às drogas” (narrativa de Ana Paula)
- na atuação da UPP nas favelas (narrativa de Janaina)
- no desaparecimento do Amarildo (narrativa de Fatinha)
- no uso da violência injustificada (narrativa de Fátima Pinho)
- no “auto de resistência” (narrativa de Zé Luis)

Finalmente, a análise apontou que a necessidade de limpar o nome do filho morto, isto é, “apagar” do registro de sua morte a classificação “homicídio decorrente

de intervenção policial”, caracteriza-se como um choque moral capaz de mobilizar para a ação política.

Vale mencionar que essa necessidade de limpeza do nome do filho acompanha a preservação da memória das vítimas de violência policial. De modo que o ativismo sustentado dos participantes da Rede e a prática do luto público nas manifestações, não só desempenham o papel historiográfico de manter viva a história dessas vítimas, como também reforçam a importância dessas vidas perdidas na “guerra às drogas”. É portanto, um luto que produz denúncias.

“Temos um estado de direito democrático para quem? Nós temos justiça para quem? Quantos jovens estão morrendo dentro da favela? Nós estamos aqui e é por esse direito democrático, é por esse direito, pelos direitos que me garantem constitucionalmente que eu estou aqui.” Deize Carvalho, 2019

9. Do luto à luta – reflexões finais

Esta pesquisa teve como objetivo investigar como familiares de vítimas da violência policial se engajam em movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência para lutar por justiça. Como se viu, esse engajamento envolve a transformação do luto, da dor de perder alguém de forma violenta, em ação política, em revolta, em luta por justiça. Para esta investigação, elegemos o micros social, mais especificamente, as práticas narrativas levadas a cabo por esses familiares – majoritariamente, as mães – no contexto dos protestos organizados pela Rede. São histórias de diferentes pessoas, mas que, quando contadas juntas nesse contexto, sublinham o paralelismo entre elas. Parece que são histórias repetidas: um jovem negro, uma incursão policial, a morte, o Registro de Ocorrência com a classificação “morte decorrente de intervenção de agente do Estado”, a luta de seus familiares por justiça, a morosidade para a apuração do caso e, quase sempre, o arquivamento. A “repetição” dessas histórias põe em destaque o cenário macros social de que participam essas mortes: o racismo estrutural e as práticas Necropolíticas do Estado no “combate às drogas”.

Diante dessa questão, a presente tese priorizou o estudo do engajamento dos familiares de vítimas da violência policial na luta por justiça observando quatro esferas: as narrativas, que são o instrumento utilizado pelos familiares para reivindicar justiça na esfera pública; a resistência, expressa na forma como se posicionam contra o racismo e o preconceito que permeiam as esferas do judiciário, bem como determinadas políticas de segurança pública; a maternidade, como acionam a categoria “mãe” para

indicar pertencimento ao grupo da Rede; e o gerenciamento das emoções, o papel das narrativas na transformação o luto em ação política.

Resumiremos agora nosso percurso analítico, destacando os principais achados e considerações de nosso estudo. Finalizaremos este capítulo apresentando reflexões sobre como compreendemos o ativismo das mães participantes da Rede como uma negação à banalização das mortes nas favelas e como práticas de esperança e de reexistência (Souza, 2009; Silva e Lee, 2020).

Partimos da compreensão de que a narrativa é uma forma de organização da experiência humana, uma forma de construir ligações entre o excepcional e o comum (Bruner, 1997; Bastos, 2005). Entretanto, em se tratando de experiências de dor e sofrimento, como a morte de um filho, narrar, nomear essa experiência pode não ser uma tarefa simples, especialmente, quando essa morte se dá de maneira violenta. Nesse sentido, a participação em movimentos sociais pode ser um facilitador para a organização de eventos e questões como o luto, além de se configurar como uma possibilidade de compartilhar experiências e praticar/receber solidariedade (Riessman, 1993). No contexto da nossa pesquisa, destacamos, então, a importância da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência para a organização narrativa da experiência de perder um filho e para a construção da luta por justiça.

No capítulo 2, localizamos a Rede no debate dos movimentos sociais. Em termos teóricos, classificamos esse movimento de duas maneiras: como uma ação coletiva, que comporta solidariedade dentre as mães e busca a ruptura de práticas racistas enraizadas na estrutura da corporação da polícia e do Judiciário (Melucci, 2001); e como uma articulação em rede entre as mães de vítimas da violência policial e ativistas originários de diversos movimentos sociais, que conta com uma estratégia de ação coletiva, solidária e cooperativa (SchererWarren, 1999). Em termos de sua atuação, ressaltamos que a Rede comporta não apenas familiares lutando por seus casos individuais, mas também incorpora familiares que têm casos arquivados e que ainda assim, permanecem na luta – de modo que a participação nesse movimento faz com que esses indivíduos se tornem sujeitos coletivos e políticos, que lutam por transformações sociais (Touraine, 2007).

Ainda no capítulo 2 apresentamos alguns trabalhos de outras áreas sobre a luta de mães que produzem importantes reflexões para o estudo da atuação dessas mulheres nos movimentos sociais. Farias (2007) examinou como se dá o processo de atualização das estratégias utilizadas pelo movimento “*Posso me identificar?*” (que originou a Rede) para trazer visibilidade à luta por justiça. Nossa pesquisa identifica a narrativa como um desses instrumentos de luta e sugere que com suas histórias, essas mulheres não só elaboram o processo do luto, como também pressionam o poder público por mudanças no sistema. Em outros dois trabalhos, a categoria mãe é destacada como um importante elemento da luta por justiça. Freire (2002) sublinha como as mães das vítimas da Chacina de Acari mobilizam a imagem da mãe e de suas dores (a mãe que se sacrifica por seu filho) como um instrumento para lutar por justiça. Já Vianna e Farias (2011) observam a categoria “mãe” como um elemento de autoridade moral em atos políticos. Em nosso estudo identificamos que essa categoria funciona como índice de pertencimento ao grupo das mães de vítimas da violência policial, mais especificamente, ao grupo da Rede.

No capítulo 3 apresentamos nosso posicionamento epistemológico, os procedimentos adotados no curso da pesquisa, os participantes e as três grandes decisões metodológicas que nortearam o seu desenvolvimento: a opção pelo uso das narrativas geradas nas manifestações, a atualização dos objetivos do estudo e, a mais importante delas, a manutenção do nome dos participantes (em função da natureza pública dos dados e do desejo dos familiares participantes). Reforçamos o debate em torno da ética na pesquisa como uma questão de relevância ímpar, por esse motivo, nossa decisão foi informada por muita reflexão e leitura; foi, sobretudo, acompanhada pela relevância social da pesquisa, qual seja, ampliar a visibilidade da luta das mães que perderam seus filhos em ações policiais e manter o debate em torno das políticas de segurança pública que, estruturadas no racismo, acabam por retroalimentar a letalidade das operações policiais. A importante decisão metodológica que trata da manutenção dos nomes dos participantes reforça a natureza política da presente pesquisa – enquanto pesquisadora militante, posiciono o ato de fazer pesquisa como uma maneira de fazer política (Moita Lopes, 2009). Trata-se, portanto, de uma pesquisa que busca compreender aquilo que acontece na vida social sob a lente dos agentes

sociais que vivenciam o problema em questão – a violência policial nas favelas que atinge, sobretudo, a população negra – sublinhando as questões histórico-sociais que o atravessam.

Com o objetivo de aproximar a intersecção entre o contexto macrossocial e microsocial de nossa pesquisa, optamos por difundir a análise ao longo dos quatro capítulos teóricos que abordam as quatro esferas priorizadas em nossa tese – narrativas, resistência (ao racismo), maternidade e gerenciamento das emoções. Assim, os capítulos seguintes apresentaram o debate teórico em torno de cada esfera, observando os objetivos mais específicos apresentados na introdução, e foram seguidos pela análise dos fragmentos narrativos que tratavam do assunto em discussão. O capítulo 4 tratou, de forma mais específica, da primeira pergunta de pesquisa: *i) como se constituem as narrativas de engajamento enunciadas pelos familiares participantes da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência?* As demais análises foram orientadas pelas outras duas perguntas de pesquisa: *ii) como emoções e sofrimento são organizados nas narrativas desses familiares?* *iii) que mecanismos discursivos são utilizados nessa articulação?*

Com isso, foi possível identificar os movimentos discursivos mobilizados pelos familiares na construção do engajamento e a força dessas narrativas na esfera pública.

Chamamos de **narrativas de engajamento** as histórias contadas por familiares de vítimas da violência. São narrativas que transitam entre questões de ordem individual (a perda de um filho) e questões de ordem coletiva (a violência policial nas favelas e as práticas racistas das variadas instâncias do Estado, que retroalimentam esse cenário); são narrativas que tratam de dor e sofrimento, mas que também tratam de resistência e ação coletiva – são *escrevivências* (Evaristo, 2017). São, portanto, narrativas mobilizadas no âmbito de movimentos sociais como a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência para lutar por justiça. Narrativas que produzem denúncias públicas e tentam gerar solidariedade de outros setores da sociedade para essa causa. No capítulo 4 apresentamos a composição “mais estrutural” dessas histórias. Primeiramente, discorreremos acerca da importância dos estudos narrativos e apresentamos o debate teórico sobre as categorias analíticas eleitas para a análise dos dados: sequencialidade; causalidade e sistemas de coerência (Linde, 1993); e

estratégias de envolvimento (Tannen, 2007). Com essas categorias observamos como os familiares intensificam a experiência narrada e buscam atribuir causalidade/coerência aos eventos que rendem a morte de seus filhos, acionando sistemas de coerência, isto é, versões populares de teorias da história e da sociologia.

Identificar os elementos que compõem as **narrativas de engajamento** foi um importante achado que gerou entendimentos não apenas sobre como se dão os rituais da Rede nas manifestações, mas também sobre como as outras três esferas são mobilizadas nessas histórias e que efeitos discursivos produzem enquanto instrumento de luta por direitos. De forma mais ou menos uniforme, as histórias contam com a “estrutura” apresentada no quadro a seguir:

Elemento da estrutura	Características/funções
Apresentação inicial	funciona como uma orientação (em termos labovianos) que localiza quem é essa mãe/pai, onde mora, quem é o seu filho.
Contextualização	apresenta elementos do contexto macrossocial que envolve as vidas dos moradores das favelas – a violência policial e as políticas de segurança pública de “combate às drogas”.
História particular	dá conta das ações complicadoras que tratam dos eventos mais específicos que levaram à morte do filho.
Coda avaliativa	finaliza o discurso com avaliações (que funcionam como denúncias) sobre variadas questões que atravessam a luta por justiça, como o racismo, as dificuldades atravessadas nas esferas do judiciário, dentre outras.

Quadro 3: estrutura das narrativas de engajamento.

Os capítulos 5 e 6 trataram das questões que envolvem a **contextualização** (em maior ou menor grau) de todas as narrativas – o racismo e os trâmites mais específicos dos casos enquadrados como “auto de resistência”. No capítulo 5 apresentamos o

contexto histórico das relações raciais no Brasil, uma vez que acreditamos que a herança da escravidão tem papel central na perpetuação de práticas racistas na condução dos casos de violência policial nas favelas. O capítulo 6 é uma continuação desse debate e incorpora elementos mais específicos das consequências do racismo no cenário do Rio de Janeiro, o Estado com a maior taxa de letalidade policial do país. A análise dos dados que encerra este capítulo objetivou compreender como as questões de ordem macrossocial debatidas são tornadas relevantes na transformação da dor em revolta, também observou que papel o pertencimento à favela exerce nas narrativas. A análise indicou que os familiares de vítimas da violência acionam sistemas de coerência para produzir racionalizações para a morte de seus filhos com base em questões de ordem macrossociológicas. De modo mais específico, apresentamos cada processo de racionalização identificado na análise:

- Ana Paula opera com o racismo e a Necropolítica, localizando a “guerra às drogas” como uma das causas para a morte de seu filho;
- Fatinha, além do racismo, incorpora os discursos do senso comum que expressam preconceito contra pessoas que já passaram pelo sistema prisional, para explicar por que seu filho se tornou “um alvo” da polícia;
- Fátima Pinho, ao construir a presença/atuação do Estado na favela como maneira de “destruir vidas” elabora essa atuação como uma Necropolítica;
- Zé Luis caracteriza o Estado como “genocida e assassino” e determinados políticos como responsáveis pelas leis que “fazem calamidades com negros e pobres”, assim, também parece operar com o discurso da Necropolítica.

Como tema parte da esfera do gerenciamento das emoções e da resistência ao racismo, o capítulo 7 abordou a maternidade (negra) enquanto uma ferramenta da militância. Levando em consideração os estudos sobre a participação de mães em movimentos sociais, nos alinhamos ao debate que concebe a maternidade dessas mulheres como capital simbólico de luta, como ação criativa de resistência e formas de desafiar a soberania do Estado (Araújo, 2007; Rocha, 2014; Santiago, 2016). Em face das intersecções de gênero, classe e raça que atravessam a maternidade negra, a concebemos como um instrumento de empoderamento e de resistência (Gonzalez, 1984; hooks, 1984; Davis, 1983; Collins, 1994). A análise dos fragmentos narrativos

observou como as mães constroem laços de solidariedade em seus discursos, também mostrou como a categoria “mãe”, além de indicar o pertencimento ao grupo de mulheres participantes da Rede, coletiviza a dor na esfera pública. É, ainda, uma categoria organizadora do conjunto de personagens que aparecem nas narrativas – os filhos, os jovens negros, as outras mães.

O capítulo 8 tratou do gerenciamento das emoções de forma mais específica. Apresentamos brevemente o debate teórico que explica como o estudo das emoções tem sido importante para a compreensão dos movimentos sociais. Esta é uma importante chave analítica, pois é a partir da noção de choque moral (Jasper, 1997) que nosso estudo analisa como os familiares se engajam em movimentos sociais como a Rede. Em nossa visão, o engajamento desses familiares envolve episódios de choque moral, de indignação extrema que leva para a ação política. O primeiro deles é a perda do filho no contexto de violência estatal – participa disso a dor e o sofrimento do luto em si, junto à revolta diante do agente causador do óbito, já que o Estado deveria ser a instituição responsável por garantir vida de todos os cidadãos. O segundo choque trata da caracterização moral da vítima, que faz referência ao Registro de Ocorrência, dispositivo que localiza a morte como homicídio decorrente de intervenção policial e enquadra a vítima como praticante de alguma ação criminosa; essa caracterização também faz referência à forma como a mídia noticia os casos. Identificamos esses dois choques construídos como eventos motivadores em todas as narrativas. Ana Paula e Fatinha ainda tornam relevante mais uma questão, analisada na tese como outro elemento catalizador do engajamento dessas mulheres: no caso de Ana Paula, a indignação pela falha do Judiciário em apurar os crimes cometidos no passado pelo policial que matou seu filho; no caso de Fatinha, a indignação gerada pelo desaparecimento de Amarildo na Rocinha.

Retomando as perguntas que nortearam a análise de como os familiares de vítimas da violência policial transformam o luto em luta e produzem uma espécie de ativismo sustentado, compreendemos que é por meio das **narrativas de engajamento** que esses familiares organizam a experiência de perder um filho e elaboram esse tipo de narrativa como forma de lutar por justiça. Assim, a dor do luto é traduzida em ação política, em luta. As emoções que participam disso são mobilizadas na performance

narrativa, com estratégias de envolvimento como pausas, repetições ritmadas, dentre outras, que intensificam a experiência narrada – gritos e choros também são importantes recursos que funcionam como uma maneira de catalisar a dor e mobilizar a solidariedade da audiência mais ampla. O processo de narrar; de transformar, de traduzir o luto em luta é, portanto, acompanhado por dois movimentos discursivos que se complementam:

- a racionalização dos eventos que compõem a morte dos filhos através de sistemas de coerência que, em geral, tratam do racismo, do preconceito contra moradores de favelas e de políticas de segurança pública que podem ser consideradas uma Necropolítica.
- transição entre a experiência pessoal, de ordem individual com a dor (a perda de um filho) e a experiência coletiva de sofrimento de mães negras (a morte de negros nas favelas). O movimento pessoalização x coletivização também se faz presente na caracterização da polícia. Nas narrativas, a corporação é construída, ora de maneira bem pessoal, como “o policial X”, “o batalhão X” que “acabou com a minha vida”; ora como parte da lógica de atuação de um sistema baseado em práticas racistas e Necropolíticas.

Ambos os movimentos discursivos atuam de forma espiral – descrevem uma situação microsocial de assassinato em uma favela dentro da esfera macrossocial, que diz respeito às políticas de segurança pública, às formas como os casos de violência policial são investigados e às medidas adotadas pela esfera do judiciário para o julgamento desses casos. Os movimentos sociais consideram essas três questões como dotadas de práticas racistas que retroalimentam o cenário de mortes nas favelas.

No processo de elaboração desses dois movimentos discursivos destacamos, ainda, a importância da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência enquanto um agente de letramento crítico. Paiva (2013) reforça o caráter pedagógico dos movimentos sociais, uma vez que a partir do contato com associações diversas os indivíduos podem se identificar com novas pautas de luta. Para além disso, enfatizamos o letramento crítico que se dá no interior dos movimentos sociais e mobilizações. Cada movimento aponta para uma situação específica que envolve suas reivindicações particulares – exemplificando o caso particular da Rede, temos: o aprendizado sobre o

contexto socio-histórico que permeia a luta por demandas; o ensinamento sobre as etapas do processo jurídico como um todo e sobre as performances nas manifestações; o compartilhamento da solidariedade; e o entendimento dos significados de uma luta em coletividade. Esse letramento exerce importante papel nos atos de resistência, pois se dá em um contexto no qual os discursos que circulam sobre a violência policial nas favelas apontam para uma construção da realidade que retroalimenta o racismo estrutural de diversas maneiras, seja firmando políticas de segurança pública que resultam na morte da população negra, moradora das favelas; seja indiciando as vítimas da brutalidade policial como criminosos e, assim, responsáveis pela própria morte.

Conforme dissemos na abertura do presente capítulo, as **narrativas de engajamento**, quando apresentadas coletivamente nas manifestações colocam em destaque a lógica de atuação do sistema. Contra essa atuação, o ativismo das mães das vítimas representa uma prática de resistência, uma recusa ao discurso do acidente – como se as mortes de Johnatha ou de Paulo Roberto fossem apenas deslizos isolados de alguns policiais – representam, portanto, uma recusa à banalização dessas mortes. Nos dedicaremos agora ao aprofundamento dessa questão, mais especificamente, como essas narrativas, para além de resistência significam reexistência e práticas de esperança (Lear, 2008; Silva e Lee, 2020).

A (des)banalização do luto e ações de (re)existência

A morte nas favelas se tornou uma questão banal, comum, uma rotina. Autores que revisitam o conceito de *banalidade do mal*¹⁴² de Hannah Arendt afirmam que o “banal” e o “comum” são coisas distintas – banalidade não é normalidade, mas passa-se por ela. De modo que um ato mau torna-se banal, não por ser comum, mas por ser vivenciado como se fosse algo comum (Andrade, 2010; França, 2016). Nesse sentido, a violência policial nas favelas é banalizada quando é concebida como algo comum.

Comparando as mortes causadas no Brasil pela Covid19 com as mortes causadas pela Polícia Militar em 2019, o sociólogo Mauro Iasi afirma, em entrevista,

¹⁴² O termo advém dos relatos da autora sobre o julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, pelos crimes de genocídio contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial. A banalidade do mal faz referência à trivialização da violência junto à falta de reflexão no cumprimento de “ordens superiores”.

que “a rotinização do fato faz com que se banalize o fenômeno, como parte da vida e, portanto, abrindo espaço para sua negação” (Veiga, 2020). A matematização faz parte desse processo. Uma morte vira um número, uma estatística. Essa sequência diária tende a naturalizar o fenômeno. Em comparação similar, o pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Bruno Paes Manso compreende que para a opinião pública, as pessoas que morrem em confrontos com a polícia são aqueles que, de alguma maneira, tinham uma “justificativa” para morrer, pois são negros, pobres, moradores de periferia, suspeitos de serem traficantes. De modo que existe uma certa ilusão de que mortes assim estão restritas apenas a determinados grupos considerados “matáveis”. Isso não gera necessariamente uma banalização, mas uma tolerância a esse tipo de ocorrência (*Ibid*).

Geralmente, as pessoas não têm empatia por números, por estatísticas recorrentes – por exemplo, um acidente de avião com duzentos mortos tende a causar mais choque do que se esse mesmo número de pessoas morresse por ações da polícia ao longo de um mês¹⁴³. Já dissemos que isso também tem relação com a caracterização moral da vítima (ver nota 135), pois os grupos consideráveis matáveis são aqueles não pranteáveis (Butler, 2019). Todavia, quando as mães de vítimas da violência policial choram por seus filhos em público, produzindo narrativas alternativas às “oficiais” (que constam no Registro de Ocorrência), elas reenquadram as mortes (e as vidas) de seus filhos como mortes pranteáveis, como vidas que importam – o que transforma o luto público em um ato político.

Reforçamos que as narrativas estudadas em nossa pesquisa representam práticas de resistência que denunciam como o racismo opera nas mais diversas instâncias do Estado. E se reexistir faz referência à desestabilização de discursos já cristalizados (Souza, 2009), as mães reexistem na medida em que ressignificam a morte de seus filhos. São práticas de reexistência que produzem os seguintes efeitos discursivos: desbanalizam as mortes ocorridas na favela, retirando-as da esfera das estatísticas; atribuem um rosto às consequências do racismo, humanizando as vítimas

¹⁴³ A pandemia no Brasil gerou uma nova compreensão a esse respeito, pois o Brasil chegou a registrar 4 mil mortes em um único dia e, ainda assim, poucas ações de solidariedade ou mesmo um maior respeito às restrições de circulação foram registradas. Sobre esse debate, ver artigo de Veiga (2020): <https://www.dw.com/pt-br/o-brasil-vive-a-banaliza%C3%A7%C3%A3o-da-morte/a-54663838>

da violência policial; desconstroem generalizações produzidas pelos discursos do senso comum, tais como “se morreu é porque fez algo de errado” ou “bandido bom é bandido morto”. Portanto, as mães da Rede, com suas **narrativas de engajamento** chamam a atenção da sociedade para o problema da violência policial nas favelas, ressignificando as mortes como parte de uma lógica de atuação (Necropolítica) do Estado – o que insere essas histórias no centro de embates discursivos que tratam do lugar do negro na sociedade. Na contramão do sistema, as mães resistem ao lugar da subordinação e da criminalização. Elas reforçam que seus filhos mortos têm nomes, têm mães e suas vozes são ecoadas por meio de suas lutas.

As práticas de reexistência das mães, observáveis em suas performances narrativas, colaboram para a construção da categoria raça enquanto forma de mobilização política (Paschel, 2016). Uma mobilização que reforça a possibilidade de mudança (Almeida, 2019). Nesse sentido, as práticas de reexistência projetam a esperança (na busca por justiça) como um recurso (Lear, 2008) para a manutenção do ativismo. De modo que o luto é convertido em luta política (ou práticas de esperança - Crapanzano, 2003), junto à transformação da dor pessoal em movimento coletivo. Ainda que a esperança não esteja mais na resolução do caso particular (situação de Dalva, mãe de Thiago – uma das vítimas da Chacina do Borel, cujo caso foi encerrado com a absolvição dos policiais envolvidos¹⁴⁴), mas sim na possibilidade de mudanças na estrutura; mudanças na forma de condução das operações policiais e nas investigações dos homicídios decorrentes de intervenção policial. Isso aponta como a esperança projetada por essas mulheres invoca uma temporalidade não linear, que envolve uma relação entre passado, presente e futuro (Silva; Lee, 2020). Ao mesmo tempo em que mães como Dalva exigem justiça para casos já encerrados, elas demandam transformações no sistema, projetando esperança para o futuro.

Esperar por ações concretas do Estado e produzir denúncias contra esse mesmo Estado – por práticas genocidas e racistas de suas instituições, como as polícias civil e/ou militar – significou para mim, certo contrassenso: o Estado é o algoz dessas mortes, mas também, o agente reparador. Fatinha Pinho ressaltou como o Estado entrou

¹⁴⁴ Para saber mais o julgamento dos policiais, acesse:
<https://www.brasildefatorj.com.br/2018/11/26/em-novo-juri-policiais-envolvidos-na-chacina-do-borel-rj-sao-absolvidos>

em Manguinhos e “destruiu vidas”, Zé Luis caracterizou a dualidade desse ente, como “democrático de direito genocida e assassino”. Durante o período do doutorado, refleti sobre essa questão com indagações do tipo: “como esperar do mesmo Estado genocida, uma reparação? como confiar nesse Estado?”. No epílogo que abre esta tese, Ana Paula diz que receber uma resposta (julgar os policiais) “é o mínimo” que o Estado pode dar aos familiares. Diante disso, observar a dualidade *Estado algoz x Estado redentor* exige levar em consideração que o Estado não pode ser concebido como uma instituição única. Trata-se de um aparato enorme, um agente de destruição de poder, que funciona em muitos níveis e age de modos contraditórios por meio de suas muitas instituições.

A morte de jovens negros nas favelas envolve, em maior e menor grau, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois as políticas de segurança pública no “combate às drogas”; a aplicação das leis; a investigação e o julgamento dos policiais responsáveis pelos “autos de resistência” são todas atribuições de instituições específicas desses três poderes. Dito isso, com quais esferas do Estado as mães de vítimas da violência policial estão interagindo? Quando acusam o “Estado” (de assassino, de racista, por exemplo), elas atribuem uma face ao problema, materializam o culpado pela morte de seus filhos; mas quais esferas do Estado estão diretamente envolvidas nessa questão? Que esfera poderia, efetivamente, fazer algo a respeito dessas mortes? Como os movimentos sociais podem agir em meio às contradições do Estado para alcançar suas demandas?

Para moradores das favelas, o Estado, no que diz respeito aos direitos do cidadão, na maioria das vezes, é um ente ausente – falta saneamento básico; falta infraestrutura; faltam serviços de saúde e educação; falta segurança; falta até respeito. Entretanto, o tipo de política de segurança pública adotada no Rio de Janeiro faz de uma esfera do Estado um ente bem presente nas favelas – o aparato policial – seja por meio da UPP, seja por meio de ações de patrulhamento, ou, ainda, de incursões policiais, com o principal intuito de “combater as drogas”. Sendo assim, a própria presença/ausência do Estado se manifesta de forma controversa nesse território. Se vivemos em uma democracia, em um Estado Democrático de Direito, a quem recorrer?

Com base nessas considerações, apesar de parecer controverso, “culpar o Estado” e “demandar justiça desse Estado”, essas posturas são compatíveis com a

noção de que o Estado não é um bloco unificado que age em uma única direção apenas. Embora o racismo e as práticas Necropolíticas se façam presentes em muitas de suas esferas, conforme destacam as narrativas das mães de vítimas da violência policial, a luta delas representa uma possibilidade de mudança, pois questionam a soberania desse ente (Santiago, 2016). Ademais, culpar o Estado e demandar dele a reparação representa mais uma esfera da tentativa de desbanalizar as mortes nas favelas. Pois enquanto culpado pelas altas estatísticas, responsável pela morte de indivíduos nominalizados por suas mães, mas também, instituição responsável pela reparação da dor dessas mulheres, o Estado é “forçado” a reconhecer o problema e, por que não, a projetar mudanças. É nisso que reside a força da luta das mães.

Dos resultados práticos mais imediatos da luta da Rede, podemos sublinhar três tipos de encaminhamentos gerados a partir da atuação das mães que trazem à tona o impacto institucional e social do movimento: o de base jurídica, que faz referência aos avanços dos casos na esfera judiciária. Conforme dissemos, muitos dos Inquéritos Policiais se tornam denúncias em função da agência dos familiares, da pressão que fazem nas instituições e da busca por provas e testemunhas que possam colaborar com a elucidação do caso; o de base legislativa, que trata de mudanças nas leis e nas políticas de segurança pública que visam o “combate às drogas”. A exemplo disso, temos o estabelecimento da Semana Estadual das Pessoas Vítimas de Violências no Estado do Rio de Janeiro e as pressões que o movimento faz para que se cumpram integralmente determinações como a Lei 5.588/2009¹⁴⁵, que estabelece a instalação de câmeras de vídeo e áudio nas viaturas das forças de segurança, assim como monitoramento e registro das ações individuais dos agentes; por fim, sublinhamos o ativismo sustentado dos familiares participantes da Rede e seus efeitos, como o letramento crítico já citado e as práticas de esperança, que podem servir como catalizadores para que outras mães que sofrem com o mesmo tipo de violência se engajem na luta por justiça.

Esta tese abordou uma questão com relevância macrossocial, a partir da análise de um contexto de ordem microssocial – a análise discursiva priorizou o estudo do

¹⁴⁵ Para saber mais sobre a Lei, ver também a Lei 9.298/2021 que altera alguns de seus dispositivos: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2M4YWEwOTAwMDI1ZmVlZjYwMzI1NjRlYzAwNjBkZmZmLzQyYzFhOTeyOWJlYTe5NDgwMzI1ODZlZjAwNTdiZjZiP09wZW5Eb2N1bWVudA==

fenômeno da violência policial e do engajamento em movimentos sociais sob a ótica dos atores sociais que os vivenciam. Não buscamos, todavia, produzir generalizações a partir de um grupo localmente situado e sim, provocar reflexões sobre como se dá a luta por justiça de moradores de favelas que perderam seus familiares, vítimas da brutalidade policial, e que efeitos discursivos essa luta produz na esfera pública. Cabe a investigações futuras, por exemplo, analisar as narrativas de engajamento de outros movimentos sociais, o que pode colaborar com os estudos do discurso que indicam a narrativa como ferramenta dos movimentos sociais contemporâneos para mobilizar suas demandas na esfera pública.

10. Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, L.; LUTZ, C. Introduction. In: **Language and the politics of emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.

ALBERTO, P. **Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth Century Brazil**. The University of North Carolina Press, 2011.

_____. “Democracia racial” e inclusão racial: histórias hemisféricas. ANDREWS, G. R. DE LA FUENTE, A. In: **Estudos afro-latino-americanos - Uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ALMEIDA, S. **O que é Racismo estrutural?** São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ANDREWS, G. R. Desigualdade: raça, classe e gênero. ____; DE LA FUENTE, A. In: **Estudos afro-latino-americanos - Uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ANDRADE, M. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Você matou meu filho! Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro/ Anistia Internacional – Rio de Janeiro**, 2015. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meufilho_Anistia-Internacional-2015.pdf. Acesso em: 2 nov. 2017. Acesso em:

ARAÚJO, F. A. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

ARAÚJO, E. P. “**Não tá acontecendo nada e eles passam pra tocar um terror**”: **repressão policial e construções identitárias em narrativas de junho de 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____.; BIAR, L. de A.; BASTOS, L. C. Engagement in social movements and the fight for justice: a study on the narratives of black mothers. **Trab. linguist. apl.** 59 (3), Sep-Dec, 2020 p. 2020, p. 1690-1709.

ARRUDA. Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes, **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 1, 2010, p. 9-27.

AUDRE, L. Textos Escolhidos. Herética Edições Lesbosfeministas Independentes. **I Am Your Sister: Collected and unpublished writings of Audre Lorde**. Oxford University Press: 2009. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%20LORDE%20COLETANEA-bklt.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópico**. v. 3, n. 2, 2005, p. 74-87.

_____. Diante do sofrimento do outro - narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. **Calidoscópico**, v. 6, n. 2, 2008, p. 76-85.

_____.; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 31, 2015, p. 97-16.

BAKHTIN, B.B. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 2. Ed. Tradução P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: droga e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro : J. Zahar, 2001.

BECKER, H. **Outsiders: Estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro, Zahar, [1963] 2009.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estud. afro-asiát.** Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

BIAR, L. A. **Realmente as autoridades veio a me transformar nisso: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. ORTON, N. BASTOS, L.C. Tales from the South: doing narrative analysis in a “post-truth”Brazil. **Narrative Inquiry**. V. 31, n. 1, 2021, pp. 126-146(21).

BOUVARD, M.G. **Revolutionizing Motherhood: the mothers of Plaza de Mayo**. Wilmington: SR Bokks, 1994.

BRAGA, A.; GASTALDO, E. Pertencimento como categoria analítica: etnometodologia para o estudo da comunicação. **E-Compós, [S. l.]**, v. 22, n. 1, 2018. DOI: 10.30962/ec.1563. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1563>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 [1990].

_____. Life as narrative. **Social research**, v. 54, n.1, Spring, 1987.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b.

_____. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CALHOUN, C. **Social theory and the politics of identity.** Oxford, and Cambridge: Mass, 1994.

CAMARANTE, A. **Mães em Luta: Dez anos dos Crimes de Maio de 2006.** São Paulo: Ponte Jornalismo, 2016.

CARDOSO, C. O espaço e o lugar na favela: as diferentes representações e identificações sobre a Favela da Maré, Rio de Janeiro. **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 59, p. 145-166, jan./jun. 2015.

CASTELLI, N. D. Conhecendo as mães da praça de maio: ensaio do perfil da associação. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012, Rio Grande. **Anais ANPUHS.** Rio Grande. Disponível em: http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/18/1345839063_ARQUIVO_TextoanaisANPUH2012.pdf. Acesso em: 22 abr. 2021.

CASTELLS, M. A sociedade em rede do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede: do Conhecimento à ação política.** Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 2005.

CATES, Jr., HENRY L. **“Race”, writing, and difference.** Chicago: Univ. of Chicago Press, 1985, p. 1- 20.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da violência: 2017.** Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2017. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>. Acesso em: 3 out. 2017. Acesso em: 20 mar. 2017.

COELHO, M. C.; REZENDE, C. B. **Cultura e Sentimentos: Ensaaios em antropologia das emoções.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

COLLINS, P.H. The Meaning of Motherhood in Black Culture and Black Mother/Daughter Relationships. **Sage: A Scholarly Journal on Black Women** 4 (2) Fall 1987. p. 4-11.

_____. Shifting the Center: Race, Class, and Feminist Theorizing about Motherhood. In GLENN, E. N.; CHANG, G. and FORCEY, L. **Mothering: Ideology, Experience and Agency.** New York: Routledge, 1994.

_____. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** 2nd ed. Taylor & Francis e-Library, 2002.

COLLINS, R. Social Movements and the Focus of Emotional Attention. In: GOODWIN, J; JASPER, J. M. & POLLETTA, F. (orgs.); **Passionate Politics: emotions and social movements**. Chicago/London: University of Chicago Press, 2001.

COSTA, E. V. Da **Monarquia a República**. São Paulo: Unesp, 1985.

COSTA, A. M. A violência como marca: a pesquisa em história. In L. M. SCHWARCZ & L. V. S. REIS (Orgs.), **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 81-91.

COSTA, F. C. L. H. “Infelizmente ser feliz tem seu preço”: saída do armário e discurso de resistência de um militar gay. **Revista Escrita**, 2020, n. 26, p. 6-27.

CRAPANZANO, V. Reflections on hope as a category for social and psychological analysis. **Cultural Anthropology**, 18(1): 3–31, 2003.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Jul.,1991, Vol. 43, pp. 1241- 1299.

DA MATTA, Roberto O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAS, V.; POOLE, D. States and Its Margins: Comparative Ethnographies. In. _____. **Anthropology in the Margins of the State**. New Mexico: School of American Research press, 2004.

DAVIS, A. **Women, race and class**. New York: Random House, 1983.

DEGLER, C. N. **Neither black nor white**. Madison: Univ. of Wisconsin Press, 1991.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE FINA, A. **Identity in Narrative – A Study of immigrant Discourse**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.

_____; GEORGAKOPOLOU, A. Introduction: Narrative Analysis in the shift from texts to practices. In: **Text & Talk**, v.28, n.3, p. 275-81. 2008.

_____. Biography as Political Tool: The Case of the Dreamers. In: RHEINDORF, M.; WODAK, R. Eds. **Sociolinguistic Perspectives on Migration Control**. Bristol, UK: Multilingual Matters, 2020.

EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EWICK, P. SILBEY, S. Narrating Social Structure: Stories of Resistance to Legal Authority. **AJS**, Chicago, v. 108, n. 6, p. 1328-72, mai. 2003.

FACCHINI, R. SÍVORI, H. Dossiê Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, 26 jun. 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FANNON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA Salvador, 2008.

FARIAS, J. **Estratégias de visibilidade, Políticas e Movimentos Sociais**: reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra a violência policial. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Governo de mortes: uma etnografia da gestão das populações de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

FRANÇA, A. Pensar ou obedecer? - Desafio da educação em direitos humanos para os policiais militares. **RIDH**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 63-81, jan./jun., 2016.

FRANKHAM, J.; MACRAE, C. Etnografia. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed Nacional, 1965.

_____. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FREIRE, J. Quando as emoções dão formas às reivindicações. In: COELHO, M. C. e REZENDE, C. B. (orgs.) **Cultura e Sentimentos**: Ensaio em antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FAPERJ, p. 168-196, 2011.

FREIRE, L. N. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. **Dilemas**. v. 1, n. 2, 2008.

FREITAS, R. C. S. Família e Violência: reflexões sobre as Mães de Acari. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, 69-103, 2002.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 34. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**: curso dado no *Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. Olhares circunstanciados: etnografia a da linguagem e

pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, n. 31especial, p. 1-34.

_____. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. **Identidade: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002. p. 83-95.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies. Ideology in discourses**. Bristol: The Falmer Press, 1990.

GEORGAKOPOULOU, A. Thinking big with small stories in narrative and identity analysis. **Narrative Inquiry**, v.16, n.1, p.122-130. 2006.

GÓES, L. Racismo, Genocídio e Cifra Negra: Raízes de uma Criminologia Antropofágica. In: ANDRADE, V.R.P.; ÁVILA, G. N. Gustavo (Orgs.). **Criminologias e Política Criminal**. Florianópolis: COMPEDI, 2014, v., p. 452-481.

GOFFMAN, E. GOFFMAN, E. **The Interaction Order**: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1989 [1959].

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 4 a ed. [1963] 2004.

GOMES, N. L. Alguns Termos E Conceitos Presentes No Debate Sobre Relações Raciais No Brasil: Uma Breve Discussão. **Revista Educação e Sociedade**. v. 33, n. 120 – jul./set. 2012.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997 .

GONÇALVES, A. B.; NASCIMENTO, D. A. do. Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. **Ipotesi**. Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 51-62, jul./dez. 2011.

GONZALEZ, L. O Movimento Negro na última década. In GONZALEZ, L. e HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOODWIN, J; JASPER, J. M. & POLLETTA, F. (orgs.). **Passionate Politics; emotions and social movements**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 1, p.93-107, jan./jun. 2003.

_____. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos**. n. 43, nov. 1995.

GUMPERZ, J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUSFIELD, J. R. **The culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. Raça, o significante flutuante. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Rio de Janeiro. **Revista Z Cultural**, ano 8, n. 2, 2015.

HANCHARD, M. G. **Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

HARRIS, M. **Patterns of race in the Americas**. New York: Walker, 1964a.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Raça, Classe e Mobilidade. In GONZALEZ, L. e HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

_____. Relações Raciais no Contexto Internacional e Nacional. In: HASENBALG, C.; MUNANGA, K; SCHWARCZ, L. M. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade**. Niterói: EDUFF, 1998.

hooks, bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. Cambridge: South End Press, 1984.

_____. **Vivendo de amor**. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>

HORTA, L. F. DA; RODRIGUES, L. DE A.; VASCONCELOS, V. F. P. Favela como espaço de estigma e reinvenção. **Anais XIII ENANPEGE**, 2019. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562637980_ARQUIVO_favela_ANPEGE_2019-ultima-atualizacao_12paginas_oficial.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

JASPER, J. **The Art of Moral Protest: Culture, Biography, and Creativity in social Movements**. Chicago: Chicago University Press, 1997.

KARAM, M. L. Violência, militarização e ‘guerra às drogas’. In: KUCINSKI, B. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. 1997. Introduction. In: _____. **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, p. ix-xxvii.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019 [2008].

LABOV, W.; WALETSKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In HELM, J. (org.) **Essays of the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, p. 12-14, 1967.

_____. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LACERDA, P. M. **O “caso dos meninos emasculados de Altamira”**: polícia, justiça e movimento social. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

_____. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 49-75, 2014.

LEAR, J. **Radical hope**: Ethics in the face of cultural devastation. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

LEITE, M. P. Mães em movimento. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. (org.). **Um Mural para a Dor**: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LIMA, K. R. de S. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 20 n. 3 sept./dec. 2017.

LINDE, C. **Life Stories**: the creation of conference. Nova York: Oxford University Press, 1993.

LODER, L.L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: L.L. LODER; N.M. JUNG (org.) **Fala-em-interação social**: introdução à análise da conversa etnometodológica. São Paulo: Mercado de Letras, p. 127-161, 2008.

LOPES, A. C. A favela tem nome próprio: a (re)significação do local na linguagem do funk carioca. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2009, p. 369-390.

LUTZ, C. **Unnatural emotions**: everyday sentiments on a Micronesian atoll & their challenge to Western theory. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

MCADAM, D.; TARROW, S.; e TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, 2009.

MACHADO DA SILVA, L. A. e LEITE, M. “Violência, Crime e Polícia: O que os favelados dizem” In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). **Vida sob Cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

MAIO, M. C. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. **Tempo soc**, São Paulo, v. 11, n. 1, mai. 1999.

MATIOLLI, T. O. L. **Metáforas da cidade partida: a divisão territorial do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2008**. 2010. **Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)** - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**; Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELO, G. C.V. Slave trade ads in the 19th century: textual trajectory, entextualization and indexical orders mobilized on contemporary ADS. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, p. 871-900, 2019.

MENDES, T. S. **Mães em movimento: coconstrução da agentividade para inclusão de estudantes disléxicos em esferas educacionais**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [no prelo].

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: Orgs: PANDOLFI, D. et al. **CIDADANIA, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 130-148.

MISHLER, L. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: L.P. da MOITA LOPES; L.C. BASTOS (orgs.), **Identidade: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras/CNPQ, p. 97-119, 2002.

MISSE, M, (org.). “Autos de Resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)”. **Relatório Final de Pesquisa - Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflitos e Violência Urbana**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo, 2011.

MOITA LOPES, L.P. **Discurso de Identidades**. Campinas: Mercado das Letras. 2003. _____. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In PEREIRA e PILAR (orgs.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-24.

MOTTA R. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estud. afro-asiát**, Rio de Janeiro, n. 38, dec. 2000.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006. Acesso em: 12 fev. 2020.

MUNANGA, K. Teorias sobre o Racismo. In: HASENBALG, C.; MUNANGA, K; SCHWARCZ, L. M. **Racismo**: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade. Niterói: EDUFF, 1998.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MUNIZ, J. de O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano na Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

MORRIS, A. **The Origins of the Civil Rights Movement**: Black Communities Organizing for Change. New York: The Free Press, 1984.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO A. A. Do; GRILLO, C.C.; NERI, N. E. Autos com ou sem resistência: Uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33. 2009, Brasília. Anais... Brasília**: GT 08, “Crime, violência e punição, 2009. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-33-encontro/gt-28/gt08-24/1843-andreanascimento-autos/file>. Acesso em: 29 set. 2017.

NUNES S. da S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicol. USP**, São Paulo, v.17 n. 1, mar. 2006.

OLIVEIRA, M. V. A. de. A utilidade da criminologia para o promotor de justiça. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1370, abr. 2007.

ORTON, N. E. **Práticas de atropelamento, práticas de resistência: dinâmicas de gênero e a construção discursiva da horizontalidade nos movimentos sociais contemporâneos**. 2020. Tese (Doutorado em Letras/Estudo da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

____; BIAR, L. de A. Horizontality and gender in contemporary social movements: Narrative practice as a means of resistance. **Narrative Inquiry**. Vol. 30:2 (2020). pp.236-270.

OTA, M. E. **De fábrica de marginal a mães guerreiras: uma etnografia sobre a luta de mães de vítimas da violência do Estado**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, 2018.

PAIVA, A. R. Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais. **Desigualdade & Diversidade**: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio. Edição dupla, n.12, jan./dez., p. 29-42, 2013.

PARK, R. The nature of Racial Relations. In: BACK Les, SOLOMOS, J. **Theories of Race and Racism**. Londres: Routledge, 2000.

PASCHEL, T. S. **Becoming Black Political Subjects: Movements and Ethno- Racial Rights in Colombia and Brazil**. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

PEREIRA, R. M.; CASTRO C. L. de C.; CHEIBUB, B. L. Favela ou comunidade? como os moradores, guias de turismo e outros agentes sociais compreendem simbolicamente o “morro” Santa Marta (RJ)? **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 6, p. 23-36, 2019.

PINTO, R P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. São Paulo: UEPG; Fundação Carlos Chagas, 2013.

POLKINGHORNE, D. E. **Narrative Knowing and the Human Sciences**. Albany: State University of New York Press, 1988.

REIS, J. J. **As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**, v. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REZENDE, C. B. e COELHO, M. C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª reimpressão, 2015.

RIESSMAN, C. Narrative analysis. Newbury Park, CA: SAGE, 1993.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Suéli Carneiro; Pólen, 2019.

RINALDI A. de A. Marginais, delinquentes e vítimas: um estudo sobre a representação da categoria favelado no tribunal do júri da cidade do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M.; **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, L. O. **Outraged Mothering: Black Women, Racial Violence, and the Power of Emotions in Rio de Janeiro’s African Diaspora**. 2014. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School, University of Texas, Austin, 2014.

ROSALDO, M. **Knowledge and passion**: Ilongot notions of self and social life. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SACKS, H. **Lectures on Conversation** (2 volumes). Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers, 1992.

_____; SCHEGLOFF, E., e JEFFERSON, G. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. **Language**, Vol. 50, No. 4, Part 1, 1974.

SANTIAGO, V.W.B. **A luta das mães nas favelas**: margens, Estado e resistência. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

_____. RODRIGUES, Carla. Feridas de uma herança dolorosa. Dossiê “A violência como ordem”. **Revista Cult**, n. 232, mar. 2018, p. 40-43.

_____. **A economia sacrificial do Estado-nação: o luto público das mães de vítimas da violência de Estado no Brasil**. 2020. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SARBIN, T. R. Embodiment and the Narrative Structure of Emotional Life. **Narrative Inquiry**, Amsterdam 11 (1), p. 217-225, 2001.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006

SELL, M.; OSTERMANN, A. C. Análise de categorias de pertença (ACP) em estudos de linguagem e gênero: a (des)construção discursiva do homogêneo masculino. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 53, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1675>. Acesso em: 10 set. 2020.

SIMONS, H. PIPER, H. Questões éticas na geração de conhecimento público In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SINHORETTO, J. e MORAIS, D. de S. “Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada”. **Revista de Estudos Sociais**, n. 64: p. 15-26, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res64.2018.02>. Acesso em: 4 abr. 2019.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, D. N. The pragmatics of chaos: parsing Bolsonaro's undemocratic language. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 59.1, p. 507-537, jan./abr., 2020.

_____; LEE. "Marielle, presente": Metaleptic temporality and the enregisterment of hope in Rio de Janeiro. **Journal of Sociolinguistics**, 2020.

SNOW, D. Collective Identity and Expressive Forms. **UC Irvine: Center for the Study of Democracy**, 2011.

SOARES, L. V.; MACHADO, S. M. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. Psicologia Política**, São Paulo, v. 17 n. 39, p. 203-219, mai./ago. 2017.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. 2009. Tese (doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2009.

SPIVAK, G. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUGIURA, L; WILES, R; POPE, C. Ethical challenges in online research: Public/private perceptions. **Research Ethics**, n. 13(3-4), p. 184-199.

SCHWARCZ, L. M. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, p. 77-101, 1996.

_____. Complexo de Zé Carioca Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **ANPOCS**, 1994. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs29_03.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

TACCA, F. de. P. A imagem é uma arma: a propósito de riscos e rabiscos no Bairro Alto. **Arquivos da memória: Antropologia, Arte e Imagem**. Lisboa, n. 5-6 (Nova Série), p. 223-225, 2009.

TANNEN, D. "**Oh talking voice that is so sweet**": constructing dialogue in conversation. *Talking voices*. Cambridge: Cambridge University Press. 2007 [1989].

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, V. da S. Sociedade Civil e a construção dos novos espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90: política e a sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

TELLES, E. **Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2004.

_____. **Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

TERRA, L. M. **Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial.** 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TOURAINÉ, A. **Pensar outramente.** Petrópolis: Vozes, 2007.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, G. Observando o familiar. In _____. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2008 [1981]. p. 122-134.

VENTURA, Z. **Cidade partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional – Dossiê Violência: outros olhares. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 37, jul./dez. 2011.

_____. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In: SOUZA LIMA, A. C.; GARCIA, A; COSTA, V. (orgs.). **Margens da violência.** Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicanos e brasileiros. Brasília, ABA, 2014b, pp.209-237.

WACQUANT, Loic. Bourdieu, Foucault e o Estado Penal na era Neoliberal. **Revista Transgressões**, Natal, v. 3, n. 1, maio/2015.

WADE, P. **Blackness and Race Mixture: The Dynamics of Racial Identity in Colombia.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

WINANT, H. **Racial Conditions.** Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994.

ZALUAR, A. e ALVITO, M. **Um século de favela.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZILLI, B. Teorias que Libertam: narrativas de intelectuais brasileiros sobre engajamento em Direitos Sexuais. **Interseções.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 106-128, jun. 2017.